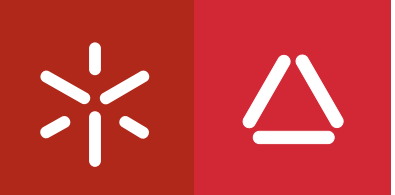




Da Universidade às Redacções -
Caminhos para um melhor ensino superior
público de jornalismo

Luciana Gabriela Moura Fernandes

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Luciana Gabriela Moura Fernandes

Da Universidade às Redacções -

Caminhos para um melhor ensino superior
público de jornalismo

Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação
Área de Especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Sousa

Julho de 2007

Declaração

Nome:

Luciana Gabriela Moura Fernandes

E-mail:

luciana.fernandes@sapo.pt

Número do Bilhete de Identidade:

11476418

Título:

Da Universidade às Redacções – Caminhos para um melhor ensino superior público de jornalismo

Orientador:

Professora Doutora Helena Sousa

Mestrado:

Mestrado em Ciências da Comunicação – Área de Especialização em Informação e Jornalismo

É autorizada a reprodução parcial desta tese, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 4 de Julho de 2007

Luciana Gabriela Moura Fernandes

Agradeço:

ao meu **pai**, por me ter convencido a embarcar nesta aventura
e pela imensa ajuda na recta final
à minha **mãe**, pelo carinho
à minha **irmã**, pela força
à minha **madrinha**, ao meu **tio** e à minha **prima Luísa** por tantas coisas

ao **Silvino**, à **Francine** e à **Lénia**, pela ajuda nas dúvidas
à **Raquel**, pelas palavras amigas e sempre certas
à **Luzia**, pela tradução
ao **Luís**, pela paciência em todos os momentos

à Doutora **Helena Sousa** e à Doutora **Rosa Cabecinhas**,
pela disponibilidade

aos docentes e administrativos das instituições de ensino inseridas nesta licenciatura, por
perceberem a importância desta investigação

Da Universidade às Redacções

Caminhos para um melhor ensino superior público de jornalismo

Resumo

O objectivo desta investigação olhar a organização e características do ensino superior público cujas saídas profissionais passam pelo jornalismo, assim como a opinião que um conjunto de jornalistas de órgãos de comunicação nacionais faz dele. Através desta observação tentámos perceber se as características apontadas pela generalidade dos profissionais das redacções a esta formação se verificam na realidade das universidades e politécnicos do ensino público, numa altura de mudança e transição para a realidade de dimensão europeia trazida por Bolonha.

Para o efeito, reunimos grande parte da bibliografia existente e possível que debate a temática para percebermos o percurso do ensino superior de jornalismo em Portugal até aos nossos dias, recorrendo aos exemplos internacionais da Espanha e do Brasil para constatação da tardia introdução deste ensino no nosso país e suas condicionantes, entre outros aspectos. Através das publicações mais actuais, evidenciámos os principais pontos de debate e de discordância entre os académicos e os profissionais.

Pela constatação destas discordâncias, a pergunta de partida da presente investigação é: **O ensino superior público está a formar os jornalistas que as redacções querem?**

Não nos podendo deter num previsível resposta negativa a esta questão, procedemos a um levantamento de informação junto das instituições de ensino, confrontando os resultados com a opinião de sete jornalistas entrevistados, e recolhendo algumas sugestões que possam aproximar este ensino com as exigências do jornalismo. O resultado foi o verificar de certas ideias preconcebidas e resultantes, possivelmente, da falta de diálogo entre os dois lados e que aponta no sentido de um certo desconhecimento da realidade académica pelos jornalistas. Não pudemos ignorar algumas sugestões preciosas deixadas por estes profissionais, nem a noção de perda da oportunidade de Bolonha para a mudança tão desejada.

From universities to the press

Ways to a better high education on journalism

Abstract

The goal of this investigation is to look at the public higher education's organization and its characteristics whose professional ways pass through journalism, as well as the opinion of a group of journalists working on national *media* makes of it. Through this observation we tried to understand if the characteristics pointed by most part of journalists to this teaching can be verified in public universities and colleges' reality, in a time of change and transition to the European Higher Education Area brought by Bologna.

To do that we gathered most part of the possible and existent bibliography that debates the issue in order to understand the course of higher education in Journalism in Portugal until our days, using the international examples of Spain and Brazil to demonstrate the late introduction of this teaching in our country and its conditionings, among other aspects. Through more recent publications, we showed the major points in debate and disagreement between the Academics and the journalists.

By the demonstrations of these disagreements, the **first** question of the present investigation is:

Is public higher education training the journalists the editorial offices want?

We can not stop on a predictable negative answer to this question, we proceeded to the raise of information near the teaching institutions, confronting the results with the opinion of seven journalists interviewed, and collecting some suggestions that may approach this teaching to the journalism demands. The result was the verification of certain prejudiced ideas resultant, possibly, from the lack of dialogue between the two sides and that pointed to a certain ignorance of the Academic reality by journalists. We could not ignore some precious suggestions left by those professionals, nor the notion of lost of Bologna's opportunity to this so desired change.



Índice Geral

NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
CAPÍTULO I	16
1. O Ensino Superior de Jornalismo: um pouco de história	17
1.1. A evolução do ensino superior de jornalismo e comunicação social em Portugal	17
1.2. Após o 25 de Abril	20
2. Ensino superior de jornalismo: como é visto actualmente	27
3. A situação socioprofissional dos jornalistas e o acesso à profissão	41
3.1. O que diz a lei	45
3.2. A escolaridade dos jornalistas	46
3.3. Após o acesso à profissão	47
4. O panorama internacional do ensino superior de jornalismo e comunicação	49
4.1. O caso Espanhol.....	50
4.2. O caso Brasileiro	57
5. As implicações do processo de Bolonha no ensino superior de jornalismo e comunicação	63
5.1. Noções e história do processo de Bolonha	63
5.2. Implementação do Processo de Bolonha em Portugal	66
5.3. A discussão em torno de Bolonha	72
5.4. A área da Comunicação e Jornalismo.....	74
CAPÍTULO II.....	77
PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DE JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO ANO LECTIVO 2005/06.....	77
1. O perfil ideal de um bom jornalista.....	78
2. Formação ideal para o jornalista	80
3. Primeiro passo: a candidatura ao ensino superior de jornalismo e comunicação social	85
4. Designação, graus académicos e duração das licenciaturas.....	92
5. Frequência e formação de alunos.....	95
6. A Docência em Comunicação e Jornalismo	96
7. Os planos de estudo das licenciaturas: do início até agora.....	100
7.1. As reestruturações.....	100
7.2. Os planos de estudo actuais em Comunicação e Jornalismo	102
7.2.1. As Ciências Sociais e Humanas: o maior grupo temático	103
7.2.2. O Jornalismo: grupo temático essencial.....	106
7.2.3. As Ciências da Comunicação e Estudos Sobre os <i>Media</i> : em menor número	109
7.3. Planificação das matérias ao longo das licenciaturas	112
7.4. Planos: radiografia curso a curso	114
7.5. A importância das línguas e da leitura de jornais	118
7.6. As novas tecnologias.....	121
7.7. Estágio e Projecto ou Trabalho de fim de curso	122
8. Recursos existentes e actividades de produção dos alunos	128
9. Investigação, iniciativas e publicações das instituições de ensino.....	134
10. <i>Erasmus</i> e a introdução a Bolonha.....	136
11. Novas formas de fazer jornalismo: a reestruturação necessária	138
12. Ainda de «costas voltadas»?	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145



Desafios para o futuro	153
BIBLIOGRAFIA	154
ANEXOS	154
Anexo 1 – Entrevistas aos profissionais	164
Manuel Vilas-Boas (TSF)	164
Filipe Rodrigues da Silva (Director do Diário Digital).....	187
Miguel Viana (Director de Informação da Lusa)	202
João Marcelino (Director do Correio da Manhã).....	220
Alcides Vieira (Director de Informação da SIC).....	238
Manuel Carvalho (Director-adjunto do Público)	254
Carlos Daniel (RTP)	265
Anexo 2 – Gráficos.....	281
Gráfico I – Alunos de Comunicação Social da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA) ...	281
Gráfico II – Alunos de Educação e Comunicação Multimédia da Escola Superior de Educação de Setúbal (ESES)	281
Gráfico III – Alunos de Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV)	282
Gráfico IV – Alunos de Tecnologias da Informação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela (ESTGM) do Instituto Politécnico de Bragança	282
Gráfico V – Alunos de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).....	283
Gráfico VI – Alunos de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)	283
Gráfico VII – Alunos de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL)	284
Gráfico VIII – Alunos de Comunicação Social da Universidade do Minho (UM)	284
Anexo 3 – Disciplinas por Áreas Temáticas.....	285
Anexo 4 – Planos de Estudo: Bolonha	309
Anexo 5 – Exemplar do Inquérito Aplicado.....	315



Lista de Tabelas

Tabela I – Disciplinas específicas de acesso ao ensino superior 2005/06.....	86
Tabela II – Médias de entrada e notas dos últimos colocados 2005/06 (1ª Fase)	88
Tabela III – <i>Numerus clausus</i> , transferências, candidaturas (1ª Fase) 2005/06, e total de alunos a frequentar os cursos	91
Tabela IV – Opção de Jornalismo, quando possível entre outras áreas em 2005/06	93
Tabela V – Designações, grau académico e duração dos cursos	95
Tabela VI – Formação Académica dos Docentes.....	99
Tabela VII – Estágios e trabalhos de fim de curso	125
Tabela VIII – Protocolos a nível de estágios e outros assuntos.....	127
Tabela IX – Recursos afectos aos cursos de Comunicação e Jornalismo	129
Tabela X - Publicações a cargo dos alunos.....	133
Tabela XI - Número de alunos que ingressaram o Programa <i>Erasmus</i>	137



NOTA INTRODUTÓRIA

Cortando da enorme fatia do ensino superior público aquela que se destina a formar jornalistas, o nosso estudo pretende guiar-se por uma pergunta central: O ensino superior público está a formar os jornalistas que as redacções querem? Antes de mais devem ser aclaradas algumas ideias, no âmbito deste projecto. Por ensino superior público entendemos então as licenciaturas que incidam directamente no ensino do jornalismo ou que, no seio de uma licenciatura geral em comunicação (Ciências da Comunicação ou Comunicação Social, por exemplo) possuam uma vertente de escolha de ensino do jornalismo entre outros estudos da comunicação (Marketing, Publicidade ou Relações Públicas). Ficam assim fora do nosso campo de estudo licenciaturas mais viradas para a vertente tecnológica e artística, como afirma Cascais (s.d.), cujo contributo para o jornalismo não deixa de ser importante (antes é crucial) mas que iria levar este estudo para um campo demasiado vasto.

A nossa questão central pode, no entanto, ser desdobrada em outras questões. Como se caracteriza este ensino superior público do jornalismo em todas as suas vertentes (desde as médias de entrada e disciplinas de acesso, passando pelas matérias leccionadas e duração das licenciaturas)? Que perfil é desejado nas redacções dos vários órgãos de comunicação portugueses para os profissionais do jornalismo? Que tipo de formação conduz a esse perfil do jornalista desejado pelos profissionais responsáveis pela informação nas redacções?

Sabendo de antemão que os profissionais das redacções possuem uma visão, seja imperfeita ou menos favorável, do ensino superior de jornalismo, o nosso estudo estaria órfão se não contribuíssemos para um entendimento das melhorias a aplicar ao referido ensino, importando aqui ter em conta se aquilo que as redacções querem deve determinar a qualidade da formação. Como chegar a este entendimento? Respondendo às seguintes questões: Que percepção têm os profissionais do jornalismo do ensino da profissão e como o articulariam com as actuais necessidades do exercício da mesma? Na percepção dos jornalistas, como deveria ser construído um curso ideal de jornalismo e comunicação, tendo em conta aspectos como a duração, as matérias leccionadas, ou a docência? Centrando-nos nestas questões, tentaremos unir o que é oferecido aos alunos que almejam seguir a profissão jornalística, com os ensinamentos que são tidos como necessários para o exercício do jornalismo. Em jeito de



resumo ou simplificação do nosso estudo podemos afirmar que à questão central devemos acrescentar duas outras: 1) Porque não existe essa adequação do ensino às necessidades da profissão? 2) Como aperfeiçoar os cursos superiores públicos de jornalismo e comunicação de modo a responderem às exigências da profissão?

Não podemos partir para uma análise de dados recolhidos sem antes perceber o caminho que o ensino superior de jornalismo percorreu até aos dias de hoje, bem como as preocupações e manifestações de que têm sido alvo, tanto por parte de profissionais como de académicos. O modo como os aspirantes a jornalistas adquirem os saberes da profissão, antes de nela ingressarem, parece começar a preocupar tanto os investigadores como os jornalistas, ainda que de maneiras distintas. Sob vários prismas, a problemática do ensino superior do jornalismo, de historial recente no nosso país, preenche algumas das páginas de revistas da especialidade, ocupa espaço em congressos e colóquios, sem, até hoje, se chegar a um consenso sobre quais as medidas a adoptar para a sua adaptabilidade às necessidades do exercício da profissão jornalística.

Estas publicações formaram o corpo literário necessário para traçar algumas questões importantes, como a identificação dos vários modelos educacionais oferecidos pelo ensino superior público, aos quais serão empiricamente acrescentados os modelos mais recentes e que escaparam à literatura já existente. Os últimos dados apontam para a existência de mais de 2000 vagas entre o ensino público, concordatário e politécnico (Ferreira, 2005), um número demasiado alto para enfrentar o panorama profissional de poucas vagas saídas de emprego. Nas próximas páginas, procuraremos dar voz a esta e outras preocupações no sentido de apontar algumas pistas para conduzir a uma maior harmonia entre o ensino do jornalismo e a sua prática nas redacções, assunto que tem merecido pouca atenção por parte dos investigadores desta área (Cascais, s.d.; Pinto, 2004).

Dentro da fundamentação e introdução teórica, seguiremos uma lógica de evolução gradativa. Partindo das primeiras tentativas de implementação de um ensino superior de jornalismo, até à sua efectiva criação em 1979, tentaremos perceber os condicionalismos que entardecaram esta aparição. De seguida, urge verificar a frequência com que surgiram os novos cursos superiores nesta área, tendo por base principal um dos estudos mais completos a este



nível, levado a cabo por Mesquita e Ponte (1997), e cujos dados serão completados com os adquiridos para o segundo capítulo.

Tendo já um historial completo, o próximo passo será identificar no quadro bibliográfico reunido em livros, revistas e jornais, bem como nas comunicações de vários congressos, as principais preocupações de académicos e profissionais, ou como afirmam Marinho e Pinto (2005, Março) «identificar (...) os principais aspectos em torno dos quais se organizam os debates, as convergências e divergências de perspectivas», verificando mais tarde, junto da opinião dos profissionais, se se mantêm.

Torna-se também de grande importância a caracterização do perfil socioprofissional e os requisitos de ingresso na profissão do jornalista, actualmente, para tomar conhecimento da realidade deste mundo profissional em que o licenciado de jornalismo e comunicação vai integrar, e que já incutiu no senso comum a ideia de um mercado limitado, com poucos recursos para a contratação de pessoal, que exige rapidez e esquece os ensinamentos das universidades e dos politécnicos.

Dentro do panorama internacional, e tendo em conta a tardia implementação do ensino superior de jornalismo e comunicação português em relação a um grande número de países, como o Brasil ou a Espanha, será feita uma referência à situação destes dois casos, dada a sua proximidade cultural e geográfica, respectivamente, com o objectivo de notar as diferenças entre a situação a nível do ensino superior de jornalismo e comunicação destes países e Portugal. Dentro deste panorama internacional, será analisada a Declaração de Bolonha, suas consequências e implicações no ensino português em geral, e no ensino superior de jornalismo, em particular. Esta referência explicativa será importante para perceber, adiante, se o ensino superior de jornalismo está a corresponder aos anseios de Bolonha.

Durante esta abordagem bibliográfica, foram necessárias algumas traduções para aplicação na investigação. Todo esse trabalho foi realizado pela autora da tese, tentando obter um sentido o mais fidedigno possível das mesmas.

Não deixando esquecer que um dos grandes objectivos desta investigação passa por descobrir a existência de um ensino superior mais adequado à prática profissional, a oferta do ensino superior público de jornalismo será caracterizada com base nas respostas dos inquéritos válidos enviados aos directores e coordenadores dos vários cursos. Nestes inquéritos



procuraremos ver se a caracterização empírica corresponde aos anseios dos profissionais e às noções já publicadas na literatura analisada no primeiro capítulo da investigação. Esta caracterização tomará como pontos principais as médias de entrada, as disciplinas de acesso, caracterização dos planos de estudo em vigor e dos adequados à realidade imposta por Bolonha já em 2006/07, docência, entre outros.

Para chegar a este ponto, foram enviados 55 inquéritos por questionário (exemplar no Anexo 5), em Junho de 2006, a directores/coordenadores de licenciaturas do ensino superior público, e cuja designação tinha os termos jornalismo, comunicação ou multimédia. Desde então, foi estabelecido um contacto telefónico, no sentido de recuperar os mesmos inquéritos preenchidos, explicando-se aos respectivos directores/coordenadores dos cursos, a importância desta investigação. Dos inquéritos recebidos, foram seleccionados aqueles cujo ensino oferecia uma formação directa, ou de escolha entre várias opções, para o exercício do jornalismo, sendo imediatamente colocados de parte os que diziam explicitamente, via e-mail ou telefone, que não havia qualquer orientação para este ensino. A este respeito, é de notar a ausência da licenciatura de Novas Tecnologias da Comunicação de Aveiro, constante do trabalho de Mesquita e Ponte (1997), que mencionou via e-mail não ter «o ensino direccionado para a prática do jornalismo».

Até ao final de Janeiro de 2007 foram recebidos onze inquéritos preenchidos (Comunicação Social – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA), Educação e Comunicação Multimédia – Escola Superior de Educação de Beja (ESEB), Comunicação Social – Escola Superior de Educação de Setúbal (ESES), Jornalismo e Comunicação – Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP), Jornalismo – Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), Ciências da Comunicação – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Ciências da Comunicação – Universidade da Beira Interior (UBI), Comunicação Social e Cultura – Universidade dos Açores (UA), Comunicação Social – (Instituto Politécnico de Viseu (IPV), Jornalismo e Ciências da Comunicação – Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e Tecnologias da Comunicação – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela (ESTGM)).

Além destes, foram identificadas, através da consulta de dados vários nos *sítes* oficiais dos cursos e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as restantes licenciaturas



que se inseriam no perfil desejado: Comunicação e Relações Públicas da Escola Superior de Educação da Guarda, Comunicação Social da Universidade Técnica de Lisboa, Comunicação, opção de Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Coimbra, Ciências da Comunicação da Escola Superior de Educação de Faro, Comunicação Social e Multimédia da Escola Superior de Educação de Leiria, Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, Comunicação, Cultura e Organizações da Universidade da Madeira, Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Comunicação Social da Universidade do Minho¹.

Após a sua identificação e tendo em conta a indisponibilidade manifesta de alguns dos docentes responsáveis pelos cursos, foi levada a cabo uma busca directa nos estabelecimentos de ensino em questão, junto dos serviços que dispunham desses dados, a saber, a licenciatura de Jornalismo da Universidade de Coimbra, de Comunicação Social da Universidade do Minho, de Comunicação da Escola Superior de Educação de Coimbra, de Ciências da Comunicação da Escola Superior de Educação de Faro, e de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. Apenas foi possível reaver atempadamente os dados das duas primeiras e desta última, na Divisão de Alunos da Universidade de Coimbra, nos Serviços Académicos da Universidade do Minho, e junto de várias entidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Além destes dados foram pesquisados documentos vários disponíveis on-line e alguma intervenção por parte dos docentes, directores e administrativos das três instituições. Os restantes, através do contacto via telefone, e-mail e correio postal, não chegaram a ser recebidos², sendo que não foi mesmo possível chegar à fala com a directora da licenciatura de Leiria. Os inquéritos tiveram por base o modelo utilizado por Mesquita e Ponte (1997), estudo muito bem considerado em quase toda a bibliografia nacional consultada, tendo-lhe sido acrescentados alguns critérios considerados importantes para a investigação, como a questão de Bolonha, o ingresso e saída de alunos, de modo a saber se as licenciaturas eram completadas pelos alunos na duração normal, tudo isto para responder aos objectivos desta investigação.

¹ Cuja directora já tinha enviado o Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Comunicação Social 2003/2004, e que serviu para encontrar grande parte da informação necessária.

² Da parte da Escola Superior de Educação de Faro apenas se recepcionou uma ínfima porção de informação que não permitia uma caracterização geral da mesma.



Não podemos deixar de referir as dificuldades sentidas, mas já previstas, quanto ao preenchimento dos inquéritos, aquando da entrevista exploratória feita a Cristina Ponte. Tínhamos a noção de que implicavam alguma dedicação por parte dos docentes, mas a dedicação que teve de ser dada da nossa parte no preenchimento dos dados encontrou nas instituições do ensino público algumas barreiras burocráticas ainda por desbloquear, e que seguramente não seriam impostas a um qualquer director ou coordenador de curso.

Além dos inquéritos, outra fonte de informação para o estudo empírico proveio de entrevistas em profundidade feitas a sete profissionais (Anexo 1) de vários órgãos de comunicação social, a saber, Filipe Rodrigues da Silva, na altura director do Diário Digital, Manuel Vilas-Boas, jornalista da TSF, presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e ex-director de estágios da TSF, Luís Miguel Viana, director de informação da Lusa, João Marcelino, na altura director do Correio da Manhã, Manuel Carvalho, director-adjunto do Público, e Carlos Daniel, ex-subdirector de Informação e jornalista da RTP. Foi ainda enviada uma entrevista via e-mail ao director do Portugal Diário, por sua indicação, mas que não obteve resposta até hoje da parte de Luís Sobral. O objectivo era reunir as opiniões de todos os tipos de suportes informativos e de todos os grupos mediáticos principais que conseguíssemos, à excepção da Igreja Católica³, ficando assim de fora a *Media Capital*. Esta metodologia teve em conta a dificuldade notada por outro estudo (J. P. Sousa, 1997) em obter resultados por via de inquéritos nas redacções dos órgãos de comunicação, a que teríamos que juntar as mesmas dificuldades já previstas para obtenção de respostas por parte das instituições de ensino superior. Junto destes profissionais procurámos adquirir conhecimentos e opiniões que permitissem responder às questões já adiantadas, bem como as questões centrais dos inquéritos. Deste modo será possível confrontar este entendimento profissional com os dados empíricos provindos dos inquéritos, e que serão apresentados de acordo com as várias temáticas.

Centrando-nos nos principais pontos críticos identificados na literatura, começaremos por dar conta do perfil desejado para um jornalista de hoje em dia, bem como a formação que é necessária para esse perfil, seja ela em jornalismo ou noutra área, na óptica dos entrevistados. Como já foi afirmado, sabendo que a opinião junto da classe profissional e em relação ao ensino

³ Aqui tomámos em consideração o afirmado por Évora (2006), que considerava a parca influência dos meios de comunicação pertencentes à Igreja Católica em comparação com outros tempos.



superior de jornalismo não é favorável, tentámos saber porquê, ou seja, quais os pontos negativos apontados aos planos de estudo, docência, entre outros. Começaremos por abordar os dados das entradas nestas licenciaturas, e que prevêem as notas de candidatura, as disciplinas de acesso, *numerus clausus* e número de candidaturas, confrontando-as com dados recolhidos na bibliografia e com as respostas dos entrevistados, como é o caso da verificação do carácter atractivo destas licenciaturas. Este procedimento será igualmente levado em conta ao descrever o planeamento dos cursos. Com esta organização, procurámos partir do percurso dos alunos desde a sua entrada no ensino superior, passando pela programação das licenciaturas, docência e estágio. Antes de avaliar a caracterização dos planos de estudo, quisemos acompanhar o seu percurso a nível das reestruturações, e suas causas.

Tendo um entendimento da importância das línguas, tanto portuguesa, como estrangeiras, no exercício do jornalismo, planeámos saber a importância dada a esta questão na duração dos vários planos de estudo, tanto pré como pós Bolonha. De forma progressiva, e situando-nos no final da licenciatura, o passo lógico serão os estágios. Esta temática será abordada de seguida, pois é importante como ligação ao exercício da profissão. Os exercícios práticos durante a licenciatura não serão esquecidos. Para o efeito serão evidenciados os recursos que assim o permitem, e que se encontrem à disposição dos alunos, de forma a verificar se existem condições para um bom ensino prático, bem como a produção de actividades jornalísticas tanto de âmbito curricular e extracurricular, como os jornais, rádios e televisões académicas.

Virando o olhar para o exercício do próprio corpo docente e de cada instituição procuraremos verificar o seu contributo a nível da investigação e produção de publicações sobre a área da comunicação social e que permite a produção de uma extensão da bibliografia já existente nessa mesma área. Terminando esta viagem à descoberta de um aperfeiçoamento do ensino superior de jornalismo, trataremos de reunir a opinião dos entrevistados em relação a uma possível reestruturação do ensino do jornalismo, tentando encontrar uma justificação para o voltar de costas entre os dois mundos: o académico e o profissional.

Deste modo, procuramos dar um contributo para que os jornalistas entendam o que se faz nas universidades e dos seus esforços, às vezes mal compreendidos, e também para um abrir das mentalidades do mundo académico a algumas necessidades da vida profissional. Tudo



para que os futuros jornalistas saiam das licenciaturas com uma nova esperança e se abram portas a um sério diálogo a este nível. O ensino superior de jornalismo não deve fechar-se em modelos preexistentes, nem os profissionais acomodar-se em preconceitos há muito elaborados. Fazendo nossas as palavras de Marinho e Pinto (2005, Março), importa «contribuir para a qualificação dos projectos de formação existente, a partir da recolha das opiniões / percepções / expectativas dos actores do processo», e que neste estudo se resumem aos profissionais do jornalismo, académicos envolvidos no ensino superior público do jornalismo, e mesmo profissionais envolvidos nesse mesmo ensino, numa experiência passada ou actual.

Devemos acrescentar que a nossa análise teve como base alguns modelos aplicados na investigação de Mesquita e Ponte (1997), os quais foram readaptados às necessidades da nossa investigação (inquérito e algumas tabelas usadas na análise, como por exemplo, a Tabela I).



CAPÍTULO I

1. O Ensino Superior de Jornalismo: um pouco de história

1.1. A evolução do ensino superior de jornalismo e comunicação social em Portugal

As primeiras tentativas de implementação do ensino superior do jornalismo em Portugal pertencem ainda à história relativamente recente, se a compararmos com a realidade de outros países. Em torno desta evolução estão implícitas as mutações políticas e sociais, provocadas pela época ditatorial (1926-1974), cujos ideais viam a educação como ameaça do regime, principalmente a formação de jornalistas que podiam ficar dotados de reconhecimento público e de ferramentas que lhes permitissem atacar o governo, pela Revolução de 1974 e pela instabilidade política que lhe seguiu (Pinto & Sousa, 2003).

As primeiras publicações sobre a possibilidade de criar uma Escola Superior de Jornalismo datam de 1926, pelo Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa (J. Correia, 1998a; Sobreira, 2003). Também nos anos 30 o tema foi abordado por João Paulo Freire, director do *Diário da Noite*, que defendia a vocação inata dos jornalistas, apesar de reconhecer que alguma formação seria vantajosa (Sobreira, 2003). Em 1941, mais precisamente a 8 de Fevereiro, situam-se as primeiras reivindicações do Sindicato dos Jornalistas, então dirigido por Luís Teixeira, para que fosse criado um curso de formação jornalística de dois anos⁴ (Mesquita & Ponte, 1997; Sobreira, 2003), mas que não recebeu interesse do governo (F. Correia, 2000a; Pinto & Sousa, 2003). Já nesta altura reinavam as divergências entre os profissionais sobre a necessidade de haver tal formação, negada por alguns como sendo prioritária (Pinto, 2004; Pinto & Sousa, 2003). Em 1962, a história conta a integração de uma cadeira de Sociologia da Comunicação no curso complementar de Estudos Ultramarinos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, dirigido por Adriano Moreira, sendo que a instituição acciona um curso de Jornalismo, dirigido por José Júlio Gonçalves (F. Correia, 2000a). Já em 1966, a

⁴ O curso podia ser frequentado por pessoas com o 5º ano do liceu ou equivalente e por jornalistas com um ano de profissão visando, com a conjugação do ensino teórico e prático, preparar os alunos para o exercício da profissão de jornalista (Pinto & Sousa, 2003; F. Correia, 2000a), e justificado pela necessidade de «promover, de maneira decisiva, a valorização profissional dos jornalistas bem como o seu nível de cultura para os limites exigidos para a missão que desempenha» (Sindicato Nacional de Jornalistas in J. Correia, 1998a).



iniciativa da classe para implementar o ensino do jornalismo concretiza-se pela promoção de um Curso de Iniciação Jornalística composto por 15 dias de aulas práticas e igual período de aulas teóricas, ministrado por jornalistas do *Diário Popular*, e por iniciativa do administrador, Francisco Pinto Balsemão (F. Correia, 2000a).

A época salazarista é vista como uma barreira ao avançar dos intentos do Sindicato, bem como as implicações que teve na própria profissão, desvalorizando-a e censurando o seu trabalho e todas as tentativas de implementação da formação, num panorama social onde eram notórios o analfabetismo e a baixa leitura de jornais (Mesquita, 1988; Mesquita, 1995, Janeiro 6; Oliveira *in* F. Correia, 2000b; Traquina, Cabrera, Ponte, & Santos, 2001). As empresas de comunicação social viam-se limitadas perante o poder político da época e a liberdade de imprensa apenas existiu na 1ª República e timidamente na época marcelista (Mesquita, 1988), que inclusive permitiu a existência de órgãos de comunicação «adversos ao regime» (Mesquita & Ponte, 1997).

Durante esta fase o Sindicato de Jornalistas prosseguiu com os seus intentos de promover a implementação de um ensino do jornalismo, como se pode verificar através das várias publicações de artigos nos seus Boletins, tendo mencionado o ensino superior num «Relatório de Contas & Gerências» de 1959 (Sobreira, 2003), verificando-se ao longo deste período uma divisão de opiniões entre a classe (Pinto & Sousa, 2003). Nos anos 60 assiste-se a uma radicalização do discurso do Sindicato com a consciência de uma necessidade de formação «à medida que o peso dos mais velhos ia diminuindo» nas redacções e se assistia a uma renovação da classe (Sobreira, 2003: 75). No ano de 1968 a entidade representativa da classe organiza o I Curso de Jornalismo, com uma versão menor do que a de 1940, e numa altura em que a divisão de opiniões variava entre os mais velhos e a classe mais nova, mantendo-se esta última a favor de uma formação académica da classe, num claro conflito de gerações (F. Correia, 2000a; Sobreira, 2003). A 4 de Fevereiro de 1971 foi apresentado um projecto que despertou o interesse do então ministro da Educação, Veiga Simão (Sobreira, 2003: 81), mas que não chegou à prática, sob o entender de Silva Costa, presidente do Sindicato, de que havia «gente de mais interessada na tutela do ensino do jornalismo» (*in* Mesquita & Ponte, 1997), e



que foi subscrito por Jacinto Baptista, António Reis, João Gomes e Cáceres Monteiro⁵ (J. Correia, 1998a; Oliveira *in* F. Correia, 2000b; Pinto & Sousa, 2003; Sobreira, 2003). Apesar da cuidadosa programação, distribuída por cinco anos recheados de componente de ciências sociais e humanas e finalizado com práticas profissionais e de investigação jornalística, e da chegada da reforma educativa, o projecto não chegou a ver a luz do dia (Pinto & Sousa, 2003). Estas tentativas de imposição de formação superior na área do jornalismo e comunicação passavam por um esforço de dignificação da profissão e de defesa da liberdade de expressão (J. Correia, 1998a).

Por sua vez, a RTP colocou em funcionamento, em 1970, o Serviço de Formação Profissional (mais tarde denominado de Centro de Formação - CF) que colmatava a falha da formação de novos jornalistas, transmitindo ensinamentos respeitantes ao mundo televisivo, desde os seus aspectos sociais, técnicos e dos vários géneros apresentados num telejornal (Araújo, *in* Gomes et al., 2003). Ao levar a cabo práticas internas de formação, comuns em outros órgãos, assumia-se assim que existia uma falha na formação, mas não demonstrando a sua necessidade a nível de ensino superior.

Ainda durante a época Marcelista, foi de extrema importância a publicação da Lei de Imprensa, pela mão de Sá Carneiro e Pinto Balsemão, deputados da ala liberal do regime⁶ (Palla, 2004).

Foi pela mão do grupo Quina⁷, um grupo privado, que se concretizou o ensino superior de jornalismo, sendo-lhe atribuída a culpa, hipoteticamente, pela falta de concretização das propostas sindicais (Pinto, 2004; Pinto & Sousa, 2003). O curso com duração de três anos, a funcionar na Escola Superior de Meios de Comunicação Social desde 1973, não gozou do reconhecimento oficial nem da aceitação dos profissionais de comunicação e jornalismo. A efemeridade do curso registou-se no seu termo pouco depois do 25 de Abril de 1974, influenciado pela «política de nacionalizações dos governos provisórios» (Mesquita, 1995,

⁵ Os profissionais do Sindicato pensavam encontrar no governo de Marcelo Caetano uma maior abertura a este novo projecto, que contou também com universidades estrangeiras representadas na comissão formada para a criação do curso, entre as quais a Escola Superior de Jornalismo de Lille, o Instituto Francês de Imprensa (Universidade de Paris), a Escola de Jornalismo da Universidade de Madrid, a Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra e a Universidade Internacional Prò Deo (Roma) (Pinto & Sousa, 2003).

⁶ A Lei de Imprensa (Decreto-lei n.º 150/72) estabelece como regra a "liberdade": «É lícito a todos os cidadãos utilizar a imprensa de acordo com a função social desta e com o respeito dos direitos de outrem, das exigências da sociedade e dos princípios da moral» (*in* Lobo, 2004, Novembro). A promessa de uma redução da censura fica no entanto por cumprir, na prática (Pinto & Sousa, 2003).

⁷ O grupo detinha alguns títulos da imprensa escrita, como o *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Record* e a revista *Rádio-televisão* (F. Correia, 2000a).



Janeiro 6), e que foram «marcadas por episódios de grande dignidade e de menos dignidade» (J. Correia, 1998b: 5). Pela nacionalização dos bancos, o Estado viu-se, indirectamente, proprietário de jornais (Mory, Stephenson & Association Européenne de Formation au Journalisme, 1991; Palla, 2004).

No panorama global do ensino superior, a população universitária era bastante reduzida, mantendo-se na ordem dos 10 por cento após o 25 de Abril, sendo que apenas 6,7 por cento do total dos universitários estudava as Ciências Sociais em 1960 (Pinto & Sousa, 2003).

1.2. Após o 25 de Abril

No período que se seguiu à revolução de Abril de 1974 criaram-se condições para a liberalização do ensino superior em geral, mantendo-se neste leque o ensino superior de jornalismo e comunicação (Pinto & Sousa, 2003). As iniciativas do governo tomaram corpo após esta data, período marcado pela explosão dos *media* e do mercado publicitário, pela legitimação e credibilização da profissão (Oliveira *in* F. Correia, 2000b: 29), bem como pela «democratização do ensino e regresso de académicos e intelectuais que haviam feito a sua formação no estrangeiro» (Pinto, 2004: 51). Contribuiu também a política do II Governo Constitucional, cujas intenções passavam por promover «formas de contributo e apoio à valorização profissional dos trabalhadores do sector da comunicação social, nomeadamente através da criação e instalação de uma escola de comunicação social» (Programa do II Governo Constitucional). No entanto, a evolução do jornalismo não parece ter sido «linear» visto ter passado por um período revolucionário marcado pela fraca preparação «para conseguir a afirmação de uma imprensa livre e democrática» e graças às nacionalizações que lhe seguiram (J. Correia, 1998b: 5).

De acordo com Mesquita e Ponte (1997), uma das comissões formadas para entender o início do estudo superior de jornalismo⁸, em 1978, «preconizou a criação de uma Escola Superior Jornalismo, no âmbito de um curso de três anos (bacharelato), que poderia ser completado por dois anos de especialização (licenciatura)» inserido numa Faculdade de Ciências da Informação, mas que acabou por não vingar graças à queda do governo (Mesquita, 1995, Janeiro 6). Um ano depois, em 1979, surge a primeira licenciatura de Comunicação Social na

⁸ A comissão constituiu-se por iniciativa do secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes, formado pela escola de Jornalismo de Lille e foi antecedida de outras que tiveram a participação de representantes do poder político e dos jornalistas (Mesquita, 1995, Janeiro 6).



Universidade Nova de Lisboa pela mão de Adriano Duarte Rodrigues⁹. Seguem-lhe os passos o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, no ano seguinte, também com um curso de Comunicação Social e que, segundo Mesquita e Ponte (1997) se tratava de um «estabelecimento de ensino com tradição na formação de quadros políticos e administrativos». Igualmente em 1980, a Universidade Católica institui os seus cursos de Ciências da Informação, os quais funcionavam como cursos de pós-graduação «para profissionais de jornalismo com mais de cinco anos de experiência» ou licenciados (Mesquita & Ponte, 1997). Em 1983, a ainda jovem Universidade do Minho, abre uma especialização em Comunicação Social na licenciatura de Ciências Sociais, iniciativa do Instituto de Ciências Sociais.

É na década de 80 que surge a iniciativa dos profissionais do jornalismo, talvez pelo descontentamento já apontado com os cursos superiores da sua área profissional, com a criação do Centro de Formação de Jornalistas do Porto (CFJ) em 1983, «cooperativa dinamizada por profissionais no seguimento de dois Encontros dos Jornalistas do Norte» (Mesquita & Ponte, 1997). Já em 1986 um protocolo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Sindicato dos Jornalistas, a Direcção-Geral da Comunicação Social, a Associação da Imprensa Diária e Não-Diária leva à criação do Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas, conhecido como CENJOR (Mesquita & Ponte, 1997; Pinto & Sousa, 2003).

Mesquita e Ponte (1997) confirmam ainda a influência da época Cavaquista bem como a adesão do país à Comunidade Europeia, como possibilitadora da existência de uma «conjuntura expansionista da economia» e a «abertura registada no sector». Também em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), se distingue o ensino universitário do politécnico, afirmando que o primeiro «visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais», ao passo que o segundo pretende propiciar «uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática», bem como as suas aplicações aquando da prática profissional. A par destas alterações, ainda seguindo o estudo de Mesquita e Ponte (1997), «a retirada dos níveis mínimos de candidatura» ao ensino superior fez

⁹ O primeiro curso superior a vingar no panorama universitário era composto por uma base teórica, com pouca ênfase no jornalismo, mantendo-se desde então a crítica à falta de ensinamentos técnicos dos cursos (Pinto & Sousa, 2003).



uplicar o número de candidatos de 1988 para 1989 e impulsionou a criação de universidades e institutos privados. De acordo com Ferreira (2005: 16), «também a economia dos cursos de comunicação social – inicialmente mais apoiados em material teórico e portanto integrados na categoria de “lápiz e papel” – promoveu o aparecimento da formação superior privada».

É nesta altura que termina o primeiro de dois períodos do ensino superior de jornalismo evidenciados por Mesquita e Ponte (1997) e que foi pautado pela inovação no ensino público universitário e dos centros de formação profissional de jornalistas. Este seria seguido do despoletar de cursos privados e politécnicos de jornalismo e comunicação a partir de finais da década de 80. A partir deste momento assiste-se ao que Mesquita (1995, Janeiro 6) chamou de «milagre da multiplicação dos cursos», expressão preferida dos críticos desta temática¹⁰.

A nível do ensino politécnico, os cursos de bacharelato surgem a partir da segunda metade dos anos 80, mas sobretudo nos anos 90, sendo pioneiro o curso de Comunicação Social da Escola Superior de Jornalismo do Porto, instituição do ensino privado e propriedade de uma cooperativa de professores e alunos, pela mão do Centro de Formação de Jornalistas do Porto, (Pinto & Sousa, 2003) «impossibilitado por condicionalismos legais de ministrar cursos de nível superior» (Mesquita & Ponte, 1997). De acordo com o estudo de Mesquita e Ponte (1997), o primeiro curso começou a funcionar no ano lectivo de 1986/87, tendo continuidade em 1991 num Curso de Estudos Superiores Especializados em Jornalismo Internacional, contando com a prestação de professores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e por profissionais.

Na véspera dos anos 90, em 1989, surgem mais dois bacharelatos de Jornalismo sobre a alçada do ensino privado: o Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração de Aveiro, com orientação profissional para «gestão de empresas jornalísticas e de comunicação», e o Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa da Guarda (Mesquita & Ponte, 1997). O primeiro denuncia logo à partida a falta de integração dos seus alunos no exercício profissional do jornalismo, ao contrário do segundo que aponta em direcção às mais variadas vertentes do jornalismo (Mesquita & Ponte, 1997). Nesse mesmo ano, surgem duas novas licenciaturas, uma do ensino público e outra do ensino privado. Na primeira categoria insere-se a licenciatura em Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior e, no ensino privado, surge a licenciatura com o mesmo nome da Universidade Autónoma de

¹⁰ Diz Mesquita (1995, Janeiro 6) que «depois de tantos anos de desinteresse pelas formações em Comunicação e Jornalismo – os poderes públicos e certas instituições de ensino descobriram, nesta área, uma mina de ouro.»



Lisboa, a primeira do ensino privado. A partir deste ano, ou seja, «entre o final da década de 80 e meados dos anos 90, deu-se uma explosão do número de cursos de formação superior em comunicação social nas Universidades e nos Institutos Politécnicos públicos e privados» (Ferreira, 2005: 15). É, precisamente, na década de 80 que começam a fazer-se notar as tendências de concentração de propriedade marcadas pela integração de grupos económicos privados no mercado mediático (J. Correia, 1998b).

Logo no ano seguinte, em 1990, e ainda referente ao ensino privado, surge o bacharelato de Comunicação e Jornalismo, no Instituto Português de Estudos Superiores de Lisboa, tendo a indicação de ser «direccionado para “profissionais de imprensa, rádio e televisão e actividades em empresas e organismos internacionais na área da Comunicação”» (Mesquita & Ponte, 1997). Nesse mesmo ano a Universidade Fernando Pessoa, situada no Porto e de carácter privado, cria a sua licenciatura de Ciências da Comunicação, uma das primeiras a inserir disciplinas de jornalismo on-line no seu plano curricular, juntamente com a da Universidade da Beira Interior e da Universidade Nova (Ferreira, 2005).

O ensino privado prossegue a sua expansão no ensino de comunicação e jornalismo com a licenciatura com duas variantes, em Comunicação Social e Cultural, a ser criada pela Universidade Católica Portuguesa em 1991, sendo a primeira licenciatura com cinco anos de duração (Mesquita & Ponte, 1997). No mesmo ano, a Universidade do Minho autonomiza a especialização em Comunicação Social que havia criado no âmbito da licenciatura em Ciências Sociais, e torna-a numa licenciatura (Mesquita & Ponte, 1997). Segundo o Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho (s.d.):

Em Outubro do mesmo ano, os primeiros cinquenta estudantes iniciaram o novo curso [cujo objectivo passava por] formar licenciados com competências científica e técnica que lhes permitissem, simultaneamente, a compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais e o exercício competente de algumas profissões específicas da área da Comunicação [e] promover o estudo científico das questões da comunicação humana, designadamente no quadro da difusão colectiva através dos *media* e no âmbito da comunicação organizacional, assim como cooperar com organizações e associações



do sector da Comunicação Social e outras entidades interessadas no desenvolvimento de acções de ensino e investigação.

Ainda em 1991, é criada uma área em Comunicação (cadeira de Sociologia da Comunicação no 3º ano da licenciatura) na licenciatura de Sociologia, por parte do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de carácter público, e que indica actualmente a comunicação social como uma das saídas profissionais da licenciatura (Mesquita & Ponte, 1997).

No seguimento da fase expansionista do ensino privado, surge o primeiro curso politécnico/bacharelato no ensino público, em 1992, com a designação de Comunicação e Relações Públicas na Escola Superior de Educação da Guarda, e que antecede uma série de outros cursos na área da comunicação, estabelecidos, maioritariamente e à sua semelhança, nas Escolas Superiores de Educação. Este bacharelato peca pelos mesmos motivos do de Aveiro, ou seja, a preparação dos seus alunos não se direcciona para a prática do jornalismo. Além deste último facto, Mesquita e Ponte (1997) sublinham ainda que esta rápida expansão «fez coincidir o “espírito do tempo” com as disponibilidades e características dos corpos docentes desses estabelecimentos de ensino, a atenção à procura destes cursos por parte de jovens e ao menor interesse por cursos de formação de professores». No mesmo ano surge mais um curso na área da comunicação, desta vez com o nome de Tecnologia da Comunicação Audiovisual, no Instituto Politécnico do Porto, acusando já uma vertente mais técnica e afastada do exercício profissional do jornalismo (Mesquita & Ponte, 1997).

Entre este ano e o seguinte, o panorama mediático foi agraciado com a criação de mais dois canais de televisão. Perante o crescimento do sector privado da comunicação, particularmente do jornalismo¹¹, e a procura crescente e acelerada que desencadeou, o ensino superior respondeu com a organização de cursos «sem que tivessem sido claramente definidas as reais necessidades do mercado» (Lopes, 2000: 389).

No ano seguinte, em 1993, surge novo bacharelato, desta vez em Comunicação, na Escola Superior de Educação de Coimbra, cuja orientação profissional aponta para a Comunicação Social e Relações Públicas (Mesquita & Ponte, 1997). Respondendo pelo nome de

¹¹ Nos finais da década de 80 e inícios a década de 90 são vários os órgãos de comunicação social que surgem: O Público, o Independente, a Visão, no jornalismo impresso, a SIC, a TVI, nas televisões, entre outros, são os que mais se destacam.



Comunicação Social, segue-se o curso criado pela Escola Superior de Setúbal, no mesmo ano¹². Foram duas as licenciaturas com que o ensino público brindou este ano: a de Jornalismo, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a primeira a surgir no país com esta designação, por iniciativa de Mário Mesquita, e a de Novas Tecnologias da Comunicação, da Universidade de Aveiro, ambas com duração de quatro anos, sendo a primeira direccionada à formação propriamente dita de jornalistas e a segunda voltada para as tecnologias de informação e comunicação (Mesquita & Ponte, 1997). O ensino privado marcou este ano com a criação da licenciatura em Ciências da Comunicação pela Universidade Independente, também com duração de quatro anos. Neste ano lectivo, é de recordar a alteração feita pelo Curso de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que passou a chamar-se Ciências da Comunicação (Mesquita & Ponte, 1997), justificando esta alteração com o desenvolvimento de trabalho científico e pedagógico de maior alcance além da comunicação social (alargamento dos campos de estudo), alteração que veio influenciar a designação dos cursos vindouros (Ferreira, 2005).

Já em 1994, o «milagre» continua com o aparecimento do bacharelato em Jornalismo e Comunicação na Escola Superior de Educação de Portalegre, o único a surgir neste ano (Mesquita & Ponte, 1997). A seu turno, o papel dos centros de formação continuou a afirmar-se, desta vez com a criação do Observatório de Imprensa, «responsável de cursos de curta duração sobre temáticas relevantes para os jornalistas portugueses», num conjunto de outras instituições que organizam irregularmente várias acções de formação específicas (Ferreira, 2005: 13). Criado em 1994, o Observatório de Imprensa tem-se dedicado, entre outras actividades, à organização de «acções de formação e seminários intensivos temáticos em áreas de especialização do jornalismo» em que os participantes devem ter experiência profissional no tema, dedicando também atenção especial às questões deontológicas e directamente ligadas à profissão (Ferreira, 2005: 13).

Em 1995, surge o bacharelato de Comunicação Social na Escola Superior de Educação de Viseu. No mesmo ano, com o intuito de abranger uma vasta área profissional da comunicação, é criado o curso da Escola Superior de Educação de Faro, com a designação

¹² No inquérito respondido pelo director da licenciatura a data de fundação indicada é o ano lectivo de 1998/99. Uma confirmação no *site* oficial da instituição (Retirado em 2007, Junho 14 de <http://www.esi.ips.pt/esi/docentes/biogdcente/comunic/fbregina.asp>.) confirma a data indicada no estudo de Mesquita e Ponte (1997).



sugestiva de Ciências da Comunicação, a prová-lo. No que toca às licenciaturas, partiram da iniciativa do ensino particular da Universidade Lusófona e do Instituto Superior de Línguas e Administração, e respondem pelo nome de Ciências da Comunicação e da Cultura, e Comunicação, com quatro e cinco anos, respectivamente (Mesquita & Ponte, 1997).

Já mais voltado para a especificidade, o bacharelato em Jornalismo surge em 1996 na Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, com objectivos bem delineados. O intuito de «corresponder às exigências e necessidades do mercado de trabalho» e de «preencher algumas lacunas apontadas pelos próprios jornalistas no que se refere à sua formação científica e técnica» foi concebido através de uma recolha de opinião junto de profissionais por uma empresa de estudos de mercado (Mesquita & Ponte, 1997). O ensino particular marca este ano com a criação de duas licenciaturas. Com duração de quatro anos, a licenciatura do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares responde pelo nome de Comunicação e Desenvolvimento Intercultural. Por sua vez, o Instituto Superior de Serviço Social, em Coimbra, cria a licenciatura de Ciências da Informação, em que o diploma é obtido ao final de cinco anos (Mesquita & Ponte, 1997).

É em 1996/97 que termina a pesquisa de Mesquita e Ponte acerca da situação sobre o ensino superior de jornalismo. Desta feita, e com os dados recolhidos nos inquéritos enviados aos vários directores e coordenadores dos cursos, pode constatar-se a criação e adaptação de novos cursos na área da comunicação e jornalismo.

No ano lectivo de 1999/2000 a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, coloca em funcionamento a licenciatura de Comunicação Social, com duração de cinco anos. No ano seguinte (2000), o curso de Comunicação Social da Escola Superior de Jornalismo do Porto passou a integrar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a designação de Jornalismo e Ciências da Comunicação. Esta instituição vinha já preparando a sua integração na Universidade do Porto há algum tempo, de acordo com Mesquita e Ponte (1997), tendo conseguido os primeiros licenciados em 2004.

Dois anos volvidos (2002), a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, do Instituto Politécnico de Bragança, põe em funcionamento a licenciatura de Tecnologias da Comunicação. Com duração de quatro anos lectivos, os alunos gozam de um plano lectivo que



não incide principalmente no jornalismo, como veremos adiante, mas que apresenta a actividade jornalística como uma das suas saídas profissionais.

Em 2004, três cursos universitários são criados no ensino público: um de Comunicação Social e Cultura, na Universidade dos Açores, outro de Ciências da Comunicação, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e um outro de Educação e Comunicação Multimédia na Escola Superior de Educação de Beja, todos com quatro anos de duração.

Em 2005 não há indícios de terem sido criados cursos em universidades e politécnicos do ensino público. Assim, desde o final da investigação levada a cabo por Mesquita e Ponte, mais seis licenciaturas na área de jornalismo e comunicação social foram acrescentadas à lista de opções do ensino superior público.

2. Ensino superior de jornalismo: como é visto actualmente

Apesar do carácter recente do ensino superior de jornalismo e comunicação em Portugal, a sua discussão assume, desde início, alguns contornos que se mantêm até hoje. Sem haver uma opinião unânime, as ideias chave são bastante claras, ainda que opostas e diversificadas. O ponto de confronto e comparação passa quase sempre pela situação dos Estados Unidos, onde a história da educação em jornalismo e comunicação remonta aos finais do século XIX, tendo um ponto marcante em 1912 pela fundação do curso da Universidade de Columbia, em Nova Iorque (Mesquita & Ponte, 1997; Traquina, 2002). O factor tempo parece ser o que condiciona as falhas apontadas ao desenrolar do panorama em Portugal, onde falta «uma tradição de “escolas de jornalismo” que conjuguem a formação humanística e as aprendizagens profissionalizantes» (Mesquita & Ponte, 1997).

A ideologia mais defendida passa então pela existência de um desequilíbrio entre teoria e prática do jornalismo dentro dos cursos superiores, defendida até hoje maioritariamente pelos profissionais de jornalismo (Lopes, 2000; Pinto, 2004; Pinto & Sousa, 2003), mas também por estudantes, e cujo distanciamento é também apontado como uma das críticas mais vorazes aos cursos de jornalismo e comunicação. No estudo de Mesquita e Ponte (1997), a referência à excessiva carga teórica dos primeiros cursos é já o indicar das críticas a este respeito e que se estendem até hoje: «os cursos universitários suscitavam reservas aos jornalistas profissionais,



por serem considerados “demasiado teóricos” e afastados do universo das empresas jornalísticas», evidenciando desde o início uma ruptura entre profissionais e académicos. Esta subsiste, actualmente, mas de forma menos intensa (Baptista, 2003a).

O contexto existe desde meados dos anos 80, quando saíram das universidades os primeiros licenciados em comunicação, «em plena coincidência com o ciclo caracterizado pelas privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos *media*» (Mesquita & Ponte, 1997). O facto de a abertura dos cursos superiores, universitários e politécnicos, ter seguido por iniciativa das instituições de ensino, muitas vezes «na sequência de estratégias alheias às questões da profissão, das empresas jornalísticas ou do mercado dos *media*» (Mesquita & Ponte, 1997) explica que os planos curriculares não respondam às necessidades profissionais consideradas pelos profissionais do jornalismo (Vieira *in* Gomes et al., 2003), estando os jornalistas concentrados em formas de aprendizagem em centros de formação profissional ou na inevitável tarimba (Baptista, 2003a)¹³.

Requere-se, assim um equilíbrio entre teoria e prática, sendo indesejável o excesso de qualquer uma das duas de modo a evitar distorções nos dois campos, o que não se tem verificado, acentuando e perpetuando o «desnívelamento entre as salas de aula e as redacções» (Bastos *in* Gomes et al., 2003: 112). Manuel Pinto adverte que uma divisão tão linear dos planos curriculares pode prejudicar o seu desenvolvimento, pedindo-se uma «solidez científico-pedagógica do ensino, a constituição de equipas que interagem no seu seio e que capitalizam e constroem conhecimento e memória, tendo presente a relevância do jornalismo para a sociedade e para o sistema democrático» (2004: 59-60), fazendo o «possível para que esse percurso académico seja cada vez mais aperfeiçoado à dimensão teórica e prática da preparação dos profissionais» (J. Correia, 1998a: 3). O professor da Universidade do Minho, Manuel Pinto, colmata esta discussão associando-se ao caso da Columbia Graduate School of Journalism¹⁴ para que, como afirma Cascais (s.d.), se traga o público e a sociedade que o

¹³ É curiosa a descrição de Clara Baptista (2003a: 46) sobre os planos curriculares dos cursos superiores de comunicação. Num artigo publicado na revista *Jornalismo & Jornalistas* afirma que «a maioria dos cursos superiores em Ciências da Comunicação que incluem a variante Jornalismo, agarram uns pós de Ciências Sociais, outros de Ciências da Comunicação, misturam com um pouco de prática jornalística, atiram tudo para um pote e esperam que resulte». Acrescenta ainda que se torna fácil enumerar os conhecimentos que devem fazer parte do perfil dos jornalistas e a sua conduta profissional, sendo difícil a transmissão desses «saber fazer».

¹⁴ Pinto (2004) lembra a discussão gerada naquela escola e trazida a público, sobre a verdadeira essência de uma escola de jornalismo de prestígio, a antecipar a nomeação de um novo director para a Graduate School of Journalism.



jornalismo serve, para o debate sobre o ensino do jornalismo. Sobre esta dualidade teoria-prática, Eduardo Meditsch publicou uma série de trabalhos como veremos adiante.

Hoje, os profissionais continuam a defender uma componente mais prática (Resende, 2004) e os académicos a recusar a exclusividade teórica, com base na necessidade de formação variada a nível de disciplinas dos jornalistas (Baptista, 2003a; Lopes, 2000). Alguns assumem o ideal de aprendizagem prática precedida do devido enquadramento teórico, e que exige uma cooperação entre ambas as partes (Oliveira *in* F. Correia, 2000b). A opinião de outros, passa pela defesa acérrima da importância de cursos ministrados por entidades como o CENJOR, de formação profissional (Cascais, s.d.; Coelho *in* Gomes et al., 2003; Gomes et al., 2003), ao qual se enaltece o acompanhamento das matérias face à evolução do sector, a nível profissional e empresarial, o prolongamento da «formação académica superior na área da Comunicação e do Jornalismo», conteúdos práticos, formação contínua, equilíbrio entre teoria e prática e possibilidade de especialização temática e profissional, transmitindo os ensinamentos práticos que as empresas do sector querem (Cascais, s.d.: 88-89). A importância deste centro de formação parece ser também reconhecida por aqueles que a frequentam, a avaliar pelos estudos sobre a temática levados a cabo pelo CENJOR, mas o seu director, Fernando Cascais (s.d.), identifica este tipo de ensino como um complemento de formação, seja à via académica ou “tarimbeira”, e não como uma formação isolada.

O domínio, desde o início, dos cursos de Comunicação, como forma de abarcar uma maior quantidade de disciplinas, adoptando um formato «generalista» e mantendo o jornalismo como área de especialização ao invés de o considerarem como matéria específica (Mesquita, 1995, Janeiro 13; Mesquita & Ponte, 1997) pode ser um dos indicativos desta essência teórica dos cursos superiores. A licenciatura em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, surgida nos finais dos anos 70, tornou-se num exemplo a seguir pelos cursos vindouros, que não só adoptaram a sua designação, ou uma semelhante, mas também um plano de estudos mais abrangente e que permitia alargar as opções profissionais dos seus licenciados (Mesquita & Ponte, 1997; Pinto, 2004). O carácter abrangente pauta-se igualmente pela integração dos cursos nas Faculdades de Letras e de Ciências Sociais e Humanas, sendo que uma situação mais favorável seria a criação de faculdades autónomas de Ciências da



Comunicação¹⁵ (Mesquita & Ponte, 1997). Começa a ser comum a acusação negativa sobre este factor de que se estão a formar «comunicólogos» em vez de jornalistas¹⁶ (J. P. Sousa, 1997; 2004). Mas também aqui as opiniões divergem, se olharmos ao mencionado por A. D. Rodrigues (1990) acerca das vantagens dos cursos em Comunicação Social, pela necessidade de se formarem jornalistas através de saberes que não sejam apenas tecnológicos. Por outro lado, existe a ideia de que assim o é pela falta de formação mínima exigida pelas instituições para a docência que permita a contratação de jornalistas, conforme adianta Mesquita e Ponte (1997).

Nas quatro áreas de saber criadas por Mesquita e Ponte (1997) para distinguir as cadeiras leccionadas, as de Ciências Sociais e Humanas e de Ciências da Comunicação prevalecem sobre os Estudos sobre os *Media* e Jornalismo, com incidência maior nos primeiros cursos a ser criados, sendo ainda de notar a falta de cadeiras ligadas à investigação. Esta incidência nas Ciências da Comunicação é também mencionada por Carla Baptista (2003a) num artigo que relatou o olhar sobre o I Encontro sobre o Ensino do Jornalismo, decorrido em Braga. Apesar dos traços em comum entre alguns cursos, «não é fácil traçar uma linha de demarcação» em relação ao ensino público e privado, excepto pela menor exigência de habilitação no acesso aos cursos pelo segundo¹⁷ (Mesquita & Ponte, 1997). Sobre esta temática, as conclusões sobre o I Encontro Sobre Ensino do Jornalismo apontam nessa mesma direcção da falta de «uma bitola comum aos vários cursos» (Baptista, 2003a: 46). Além disso, o facto de nem sempre o jornalismo vigorar sobre as disciplinas mais associadas às ciências da comunicação (J. P. Sousa, 2004; Lopes, 2000) torna esse factor, em mais um que faculta o distanciamento entre profissionais e académicos.

Da discussão faz parte ainda a defesa ou não da existência dos cursos superiores de jornalismo e comunicação. O comum é que sejam os académicos a defender o acesso à profissão através do ensino superior, ou o começo da aprendizagem jornalística por esta via. Já em 1991, a Associação Europeia de Formação em Jornalismo na Europa (*in* Mory et al., 1991) afirma que, dizer que a formação em jornalismo não é necessária é mentalidade do século

¹⁵ Como acontece com países como a Espanha, Brasil e Estados Unidos, fundadoras de universidades e faculdades autónomas, a partir de 1971, de acordo com a experiência espanhola (Baptista, 2003a).

¹⁶ Mesquita (1995, Janeiro 13) chama a atenção para a facilidade de constituir cursos em comunicação, baseados em disciplinas já constituídas se torna mais simples do que «novos domínios de especialização», pois sugerem a contratação de profissionais que possuam habilitações pedagógicas necessárias e a «estruturação de domínios de conhecimento sem tradição na Universidade portuguesa, como é o caso da área de estudos sobre os *media*, onde se estude e analise o fenómeno da comunicação mediatizada».

¹⁷ Mesquita e Ponte (1997) apontam como negativa a ausência de «cadeiras obrigatórias», como a de Português, no acesso aos cursos do ensino privado.



passado, e que uma formação sólida é condição necessária para o exercício da uma profissão em evolução. Do outro lado estão os jornalistas a defender ainda a tarimba, apesar de reconhecerem algumas vantagens da aprendizagem teórica junto das universidades e politécnicos, como se infere das conclusões do Congresso dos Jornalistas Portugueses de que «mesmo no interior da profissão as opiniões se dividem» (J. Correia, 1998a: 1). Esta tendência ocorre desde as primeiras publicações sobre a possibilidade de criar uma escola superior de jornalismo, em 1926, pelo Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa, ao que o director do *Comércio do Porto* respondeu: «da mesma forma que não há escola de poesia também não há escola de jornalismo» (*in* Sobreira, 2003: 69). Outros ainda respondem que, perante a situação socioprofissional em que se encontram os profissionais, «não servem os cursos, barrilados em carteiras tradicionais, onde o saber livresco é exposto por professores presos a metodologias clássicas, vendedores de tédio» (Vilas-Boas *in* Gomes et al., 2003: 121), sendo que a formação superior de nada serve sem vocação e paixão pela profissão¹⁸.

Acontece que, em grande parte, é defendida a frequência de um curso de ensino superior, especialmente se for em áreas que têm actualmente grande prestígio ou que podem constituir a área de especialização da profissão (como a economia e a política), seguidas de estágio (J. P. Sousa, 1997) ou curso de formação profissional na área informativa dos *media* (Gomes et al., 2003). Num estudo levado a acabo por J. P. Sousa (1997) os profissionais dos meios de comunicação defendem a graduação superior como condição primária de acesso à profissão, mas preterem os cursos em comunicação social e jornalismo. Acrescentam ainda a importância de uma pós-graduação numa área de especialização, caso a formação seja em ciências da comunicação e jornalismo.

No entanto, os profissionais mais ligados ao mundo académico optam pela formação superior em ciências da comunicação e a pós-graduação em áreas específicas se olharmos à opinião de Bastos (*in* Gomes et al., 2003) e J. P. Sousa (2004), antigos jornalistas a leccionar

¹⁸ Um inquérito realizado pelo Sindicato dos Jornalistas sobre a necessidade de formação superior na área de Comunicação Social, obteve uma maioria de resultados para o não, na ordem dos dois terços. As razões para estes resultados são apontadas por Cascais (s.d.: 91-93) com base nos comentários feitos nas respostas, e designam primeiramente a «prática como fundamental», seja por via de estágio, formação profissional ou simples “tarimba”, tendendo para uma ideia de facilitismo profissional e do jornalismo predominantemente técnico. Além desta existe também a defesa da formação superior em qualquer área, advertindo Cascais para a negatividade de uma formação díspar, bem como a menção à existência de bons jornalistas, da classe mais antiga, e que não necessitaram deste tipo de formação. A este comentário Cascais alerta para a sua dissipação face à defesa da formação superior em Comunicação e Jornalismo pelos órgãos tutelares, como o Sindicato dos Jornalistas. Por último, os inquiridos sustentam vocação inata como suficiente, a teoria excessiva dos cursos, e a situação negativa do mercado de trabalho. Todos estes pontos foram já tocados previamente.



em cursos da área. A. Rodrigues (2003), do Sindicato dos Jornalistas, refere que não pode comparar-se o saber fazer jornalismo como uma qualidade inata como acontece com a poesia, havendo a necessidade de ser feito, praticado e aprendido, referindo explicitamente que a frequência de cursos académicos e de aperfeiçoamento profissional, bem como a docência e a formação profissional nas áreas da informação como tarefas que promovem o jornalismo (após um período considerável de exercício da actividade).

Manuel Pinto (2004), da Universidade do Minho, opina que a verdadeira escola é a prática das redacções, embora tal realidade não seja impossível de «replicar» pela via académica, mas reclama o estatuto que os ensinamentos em laboratório têm e que outros, como sejam a noção de notícia e a capacidade de a identificar com tudo o que lhe é inerente, só podem ser apreendidos pela via académica¹⁹. J. Correia (1998b), da Universidade da Beira Interior, aposta na essencialidade de matérias do campo das Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Comunicação e Jornalismo, se olharmos à classificação de Mesquita e Ponte (1997). O professor da UBI adverte que «quem escreve sobre o mundo tem que lançar sobre ele um olhar cada vez mais avisado», numa alusão à necessidade da formação jornalística, apelando a exemplos internacionais onde esta é essencial à integração na profissão e demarcando-se da posição dos que defendem o auto-didactismo (J. Correia, 1998b: 6-7). Na opinião de J. Correia (1998b: 7), dever-se-á, «na medida do possível, lutar para que essa formação corresponda às expectativas da classe».

Jean Dondelinger, membro da Comissão das comunidades europeias, defende mesmo a construção de um modelo europeu de ensino de jornalismo, com base nas semelhanças existentes nos vários países europeus (*in* Mory, et al., 1991: 9). Baseada em vários autores, Sobreira (2003: 67-68), da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, reconhece que falta ao jornalismo uma característica fundamental para ser profissão: um «conjunto de conhecimentos teórico-práticos, suficientemente estável e organizado de forma sistemática e abstracta, onde estão descritos os procedimentos relacionados com a actividade profissional». Sobreira acrescenta mesmo que tal condição favorece a evolução e progresso do corpo teórico da profissão. A autora baseou-se na abordagem de Soloski (1989) que defende a existência de uma «base cognitiva» de uma profissão como condição essencial para a sua

¹⁹ Pinto (2004) assume que as instituições de ensino não produzem profissionais mas sim diplomados que, na melhor das hipóteses, reúnem conhecimentos que poderão ser aplicados na vida profissional e são esses que compete às instituições transmitir e não pela via “tarimbeira”.



existência. Soloski (1989) acrescenta ainda que o controlo e standardização dessa «base cognitiva» passa pelo seu estabelecimento em universidades e institutos superiores, de modo a assegurar a sua aprendizagem e aceitação dos ideais e objectivos da profissão pelos futuros profissionais, que chegarão às redacções com uma determinada aprendizagem da profissão.

Outros ainda consideram que os cursos superiores de comunicação e jornalismo não são essenciais nem necessários para o bom desempenho da função, mas reconhecem-lhe algumas vantagens e mesmo a sua indispensabilidade no que toca à formação teórica (Araújo *in* Gomes et al., 2003; Gomes et al., 2003). É comum a todos os inquiridos do estudo de J. P. Sousa (1997) a valorização do ensino superior em relação aos centros de formação profissional, em contradição com afirmações já mencionadas anteriormente. José Rodrigues dos Santos (*in* Azevedo, 2002) reconhece a evolução positiva da contratação de licenciados na área de Comunicação, visto saírem com um «nível cultural superior» comparativamente aos antigos profissionais, aquando do seu acesso às redacções, e com «melhor preparação para exercer a profissão». O pivô da RTP e docente da licenciatura de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa não deixa, no entanto, de salientar a importância da vocação a par da preparação teórica.

Se juntarmos a opinião de alguns profissionais (Chaparro *in* Pinto, 2004; Gomes et al., 2003²⁰) sobre a formação teórica dos jornalistas, reunimos algumas áreas indispensáveis como a o Português, a mais valorizada, a História, a Política, as Relações Internacionais, a Economia, a Gestão, a História dos Media, as Teorias da Comunicação, Ética e Deontologia, as Literaturas, Direito, Economia, da sociedade em geral e do seu funcionamento organizacional, o funcionamento e conhecimento da União Europeia, o domínio de línguas estrangeiras com preferência para o inglês, conhecimentos multimédia, a área da investigação e análise do próprio produto jornalístico, juntando-lhe mais ou menos na segunda metade do curso o estudo da prática jornalística nos diferentes meios de comunicação social. Mas a realidade enfrentada pode apontar no sentido de não existir a formação perfeita (Oliveira *in* Gomes et al., 2003). Foi também afirmado que o domínio da técnica é um factor que deve fazer parte dos conhecimentos e perfil do jornalista, o que é reforçado a nível programático no estudo de J. P. Sousa (1997), além do domínio deontológico. O mesmo estudo identifica a Escola Superior de Comunicação

²⁰ Adelino Gomes, Hália Costa Santos, Hélder Bastos, João Aguiar Campos, Joaquim Vieira, Jorge Wemans, e Luísa Bessa.



Social, na opinião dos jornalistas inquiridos, como a que mais corresponde aos desejos de formação de jornalistas, seguida da Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. Pode afirmar-se que o facto de as redacções receberem mais estagiários oriundos de instituições de ensino da grande Lisboa possa ter interferido com a escolha. Durante as I Jornadas do Curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto, David Ponte (2005, Maio), do Jornal de Notícias, mencionou a Universidade do Minho como a melhor formadora de jornalistas, o que sustenta essa mesma teoria da proximidade geográfica.

Ainda sobre os conteúdos dos vários cursos de comunicação e jornalismo, 28 anos volvidos sobre a criação da primeira licenciatura na Universidade Nova de Lisboa, as discussões apontam no sentido de uma incongruência quanto à melhor forma de construir os cursos superiores desta área, problemática admitida pela Universidade da Beira Interior aquando do I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal (Baptista, 2003a). A coabitação de disciplinas que transmitem competências quer a nível do jornalismo, quer da comunicação institucional ou da publicidade e marketing são vistas como negativas por parte de académicos, investigadores e profissionais, «por entenderem que os respectivos objectivos são radicalmente diversos» e que «a prática e a deontologia do jornalismo são antagónicas da lógica que preside às profissões que têm como finalidade influenciar e, muitas vezes, pressionar os jornalistas» (Mesquita & Ponte, 1997), atitude mencionada mas também refutada por alguns (Lopes, 2000). Desta opinião partilha também o Sindicato dos Jornalistas, que vê tais disciplinas como antagónicas e com propósitos distintos e conflituantes a nível ético (*in* Portugal, s.d.). Aliás, é conhecida a posição da instituição representativa dos jornalistas (2005) da existência de um curso específico em Jornalismo, tendo mesmo enviado ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, em Novembro de 2005, um abaixo-assinado levado a cabo por professores do ensino universitário e politécnico e por jornalistas profissionais, «na sequência de notícias que dão conta de um desejo ministerial de redução das formações na área da comunicação a designações como Ciências da Comunicação, Comunicação Multimédia ou Comunicação Social». O documento invoca razões várias como «a história e a especificidade do jornalismo» em comparação com a realidade internacional, essencialmente na preferência do jornalismo em relação às ciências sociais e humanas.



Não discordando desta opinião, Mesquita e Ponte (1997) retiram alguns aspectos positivos desta convivência disciplinar, que possui alguma formação teórica em comum, na medida em que é vantajoso que tanto o jornalismo como as relações públicas terem conhecimento do funcionamento, objectivos, rotinas e deontologia um do outro, pela sua proximidade durante as práticas profissionais. A razão desta reunião de saídas profissionais num só curso superior é apontada algumas vezes como resultante de um intento de «rentabilizar recursos humanos a nível do pessoal docente e de proporcionar aos estudantes uma diversificação de saídas profissionais» (Mesquita & Ponte, 1997). Mais recentemente, entre o final dos anos 80 e durante os anos 90, este aspecto tem vindo a ser colmatado com a inserção de vertentes opcionais, das quais fazia parte o jornalismo, numa atitude que conduzia à «especialização» (Mesquita & Ponte, 1997) dos cursos.

Olhando a investigação de J. P. Sousa (1997), os profissionais delegam nos cursos superiores de jornalismo e comunicação, os seguintes objectivos: «alargar horizontes, disponibilizar conhecimentos, favorecer a auto-aprendizagem, conferir capacidades técnicas, incutir padrões éticos e deontológicos, ensinar a pensar, promover a socialização e a aculturação profissionais, solidificar o companheirismo, fortalecer a autonomia pessoal, incutir valores como o da responsabilidade social, o do rigor e o da honestidade, preparar os jovens para enfrentar o mercado e formá-los moral e civicamente». Para tal, a base teórica deveria ser constituída por disciplinas que fossem susceptíveis de conferir domínio técnico e de incutir padrões éticos e deontológicos nos candidatos à profissão²¹, numa tentativa de formar o referido jornalista polivalente e multifacetado, mencionado anteriormente durante as Jornadas “Dez Anos de Jornalismo Digital em Portugal: Estado da Arte e Cenários Futuros”²², organizadas pela Universidade do Minho em 2005, por Hélder Bastos, da Universidade do Porto, e João Canavilhas, da Universidade da Beira Interior, criticado por Mário de Carvalho, editor do Expresso Online.

Pela afirmação tardia da formação superior em jornalismo e comunicação, também o é a área de investigação, cujo nascimento data de finais da década de 80, com as primeiras teses

²¹ Estágio, Ética, Direito e Deontologia do Jornalismo, Géneros e Estilos Jornalísticos, Imprensa, Radiojornalismo e Telejornalismo, Jornal-Laboratório, Estação de Rádio e Estação de Televisão, Gramática Normativa do Português e Oficina de Expressão Escrita em Português, Informática e Novas Tecnologias, Jornalismo On Line, Teoria da Notícia, Fotojornalismo, Teorias da Comunicação Social, Documentação e Investigação em Jornalismo e Jornalismo Infográfico (J. P. Sousa, 1997).

²² Informação recolhida pela autora durante o evento.



de doutoramento na área do jornalismo, e da primeira tese de mestrado em 1994, no âmbito do Mestrado da Universidade Nova de Lisboa, que integrou «um primeiro seminário na área dos estudos jornalísticos» (Mesquita & Ponte, 1997). Hoje em dia, esse número tem vindo a aumentar significativamente, estando na ordem das dezenas, sobretudo graças às teses de mestrado e doutoramento, que possibilitam aos estudantes avaliar mais precisamente a realidade do jornalismo português, graças aos pedidos institucionais ou ainda na forma de comunicações académicas (F. Correia, 2003; Oliveira *in* F. Correia, 2000b; Pinto, 2004; Traquina et al., 2001). Mas considera-se também que não é uma área científica bem desenvolvida (Pinto & Sousa, 2003: 1). Estes estudos traçam já um passado recente da panorâmica comunicacional portuguesa, sobre um olhar empírico e que remete para o exercício de inquéritos ou para a observação directa nas redacções (Traquina et al., 2001). A par das teses (Pinto, 2004), os apoios do governo desde 1999 e que estimulam a publicação de obras na área da ciência da comunicação, as publicações periódicas nessa mesma área²³, a atenção conseguida junto de várias editoras para a publicação de estudos desta área e o financiamento à investigação por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia têm contribuído para um alargamento da divulgação da área da comunicação (Oliveira *in* F. Correia, 2000b). Esta investigação torna-se também indispensável à constituição de novos cursos e reestruturação dos já existentes que, se a descurem, correm o risco de «instalar apenas máquinas de ensino, baseadas na retransmissão de conhecimentos e de rotinas, com objectivos de puro negócio [na medida em que] o milagre da multiplicação de cursos ficaria reduzido ao milagre da multiplicação das fraudes» (Mesquita, 1995, Janeiro 13).

Avaliando os resultados do relatório de Mesquita e Ponte (1997), os autores reconhecem a escassez de cadeiras ligadas à análise e investigação sobre os *media* justificada pelo tardio panorama de ensino e investigação, pela falta de estudos e estudiosos neste campo que permitissem um enquadramento teórico dos *media*, possibilitado por trabalhos desenvolvidos no âmbito dos cursos de mestrado e de doutoramento.

Segundo o mesmo relatório, as disciplinas de carácter geral ou teórico são leccionadas por «universitários de carreira» e as disciplinas específicas da prática jornalística ou «matérias

²³ Exemplos disso são as revistas Comunicação e Linguagens, do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa, e a revista Comunicação e Sociedade, Cadernos do Noroeste, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Oliveira *in* F. Correia, 2000b).



profissionalizantes» são leccionadas por «pessoas que conjugam a actividade docente e profissional», que são remetidos para os «*ateliers*» ou «laboratórios». Os autores vêem, no entanto esta necessidade de «existência de um corpo de professores e investigadores, inteiramente dedicado ao ensino, que assegurem a teorização e a investigação sobre o jornalismo» (Mesquita & Ponte, 1997). Uma primeira impressão leva a crer que as bibliografias dos estudantes já incluem uma boa quantia de produções nacionais sobre os problemas do universo mediático português, respondendo ao apelo que Mesquita e Ponte fizeram em 1997.

Os problemas detectados por estes autores (Mesquita & Ponte, 1997) no seio do ensino superior de jornalismo em Portugal não ficam por aqui. Tais falhas apontam na direcção de falta de equipamentos de apoio para leccionar nos *ateliers* ou laboratórios, os impedimentos curriculares para que as disciplinas práticas sejam leccionadas por profissionais e a falta de disciplinas específicas a nível dos bacharelatos são algumas, mas não todas. A problemática resume-se no que Pinto e Sousa (2003) denominaram por «falta de recursos humanos e financeiros» dos vários programas. A pouca atenção dada à problemática e questões europeias não fica esquecida, sendo que, neste aspecto, saem a ganhar os licenciados do ensino privado (Mesquita & Ponte, 1997). Mesquita e Ponte (1997) encontram a escapatória para estes problemas nos centros de formação profissional como o CENJOR e o Observatório de Imprensa, que focam aí a sua atenção. Daí que os autores apontem como uma solução, a articulação entre universidades e os centros de formação, antes de os alunos integrarem o estágio.

Apesar de tudo isto, os investigadores e académicos que se dedicam a esta matéria, com todas as problemáticas que lhe são inerentes, constataam o carácter atractivo dos cursos, a julgar pelas médias de entrada elevadas (Basto, 2006, Setembro 16)²⁴ e pelo *numerus clausus* anuais, e ainda pelo «fascínio exercido pelo universo dos *media* sobre os jovens» (Mesquita & Ponte, 1997), factores que estão por detrás da constante proliferação dos cursos de comunicação e jornalismo (Chaparro, 2001). Quando se fala em saídas profissionais, conhece-se uma excepção no início dos anos 90, aquando da abertura dos dois canais de televisão privados, SIC e TVI, e da abertura de novos jornais (Fidalgo, 2004; Mesquita & Ponte, 1997), que acolheram um número significativo de recém-licenciados, mas que no seu conjunto, são

²⁴ «Médias igualmente elevadas dão acesso a cursos relacionados com a Comunicação Social. Aqui, foi o curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto que acolheu a média mais alta 15,98 valores.» (Basto, 2006, Setembro 16)



insuficientes para acolher os licenciados que todos os anos saem das universidades e politécnicos portugueses.

A par e passo, os documentos produzidos acerca desta temática apontam este factor como elemento de ruptura entre profissionais e académicos, num clima de desconfiança mútua, devido ao «alheamento das problemáticas teórico-práticas do jornalismo» dos cursos superiores de comunicação (Mesquita & Ponte, 1997). Os conteúdos transmitidos aos estudantes de jornalismo e comunicação «raramente se materializa[m] na realidade das redacções» (Baptista, 2003b: 22), em grande parte devido às alterações que a profissão sofreu nas últimas décadas e que se pautam pela velocidade da informação e pelos conteúdos apelativos que vendam facilmente. Os ensinamentos transmitidos nas universidades e as práticas profissionais passam por uma lista de contradições vasta²⁵. Sem justificar as atitudes profissionais actuais, do lado dos jornalistas critica-se o estado passivo das universidades, a falta de recursos técnicos, humanos e financeiros (Baptista, 2003b). Os académicos contra-atacam com os cortes orçamentais aplicados pelos sucessivos governos em especial às faculdades de letras (A. D. Rodrigues, 1990). Além disso, a comparação das teorias com as condições com que os estudantes se deparam nas redacções apelam à denominação cada vez mais corrente do «fosso» entre o mundo académico e o profissional, acusando este último o primeiro de descurar a devida atenção à realidade profissional de modo a adequar a formação teórica (Coelho /in Gomes et al., 2003). Também a criação dos centros de formação profissional para jornalistas, no Porto e em Lisboa, são tidos como uma prova inicial da fraca adequação dos planos curriculares dos cursos superiores à situação profissional dos jornalistas (Pinto, 2004). Outros autores (Pinto & Sousa, 2003) dão conta da existência de um fosso no seio do próprio meio académico, ao afirmarem que existem divergências entre as universidades e os politécnicos, quando as primeiras, de acordo com A. D. Rodrigues (1990) acusam os institutos de ministrarem cursos demasiadamente técnicos, enquanto estes acusam as universidades de possuírem cursos com ensinamentos muito teóricos.

No entanto, F. Correia (2003) aponta que esse distanciamento entre profissionais e académicos se tem vindo a esbater e a transformar-se mesmo em cooperação, pela percepção de ambas as partes das vantagens desta mudança. F. Correia (2003) aponta uma maior

²⁵ As contradições situam-se ao nível das práticas jornalísticas de ponderação ensinadas nas universidades, opostas à velocidade das redacções que o impede, bem como a objectividade, a pesquisa, e a relação ponderada com as fontes (Baptista, 2003b).



iniciativa da parte dos jornalistas pela contínua vontade de completar a formação prática com a teórica, nomeadamente por meio de cursos de pós-graduação, enriquecendo o quadro de docentes nesta área, e que se tem pautado, segundo Pinto, 2004 pela docência por parte de profissionais mais experientes a provar a redução das objecções à formação académica em jornalismo. F. Correia (2003: 16) sublinha a necessidade de uma intensificação desta «atitude recíproca de abertura», com maior incidência do lado académico, no sentido de obter um «conhecimento mútuo». Reconhece-se actualmente um estreitamento na aproximação das duas partes, ainda que não o desejável, mas que se afirma no preenchimento das redacções por profissionais licenciados, pela colaboração entre ambas para que sejam integrados estágios curriculares nas licenciaturas e bacharelatos, e a integração de profissionais no quadro docente de Universidades e Politécnicos (Baptista, 2003a).

Não obstante as críticas feitas ao panorama do ensino superior de jornalismo e comunicação, constata-se alguns aspectos positivos que apontam na direcção de uma melhoria, dada a possibilidade acrescida de formação prática, teórica e tecnológica, conjugada com uma sólida formação em Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Comunicação, o começo de iniciativas de investigação em torno de cursos de mestrado e doutoramento e ainda a organização de equipas de docentes e investigadores que dirigem a sua atenção aos «saberes relativos ao exercício do jornalismo, mas também o impulso indispensável ao desenvolvimento global da área» (Mesquita & Ponte, 1997). Falta o diálogo entre académicos e profissionais, para que se possam colmatar falhas e impulsionar os aspectos positivos aqui salvaguardados, prevalecendo a ideia de que a existência de cursos, com ou sem falhas, é positiva se a compararmos com uma situação de ausência deste campo no panorama do ensino superior (Mesquita & Ponte, 1997).

No entanto, os dados dos últimos inquéritos aos profissionais sugerem uma valorização dos jornalistas com formação superior, a avaliar pela crescente contratação de profissionais com tais características (Fidalgo, 2004), sendo que «a oferta fez da formação superior dos candidatos a jornalistas, um factor valorizado pelas empresas» (Ferreira, 2005: 14).

Actualmente, se olharmos a algumas comunicações no I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal (decorrido em Braga a 17 e 18 de Setembro de 2003) a Universidade da Nova de Lisboa (2003, Setembro) começara a dar indícios de uma tomada de



consciência da situação profissional dos jornalistas a nível produtivo e socioprofissional, com a influência dos ditames económicos e das transformações tecnológicas, bem como dos problemas a nível do mercado de trabalho sobrecarregado na área jornalística, muito por força do aumento de cursos superiores nessa mesma área. Carvalho (2003, Setembro), da Universidade do Minho, vem concordar com as questões tecnológicas. As opções de futuro passam por uma composição teórico-prática onde se combinem os *ateliers* com o inerente enquadramento teórico, e uma adaptação disciplinar ao nível das novas realidades tecnológicas, como a introdução do «jornalismo electrónico» e a «possibilidade de planear e executar trabalhos teórico-práticos de envergadura com ligação ao mercado de trabalho» (Carvalho, 2003, Setembro). Advoga-se também, fora deste Encontro, a coordenação entre o saber académico e a visão dos profissionais, no sentido de conseguir planos curriculares bem concebidos, num reconhecimento da parte da docência da necessidade de contribuição entre ambos os lados (Lopes, 2000).

Ainda no I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal, destaca-se a referência comum para a importância da especialização na formação superior, referida particularmente pela Universidade Nova de Lisboa (2003, Setembro), em cursos de pós-graduação em áreas específicas, como jornalismo económico, político, desportivo ou judiciário.

Uma ideia nova das universidades, nomeadamente a de Coimbra e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como veremos adiante, passa pela possibilidade de os alunos frequentarem disciplinas de outros cursos.

Prolonga-se igualmente a crítica das universidades sobre o desejo de que seja criado o «jornalista MacGyver, o super repórter multimédia numa espécie de caricatura que alguns já chamam de jornalismo de mochila às costas» (Universidade da Beira Interior, 2003, Setembro) como também afirmou Helder Bastos, de modo semelhante, aquando das Jornadas “Dez Anos de Jornalismo Digital em Portugal: Estado da Arte e Cenários Futuros”, decorridas em Junho de 2005.

O problema da docência nos cursos não é esquecida por parte das instituições de ensino superior, a saber, a necessidade de aumentar as colaborações de profissionais do jornalismo na docência, sem resumir os ensinamentos ao puramente prático, bem como a necessidade de formação de estudantes para a docência em cursos de comunicação e



jornalismo da Universidade da Beira Interior (2003, Setembro). No entanto, alguns autores apontam o dedo às instituições que valorizam os docentes doutorados em relação aos jornalistas, bem como os «indicadores académicos» em detrimento dos «indicadores pedagógicos e profissionais» estando aqui implícito o carácter teórico dos cursos graças a esse factor (J. P. Sousa, 2004: 4).

No entanto, chegando ao ponto presente, não escapam a uma crítica que se torna agora mais frequente e que se prende com a quantidade cada vez maior de cursos superiores na área de jornalismo e comunicação, criticando directamente o ministério que abrange a formação superior por formar jornalistas em excesso (Villas-Boas *in* Gomes et al., 2003). Esta «multiplicação da oferta» a par com uma «diversidade de conteúdos» e a «imprecisão de alguns objectivos de formação» (Cascais, s.d.: 86) parece ser fruto desta «crise de crescimento» do ensino de jornalismo e comunicação (Pinto, 2004). As críticas apontam no sentido de esta proliferação ter sido uma resposta à procura gerada pelo desenvolvimento do sector privado de comunicação em geral e do jornalismo em particular, sem serem definidas claramente as necessidades do mercado (Lopes, 2000), conforme foi já afirmado. Adequando-se ao ditado popular utilizado por Mesquita (1995, Janeiro 6) que «não há fome que não dê em fartura», a verdade é que as 951 vagas anuais de alunos ao ensino de comunicação e jornalismo no ano lectivo de 2003/2004 subiram hoje para 1163, apenas no ensino público (ano lectivo 2005/06). Sobre este problema, Rodrigues dos Santos (*in* Azevedo, 2002) confirma a falta de capacidade do mercado para abranger «as fornadas sucessivas de alunos formados» em Comunicação Social e Ciências da Comunicação.

Até hoje, assume-se a dificuldade do jornalismo se afirmar como campo académico pela própria complexidade inerente ao exercício e integração na profissão (J. P. Sousa, 2004).

3. A situação socioprofissional dos jornalistas e o acesso à profissão

Apoiando-nos na perspectiva de Pinto (2004: 58) de que «é uma discussão sobre o próprio jornalismo que se torna necessário fazer, quando se pretende reflectir sobre a formação dos futuros jornalistas», o que a seguir se expõe pretende avaliar a actual situação dos profissionais, indo de encontro ao que se expôs previamente sobre o ensino deste campo.



Saídos das universidades e institutos politécnicos, os recém-licenciados deparam-se com um panorama resultante de profundas mudanças processadas ao longo das últimas décadas, e que se pautam pelas «fortes influências do audiovisual, da publicidade e do marketing e, sobretudo, da extrema competição entre grupos empresariais» (Graça, 2004: 8). A supremacia dos interesses económicos na profissão, ou seja, dos valores comerciais em detrimento dos jornalísticos, com todos os factores que lhe são inerentes e que advêm sobretudo da concorrência dos *media* entre si, é influenciada pela concentração dos *media* em grandes grupos²⁶, cujo objectivo é a produção de lucro. Deste modo, verifica-se uma alteração dos valores jornalísticos como consequência do domínio dos valores económicos (F. Correia, 2003, Outono), com o «bom jornalismo» a sobrepor-se ao «jornalismo que vende bem» (F. Correia, 2003: 13), sendo os jornalistas responsabilizados pelo descrédito dos *media* e pelo enfraquecimento da democracia, além de um desrespeito pelas regras deontológicas e alteração dos “valores-notícia” (A. Rodrigues, 2003). Em consequência, assiste-se à homogeneização das opiniões e de conteúdos dentro dos grandes grupos mediáticos, em claro conflito com a liberdade de opinião defendida constitucionalmente, e assumindo-se como jornalísticos os novos valores comerciais (F. Correia, 2003; J. P. Sousa, 2004). «A precariedade de trabalho é inimiga da liberdade de expressão» diz-nos J. Correia (1998a: 3), da Universidade da Beira Interior, a propósito das conclusões do Congresso dos Jornalistas Portugueses.

Os dados existentes sobre a situação socioprofissional da classe jornalística são reveladores de uma situação de ingresso profissional que passa pelo voluntarismo e por períodos experimentais de grande extensão, gratuitos e sem garantias de entrada no mercado de trabalho (F. Correia, 2003). Do outro lado estão empresas que não possuem métodos de ensino, deixando os candidatos a trabalhar ao sabor da «tarimba» e de práticas produtivas «longe dos ensinamentos académicos que, eventualmente, recebeu» (Graça, 2004: 14), muitas vezes enviados para verdadeiros “campos de batalha” dignos de jornalistas com tempo considerável de profissão (F. Correia, 2003). O Sindicato dos Jornalistas menciona, inclusive, que existe uma substituição de jornalistas por estudantes de jornalismo, «constituindo uma prática sistemática de trabalho ilegal» (2003: 4). «As condições de ingresso ficam marcadas pela existência de um

²⁶ De acordo com F. Correia (2003), esta nova forma de fazer jornalismo é gerada por uma série de condicionantes, em que os gestores dos grupos mediáticos encaram as notícias como um produto e não um dever social, em parte porque provêm maioritariamente de sectores que não os dos media. O produto mediático passa a ser uma arma de atracção de anunciantes



contingente de reserva, agora altamente escolarizado, que deseja ser jornalista a troco de quase nada» que luta por um lugar nas redacções «num universo de trabalho precário e mal pago» (Graça, 2004: 11), situação já confirmada em 1987 (Mory et al., 1991: 194-95). As técnicas (regras) são aprendidas familiarmente nas redacções através dos profissionais com mais tempo de carreira²⁷ (F. Correia, 2003; Fidalgo, 2004; Graça, 2004; Resende, 2004). A individualidade com que se deparam os jovens jornalistas não permite que se transmitam, pelo menos nem sempre, ensinamentos de profissionais mais experientes, nem tão-pouco são acolhidos numa atmosfera integradora, como acontece com profissões na área da medicina²⁸ (Baptista, 2003b; Coelho, *in* Gomes et al., 2003).

Este procedimento está inserido num contexto de grande instabilidade laboral, causada pela oferta excessiva de candidatos, relativamente aos lugares disponíveis nas redacções, que o contínuo aumento de cursos superiores na área continua a engordar (F. Correia, 2003; Oliveira *in* F. Correia, 2000b; Resende, 2004). Serra Pereira (*in* C. Martins, 2003: 25), director de Serviços do Sindicato dos Jornalistas e responsável pelo Gabinete Jurídico, afirma mesmo que «a grande oferta de mão-de-obra de jornalistas que estão disponíveis para exercer a qualquer preço, gerou uma distorção enorme e um menor rigor das condições de acesso à profissão». O último grande *boom* de empregabilidade ocorreu aquando do surgimento das estações privadas e que fez subir o número de jornalistas, o qual voltou a descer por via de redução de pessoal em vários órgãos de comunicação social. A situação económica dos órgãos de comunicação, em parte pela retracção da publicidade notada a partir de 2001, é uma das explicações mais lógicas (Fidalgo, 2004), conforme já havíamos dado conta.

Tudo isto condiciona os ensinamentos obtidos nas licenciaturas e bacharelatos que são substituídos por «métodos de ascensão que os colegas na actividade escolheram», sendo que «a idoneidade, confiança e lealdade pessoais acabam por valer muito mais do que conhecimentos escolares» (Graça, 2004: 11-16). Os procedimentos derivados da rotina e dos tipos de processo de produção de notícias são interiorizados e tidos como naturais com o decorrer do exercício da profissão (Graça, 2004).

²⁷ Esta realidade é também confirmada por Ortega nas redacções espanholas (*in* Graça, 2004).

²⁸ Mário Rui Cardoso (2003) dá conta da realidade norte-americana, em muito semelhante à portuguesa no que toca à transmissão de conhecimentos que partam dos profissionais mais experientes para os jovens estagiários. O jornalista da RDP assinala uma experiência da Universidade da Califórnia, onde foi introduzido um programa intitulado Workshops de Edição e que contava com a colaboração de 5 melhores editores de jornais, revistas e livros, com o objectivo de trabalharem conjuntamente com os estudantes ao longo de um semestre. Os trabalhos produzidos pelos estudantes seriam colocados nas suas publicações, possibilitando um tipo de experiência recusada na prática jornalística.



«A tendência de acesso acaba por ser marcada por uma inexistência de normas, regras instituídas, ou qualquer modalidade objectiva nos modelos de incorporação nas redacções», de acordo com as indicações dos últimos inquéritos (Graça, 2004: 12), problema que inquieta também as universidades (Universidade da Beira Interior, 2003, Setembro). Recentemente tem-se invocado uma alteração das normas de acesso à profissão (F. Correia, 2003), oriunda de organizações representativas como o Sindicato dos Jornalistas e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, para que eliminem os abusos vários que são inferidos aos aspirantes a jornalistas e até agora mencionados, justificando mesmo uma alteração da legislação em vigor (Resende, 2004). De acordo com Resende (2004), as propostas das duas organizações apontam para uma solução de reforma que passa pela complementação dos cursos superiores com formação profissional, a terminar com aproveitamento, e seguida de estágio, o qual funcionaria com um contrato de trabalho a prazo passando a definitivo após a sua conclusão com aproveitamento. No entanto, consideram também importante a entrada na profissão através de estágios curriculares a funcionar através de protocolos entre empresas e universidades e, para que esta alteração seja bem sucedida, deve haver vontade da parte de decisores políticos, que detêm o poder de alterar as normas legais, das universidades, responsáveis pela formação de jornalistas, das empresas que os contratam, e das organizações profissionais, a quem cabe defender os seus interesses (Resende, 2004). A selecção dos jornalistas está então a cargo das empresas, sem depender dos jornalistas enquanto grupo profissional (Graça, 2004).

O quadro que é possível traçar através dos dados mais recentes indica uma divisão nas redacções entre os profissionais da “tarimba” e bem remunerados, e os recém-chegados licenciados e voluntários que se deparam com cargas laborais extensas e mal pagas, o que contribui para aumentar a distância entre jornalistas e a execução de estratégias de profissionalização (Graça, 2004)²⁹. Segundo Mário Mesquita (1995, Janeiro 20), esta situação de inexistência de um modo de acesso à profissão institucionalizado e homogeneizado deveria trazer às instituições sindicais e patronais do sector uma preocupação acrescida de «repensarem a questão das habilitações académicas dos candidatos a jornalistas». O jornalista defende a existência de uma licenciatura como condição mínima para aceder à profissão, não chegando à concordância com os autores que defendem a formação em jornalismo, mas

²⁹ Os profissionais do jornalismo são, desta forma, acusados também de falta de união entre si e que condiciona toda esta faceta negativa de ingresso profissional (Graça, 2004).



também não põe de parte a escolha dessa formação específica na área (Mesquita, 1995, Janeiro 20). Acrescenta ainda que «o talento e a vocação serão sempre fundamentais, mas nas sociedades contemporâneas aumentam as exigências ao nível das habilitações» (Mesquita, 2003: 191), confirmando aquela opinião afirmada em 1995.

3.1. O que diz a lei

Contrariamente a exemplos como o do Brasil, a legislação que regula a actividade dos jornalistas portugueses não exige um diploma em jornalismo para o exercício da profissão, e «preza o crescimento gradual dos níveis de habilitação académica detidos pelos profissionais, mas não os considera necessários à partida» (Ferreira, 2005: 10-20). O jornalismo pauta-se pela distanciação de profissões como a medicina ou advocacia, pela falta de condições formais de acesso à actividade, nomeadamente um diploma obtido por meio do ingresso no ensino superior, sendo que esta «ausência de profissionalização» acaba por delegar uma série de competências maior (Serrano, 2003).

A Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro, onde consta o *Estatuto do Jornalista*, aponta no sentido dessa condição ao afirmar que podem ser jornalistas «os cidadãos maiores de 18 anos no pleno gozo dos seus direitos civis» (Artigo 2º). A única obrigatoriedade passa pelo estágio, previsto no Artigo 5ª da mesma lei, a concluir com aproveitamento em 24 meses, caso o futuro profissional não possua grau académico superior, período que neste último caso se vê reduzido para 18 meses, e ainda merecedor de nova redução de seis meses caso possua uma licenciatura na área da comunicação social ou equivalente, devidamente reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

A Portaria n.º 318/99, de 12 de Maio, onde é referido o regime do jornalista estagiário, e que sucedeu a lei anteriormente referida, insiste na valorização do estágio como elemento de aprendizagem prática da profissão, «sob orientação de um jornalista», que avaliará o seu desempenho, dando acesso ao conhecimento do ambiente de trabalho jornalístico, bem como das suas terminologias. A única referência ao ensino superior naquela área passa pela alusão à integração de estágios curriculares, que assumem os objectivos dos estágios profissionais, como via de «valorizar as habilitações académicas na área de comunicação social», também previstos no 4.º ponto, «com duração máxima de três meses». Os cursos de estágio servem igualmente



de complemento de formação aos licenciados em outras áreas que não a de comunicação social ou aqueles que não possuam uma formação profissional adequada.

Além destes documentos legais, a Constituição e a Lei de Imprensa lidam com os aspectos mais gerais da regulamentação da actividade enquanto outras entidades vigiam as funções mais específicas dos jornalistas, como é o caso do Estatuto do Jornalista, da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, e o Código de Ética (Pinto & Sousa, 2003).

Pode ainda considerar-se o Código Deontológico, aprovado a 4 de Maio de 1993, em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas. A recentemente criada Entidade Reguladora para a Comunicação Social, e o Instituto para a Comunicação Social, encarregam-se de verificar o correcto cumprimento legal por parte dos órgãos de comunicação social em geral e dos profissionais em particular.

No entanto, apesar da escolha aliciante do jornalismo, em cursos com essa designação ou por intermédio de especializações dos cursos de comunicação, «admite-se que muitos licenciados sejam forçados, pela situação do mercado de trabalho, a escolher empregos no domínio da comunicação institucional» (Mesquita & Ponte, 1997). Mas apesar de a entrada ainda ser pautada pela «“prática” e “colaboração voluntária” [existe uma] crescente pressão dos licenciados em fechar o mercado de trabalho sobre si» (Graça, 2004: 11-12).

3.2. A escolaridade dos jornalistas

Uma avaliação superficial indica que a entrada no mercado de trabalho não depende da licenciatura dos seus concorrentes. No entanto, são vários os autores que alertam para a existência de um número crescente de candidatos com formação superior, seja ou não na área de comunicação e jornalismo (Fidalgo, 2004; Gomes, 2004, Janeiro; Graça, 2004).

Um estudo de Fidalgo³⁰ (2004) demonstra que, apesar da recente tradição escolar no campo do jornalismo e comunicação, a tendência aponta para um maior número de jornalistas com graduação nesse mesmo campo, com resultados na ordem dos 50 por cento, ainda que muitos apresentem cursos incompletos. Sendo a porta de entrada aberta pelos estágios profissionalizantes, naquilo a que o autor chama de «*mecanismos* informais de selecção e recrutamento» (Fidalgo: 69), é natural que a quase totalidade dos novos contratados seja

³⁰ Inquérito realizado em 2001 aos jornalistas das redacções do Jornal de Notícias, Público e Diário de Notícias.



licenciada na área de comunicação e jornalismo. Os percursos escolares interrompidos eram já frequentes em 1990, aquando do I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, rondando os 45,2 por cento, face aos 27,9 por cento com «curso superior completo» (Garcia & Castro, 1993: 102-3), dos quais 27 por cento detinham um curso em Comunicação Social, licenciatura que prevalecia entre as restantes (Garcia & Oliveira, 1994). Nessa altura previa-se já o aumento de profissionais com graduação superior e mesmo «o fim da *tarimba* como meio de formação profissional» (Garcia & Castro, 1993: 103).

Continuando a seguir a opinião dos profissionais, II Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, feito em 1997, dá conta de uma preferência pela «frequência do ensino superior ou licenciatura em qualquer área com estágio profissional numa empresa» quando se pede a opinião sobre a escolaridade apropriada para o acesso na actividade jornalística (Graça, 2004: 14).

3.3. Após o acesso à profissão

Após o ingresso nas redacções, os jornalistas continuam a ser confrontados com as situações previamente assinaladas aquando da discussão sobre o acesso à profissão. Vários autores (Garcia, 1994; F. Correia, 2003; Fidalgo, 2004) apontam como séria a perda de autonomia jornalística e identidade profissional, causadas pela organização de fontes, que se preparam cada vez melhor no sentido de pressionar e persuadir os profissionais, com técnicas que passam cada vez mais pelo facilitismo do trabalho que limitam a sua iniciativa.

A questão da indefinição quanto à identidade da profissão parece preocupar os jornalistas, a crer pela sua abordagem tanto em documentos publicados, como nas discussões dos congressos. A temática abarca a indefinição do acesso à profissão, da sua formação, das condições necessárias à profissionalização, nomeadamente sobre quem é ou não jornalista e sobre a necessidade de aprendizagem para o ser, ou ainda da sua legitimidade (J. Correia, 1998a). J. Correia (1998b: 7) afirma que tais aspectos não permitem chegar a uma estandardização dos saberes essenciais à prática jornalística, ou «a base cognitiva da profissão», necessária para a existência de uma profissão.

F. Correia (2003: 14) continua a traçar o panorama das condições de trabalho, desta feita baseado num documento sindical. O documento, intitulado «Por uma agenda dos poderes



públicos para os média» (Sindicato dos Jornalistas, 2003) vem sublinhar, em termos mais específicos, o que até agora foi aqui apontado, com incidência para a concentração empresarial, concorrência e respectivo empobrecimento da qualidade produtiva dos media através da influência económica pela qual se regem os grandes grupos, gerando conteúdos sensacionalistas e destaque exagerado a determinadas matérias³¹, bem como as várias condições precárias de trabalho e consequências da desregulação profissional, nomeadamente a questão do «recurso abusivo e injustificado às reestruturações» e rescisões laborais que lhe estão implícitas.

Desta opinião partilham também alguns profissionais, ao enunciar vários exemplos sobre tais comportamentos no meio jornalístico, expondo a nova realidade da produção de conteúdos como resultado da velocidade tecnológica digital, a velocidade com que se produz informação³², e que se distancia das práticas jornalísticas exemplares (A. Rodrigues, 2003; Cádima, 2004; F. Correia, 2003, Outono; Fidalgo, 2004; Garcia, 1994; Pinto, 2004; P. Martins, 2003; Praça, 2004). Vários investigadores têm chamado a atenção para esta situação ao afirmar que mais informação não significa melhor informação, mas antes maior confusão no seio do leitor/ouvinte/telespectador, perante factos transmitidos em catadupa sem a devida explicação e comentário (F. Correia, 2003, Outono).

Da especificação relativa às condições de trabalho invocam-se «formas de trabalho precário (recibos verdes e contratos a termo)», desrespeitando igualmente as normas legais nos contratos de trabalho, sendo dada como certa a precariedade de salários e mesmo fuga ao Fisco e Segurança Social (A. Rodrigues, 2003). Além destas, o Sindicato dos Jornalistas (2003) enumera outras tantas razões³³ que conduzem a um aumento de solicitações de apoio jurídico junto da entidade representativa dos jornalistas (C. Martins, 2003). Tendo constatado casos de aumento do desemprego por encerramento de empresas ou reestruturação de redacções, o

³¹ Inserido no Painele «Renovação do Jornalismo», do VI Congresso do Jornalismo de Língua Portuguesa, Gomes (2004) recusa a tendência de que o «abaixamento da qualidade da informação» se tenha registado nos anos de chegada de licenciados às redacções. Garcia e Castro (1993: 97) conferem inclusive a responsabilidade da mudança de um conteúdo opinativo para um conteúdo de qualidade à «afirmação de uma geração de jornalistas dotados de uma maior escolaridade em detrimento de gerações mais velhas» formadas pela *tarimba*.

³² É de destacar a interferência da Internet na profissão, como novo meio de divulgação jornalística, como nova fonte de informação, de investigação, gerando mesmo o problema de «sobre-informação», da credibilidade e identidade das fontes, direitos de autor, entre outros (J. P. Sousa, 2004: 1-2).

³³ Desta lista fazem parte problemas como a inexistência de horários de trabalho, a cedência ilegal de trabalhadores, contratos a termo não fundamentados, trabalho com base em recibos verdes, não pagamento de trabalho extraordinário, atraso no pagamento de salários, e mesmo ausência de contrato e de recibos de retribuição. Contam-se ainda a discriminação salarial e a falta de seguro de trabalho (Sindicato dos Jornalistas, 2003).

Estas condições vêm já sendo apontadas há algum tempo, nomeadamente através de estudos sociais como o I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses (Garcia & Castro, 1993).



Sindicato procedeu já a algumas diligências junto do poder central, nomeadamente o abaixo-assinado dirigido ao presidente da Assembleia da República, a 30 de Novembro de 2002, pela influência negativa do novo Código do Trabalho na profissão (C. Martins, 2003).

Além de um maior número de jornalistas com formação superior, alguns estudos mais recentes dão conta da existência de mais jovens e do crescimento do número de mulheres do grupo profissional dos jornalistas portugueses, já notada em 1987 por Oliveira (1988) e Garcia & Oliveira (1994), muito por força dos jovens licenciados que conseguiram ocupar os últimos lugares oferecidos nas redacções e quase sempre através de «estágios profissionalizantes» (Fidalgo, 2004: 69).

Alguns autores resumem todas estas condições como um panorama de dualidades e ambiguidades que situam o jornalista entre pólos opostos, ou seja, entre as regras éticas e deontológicas e os ditames actuais da profissão explanados até aqui, sendo facilmente seduzidos por esta nova forma de fazer jornalismo (F. Correia, 2003, Outono; Fidalgo, 2004). As alterações a esta situação podem advir de um início de aproximação entre profissionais e académicos, sendo que os segundos, através dos seus estudos, podem ajudar a compreender e melhorar a situação socioprofissional dos jornalistas (Fidalgo, 2004). Além disso, exige-se «uma mais sistemática e adequada formação profissional», uma «maior exigência e rigor no trabalho quotidiano» e uma «maior exigência ética e deontológica» (Fidalgo, 2004: 72). Face a todas estas problemáticas, é imperativo repensar e reordenar a profissão e o papel dos profissionais do jornalismo «num contexto dos profissionais dos “velhos e novos” *media*» (Oliveira *in* F. Correia, 2000b: 31).

4. O panorama internacional do ensino superior de jornalismo e comunicação

Os autores e investigadores portugueses, não raras vezes evidenciam o atraso português face ao estrangeiro no que toca à implementação do ensino superior de jornalismo e comunicação (Cascais, s.d.), advertindo para uma necessidade de troca de experiências que se tornem pedagógicas para o nosso país (Pinto, 2004). Desde cedo, nomeadamente na década de 50, os defensores do ensino da profissão nas universidades invocavam as condições



estrangeiras de ensino como exemplo a seguir, numa altura em que Portugal se distinguiu por não possuir uma escola de jornalismo e pelo facto de o ensino não ser condição para o acesso à profissão (Sobreira, 2003). Tomando por exemplo dois casos, o de Espanha e do Brasil, graças à proximidade física do primeiro e cultural do segundo, tentar-se-á traçar as diferenças mais evidentes entre os dois países e a realidade portuguesa, no que toca ao ensino do jornalismo e comunicação e ao método de acesso à profissão.

4.1. O caso Espanhol

Antes da fundação das primeiras escolas oficiais, Espanha viu criadas, a nível privado, várias escolas e cursos profissionais a nível das empresas de comunicação social, tomando como exemplo o ideal americano (ANECA, 2004; Aznar, 1997). No primeiro terço do século XX, os jornalistas refutavam a criação de escolas de jornalismo e comunicação, justificando essa ideia com uma visão «artística» da profissão, tomando como necessárias outras características de carácter vocacional (Aznar, 1997: 137). No entanto, as mudanças registadas no seio dos meios de comunicação social, como a concentração e a evolução tecnológica das redacções, fizeram alterar esta visão negativa da formação jornalística (Aznar, 1997).

A fundação da primeira escola para jornalistas, de carácter oficial, foi criada em Espanha aquando da primeira proposta do Sindicato de Jornalistas Português, em 1941, quando se vivia no país vizinho um clima político semelhante ao de Portugal (Mesquita, 1995, Janeiro 6; Sobreira, 2003). Apesar de ambos os países viverem numa situação política semelhante, havia uma diferença substancial entre Franco e Salazar. Enquanto este último via a imprensa como um veículo de oposição ao regime político ditatorial, «Franco transformou a imprensa num instrumento do Estado ao serviço da ideologia Franquista» (Sobreira, 2003: 83). À Escola Oficial de Madrid³⁴, seguiu-se a de Barcelona, em 1952, em simultâneo com outras iniciativas privadas de ensino de Jornalismo (Fernández, 1997) e de escolas públicas que dispunham dos seus estudos em dependência das escolas oficiais (ANECA, 2004).

Com a aprovação da lei de 4 de Agosto de 1970 (Mory et al., 1991), criaram-se as condições para o ensino universitário de comunicação social, tendo as primeiras faculdades de Ciências da Informação sido criadas em 1971, na Universidade Complutense de Madrid, na

³⁴ A Escola Oficial de Madrid, fundada pela Vicesecretaria de Educación Popular a 17 de Novembro de 1941, dependeu até ao final, quando deu lugar às novas Faculdades de Ciências de Informação, da Direcção Geral de Imprensa (ANECA, 2004).



Autónoma de Barcelona e na de Navarra³⁵ (Lopez, 2004; Mory et al., 1991). A criação de faculdades autónomas de ciências de informação veio a pôr fim às escolas de jornalismo criadas durante o franquismo, que sobre elas exercia o seu poder (Mory et al., 1991). Foi «o primeiro passo de um projecto que se ajustou à nova realidade democrática e chegou até hoje» (Lopez, 2004: 42). Entre 1971 e 1990 foram criados estudos de jornalismo em oito instituições, e foi na década de noventa que se assumiu uma verdadeira expansão neste campo com a abertura destes estudos em 12 faculdades espanholas e ainda, desde o ano 2000 abriram 10 novos centros a leccionar a licenciatura em jornalismo (ANECA, 2004; Asociación de Prensa de Madrid, 2005). Em 1991, o Decreto de 30 de Agosto do Ministério da Educação e Ciência vem organizar as licenciaturas do modo como estão actualmente, ou seja, a divisão dos ramos de Jornalismo, Comunicação Audiovisual e Publicidade em três licenciaturas distintas, que possuem um tronco comum de 120 créditos, num desdobramento da antiga licenciatura em Ciências da Informação (Ortega & Humanes, 2000).

De acordo com o relatório de 2005 da Asociación de Prensa de Madrid, os estudos em Comunicação abrangem seis por cento – 43.827 alunos – do total do sistema universitário espanhol³⁶ e a licenciatura em Jornalismo mantém a sua fatia nos três por cento deste total. Actualmente existem 30 universidades³⁷, 16 públicas e 14 privadas, num total de 31 centros ou

³⁵ A Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Navarra foi reconhecida oficialmente e foi antecedida pelo Instituto de Jornalismo, dependente do antigo Estudio General de Navarra (ANECA, 2004).

³⁶ Estes dados resultam de um estudo feito pela Asociación de Prensa de Madrid e revelam que, anualmente, se matriculam nas universidades espanholas cerca de um milhão de alunos. Cerca de 50 por cento (713.030 em 2005) são matrículas em licenciaturas.

³⁷ Evolução histórica dos estudos de Jornalismo em Espanha:

1971: Navarra (Pamplona) [Universidade] – Comunicación [Faculdade] (privada) / Complutense de Madrid - Ciencias de la Información (pública).

1972: Autónoma de Barcelona – Ciencias de la Comunicación (pública).

1981: País Vasco Ciencias – Sociales y de la Comunicación (pública).

1986: Cardenal Herrera-CEU (Valencia) – Ciencias Sociales y Jurídicas (privada).

1988: La Laguna – Ciencias de la Información (pública) / Pontificia de Salamanca – Comunicación (privada).

1989: Sevilla – Comunicación (pública).

1991: Santiago de Compostela – Ciencias de la Comunicación (pública).

1992: Pompeu Fabra (Barcelona) – Estudios de Periodismo (pública) / Málaga – Ciencias de la Comunicación (pública).

1993: San Pablo-CEU – Humanidades y Ciencias de la Comunicación (privada).

1994: Ramon Llull (Barcelona) – Ciencias de la Comunicación Blanquerna (privada)

1995: Antonio de Nebrija – Ciencias de la Comunicación (privada) / Carlos III (Madrid) – Humanidades Comunicación y Documentación (pública) / Europea de Madrid – Comunicación y Humanidades (privada).

1997: Católica San Antonio (Murcia) – Ciencias Sociales y de la Comunicación (privada) / Complutense de Madrid (CES Villanueva) – Centro de Enseñanza Superior Villanueva (pública) / Internacional de Barcelona – Humanidades (privada) / SEK (Segovia) – Ciencias de la Información (privada).

2000: Camilo José Cela – Ciencias Sociales y de la Educación (privada) / Rey Juan Carlos – Ciencias de la Comunicación y del Turismo (pública) / Valencia – Filología (pública).

2002: Europea Miguel de Cervantes (Valladolid) – Ciencias Humanas y de la Información (privada) / Francisco de Vitoria (Madrid) – Ciencias de la Información (privada) / Vic – Empresa y Comunicación (privada) / Murcia – Comunicación y Documentación (pública).

2004: Abat Oliba-CEU – Docente de Enseñanza Superior Abat Oliba (privada) / Valladolid – Filosofía y Letras (pública).

2005: San Jorge (Zaragoza) – Comunicación (privada) / Miguel Hernández (Elche) – Ciencias Jurídicas y Sociales (pública).



faculdades diferentes, pelas quais se distribuem as licenciaturas de jornalismo, que perfizeram um total de 17.232 novas matrículas no ano lectivo de 2004/05, 39,3 por cento do total de estudos em Comunicação³⁸ e que representou um crescimento de sete por cento em relação ao ano anterior. As universidades privadas contam apenas com 31,2 por cento dos alunos de jornalismo. Os estudos de pós-graduação designam-se de segundo e terceiro ciclos, sendo que os primeiros podem frequentar-se em 14 faculdades. Os segundos correspondem aos doutoramentos, 30 no total, e duram de dois a quatro anos, consoante o exercício da tese doutoral. Têm designações variadas que vão desde *Comunicação* a *O Espaço Latino da Comunicação*, acolhem anualmente mais de 1000 alunos, cuja taxa de sucesso, com o termo da tese doutoral, é de cinco por cento. Depois da reforma educativa, os estudos pós-graduados são considerados títulos oficiais e devem contar com o aval das universidades, pelo que as empresas e meios de comunicação social se unem às universidades para os distribuir, como é o caso do *el País* e a Universidade Autónoma de Madrid, o *ABC* e a Universidade Complutense ou o *Periódico de Catalunya* e a Universidade Oberta de Catalunya.

Uma diferença substancial entre os dois países reside no facto de o país espanhol adoptar a fundação de faculdades autónomas de Comunicação e Jornalismo, ao invés de encaixar os cursos nas faculdades de Letras ou de Ciências Sociais (Baptista, 2003a). Após as alterações feitas a nível das imposições de Bolonha, os cursos de Jornalismo, Comunicação Audiovisual e Publicidade e Relações Públicas deverão manter-se independentes (ANECA, 2003). Os estágios funcionam de modo semelhante ao do ensino português, ou seja, as empresas de comunicação social fazem acordos com as universidades para acolher estagiários durante três meses, sendo que a diferença reside no facto de este estágio ocorrer duas vezes durante o curso em algumas licenciaturas, entre o terceiro e o quarto ano e entre o quarto e o quinto ano (Mory et al., 1991). No entanto, esta integração não é geral ou tão extensiva como a do caso português, em parte pelo excesso de licenciados e falta de meios de comunicação social para os acolher, recebendo a crítica pela falta de obrigatoriedade nos cursos (Areal, 2001; Guillamet, 2001). Mantém-se em semelhança com a situação portuguesa a crítica do uso abusivo de estagiários nas redacções dos órgãos de comunicação social (Guillamet, 2001) e do

³⁸ Os estudos em Comunicação abrangem as áreas de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas, Comunicação Audiovisual e Ciências da Informação.



prolongamento de estágio de recém-licenciados que funciona mais como um normal trabalho do que como prolongamento da aprendizagem (Piñon, 2001).

Segundo dados do *Libro Blanco de Títulos de Grado de Ciencias de Comunicación*, publicado pela ANECA (2004) e datados do ano lectivo de 2003/2004, a maior parte dos estudos de comunicação encontra-se incorporado em Universidades mistas (que agregam outros estudos além dos de Comunicação), e concentradas nas comunidades autónomas de Madrid (oito universidades) e Catalunha (onze universidades), factos que não dependem do peso populacional. Quanto aos licenciados de jornalismo, encontram-se claramente concentrados em Madrid (54 por cento do total no ano 2000).

A discussão em torno do problema da educação superior de jornalismo e comunicação, bem como a sua situação profissional, assume contornos bastante semelhantes aos de Portugal. À semelhança da realidade portuguesa, existe uma procura abundante das faculdades de ciências da informação (Guillamet, 2001; Mory et al., 1991), justificada em Espanha pelo desenvolvimento do sector da comunicação e a aspiração geral dos futuros jornalistas pela promoção social (Mory et al., 1991), sendo que no ano lectivo de 2000-2001 havia já 32.368 alunos a frequentar os cursos de comunicação em Espanha (Nosty, 2001), gerando um excedente de procura para a escassa oferta no mercado de trabalho (Aznar, 1997). No seu contributo para melhorar o ensino do jornalismo, o docente universitário Gabriel Galdón (1999) propõe um curso universitário baseado nas qualidades ou «sentidos» que devem ter os jornalistas, para aconselhar alterações nas metodologias, matérias e materiais de ensino superior de jornalismo e comunicação em Espanha³⁹.

As críticas dirigem-se para a falta de experiência nas redacções por parte dos professores, chefes de departamento e inclusive directores de curso, o que lhes nega as noções práticas da profissão (APM, 2005; Galdón, 1999; Nosty, 2001), bem como a falta de noções de docência e de pedagogia, de indicação das fontes documentais básicas, a existência de demasiadas disciplinas ligadas à história e à sociologia, em contraponto com a falta de disciplinas que ensinem as técnicas jornalísticas, tudo isto dando como exemplos os cursos de direito ou medicina para enfatizar estas deficiências (Galdón, 1999). Mais uma vez, em concordância com as críticas feitas em Portugal, existe o juízo negativo da convivência de áreas

³⁹ No prólogo do livro *La Enseñanza del Periodismo: Una Propuesta de Futuro* de Galdón, assinado por Norberto González Gaitano, pode ler-se «se se quer melhorar a profissão, é necessário melhorar o ensino desta».



diferentes, cujas fronteiras não estão bem definidas e até com objectivos opostos, como sejam a Publicidade, as Relações Públicas, a Comunicação Institucional, a Narrativa Audiovisual e o Jornalismo (Galdón)⁴⁰. No entanto, Areal (2001) assume a importância de uma formação mais abrangente e que viria a possibilitar uma integração profissional mais abundante. Como pode ver-se, também aqui, a falta de um consenso sobre o tipo de formação a leccionar se assemelha à discussão portuguesa em torno do ensino superior de jornalismo.

À semelhança do que revelam as discussões portuguesas sobre a temática, os *curricula* espanhóis parecem não ter uma característica comum, variando de faculdade para faculdade, diversidade essa que afecta também a denominação das próprias faculdades (ciências da informação, jornalismo, comunicação social, ciências da comunicação), e que causa a «ausência de uma consideração sobre o objectivo e, por conseguinte, dos meios (...) para alcançá-la» (Galdón, 1999: 17). Além disso, reúnem a crítica de sofrerem de falta de acompanhamento da evolução dos meios de comunicação social e da realidade, não tendo em conta as verdadeiras necessidades do sector, tendo uma organização pouco real deste ensino (Guillamet, 2001; Nosty, 2001). Ainda em concordância com as críticas portuguesas, a falta de noção das práticas jornalísticas e do que é o jornalista, quando Galdón (1999) afirma que «o título de jornalista cabe desde o sábio director do *The Economist* ao *paparazzi* mais amoral», negando a existência de fronteiras claras que definam esta actividade.

A questão de Bolonha também faz parte das preocupações dos académicos, quando dizem que «a formação dos comunicadores no nosso espaço de referência, o espaço europeu, apresenta uma grande variedade de modelos», sendo que se devem tirar lições dos que funcionaram melhor e corrigir os que não funcionaram (Lopez, 2004: 39). Este *decano* da Faculdade de Ciências da Comunicação de Santiago de Compostela defende que, perante uma sociedade da informação cada vez mais complexa, os seus mediadores precisam de uma boa formação, oferecida pelas universidades, com uma combinação de uma tradição académica das

⁴⁰ Em consideração de todas estas falhas apontadas por Galdón (1999), este invoca certas alterações como certas de solucionar os problemas apontados, como a exigência de um ensino específico em jornalismo e de carácter universitário, com *curricula* que englobem disciplinas de outros cursos, como Direito, Sociologia, Economia, História, Informática. Os programas devem ser compostos de modo evolutivo, com as disciplinas gerais no início, indo em direcção a uma cada vez maior especificação. A metodologia usada para leccionar correctamente deve incluir um diálogo indutor de reflexão sobre temas e problemas fundamentais, também a partir do estudo de textos fundamentais, como os clássicos desde Homero, Sófocles, Tolkien, Cervantes, Shakespeare, etc., e as obras contemporâneas que estejam no centro do debate público (violência, aborto, eutanásia, entre muitos outros, pois para se escrever sobre determinada matéria deve ler-se sobre ele. Por sua vez, Nosty (2001), invoca igualmente a necessidade de uma reestruturação dos cursos e das matérias leccionadas, atendendo à hierarquização de disciplinas, às necessidades do sector, à evolução dos media, através do seu estudo e da sua investigação, e à evolução tecnológica.



Humanidades e as Ciências Sociais e «com as características da actividade profissional» que se prendem com as inovações da era digital (Lopez, 2004: 39). Esta preocupação está patente também na criação da Lei Orgânica 6/2001 de Universidades, que «reclama a integração do sistema universitário espanhol no novo espaço universitário europeu (...) [e] autoriza o Governo para proceder à reforma e adaptação das modalidades cíclicas do ensino e os títulos correspondentes» (Lopez, 2004: 45). Os planos de estudo vão no sentido de reduzir de cinco para quatro anos a duração das licenciaturas, prevendo uma redução para três anos numa segunda fase, e mantendo um tronco comum que equivale a 70 por cento, entre as licenciaturas de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas e Comunicação Audiovisual (Lopez, 2004). Pelo que se pode deduzir do trabalho exposto pelo *Libro Blanco* produzido pela ANECA (2004), a situação Espanhola sobre Bolonha parece já ter um traçado bastante avançado sobre as alterações a aplicar nos actuais currículos, visto terem criado desde os anos 80, diversas iniciativas que promoviam a mobilidade, como os programas Sócrates, Erasmus e Leonardo Da Vinci, além da adesão aos moldes de Bolonha (Murciano, Real, Río & Sabés, 2005).

A defesa da existência ou não do ensino universitário de Jornalismo e Comunicação parece fazer parte da discussão espanhola. Aparentemente, não existe uma acusação semelhante à portuguesa de diferença de opinião entre académicos e jornalistas, ainda que as críticas ao ensino partam também de académicos, o que é bastante raro em Portugal. Assim, há uma defesa da formação no seio académico, ao invés da mera aprendizagem prática nas redacções, com preocupação direccionada para as mutações da realidade dos *media* e com o actual mercado de trabalho mediático, que combine teoria e prática e que se dedique à investigação (Lopez, 2004). Diz-se ainda que «o papel que os meios de comunicação têm nas nossas sociedades torna necessário haver profissionais de jornalismo adequadamente preparados», com a discussão a girar em torno da formação a nível universitário, que confere uma formatura mais completa a nível de conhecimento cultural e técnico e estimula o sentido crítico (Aznar, 1997). A discussão em torno do ensino universitário chegou a focar a necessidade de formação universitária para aceder à profissão, a qual se viu esbatida por motivos vários, entre os quais o exemplo franquista das escolas oficiais (Aznar, 1997).

Através de um questionário levado a cabo pela Asociación de Prensa de Madrid (2005), pôde saber-se que as opiniões de profissionais associados nesta entidade e recém-licenciados



são semelhantes. Os primeiros classificam o ensino de jornalismo de regular ou mau, na sua maioria, pela falta de teor prático, excessiva teoria dos seus *curricula* e desconhecimento da profissão por parte dos docentes. Os recém-licenciados consideram que não existe relação entre a teoria e prática profissional, que falta uma parte prática nos meios de comunicação social, qualificando o ensino de «idealizado» e sem correspondência com valores de objectividade e liberdade. Afirmam que «os métodos de estudo são antiquados, que no exercício profissional se exigem idiomas que não se leccionam nas faculdades e que os professores desconhecem a profissão e leccionam teorias pessoais alheias à realidade» (APM, 2005: 115)⁴¹.

De igual modo, a entrada na profissão é livre e desprovida de qualquer necessidade de formação específica, nem existe definição legal da profissão de jornalista em Espanha (Fernández, 1997). O acesso decorre apenas ao sabor dos desejos das empresas de comunicação social (Mory et al., 1991), não havendo acordo sobre qual a maneira mais correcta de acesso à profissão (Fernández, 1997). Espanha iniciou a 5 de Outubro de 2005 a discussão sobre a aprovação da proposta de lei sobre o futuro *Estatuto del Periodista Profesional*, cujo texto nada menciona sobre as condições de acesso à profissão, a não ser a sua escusa na «Exposição de Motivos» inicial do texto. Este é outro tema que não recolhe unanimidade por parte dos profissionais espanhóis (Marcos, 2005, Outubro 5). Na aquisição da carteira profissional é, no entanto, valorizada a posse de uma licenciatura, sendo que o estágio continua a ser a principal via de acesso à profissão (Mory et al., 1991). Os profissionais deparam-se igualmente com a questão de acumulação de empregos em consequência dos baixos rendimentos angariados no exercício da profissão, à qual têm acesso apenas 25 por cento dos licenciados, de acordo com dados de 1989 (Mory et al., 1991). No entanto, estudos recentes apontam para uma melhoria destes valores, colocando os estudantes de jornalismo no mesmo patamar que os licenciados em engenharia ou informática (ANECA, 2004).

Apesar da falta de estudos gerais sobre a integração profissional dos jornalistas e sobre a eficácia das universidades (ANECA, 2004; Guillamet, 2001), estima-se que haja saídas profissionais em número relativo, sendo que a maioria dos profissionais são licenciados das universidades. Estes são contratados, apesar de essa não ser uma condição de acesso à

⁴¹ Os dados relativos à classificação dos cursos obtidos pela ANECA (2004), e referentes aos licenciados de Jornalismo da Galiza e aos da Universidade Autónoma de Barcelona, apontam no mesmo sentido de satisfação regular, bem como as críticas dos colegas madrilenos, e sobretudo da parte dos estudantes galegos.



profissão (Guillamet, 2001). Assiste-se também a um ingresso em funções com âmbitos diferentes aos da comunicação, ou seja, a chamada comunicação institucional e o que se designa actualmente por produção de conteúdos para sítios da Internet (Guillamet, 2001). O papel da universidade nesta integração é diminuto em relação ao da formação, situação vista como negativa pois exige-se das instituições de ensino que coloquem os seus alunos em contacto com o mundo profissional (Guillamet, 2001).

A inquietação com a profissionalização do jornalismo é outro ponto em comum com a realidade portuguesa, assumindo-se em Espanha que a esta passa pela formação de jornalistas (Aznar, 1997), sem haver um consenso de opiniões sobre o assunto (Fernández, 1997).

4.2. O caso Brasileiro

No Brasil, desde cedo se procedeu à implementação do ensino do jornalismo. Os primeiros dados remontam há cerca de pouco mais de 100 anos, quando «os comunicadores de língua portuguesa se defrontavam com a tese de que o exercício profissional de comunicação já não podia continuar sob a égide do amadorismo» (Melo, 1998). A necessidade de formação foi divulgada no V Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa em 1898, e que, apesar de não recolher uma aplicação prática em Portugal, conduziu o Brasil à fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) por Gustavo Lacerda, em 1908, com o intuito final de criar uma escola de jornalismo (Melo, 1998). Revelando-se infrutífera pela morte de Gustavo Lacerda, a intenção foi seguida da aprovação de uma «moção destinada à criação de uma Escola de Jornalismo» (Melo, 1998) em 1918. Só em 1935 começou a funcionar a primeira formação na área, na Universidade do Distrito Federal, com perfil europeu e concentrado em disciplinas como Ciências Sociais e Ética, projecto que não vingou visto ter sido encerrada a Universidade (Mendes, 1999). O ensino superior de jornalismo apenas foi posto em prática a 16 de Maio de 1947, com a criação do curso de Jornalismo da escola de Jornalismo Cásper Libero, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e hoje denominada Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero⁴² (Koshiyama, 2005), e do curso de Jornalismo que viria a originar a actual Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1948 (Melo, 1998).

⁴² De acordo com Koshiyama (2005), quando falava no Congresso INTERCOM 2005 (I Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação), «Cásper Libero foi jornalista e empresário de vanguarda», possuindo um importante papel na sociedade paulista pelo seu sucesso profissional, tendo visto a necessidade de formação de jornalistas a nível superior que o levou a deixar os seus bens em testamento para construção de uma fundação e a manutenção de um curso universitário de formação de jornalistas.



Desde então Portugal e Brasil têm vindo a colaborar, mais ou menos frequentemente, mas de forma inconstante, através da troca de comunicações em congressos e palestras, pesquisas, publicação de artigos, etc. (Melo, 1998). A partir da década de 60, ocorre um grande aumento dos cursos de jornalismo, em especial após 1968, ano em que o número de cursos em funcionamento passou de 20 para 46, até 1972 (Mendes, 1999).

A história do ensino de jornalismo no Brasil conta, a partir de 1968, com a legislação que obriga a obtenção de um diploma para exercer a profissão⁴³, medida que, de acordo com Chaparro (*in* Pinto, Sousa, Fidalgo, Lopes, & Moutinho, S., 2004: 95-96), «serviu para moralizar a profissão», traduziu-se nesse aumento descontrolado de escolas de jornalismo, serviu para fortalecer uma definição da profissão e provocou uma explosão do ensino do jornalismo como resposta natural. O professor frisa que o facto de se terem adaptado as teorias aos currículos dos docentes das universidades não colheu adeptos. Nas escolas de Comunicação Social, os cursos com o mesmo nome desdobravam-se em várias especializações, baseavam-se num modelo cuja inspiração provinha dos exemplos americanos e abarcavam dois tipos de docentes que «não se misturavam»: os teóricos não-jornalistas, que apenas mantinham um contacto intelectual com o jornalismo, e os professores que eram profissionais, cujos conhecimentos de conceitos e teorias eram nulos e baseavam os seus ensinamentos em «receitas» de como fazer um *lead* (Chaparro *in* Pinto et al.: 97-8).

Esta ruptura entre teoria e prática é também abordada por Eduardo Meditsch (1999a; 2004), cuja razão de ser é, de acordo com o autor, causada pelos acontecimentos derivados da Guerra Fria, nomeadamente as modificações introduzidas pelo Ciespal (Centro Internacional de Educación Superior de Periodistas para America Latina). Meditsch (1999a; 2004) acredita que ao contrário da especificação dos estudos em jornalismo, que potenciariam um crescimento vertical, o Ciespal provocou a criação da figura do “comunicólogo”, ou seja, de uma área abrangente de comunicação, cujo crescimento científico apenas seria para os lados, pelos interesses políticos por detrás dessa modificação⁴⁴.

⁴³ Esta é uma das diferenças fundamentais em relação à situação portuguesa, que «preza o crescimento gradual dos níveis de habilitação académica detidos pelos profissionais, mas não os considera necessários à partida» (Ferreira, 2005: 12), ao contrário do Brasil.

⁴⁴ Recuando ao ano de 1948 Meditsch (1999a) encontra a origem desta situação. Neste ano, a UNESCO dedicou uma atenção especial à formação de jornalistas durante uma conferência realizada em Paris, tendo prosseguido com a criação de centros de formação de professores de jornalismo em várias regiões de terceiro mundo, nomeadamente na América latina com o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo, instalado na Universidade Central de Quito, em 1960. Passando pela Conferência de Punta del Este, cujas intenções de modernização e de exacerbação do ensino técnico originaram uma «ruptura da orientação teórica das escolas [de jornalismo], o Brasil viu-se a braços com a implementação de um currículo mínimo, de influência norte-americana, e cujos modelos eram as ciências exactas como a biologia.



A este respeito Meditsch (1999a) recorre a Victor Gentili para afirmar que os estudantes são induzidos em erro quando optam pelos cursos de jornalismo, visto terem de renunciar à vocação para se aplicarem nas teorias e, por sua vez, os profissionais que optem por frequentar um curso de mestrado ou doutoramento, terão de fazer essa mesma renúncia em relação à prática que dominava. «Em consequência, a parte prática dos cursos não se desenvolve, fica condenada a ser uma prática burra, e a teoria por sua vez se reproduz indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade» (Meditsch, 1999a: 5). Aqui se fundamenta o desconhecimento da universidade sobre o mercado de trabalho, motivando um «desprezo recíproco» (Meditsch, 1999a: 6).

Em 1967 foi instituído o primeiro currículo mínimo de Comunicação, sendo o estatuto em vigor para os cursos de Jornalismo o currículo mínimo da Resolução número 2 de 1984 do Conselho Federal de Educação, que definiu a «formação técnica como essencial (...) e a especificação dos laboratórios mínimos para um curso decente» e que ainda hoje gera uma discussão sobre a sua alteração (Lage, 1995, Dezembro). Nilson Lage (1995, Dezembro) detecta-lhe um carácter vago da sua teoria, envolto numa crise de identidade das ciências sociais e humanas.

Na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90 criaram-se e consolidaram-se os cursos oferecidos pelos próprios *media*, como foi o caso do *Estado de S. Paulo*, *Rede Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Editora Abril*, pelo entendimento das empresas de comunicação de uma falta de correspondência às exigências do mercado e de acompanhamento tecnológico por parte dos laboratórios das universidades, imposto pelo incumprimento da legislação em vigor⁴⁵ (Mendes, 1999). De facto, de acordo com um levantamento de dados da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, realizado em 1995, 36 faculdades de jornalismo

A introdução da vertente geral de comunicação ou ciências da informação por parte do Ciespal foi, sob o olhar de Meditsch (1999a; 2003) coberta de interesses políticos. O autor sublinha a influência desta instituição na regulação profissional em vários países e a unificação da linguagem académica de vários países com a «desculpa de “facilitar o intercâmbio”» (1999a: 3). A reacção do mercado de trabalho a esta substituição de jornalistas por “comunicólogos” não foi positiva. Segundo Meditsch (1999a: 4), «o divórcio das escolas com a realidade profissional (...) foi introduzido como estratégia política na Guerra-fria (...) pela posição norte-americana.» O autor afirma ainda que esta proposta foi, no entanto, rejeitada nas escolas brasileiras, apesar da alteração da designação de jornalismo para comunicação social, mas a teoria leccionada não correspondia às práticas da profissão e às necessidades de formação. A pirâmide concebida por Josep Rota, conta Meditsch (1999a: 4) que colocava no mais alto nível de importância a teoria e no menor nível a prática, foi mais um caso desta falta de correspondência.

⁴⁵ A resolução 002/84 do MEC obriga a que, por exemplo, cada Laboratório de Redacção dos cursos de jornalismo possua um mínimo de 45 máquinas de escrever ou computadores, acesso aos serviços de agências noticiosas, facto que não acontece na maior parte das vezes (Mendes, 1999).



pesquisadas, correspondentes a metade das então existentes, não cumpriam a resolução 002/84 do MEC⁴⁶ (Mendes, 1999), que regulava os cursos de comunicação.

De acordo com informações datadas de 2003 do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (2003), existem 443 cursos da área de conhecimento de jornalismo e reportagem, com uma população de 155.046 alunos inscritos. Os mesmos dados do ministério, datados de 1997, apontam para 131 cursos com 66.410 alunos inscritos, possibilitando a observação de um acréscimo desmesurado de cursos e estudantes. Nestas instituições é comum a valorização dos cursos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (Gentili, 2005).

Sobre o mercado de trabalho, Rosembaum (s.d.) considera que os novos jornalistas enfrentam trabalhos efêmeros, inconstantes, estando os estudantes mal preparados para este tipo de condições. No acesso à profissão, a legislação, tanto da proibição dos estágios, como a da obrigatoriedade de diploma para o acesso à profissão, são desrespeitadas e entendidas como limitações à liberdade de expressão (Chaparro *in* Pinto et al., 2004), gerando alguma polémica (Meditsch, 2004). Chaparro (*in* Pinto et al., 2004) entende, inclusive, que não é possível formar um jornalista sem que ele passe por uma redacção, ou seja, pela aprendizagem prática, apesar de reconhecer que há universidades com muito bons laboratórios, mas que devem existir com condições reais de produção. Gentili (2005) diminui o papel dos laboratórios ao conferir-lhes uma «aparente simulação» da realidade e prática jornalística.

O acesso à prática do jornalismo e a regulamentação brasileira «que inclui a proibição de estágio para estudantes, tem confrontado representantes do segmento prático, administrativo e académico, onde também há indivíduos defendendo a não obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional» (Mendes, 1999).

Também a fraca ligação das matérias com a realidade do mercado de trabalho está presente na discussão sobre o ensino da profissão, cujas noções de jornalismo e do trabalho jornalístico estão desadequadas (Holdorf, 2002; Ramadan, 2001; Schuch, 2002, Abril). Esta discussão é intensificada pela «credibilidade pouco vigorosa do diploma no mercado» (Schuch, 2002, Abril). Existe, portanto, uma defesa do ensino, entendendo-se que o jornalismo é uma «profissão que precisa ser aprendida e pode ser ensinada» (Koshiyama, 2005: 2), opinião comum a vários autores (Moretzshon & Abramo *in* Koshiyama, 2005), acolhendo críticas quanto

⁴⁶ Ministério da Educação.



à obrigatoriedade de um diploma para exercer a profissão, na opinião de autores como Maurício Tuffani (*in* Koshiyama, 2005). Constatando uma divisão quanto a esta opinião, Mendes (1999) afirma a tendência futura para a queda desta obrigatoriedade.

Os currículos são alvo de críticas quanto à sua falta de enfoque profissional no seio da sua diversidade de conteúdos genéricos (Schuch, 2002, Abril; Holdorf, 2002), sendo a parte curricular profissionalizante de «curta duração para uma integral e efectiva formação em jornalismo», o que lhe confere ainda a existência de falta de autonomia e especialização (Schuch, 2002, Abril). As disciplinas, na visão de Schuch, não deveriam ser divididas entre teóricas e práticas, mas sim disciplinas com ambas as componentes, agregando-se de forma sequencial e permitindo que a prática seja consequência da teoria e não o suporte da formação, de modo a capacitar os estudantes para o domínio real da profissão. A análise da realidade aponta a existência de disciplinas teóricas desfocadas que minimizam as práticas e cuja ligação entre si é inexistente, conduzindo a uma formação insuficiente (Schuch, 2002, Abril). O autor sugere o investimento na formação de professores, o fomento do ensino pela pesquisa e concentração disciplinar, por oposição à dispersão disciplinar causada pela interdisciplinaridade dos cursos de comunicação. A existência do currículo mínimo é apontada como entrave à reformulação necessária de currículos (Holdorf, 2002).

A problemática das novas tecnologias parece atingir também as discussões acerca do ensino do jornalismo no Brasil, na medida em que se invoca a necessidade de articular a formação com as inovações tecnológicas e as necessidades que estas acarretam, tanto na formação dos jornalistas como dos docentes, para conseguir profissionais bem formados (Holdorf, 2002; Ramadan, 2001). O entendimento da formação dos docentes e a sua noção da realidade jornalística concentra algumas críticas, visto estes possuírem um mau conceito da prática jornalística (Ramadan, 2001).

A tão conhecida falta de articulação entre a teoria e a prática parece ser comum a todos os países abordados, já que é apontada também no Brasil (Holdorf, 2002; Ramadan, 2001; Schuch, 2002, Abril), onde o «ambiente académico da área da comunicação comporta tensões significativas entre o seu discurso e a prática» (Guerra, 2005), nomeadamente pelas queixas constantes dos estudantes brasileiros (Holdorf, 2002; Meditsch, 1999b). Mas os críticos vão mais além ao afirmar que, dentro da academia, são frequentes os discursos críticos aos *media*



sem que lhe sejam acrescentadas novas alternativas e propostas (Gentilli, 2005; Guerra, 2005), críticas que ainda assim existem em número insuficiente (Christofoletti, 2005a). O panorama mediático é apontado como desrespeitador de regras de imparcialidade e dos «princípios que orientam a boa prática jornalística» (Guerra, 2005). «Vive um de seus momentos mais difíceis e desafiadores (...) [e] os exemplos de jornalismo de referência são bastante limitados» (Gentilli, 2005). A discussão sobre a criação de uma rede de observatórios em universidades, originada no Brasil, é explicada em parte pela necessidade de colmatar estas falhas logo na formação de jornalistas (Guerra, 2005), mas não registou avanços (Christofoletti, 2005a; Gentilli, 2005).

Uma outra crítica feita ao panorama do ensino superior de jornalismo no Brasil é frisada por Ramadan (2001) e está ligada à bibliografia existente sobre a área. São-lhe apontadas falhas a nível das novas tecnologias, e o facto de abordar a temática geral da comunicação⁴⁷ implica uma revisão teórica e metodológica da bibliografia.

A nível da docência, Ramadan (2001) acusa mesmo um desinteresse pelo próprio estudo do jornalismo, tendo em conta a fraca receptividade da parte dos docentes aquando da aplicação de um inquérito que lhes foi dirigido pela autora. Dentro do contexto da docência, Schuch (2002, Abril) afirma haver uma «inexactidão quanto aos atributos necessários ao professor de jornalismo».

Sobre as condições de trabalho dos jornalistas brasileiros conhece-se a visão apontada por Mendes (1999) através da citação de um estudo elaborado, entre outros, pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo e que dá conta da crítica ao carácter polivalente que é imposto aos jornalistas, a troco de salários baixos. Segundo o autor, o processo de profissionalização do jornalismo ainda está em curso e, para que isso aconteça por completo, «é necessário que o campo seja capaz de demonstrar mais claramente a importância da sistematização do conhecimento, da base teórica que deve dar sustentação à profissão». A última discussão em torno da obrigatoriedade do diploma para aceder à profissão ditou a sua continuidade, após a sua suspensão através de uma deliberação de Outubro de 2001, segundo o veredicto do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de 26 de Outubro de 2005 (Christofoletti, 2005b).

⁴⁷ As fronteiras ténues das várias áreas da comunicação permitem a sua confusão e fusão de conhecimentos, fazendo com que isso se reflita na prática do jornalismo (Ramadan, 2001), aspecto igualmente comentado por Koshiyama (2005).



5. As implicações do Processo de Bolonha no ensino superior de jornalismo e comunicação

5.1. Noções e história do processo de Bolonha

De acordo com o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (2004) o Processo de Bolonha «corresponde ao propósito da construção do Espaço europeu do Ensino Superior, coeso, competitivo e atractivo para docentes e alunos europeus e de países terceiros» e «visa a construção de um Espaço Europeu do Ensino Superior que promova a mobilidade de docentes, de estudantes e a empregabilidade de diplomados». É assim que define o resultado de uma série de procedimentos levados a cabo por 45 países aderentes⁴⁸.

Este processo começou em Bolonha, a 18 de Setembro de 1988, «de forma visível com a publicação da Magna Carta das Universidades» (MCIES, s.d.a), resultante da reunião dos reitores de várias universidades europeias, em Bolonha, aquando do nono centenário da mais antiga universidade na Europa (The Magna Charta of University). O documento, datado de 1988, dá conta da importância do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da Europa, cujo papel está em grande parte a cargo das universidades, na medida em que são responsáveis pela formação dos futuros agentes deste desenvolvimento. Os reitores reunidos invocaram a necessidade de liberdade na comunidade universitária europeia, que veicule a troca de informação e documentação, propondo-se a prosseguir com o alcançar destes propósitos, através da abolição das fronteiras do conhecimento, em conjunto com as geográficas.

A 25 de Maio de 1998, os Ministros da Educação da Alemanha, França, Itália e Reino Unido assinaram, em Paris, a Declaração da Sorbonne, que se preocupava já com o traçar do «Espaço Europeu de Ensino Superior» (MCIES, 2004: 7), no que toca à mobilidade, empregabilidade, formação ao longo da vida e o reconhecimento internacional dos diplomas, deixando um apelo final aos países europeus para que se prosseguisse nesse sentido (Sorbonne – Déclaration Conjointe). O passo seguinte deu-se a Junho de 1999, quando Declaração de

⁴⁸ Albânia, Andorra, Arménia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica (Comunidade Flamengo e Francesa), Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Santa Sé, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Federação Russa, Sérvia e Montenegro, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Ex-República Jugoslava da Macedónia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido (European Ministers Responsible for Higher Education, 2005).



Bolonha foi subscrita pelos Ministros da Educação de 29 Estados europeus, incluindo Portugal, cujos objectivos iam de encontro ao proposto na Declaração da Sorbonne, nomeadamente, a «adopção de um sistema de graus comparável e legível», de um «sistema de ensino superior fundamentalmente baseado em dois ciclos», que se traduziriam na licenciatura e mestrado, um «sistema de créditos», a «promoção de mobilidade», da «cooperação europeia no domínio da avaliação da qualidade» e da «dimensão europeia no Ensino Superior» (MCIES, 2004: 8-9). A Declaração de Bolonha valorizava a repercussão da solidez europeia no ensino, reconhecendo a «Europa do Conhecimento (...) como um factor imprescindível ao crescimento social e humano, [pelo que a criação do] Espaço Europeu do Ensino Superior [possibilitaria] compatibilidade e comparabilidade entre os sistemas de ensino superior» (The Bologna Declaration of 19 June 1999), fazendo com que se torne atractivo a nível mundial (Confederation of EU Rectors, 2000).

No dia 19 de Maio de 2001, foram acrescentadas novas linhas de acção que resultaram de um novo encontro entre os ministros que subscreveram a Declaração de Bolonha, em Praga, e que se traduziram na «promoção da aprendizagem ao longo da vida», no «maior envolvimento dos estudantes na gestão das instituições de ensino superior», funcionando como parceiros para a construção do Espaço Europeu do Ensino Superior, e promoção da atractividade desse mesmo espaço (MCIES, 2004: 10). O Comunicado de Praga (Towards the European Higher Education Area) veio publicar o desejo de reafirmação das resoluções da Declaração de Bolonha, tendo estipulado quais as prioridades para os anos seguintes.

Dois anos depois, em Setembro de 2003, tendo já aumentado para 33 o número de ministros da educação de países europeus aderentes, foram reafirmados os objectivos projectados em Bolonha e Praga, além de novas considerações que envolviam a investigação para conseguir uma consolidação da Sociedade do Conhecimento (MCIES, 2004; MCIES, s.d.a). No Comunicado de Berlim, a 19 de Setembro de 2003, estabeleceram-se já as medidas a serem cumpridas até 2005: a avaliação e acreditação, através da certificação da qualidade, da avaliação interna e externa de programas e de instituições e criação de redes, participação e cooperação internacional, implementação do sistema de dois ciclos, promoção da mobilidade, consolidação do sistema de créditos, reconhecimento de graus académicos e duração de cursos, entre outros, sempre reforçando a ideia de promoção da Área Europeia do Ensino Superior e da Investigação (MCES, 2003a; MCIES, s.d.a).



A 19-20 de Maio de 2005, Bergen acolheu uma conferência dos ministros responsáveis pelo ensino superior, recebendo mais cinco países participantes no Processo de Bolonha somando agora 45 países no total. No documento resultante desse encontro (The European Higher Education Area - Achieving the Goals) constatou-se que existiam progressos significativos nas três prioridades assumidas em Berlim, o sistema de graus, a garantia de qualidade e o reconhecimento de graus e períodos de estudo, havendo ainda algum trabalho a fazer no sentido de alcançar os objectivos. Além da avaliação do progresso na implementação da Área Europeia de Ensino Superior até 2010, o documento estipulou a definição de mais desafios e prioridades a nível da investigação no ensino superior que remete para a preocupação dos *curricula* dos doutoramentos, a dimensão social do Processo de Bolonha como condição necessária para a competitividade e atractibilidade da Área Europeia de Ensino Superior, e a mobilidade. Para 2007 «o BFUG [Bologna Follow-up Group, mencionado no Comunicado de Bergen,] foi incumbido de outras missões, incluindo a definição de critérios de qualidade do ensino, o estabelecimento e reconhecimento de graus académicos e a criação de processos de reconhecimento de competências» (MCTES, 2005). A nova conferência interministerial ficou marcada para 2007, em Londres.

De acordo com o ministério português, a persecução de um ensino superior atractivo impõe o cumprimento, até 2010, do objectivo de construir uma Área Europeia de Ensino Superior, «coerente, compatível, competitiva e atractiva para estudantes europeus e de países terceiros» (MCIES, 2004: 12) que possibilite a geração de um conhecimento que conduza ao crescimento económico e ao aumento de empregos em número e qualidade, através de uma «participação mais activa dos estudantes na vida da escola» (MCIES, 2004: 65). A Declaração de Bolonha (The Bologna Declaration) confirma esses objectivos, especificando-os na implementação do sistema de graus académicos, do Suplemento ao Diploma, a licenciatura bi-fásica, o sistema de créditos – sistema ECTS, o incentivo à mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo, o «incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis, [e a] promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior». Em relação à estratégia de Lisboa, além dos propósitos até agora mencionados, o ministério



pretende reduzir as taxas de abandono escolar, criando condições para que os estudantes «criem gosto pelo saber e conhecimento» (MCIES, 2004: 14).

5.2. Implementação do Processo de Bolonha em Portugal

No sentido de alcançar os objectivos europeus, a estratégia proposta pelo MCIES (2004: 19) identifica a necessidade de reformas profundas, nomeadamente para se atingir um nível de «maior eficácia, modernização e simplificação das instituições de ensino superior tendentes a um patamar de excelência, marcado por perfis competitivos, de referência nacional, europeia e internacional». Um primeiro passo relaciona-se com uma iniciativa de desburocratização da administração no sentido de simplificar a «arquitectura legislativa». Num item denominado por «prioridades de acção», constante num dos documentos elucidativos do sítio oficial do MCIES (2004: 24), estão as medidas a pôr em prática até 2005: «o modelo para a implementação do Sistema de Créditos e do Suplemento ao Diploma; as orientações para a implementação dos dois ciclos, por áreas do conhecimento⁴⁹; o modelo para o Sistema de Avaliação e Acreditação.»

O sistema de créditos, ou ECTS – European Credit Transference System, traduz-se numa medida em que o trabalho dos estudantes, para uma determinada área científica, é traduzido por um valor numérico válido para o novo Espaço Europeu do Conhecimento, ou seja, para os países que subscreveram a Declaração de Bolonha (MCIES, 2004). Este valor tem em conta as horas de trabalho do estudante, «na globalidade das suas actividades» (MCIES, 2004: 25), tendo como grande vantagem a mobilidade dos estudantes na formação, mas também a construção de currículo através da acumulação de créditos, de acordo com o Comunicado de Berlim (MCES, 2003a). No seu empenho de adequação às mudanças na formação, o sistema de créditos possibilita o desenvolvimento e adopção de «novas metodologias de aprendizagem mais activas e participativas, capacidades e competências horizontais: aprender a pensar, aprender a aprender, aprender a ensinar, competências específicas da profissão [e] competências gerais» (MCIES, 2004: 27).

Já o Suplemento ao Diploma encontra no seu desenvolvimento a «promoção da transparência e do reconhecimento internacional de qualificações para fins académicos e

⁴⁹ Arquitectura, Ciências Agrárias, Ciências exactas e Naturais, Ciências Farmacêuticas, Ciências Humanas, Ciências Políticas e Relações Internacionais, Ciências Sociais, Cinema / Dança / Música / Arte do Espectáculo, Comunicação, Contabilidade, Desporto, Direito, Economia e Gestão, Enfermagem, Engenharia, Escultura / Pintura / Design, Formação de Professores, Medicina, Medicina Dentária, Medicina Veterinária, Psicologia e Ciências da Educação, Tecnologias da Saúde, Turismo (MCIES, 2004).



profissionais» (MCIES, 2004: 28). Trata-se de um documento produzido na instituição de ensino de cada aluno e que «descreve a natureza e o conteúdo dos programas curriculares, o nível de qualificações e presta informação sobre o sistema do ensino superior» (MCIES, 2004: 28). Em 2004 o MCIES (2004: 28) anunciava já a finalização do projecto de diploma que regularia este sistema em todos os estabelecimentos de ensino superior, mencionando já «a experiência bem sucedida da Universidade do Minho», e prevê também o tipo de dados que devem contar no Suplemento ao Diploma: descrição detalhada do sistema de ensino superior português aquando da obtenção do diploma, «caracterizando a instituição que ministrou o ensino e conferiu o diploma, bem como a formação realizada e o seu objectivo, além de informação sobre o conteúdo e resultados obtidos» (MCIES, 2004: 31).

A adopção de um sistema de ensino baseado em dois ciclos pretende que os mesmos assumam perfis e orientações diferentes, a nível de objectivos individuais e académicos, que serão implementados em função do exercício profissional e a empregabilidade. Para prosseguir com a qualificação e estruturas de formação para cada área de conhecimento, o MCIES (2004) declarou estar a definir perfis e competências de formação a nível do exercício profissional e empregabilidade, com competências gerais e específicas, pessoais e académicas, em associação com os perfis identificados, a nível do enquadramento das necessidades da sociedade com a estrutura e duração dos ciclos aprovada pela Lei de Bases, no que diz respeito às competências, capacidades e conhecimentos, e ainda confrontar as competências e qualificação profissional com o perfil formativo de cada um dos dois sub-sistemas do ensino superior.

O Ministério da Ciência e Ensino Superior (MCES) mencionou no documento «Um ensino superior de qualidade» (2003b) a criação de três ciclos, sendo que o primeiro seria designado por licenciatura com duração de cerca de quatro anos⁵⁰, extinguindo-se o grau de bacharel. O segundo ciclo, o mestrado, leccionado em universidades e politécnicos, exige a existência de um corpo docente «devidamente qualificado» e teriam a duração de dois semestres. O terceiro ciclo seria reservado às Universidades com um «corpo docente qualificado e centros de investigação acreditados com uma actividade sustentada (...) com a duração máxima de quatro semestres», com proposta de repartição ao colocar os mestrados nos politécnicos e os doutoramentos nas

⁵⁰ Note-se que existem excepções para cursos ligados à medicina, engenharia e arquitectura (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março).



universidades e que conduz a uma outra repartição que coloca a investigação do lado das universidades e a experimentação do lado dos politécnicos (MCES, 2003b). No entanto, a legislação (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março) publicada implicou uma duração diferente: nos politécnicos, seis semestres para as licenciaturas seis a oito para as universidades, e três a quatro semestres para os mestrados em ambas as instituições. O documento legislativo nada refere em relação à duração dos doutoramentos, que apenas podem ser ministrados nas universidades.

No que toca à caracterização geral dos cursos, em 2004 o MCIES anunciou estar a prosseguir com a sua, tendo em atenção a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior, os conteúdos curriculares para ciclo de formação e para cada área científica e em função das competências a adquirir, além da racionalização na designação dos cursos. O Ministério (2004) acrescenta ainda a sua preocupação em definir os cursos de especialização, especificamente o seu objectivo e a inserção no sistema.

O ministério português (2004) decidiu criar um grupo de coordenadores para a implementação do Processo de Bolonha, cuja tarefa seria a de analisar as possíveis estruturas de formação para cada área do conhecimento, tanto para o primeiro como para o segundo ciclo, tendo em conta um possível interesse de criação de cursos de especialização complementares aos dois ciclos. O parecer resultante desse estudo foi posteriormente entregue à então ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Existe já a certeza de que, nesta reformulação do ensino superior nacional, a generalidade das áreas de formação terá de «adoptar estruturas de formação formal de primeiros ciclos com a duração de seis semestres, correspondente a 180 créditos ECTS [e] (...) de segundos ciclos com a duração de quatro semestres, correspondente a 120 créditos ECTS», sendo que a prioridade dos primeiros ciclos é a formação que forneça aos alunos as competências para o exercício de uma profissão (MCIES, 2004: 47). Para este modelo existem várias excepções (MCIES, 2004), sendo a mais evidente o caso da formação em Medicina.

A nível de financiamento, o mesmo é garantido pelo estado português apenas para o primeiro ciclo (MCES, 2003b). Será financiado a título excepcional o segundo ciclo de formações que necessitem do mesmo para a «formação para o exercício pleno da profissão» (MCIES, 2004).



Quanto à avaliação e acreditação do ensino superior, o ministério retira da reunião de Berlim, em Setembro de 2003, o reforço das necessidades de se atingir um determinado grupo de objectivos para 2005⁵¹, e que engloba a «definição das responsabilidades dos diversos órgãos e instituições envolvidos na dinâmica do ensino superior» (MCIES, 2004: 55), a generalização de processos de acreditação e certificação, entre outros, sendo que este novo modelo de avaliação deverá contemplar iniciativas a nível de avaliação por área de conhecimento, área do conhecimento e unidade orgânica, área do conhecimento e unidade de investigação, área do conhecimento e curso, classificação de mérito e carteira de indicadores (MCIES, 2004). Em Janeiro de 2003, o MCES lançou um debate público a propósito da avaliação, revisão e consolidação da legislação do ensino superior, tendo sido divulgado, em Abril do mesmo ano, um documento de orientação intitulado «Um Ensino Superior de Qualidade»⁵² (2003b) que atende às sugestões apontadas no referido debate e propõe uma nova apreciação por parte de várias entidades. Concluído o processo, o Governo iria apresentar à Assembleia da República as propostas de Lei de Bases do Sistema Educativo, e Autonomia e Financiamento das Instituições do Ensino Superior (2003b).

Em Outubro de 2004 o MCIES anunciou o calendário de acções, que limitava até 30 de Novembro a organização da nova estrutura de ciclos (perfis e competências de formação, caracterização geral dos cursos, cursos de especialização – objectivo e sua inserção no sistema), bem como a definição do sistema de avaliação e acreditação. Até Dezembro de 2004, deveria ser publicado o sistema de créditos e o suplemento ao diploma, e entre Dezembro e Janeiro de 2005, deveriam ser feitos Workshops para a discussão pública do Processo de Bolonha. Entre 2005 e 2006 deveria ser implementado o sistema de avaliação e acreditação. A aplicação das medidas, ou seja, o funcionamento das novas estruturas curriculares, seria posto em prática a partir do ano lectivo de 2005/2006 até 2009/2010, ano que foi imposto como limite para implementação de todo o Processo de Bolonha (MCIES, 2004; The Bologna Declaration).

⁵¹ «Certificação de qualidade; Sistema de dois ciclos; Reconhecimento de graus e duração de cursos» (MCIES, 2004).

⁵² Resumindo, o documento (MCES, 2003b) realça a necessidade de reformulação da Lei de Bases do Sistema Educativo e das leis que lhe seguiram e que regulam o ensino superior, bem como a implementação do aumento da qualidade deste ensino e da investigação, documentos que declara terem de escapar «desgaste do tempo». O documento assinala a necessidade de reformular o ensino em função do estudante, que deverá ser participante activo num processo educativo de qualidade, com um corpo docente altamente qualificado, fazendo distinção entre o ensino politécnico e universitário, com características mais profissionalizantes para o primeiro, apelando à renovação e esclarecimento de alguns pontos da Lei de Autonomia das Universidades, nomeadamente a implementação de novos modelos de governação. Salienta-se ainda a importância dos ciclos e graus do ensino superior para obtenção da igualdade perante o cenário europeu e potenciadores da livre circulação, a revisão e melhoria do sistema de avaliação de qualidade, a autonomia das instituições de ensino na selecção de estudantes no acesso ao ensino superior, bem como a igualdade de acesso para todos sem impedimento de dificuldades económicas dos estudantes.



A par destas, o ministério (2004) anunciou algumas medidas complementares e de apoio à implementação do Processo de Bolonha, como sejam a análise, em comissões mistas, do impacto da implementação do processo ao nível de carreiras da Administração Pública, de pessoal docente, militares, da magistratura, impacto no exercício das profissões liberais através de contacto com as Ordens Profissionais. A consciência das profundas mudanças de todo este processo, o MCIES (2004: 63) prevê, na reprogramação do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, «medidas de apoio à adopção de metodologias e práticas necessárias à implementação do Processo pelos estabelecimentos de ensino superior. Tais medidas consubstanciam-se, nomeadamente, no apoio a projectos tendentes a promover a adopção de sistemas de comparabilidade de graus e perfis de formação, de sistemas de certificação de qualidade, e no apoio a medidas de promoção de mobilidade nacional e internacional, como se de um ERASMUS nacional se tratasse» (MCIES, 2004: 63).

Os últimos procedimentos governamentais tomaram corpo através da produção de legislação que regula o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos, nomeadamente as «provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos (...) [que] visam avaliar a capacidade para a frequência de um curso de licenciatura num estabelecimento de ensino superior» e ficam a cargo de cada instituição de ensino superior (Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março). A legislação em questão aplica-se a partir do ano lectivo de 2006/07, inclusive, e procura dar corpo a uma das propostas do Processo de Bolonha e que passa pela formação ao longo da vida.

Além deste, outro documento legal foi publicado, o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, a aplicar a todos os estabelecimentos do ensino superior, à excepção do ensino superior público militar e policial. Reitera-se a distribuição do grau de doutor apenas nas universidades, a necessidade de licenciaturas com um mínimo de 180 créditos equivalentes a seis semestres, salvo as excepções que se justifiquem necessárias formações mais longas para o exercício da actividade profissional cujo estabelecimento por parte das instituições de ensino deverá olhar o panorama europeu, e dos mestrados terem de 90 a 120 créditos equivalentes a três e quatro semestres, e, excepcionalmente, 60 créditos. Também está prevista a emissão de suplemento ao diploma que acompanhará a emissão da carta de curso, prevista para todos os ciclos. Existe uma distinção



nas qualificações que são atribuídas aos mestrados de politécnico e universidade, com um carácter mais profissionalizante para os primeiros, mas no restante mantêm-se as mesmas disposições para ambos. Além destas, o documento prevê a regulação dos doutoramentos a nível de competências, acesso, insistindo na importância da investigação. Também a mobilidade de estudantes, docentes e administrativos das instituições de ensino está prevista neste documento legal, a nível da sua garantia através do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, «com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação realizada e das competências adquiridas». Está ainda prevista a acreditação e entrada em funcionamento dos ciclos de estudos, a adequação dos mesmos, a fazer até ao ano lectivo 2009/10, e as alterações necessárias à implementação de novos ciclos de estudo.

A anteceder estes dois documentos legais estão a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, que «estabelece as bases do financiamento do ensino superior», mas que não menciona directamente o Processo de Bolonha. A legislação em questão vale para o novo estado do ensino, referindo apenas o Decreto-Lei n.º 74/2006 que o valor das propinas referentes aos cursos de mestrado deverá ser igual ao das licenciaturas caso o grau seja necessário para exercício de profissão. Já mais ligado ao Processo de Bolonha foi produzido o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, que institui os «princípios reguladores dos instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior». Nele estão previstos a estrutura de três ciclos, a instituição de graus académicos intercompreensíveis e comparáveis, a organização curricular por unidades de crédito acumuláveis e transferíveis no âmbito nacional e internacional (ECTS), que serão atribuídos por todo e qualquer trabalho curricular e extracurricular, e os instrumentos necessários para a mobilidade estudantil, como o suplemento ao diploma. Já a segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior abordaram especificamente a questão de Bolonha. A Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto prevê a existência dos três graus académicos no seu artigo 13.º - A, a adopção do sistema de créditos europeu – ECTS – e que está ligado à mobilidade, bem como a preocupação sobre a formação ao longo da vida e o reconhecimento da experiência profissional através da atribuição de créditos, os diferentes diplomas a atribuir a cada grau académico concluído (licenciatura, mestrado e doutoramento). Também existem algumas alterações ao financiamento, nomeadamente no que diz respeito ao segundo ciclo de estudos.



5.3. A discussão em torno de Bolonha

A temática de Bolonha está presente, todos os dias, nos meios de comunicação portugueses e estrangeiros e é geradora das mais diversas opiniões. Em Portugal, muito se tem escrito sobre essa questão.

Uma apreciação de alguma bibliografia existente em Portugal sobre Bolonha aponta para uma crítica do sistema actualmente existente e para uma chamada de atenção quanto à necessidade de implementar mudanças profundas a curto prazo, de modo a acompanhar o Processo de Bolonha nos seus intentos de conseguir construir um Espaço Europeu do Ensino Superior e da Investigação (Simão, Santos & Costa: 2005) ou uma «dimensão europeia do ensino superior» (Santos, 2002: 69). Existe uma valorização da evolução conseguida a nível das metodologias de avaliação e uma preocupação com o decréscimo de alunos que procuram o ensino superior, problema que afecta outros países (Crespo, 2003; Simão et al., 2005), sendo ainda apontado o analfabetismo e a baixa percentagem de conclusão do ensino superior aliada a uma produção inferior à da média europeia (Simão et al., 2005). Através da análise de estudos feitos nesse sentido, Crespo (2003) descobre que através do aumento do número de vagas oferecido existe um decréscimo de candidatos em proporção e face a esse número.

Uma outra crítica cresce no sentido da existência de uma variedade excessivamente grande do número de cursos, assim como de instituições universitárias, muitos deles semelhantes mas com nomes distintos, que «não permitem ver com clareza qual o seu conteúdo» (Correia, Amaral e Magalhães *in* Crespo, 2003: 17), inclusive em comparação com países como os Estados Unidos da América, a França, a Itália e a Holanda. Como pudemos observar já, a situação da área de Comunicação Social parece, no entanto, fugir a este decréscimo, apesar das parcas saídas profissionais da área. Na opinião de Crespo (2003) Bolonha não irá resolver o problema de regressão da procura do ensino universitário, a não ser através de um acréscimo do índice de qualidade, que pode ser a solução. Também a comparabilidade, interna e externa, é vista pelo autor como de difícil execução nos termos de Bolonha.

A universidade é ainda tida como detentora de um papel vital para o desenvolvimento da sociedade em termos económicos, sendo-lhe reconhecida a qualidade em determinados



sectores, mas também muitas falhas (Crespo, 2003; Simão et al., 2005). Destas, Crespo (2003) destaca a debilidade quanto ao pessoal docente, os bloqueios vários à mobilidade, a necessidade de revisão da legislação sobre a Autonomia das Universidades, bem como a lei do financiamento⁵³, sendo que esta última questão parece ser comum a outros autores (Simão et al., 2005). Uma outra chamada de atenção destes autores relaciona-se com o prazo apertado para implementação do Processo de Bolonha, pois em Portugal o ritmo dos trabalhos parece ser mais lento do que aquilo que devia. No geral, Vítor Crespo (2003) vê com bons olhos todo o Processo de Bolonha, apelando à remoção de obstáculos às suas orientações e recorrendo mesmo a algumas sugestões nesse sentido. No entender de Santos (2002: 72), «o Processo de Bolonha é, acima de tudo, uma grande oportunidade para encarar a sério os problemas de fundo que afectam a organização do ensino superior em Portugal, problemas esses resultantes em grande parte da manutenção de referenciais desactualizados para a organização curricular dos cursos e as metodologias de ensino praticadas, as quais não atendem minimamente às novas realidades de um ensino superior de 1º ciclo massificado.» O autor vê no sistema ECTS uma centralização da formação no aluno e na aprendizagem e que valoriza todo o trabalho desenvolvido pelo estudante.

Existe ainda uma valorização da formação ao longo da vida, a avaliação e acreditação e o sistema ECTS, cujas vantagens passam pela flexibilidade da organização curricular e diversidade de percursos de formação, caracterizando-se como um dos aspectos fundamentais a existência de um plano jurídico em concordância com o Processo de Bolonha (Simão et al., 2005). Para tudo isto os autores requerem a colaboração do poder político.

Na imprensa as observações giram em torno da falta de debate público acerca da implementação do Processo de Bolonha e a perda de oportunidade que Bolonha oferece, como refere Teresa Lago (*in* Nascimento, 2006, Junho 1), bem como a questão do financiamento manifestada por alguns reitores das universidades portuguesas (Fernandes, 2006, Fevereiro 16), ou ainda a duração dos cursos e falta de harmonização entre estabelecimentos de ensino (Fernandes, 2006, Fevereiro 16; H. Sousa, 2004, Outubro 12), numa constante de notícias diárias publicadas pela comunicação social portuguesa.

⁵³ A alteração à Lei do Financiamento já foi concretizada desde a publicação do livro de Vítor Crespo, como já foi referido, pelo que não faz sentido aludir às críticas apontadas pelo autor.



5.4. A área da Comunicação e Jornalismo

Na área específica de Comunicação e Jornalismo as alterações impostas pelo Processo de Bolonha geraram algumas vozes de discordância. Em resposta ao documento do MCES (2003b) produzido em virtude da avaliação, revisão e consolidação da legislação do ensino superior, o Sindicato dos Jornalistas, a 30 de Maio do mesmo ano (<http://www.mctes.pt>)⁵⁴, remete para segundo plano a discussão em questão, preferindo abordar as deficiências que consideram existir no ensino superior de jornalismo e das ciências da comunicação social, «especialmente para o problema da validação universitária de conhecimentos, capacidades e competências que tenham sido adquiridos por via extra-escolar». O organismo representativo da profissão de jornalista aponta como falhas principais o distanciamento entre instituições de ensino e profissionais, no que toca à construção dos *curricula*, às necessidades do mercado, à proliferação excessiva de cursos, à qualidade do corpo docente, cujas consequências passam pelo ensino de um «jornalismo obsoleto» (<http://www.mctes.pt>)⁵⁵. Especificamente relacionado com a questão de Bolonha, o sindicato confirma a necessidade de mudança da lei permitindo a validação de conhecimentos fora da Universidade.

Por sua vez, também ligada ao campo do jornalismo, Diana Andringa (<http://www.mctes.pt>)⁵⁶ confirma, a 19 de Maio desse ano, o desejo de ver esta validação de «competências adquiridas fora do contexto escolar» inserida na legislação portuguesa referente ao ensino superior, alertando também para a necessidade de criar condições de acesso a profissionais do jornalismo com alguns anos de carreira.

O documento produzido sob ordem ministerial, e com coordenação do Prof. Doutor José J. V. Soares (2004), contou com o contributo de Mário Mesquita para a área de Jornalismo. Na definição da categoria na área de conhecimento de Comunicação, Mesquita caracteriza a profissão de jornalista nas suas várias áreas de trabalho, realçando o carácter cada vez mais complexo do exercício da profissão, com a pluralidade de funções que lhe são atribuídas. Quanto aos perfis e competências gerais Mesquita (*in* J. V. Soares, 2004) chama a atenção para a competência humanista e cultural, comunicacional, profissional e tecnológica, sem fazer distinção entre o ensino universitário e politécnico, e salientando a crescente busca de jornalistas

⁵⁴ Sindicato do Jornalistas (2003). Retirado em 2006, Maio 15, de http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=45&id_item=759&action=2.

⁵⁵ Sindicato do Jornalistas (2003). Retirado em 2006, Maio 15, de http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=45&id_item=759&action=2.

⁵⁶ Andringa, D.(2003). Retirado em 2006, Maio 15, de http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=45&id_item=724&action=2.



especializados em determinadas áreas do saber. Nas exigências do autor existe sempre a chamada de atenção para as novas tecnologias, ferramentas imprescindíveis no exercício da profissão. As capacidades inatas dos jornalistas, nomeadamente os de rádio, devem ser aperfeiçoadas com o ensino, afirma Mesquita.

O documento, na sua generalidade, colheu críticas várias de alguns organismos através do debate público lançado pela ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho. Da parte da Universidade do Minho, especificamente ligado à área de conhecimento de Ciências da Comunicação e pela voz da directora do curso de Comunicação Social, Helena Sousa, criticou-se a falta de «trabalho em rede» por parte do coordenador (como havia sido afirmado pela ministra), nomeadamente a falta de consulta «dos directamente interessados» (H. Sousa, 2005). Desta crítica derivam uma série de outras que abordam as questões de duração dos ciclos⁵⁷, a falta de distinção entre ensino politécnico e universitário, a questão do financiamento apenas para o primeiro ciclo, especificamente com as excepções, a falta de enquadramento no panorama Europeu e falta de correspondência com a realidade dos cursos apontados no documento, ultimando com a necessidade de um debate acerca da matéria em questão (H. Sousa, 2005).

Aquando das II Jornadas de Jornalismo Internacional da Universidade Fernando Pessoa, em Março de 2007, Moisés Martins (*in* Salomão, 2007, Março 17), da Universidade do Minho, referiu que o Processo de Bolonha deve ser revisto mesmo antes da sua efectiva adopção na Europa, argumentando que «o tratado não vê a filosofia, as ciências sociais, as artes, o jornalismo como um saber sério. Só o saber técnico-científico e dos negócios é tomado como saber que importa, de real necessidade». Salomão afirma que «muitas escolas de Portugal e da Espanha já apontam para a seguinte configuração dos cursos de comunicação: Jornalismo, Comunicação Áudio-Visual e Comunicação Estratégica (Marketing, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda)» (2007, Março 17), numa divisão da área jornalística da generalidade da comunicação.

É essencialmente nesta fase de transição que o ensino superior de jornalismo se encontra. Não tendo uma implementação fácil, revelou-se relativamente tardia face ao cenário internacional. No entanto, rapidamente se percebeu que esta era uma área aliciante que poderia

⁵⁷ De seis semestres para o primeiro ciclo, equivalente a 180 créditos ECTS, e de quatro semestres para o segundo ciclo, equivalente a 120 créditos ECTS e atributivo do grau de mestre. Exceptuam-se os casos de medicina e outros casos justificativos (MCIES, s.d.b).



colocar-se ao serviço dos objectivos financeiros do ensino superior, como o aponta Mesquita (1995, Janeiro 6), e com o objectivo de responder à procura dos novos meios de comunicação criados a partir de inícios da década de noventa. Como temos vindo a observar, o resultado desta pesquisa bibliográfica inicial mostra um excedente de candidatos à profissão, a criação de um ensino alheio às problemáticas e necessidades da profissão, com base na planificação dos primeiros cursos portugueses, criando uma homogeneização de ensino em que a teoria domina a prática deste ensino nos bancos das instituições de ensino, e uma das mais duras críticas dos profissionais que se refugiam no ensino profissional como ideal. A maioria de cursos generalistas de comunicação que misturam áreas antagónicas de ensino é também uma das críticas apontadas pelos profissionais, bem como a falta de um corpo docente com a necessária percentagem de profissionais a contribuir para este ensino, e de equipamentos que viabilizem esse ensino. Por fim, a adopção a Bolonha parece não reunir um consenso entre o próprio Governo, os profissionais e, sobretudo, os académicos responsáveis.

A nosso ver, torna-se necessário reflectir sobre o ensino superior de jornalismo e comunicação social, de modo a poder dar algum contributo para a sua melhoria. Assim, no próximo Capítulo tentaremos verificar, à luz das características essenciais das licenciaturas em estudo e sua conjugação e contraposição com a opinião de sete profissionais da comunicação social, em que ponto se situa a adequação do ensino de jornalismo à prática do mesmo e de que forma se pode colocar esta adequação em valores mais elevados.



CAPÍTULO II

PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DE JORNALISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO ANO LECTIVO 2005/06

Depois de conhecer os pontos centrais da discussão que gira à volta do ensino superior de jornalismo e comunicação social, é imperativo lançar um olhar sobre esta educação, de modo a perceber o porquê de tais constatações, sem nunca perder de vista que o objectivo central desta investigação passa por caracterizar e descobrir se existe alguma adequação do ensino à prática e necessidades das redacções, bem como a forma de obter uma maior aproximação a esta realidade. Com base nos 14 inquéritos recolhidos junto dos responsáveis pelas licenciaturas do ensino público, centrados nas problemáticas apontadas na literatura, tentaremos caracterizar este cenário, utilizando as opiniões recolhidas junto dos profissionais entrevistados, e que incidam sobre as mesmas problemáticas, para, através da sua confrontação, responder aos nossos objectivos.

A lógica adoptada nas próximas páginas procura seguir, de início, a opinião formada acerca do perfil requerido para o jornalista que integra uma redacção actual e que tipo de formação é entendida como útil para chegar a esse perfil. É crucial referir que, a nosso ver, esta opinião não pode ser entendida como certa ou errada, mas antes como um ponto de referência, nem tão pouco a realidade que hoje encontramos nas redacções é perfeita, como tivemos oportunidade de observar no Capítulo I (ver ponto 3). Seguiremos uma lógica de discussão gradativa de temáticas, que parte do ingresso neste ensino superior, condições e características deste ensino (docência, planos de estudo, equipamentos), regressando mais tarde à opinião profissional dos entrevistados, com vista a perceber de que forma levariam a cabo uma reforma do ensino superior público de jornalismo, a falta de diálogo entre o mundo profissional e académico e a resposta à questão «O ensino superior público está a formar os jornalistas que as redacções querem?», e que conduz centralmente a nossa investigação.



1. O perfil ideal de um bom jornalista

Recordando o afirmado no Capítulo I por Pinto (2004) da necessidade de discutir sobre o jornalismo para uma reflexão sobre a formação dos profissionais desta área, também desta forma tentámos averiguar o que entendiam os entrevistados sobre o perfil desejado para um bom profissional dos diversos meios de comunicação social.

Na rádio, um bom jornalista terá de ser «uma pessoa amante do saber», «verdadeiramente um filósofo no melhor sentido», tendo a capacidade de aprender todos os dias, com grande dedicação e capacidade de trabalho, persistência física e psíquica, e de grande dignidade profissional. «De outra maneira será sempre um aprendiz falhado de jornalista», termina Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), jornalista da TSF. Da mesma opinião partilha Carlos Daniel, jornalista e pivô da RTP, afirmando que um bom jornalista de televisão deve ter, como características essenciais, o gosto pelo trabalho em si, que obriga a uma entrega, uma aplicação e uma disponibilidade de modo a sentir prazer no que faz (Entrevista: 6 de Novembro de 2006), bem como Silva, ex-director do Diário Digital (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), que diz que, além de se manterem as obrigações deontológicas, «é preciso grande capacidade de rapidez, objectividade e algum espírito de sacrifício (...) e vontade de aprender».

Carvalho, subdirector do Público, nota que o jornalismo se organiza no sentido de existir uma necessidade crescente de especialização, pois é deste modo que se atingem vários públicos, mais jovens ou não, e se vai de encontro aos seus interesses, sendo que «o corpo principal do jornal [que], por natureza e definição, tem de ser generalista» (Entrevista: 13 de Outubro de 2006). No on-line, Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) encontra uma evolução que exige que os jornalistas possuam um conhecimento preexistente das fontes jornalísticas da Internet, bem como conhecimentos informáticos alargados e um entendimento global do funcionamento dos grupos de comunicação, que possibilitam uma troca de informação entre si.

Na agência, em especial na Lusa, Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) associa ao tipo de agência que é a Lusa ao tipo de perfil desejado de jornalista. Ou seja, torna-se necessário tomar em conta que esta é uma agência grossista, cujo destinatário do seu produto é o conjunto de todos os órgãos de comunicação e não o consumidor final. Por isso é preciso ter



em conta as necessidades de rapidez da televisão e rádio, que pedem o lançamento imediato de um *flash* noticioso, as políticas editoriais, os horários de todos os órgãos. Estes primeiros apenas precisam do *Quê?* e do *Onde?*. Uma notícia detalhada e mais tardia iria atrasar os órgãos que privilegiam a rapidez, e que passam também pelo on-line. Além disso, não deve esquecer-se a objectividade, a equidistância, a imparcialidade e a interpretação com limites, sem «exceder o que é objectivo», sendo necessário «referenciar algum *background*». Com um pé no futuro, Viana refere que «cada vez mais o jornalista de agência terá que ser um jornalista multimédia» munido das devidas ferramentas para gravar som e imagem, editar e enviar o produto final para uso dos diferentes órgãos de comunicação. Este é o já referido «jornalista MacGyver», que é importante mas não é o único pois há ainda o jornalista das fontes, o da reportagem, da notícia ou da entrevista, ou seja, especializado em vários temas ou géneros noticiosos. Na Lusa comprova-se o observado por Fidalgo (2004) de rejuvenescimento das redacções e do aumento de licenciados em geral, entre os quais estão os de Jornalismo e Comunicação.

As respostas dos entrevistados variaram, assim como aconteceu na investigação de J. P. Sousa (1997). Este professor da Universidade Fernando Pessoa, querendo saber a mesma opinião junto dos profissionais obteve respostas em que «as características mais referidas pelos directores de informação foram, em síntese, o domínio técnico, a independência e o respeito pela deontologia». J. P. Sousa (1997) afirma ainda que «um dos directores (...) identificou a objectividade e a separação entre informação e opinião como um dos valores profissionais. De qualquer modo, a generalidade das respostas era complexa e globalizante.» Não falharam respostas sobre o rigor, a ética e deontologia, cultura geral, isenção e o empenho laboral.

No entanto há a generalização da necessidade de uma entrega e do interesse pelo saber constante junto dos nossos entrevistados, bem como do funcionamento dos órgãos de comunicação social, passando pela deontologia, imparcialidade e objectividade. Estes saberes podem ser e são-no em alguns dos planos analisados, passíveis de serem ensinados nas licenciaturas. Quanto ao saber permanente, este pode ser iniciado durante o ensino superior, e mesmo num período escolar anterior, devendo ser levado e intensificado durante o exercício da profissão. Não existe qualquer licenciatura que ensine a ter vontade de aprender, sendo esta uma característica inata aos candidatos. Quanto aos outros saberes, qual a formação que os transmite? Vejamos a seguir o entendimento dos profissionais abordados na investigação.



2. Formação ideal para o jornalista

Como avançámos na primeira parte, existem várias opiniões no que diz respeito à melhor formação de um jornalista, o ensino superior ou a tarimba, sendo evidente que, «mesmo no interior da profissão as opiniões se dividem» (J. Correia, 1998a). Um estudo de Schultz (2002) conclui que as diferenças de produção entre jornalistas com uma formação superior em jornalismo e os profissionais com uma formação do ensino secundário são escassas⁵⁸. Será que é esta a opinião dos jornalistas portugueses?

Vilas-Boas assume que a formação universitária é um requisito necessário para o jornalista «amante do saber» que tinha descrito anteriormente, formação essa que delega nos alunos um «saber sistematizado», «não o saber do jornalismo ou para ser jornalista, mas para organizar o seu saber acerca do jornalismo e de outras tantas coisas, como sejam o mundo em que vive». Para que o jornalista seja «o profissional mais completo» tem que ter o máximo de formação possível. «Como antigamente era obrigatória a quarta classe, hoje é obrigatória a universidade para um jornalista», conclui Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006). Além desta, que não seria obrigatória em Jornalismo, o profissional afirma ser necessária formação complementar noutra área, seguindo com exemplos de Direito e Sociologia. Todo este saber implica uma organização que permitirá ao jornalista saber «distinguir o modo de fazer notícias diferentes, sob determinados pontos de vista da sociedade, do mundo que o envolve, porque o jornalista lavra campos de grande abundância de notícias, de grandes, digamos, diferenças».

A formação universitária também é tocada por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) como propiciadora de «ferramentas básicas a diversos níveis», partindo para uma especialização durante a própria profissão, como veremos adiante. O jornalista não tem dúvidas de que não devia haver ensino obrigatório para aceder à profissão, pois «o melhor curso para se ser jornalista é Direito», que ao contrário dos cursos de jornalismo, que «são muito pasmosos, são muito pastosos», não incluindo o nervo e a paixão, o Direito e o debate que lá se faz «é muito mais vibrante do que o debate que se faz nos cursos de jornalismo». Inquirido sobre outra área de interesse para os jornalistas, a Economia, Carvalho defende a existência de jornalistas

⁵⁸ Os primeiros tendem a trabalhar em empresas de maior dimensão e alcance, estando ainda melhor preparados para as exigências interpretativas do jornalismo actual, conta Schultz, (2002).



licenciados, tanto nesta como noutras áreas. No seguimento da mesma temática, Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) admite ser igualmente desejável que haja licenciados de economia ou direito que também existem no *Correio da Manhã*. Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) confirma, do mesmo modo, que «um bom jornalista tanto pode vir da área de economia, como pode vir da área de gestão, como pode vir da área da sociologia». O director de informação da SIC afirma que o importante é o conhecimento que o candidato tenha da «realidade que o cerca», pois a técnica jornalística apreende-se no seio da profissão. «Se não conhecemos o sentido, como é que conseguimos aplicar depois as técnicas?», questiona. Confirma ainda que a SIC possui maior quantidade de pessoas com um curso intermédio técnico, como é o caso do CENJOR, do que propriamente licenciados, sendo que o ensino técnico e profissional prepara melhor. Esta vontade vai de encontro à investigação de J. P. Sousa (1997) em que os profissionais mostraram uma vontade de ter nas suas redacções jornalistas formados na área do saber em que vão trabalhar, em alternativa à graduação em jornalismo.

O centro de formação é igualmente enaltecido por Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) que, sem referir qual a melhor formação para um futuro jornalista, diz ser «muito céptico quanto aos cursos de jornalismo» e ser possível aceder à profissão apenas com um curso do CENJOR, assim como Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006), apesar de este afirmar que já não será tão simples como há 16 anos passando por uma entrada mais exigente, e não directamente para um estágio formal. Além disso, Silva refuta a necessidade de uma licenciatura na área da comunicação para se aceder à profissão, defendendo a existência de uma ordem dos jornalistas onde se prestasse um exame de admissão. A cultura necessária à profissão pode ser adquirida numa licenciatura de Economia ou de Direito, mais uma vez mencionados, ou mesmo de Biotecnologia (Entrevista: 12 de Setembro de 2006).

Confirmando a divergência quanto à melhor formação ou de carácter obrigatório ou não para aceder à profissão, Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) atesta não ter opinião formada sobre este assunto, sendo que não existe uma regra que diga quais são os melhores candidatos: os vindos da faculdade e que têm uma licenciatura ou não. Desde que tenha uma grande cultura geral e consiga transmitir os seus conhecimentos já é um bom jornalista, e essa cultura geral tanto pode adquirir-se na faculdade como no «emprego, na vida».



De acordo com o ex-director do *Correio da Manhã* (Entrevista: 9 de Outubro de 2006), a formação desejada neste momento é em Comunicação Social⁵⁹, numa contradição ao afirmado pelos profissionais referidos anteriormente, embora note que os cursos não dotam os alunos com as ferramentas necessárias, mas conseguem dar aos alunos «uma bagagem cultural e académica que obviamente depois também é importante para o exercício da profissão», opinião partilhada por Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) quando fala dos planos de estudo das suas universidades preferidas: a Católica, a Nova de Lisboa e a do Minho, as mais exigentes e com melhor formação.

Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) coloca nos 50 por cento os jornalistas licenciados na área a trabalhar actualmente no jornal, mas admitia almejar uma percentagem cada vez maior, e conta que desde a sua chegada à direcção do periódico não foi admitido qualquer jornalista sem um curso de comunicação social. No entanto, confessa que ainda é possível ingressar numa redacção apenas com um curso do CENJOR, alegando ser o sítio que produz uma formação mais próxima da realidade e mais específica e mais prática, «vêm melhor formados ao nível daquilo que são as exigências de uma redacção», e tem uma organização que pode ser aplicada no seio das licenciaturas. No entanto, Marcelino não hesita em dizer que prefere o ensino universitário ao politécnico, «pelas ferramentas culturais». O jornalista fala em possíveis cursos internos de três a seis meses que careceriam de apoio por parte das instituições para «operacionalizar os conhecimentos abrangentes que vêm nos cursos e afunilá-los na nossa prática». Assim, «em vez de estarmos a fazer estágios em cada um dos títulos, digamos que acabaríamos por descobrir as características das pessoas numa fase anterior e depois somos nós a dirigi-las.»

Além das características pessoais, Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) a «base de formação sólida ao nível de vários assuntos» dos quais o jornalista destaca o português e o inglês, «um conhecimento maior», o prazer pela leitura e pela aprendizagem também são referidas. Por fim, «uma formação específica que lhe permita perceber quais são as regras fundamentais deste trabalho» levam o jornalista a referir que o trajecto feito pelos cursos de jornalismo e comunicação os torna na «forma certa para que o jornalista possa construir a sua

⁵⁹ Mais à frente já concorda com os restantes entrevistados ao afirmar que, para aceder à profissão não seria necessária uma licenciatura específica em comunicação social, mas que chegassem à redacção pessoas com um «grau académico», pois a formação específica pode ser dada dentro de um órgão de comunicação social.



carreira». O jornalista não exige apenas a licenciatura em Jornalismo, pois é importante a redacção contar com licenciados noutras áreas, mas um «mínimo de formação específica é indispensável». Não deve, então, haver profissionais que não tenham qualquer noção de jornalismo. Podem ser licenciados em jornalismo e pós-graduação noutra área (o jornalista refere direito ou mesmo medicina) ou vice-versa. Hoje o jornalismo aponta para a especificidade, conforme adianta a maioria dos entrevistados, por isso há a necessidade dessa especificação a nível da formação. O acesso à profissão apenas com um curso profissional do CENJOR já não é preferido pelo jornalista, como acontece com outros entrevistados. Na RTP, há uma maioria de licenciados, mas não de licenciados em Jornalismo.

Destacando-se de todos os entrevistados, que não chegam a negar expressamente as licenciaturas em Jornalismo e Comunicação, Viana (18 de Setembro de 2006) é peremptório quando afirma que qualquer formação é aceitável para seguir jornalismo, afirmando mesmo que um jornalista não deve formar-se naquela área. A variedade de formações dentro de uma redacção é, portanto, positiva, afirma. O «importante numa experiência académica é que se utilize o estudo sistematizado e aprofundado de determinadas matérias» e não o saber genérico oferecido pelas licenciaturas em jornalismo e comunicação em que os alunos têm um «contacto leve e às vezes episódico de determinadas matérias», sendo o que estimula a capacidade dos alunos que daria para investigar e ter uma «compreensão aguda sobre determinado problema» não passa por um curso de jornalismo. Nestes, dá-se uma «atenção desproporcionada aos aspectos particulares do exercício» do jornalismo, achando o jornalista que é «um bocadinho pomposo achar que a actividade jornalística seja digna de um curso». De acordo com o profissional da Agência Lusa, «um dos mercados que no jornalismo ainda continua a ter capacidade é a economia» corroborando com a opinião da maioria dos entrevistados. Quanto a técnica jornalística aprende-se «em pouquíssimo tempo», vindo até do ensino secundário, em questão de semanas ou alguns meses.

Mesquita (1995, Janeiro 20) critica a inexistência de uma forma de acesso à profissão institucionalizado e homogeneizado, procurando a intervenção do Sindicato dos Jornalistas e das entidades patronais do sector para «repensarem a questão das habilitações académicas dos candidatos a jornalistas», julgando o jornalista que o grau de licenciatura será a condição mínima ideal para aceder à profissão, como o afirmam todos os entrevistados. Apesar de não



haver esta exigência, são vários os autores que indicam que a maior parte dos candidatos actuais ingressam nas redacções com o canudo na mão (Fidalgo, 2004; Gomes, 2004, Janeiro; Graça, 2004). Pode confirmar-se desta leitura global que continua a haver uma divergência quanto à formação exacta de aceder à profissão vinda desde os primeiros tempos de implementação do ensino superior de jornalismo (Pinto & Sousa, 2003; Pinto, 2004).

No conjunto dos entrevistados, é comum o desejo de profissionais licenciados, com uma preferência pelo Direito, Economia e Sociologia, não sendo necessária uma formação específica em Jornalismo e Comunicação, e não sendo sequer desejada por Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006). Esta abordagem dos entrevistados vai ao encontro do estudo de J. P. Sousa (1997), em que os profissionais apontam a licenciatura como uma vantagem para aceder à profissão, mas preterem os cursos em comunicação e jornalismo, sendo a preferência para o direito ou a política ou uma formação profissional na área dos *media*. Já os profissionais ligados ao mundo académico optam pela licenciatura na área dos *media* e uma pós-graduação numa especialização como afirmam dois ex-jornalistas integrados no mundo académico (Bastos, *in* Gomes et al., 2003; J. P. Sousa, 2004).

Mas se pensamos que a realidade internacional é diferente, estamos enganados. Um estudo relativamente recente de Schultz, (2002) mostra que os jornalistas americanos acham a graduação do jornalismo é a excepção à regra e não necessariamente um treino diferente ou com mais profundidade para o exercício do jornalismo. Uma vez mais em comunhão com a realidade portuguesa, Zelizer (1998) mostra que os profissionais enaltecem a tarimba e estão fechados à opinião externa, especialmente a académica, e têm o ensino do jornalismo como apenas académico, sem prática nas publicações, o que leva à conclusão de que a adopção do estudo do jornalismo como falhada.

Os entrevistados demonstram uma opinião clara da necessidade de uma formação superior e do conhecimento que passa para a chegada à profissão, argumentando com uma aprendizagem da técnica jornalística rápida e no seio das redacções. Há ainda uma chamada de atenção para a necessidade do conhecimento noutras áreas e da realidade mundial em geral. O que podemos concluir é que se trata de uma opinião geral, não podendo deixar de perguntar: será melhor um candidato que possua já noções técnicas ainda que reduzidas ou um outro com



noções de direito ou economia que requer um ensinamento e tempo de dedicação que os profissionais dizem não ter?

É notória a desconfiança que ainda existe junto da classe jornalística, face ao estudo do jornalismo se observarmos as entrevistas dos vários profissionais, e que implicam um olhar sobre as licenciaturas desta área, no ensino público, para constatar se divergem do exigido pelos mesmos. Será que o ensino do jornalismo está de tal modo desadequado? Vejamos as características iniciais com que os candidatos a jornalistas se deparam.

3. Primeiro passo: a candidatura ao ensino superior de jornalismo e comunicação social

Desde estudo de Mesquita e Ponte (1997), as condições gerais de acesso aos cursos de formação inicial – bacharelatos ou licenciaturas – mantiveram-se com a conclusão do 12º ano de escolaridade e a prestação de exames nas disciplinas específicas solicitadas pelos cursos com uma nota mínima de 9,5 valores (Ferreira, 2005), continuando a não existir um padrão de disciplinas de acesso ao ensino superior (Tabela I).

A única semelhança entre todos é o Português, que constitui uma disciplina obrigatória na maioria dos cursos, de acordo com as indicações de Ferreira (2005) sobre o ano lectivo de 2004/05, e opção única nos das licenciaturas de Jornalismo da Universidade de Coimbra e de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto. É desta exigência que fala Vilas-Boas quando argumenta a existência de «uma maior selectividade dos candidatos» (Entrevista: 14 de Setembro de 2006). A nosso entender, a boa escolha do Português, essencial para o exercício da profissão⁶⁰, em conjunto com as médias de entrada não tão altas quanto parece, não nos parecem descabidas mas antes necessárias. Porquê criticar uma média elevada se a exigência de uma profissão complexa como o jornalismo assim o pede?

⁶⁰ A este respeito partilhamos da opinião de Bessa (*in* Gomes et al, 2003: 119) que assume a necessidade de uma «sólida formação na língua portuguesa» para o exercício da profissão.



Tabela I – Disciplinas específicas de acesso ao ensino superior 2005/06

Instituições	<i>ESTA</i>	<i>ESEB</i>	<i>ESES</i>	<i>ESEP</i>	<i>ESCS</i>	<i>ESEV</i>	<i>ESTGM</i>	<i>UM</i>	<i>UTAD</i>	<i>UBI</i>	<i>UA</i>	<i>FLUP</i>	<i>FLUC</i>	<i>UNL</i>
<i>Disciplinas</i>														
Alemão						X								
Biologia														
Desenho														
Direito														
Economia	X				X		X							
Filosofia	X	X		X	X			X		X				X
Física														
Francês			X			X								
Geografia	X		X		X	X								
Geologia														
Geometria Descritiva														
Grego														
História	X	X	X		X	X				X	X			X
História Artes Visuais														
Inglês			X			X								
Latim														
Literatura Portuguesa									X					
Matemática			X				X	X						
Português	Y	X	Y	X	Y	Y	X	Y	X	Y	X	Y	Y	Y
Psicologia										X				
Química														
Sociologia	X			X	X						X			

Legenda:

X – Disciplina à escolha (entre outras).

Y – Disciplina obrigatória.

Legenda por instituições:

ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes; **ESEB** – Escola Superior de Educação de Beja; **ESES** – Escola Superior de Educação de Setúbal; **ESEP** – Escola Superior de Educação de Portalegre; **ESCS** – Escola Superior de Comunicação Social; **ESEV** – Escola Superior de Educação de Viseu; **ESTGM** – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela (IPBragança); **UM** – Universidade do Minho; **UTAD** – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; **UBI** – Universidade da Beira Interior; **UA** – Universidade dos Açores; **FLUP** – Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **FLUC** – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; **UNL** – Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).



A par com o Português, as disciplinas mais solicitadas são a Filosofia, a História, mais uma vez em semelhança com o estudo de Mesquita e Ponte (1997) e a Sociologia, que é uma novidade, todas com maior notoriedade junto do ensino superior politécnico⁶¹. De todas estas semelhanças pode afirmar-se que não existe uma evolução quanto ao acesso a estas licenciaturas.

Decorrida a primeira fase de ingresso ao ensino superior, as notas dos últimos alunos colocados pelo contingente geral nos cursos em estudo variam entre os 107,4 valores da licenciatura de Tecnologias da Comunicação, da ESTGM, e os 161,3 valores de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (Tabela II). Será então que se pode concordar com as médias elevadas acusadas na primeira fase da nossa investigação (Mesquita & Ponte, 1997: 162; Basto, 2006, Setembro 16)? O nosso estudo responde negativamente a esta questão.

Quanto à média das notas de candidatura dos alunos, esta varia entre 119,2 do mesmo curso de Mirandela, e 168,2 da licenciatura da Universidade Nova de Lisboa.⁶² As elevadas médias de entrada já haviam sido apontadas por alguns dos autores e estudiosos do ensino superior de jornalismo (Chaparro, 2001; Mesquita & Ponte, 1997). No entanto, acima da média geral das notas dos últimos candidatos a serem admitidos (132,31 valores) apenas existem cinco de 14 licenciaturas, acusando um preconceito adoptado sem constatação factual.

⁶¹ É de notar quatro casos em que os dados obtidos no sítio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (<http://www.acessoensinosuperior.pt>) não coincidiam com os dos inquéritos. O primeiro trata-se da licenciatura de Comunicação Social da ESTA em que faltavam nesse *síte* as disciplinas de opção de Economia, Geografia e Sociologia, mas que existiam no *Guia de Candidatura: Acesso ao Ensino Superior Público* de 2005 (Direcção-Geral do Ensino Superior). O mesmo curso da ESEV indicou a obrigatoriedade do Português, juntamente com o Alemão, Francês, Geografia, História, e Inglês. Mais tarde, após ter sido pedida uma confirmação, foram ainda acrescentadas as disciplinas de História das Artes Visuais e Matemática. No entanto, o sítio do MCTES indicava a obrigatoriedade do Português junto com as opções de Direito, História e Sociologia. O Guia de Candidatura ao Ensino Superior Público 2005 confirma a primeira resposta da ESEV, e tida em conta para análise. Novamente, o mesmo curso, da ESES, assinalou como condições de acesso o 12º ano e disciplinas de específicas, sem indicar quais seriam. Ainda na licenciatura de Jornalismo da ESCS, os dados do inquérito e do sítio do MCTES coincidiam, havendo uma discordância no Guia de Candidatura ao Ensino Superior que, ao invés de darem conta da História, Português e Filosofia como disciplinas opcionais, informavam os candidatos da obrigatoriedade do Português, ao qual deviam adicionar uma das seguintes opções: Economia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Por último, à falta de indicação de disciplinas de acesso no inquérito da ESES, tomámos por referência os dados do Guia acima indicado e que diferiam dos mesmos dados apresentados no *síte* acima indicado.

Nos inquéritos recebidos e onde não foi necessária uma pesquisa por indisponibilidade de preenchimento por parte dos docentes, há a assinalar a falta da indicação da disciplina específica no inquérito da licenciatura de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, informação completada com dados das fontes governamentais indicadas acima.

⁶² Na questão 11 dos inquéritos entregues pretendia-se que se indicasse a nota do último candidato a entrar no curso, através do contingente geral, mas por não se ter especificado isso, houve uma confusão nas respostas, sendo que alguns dos responsáveis pelas licenciaturas responderam com a média dos colocados segundo a nota de candidatura. Assim, e através do recurso aos dados do Ministério da Ciência e do Ensino Superior foram completados os dados em falta das duas categorias e apresentadas separadamente.



Tabela II – Médias de entrada e notas dos últimos colocados 2005/06 (1ª Fase)

Designação do Curso	Média de Entrada (valores)	Nota do último colocado pelo contingente geral (valores)
Comunicação Social – ESTA	126,4	114,0
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB	129,7	122,8
Comunicação Social – ESES	134,4	132,3
Jornalismo e Comunicação – ESEP	132,6	131,6
Jornalismo – ESCS	158,8	156,0
Comunicação Social – ESEV	131,6	115,6
Tecnologias da Comunicação – ESTGM	119,2	107,4
Comunicação Social – UM	153,6	144,0
Ciências da Comunicação – UTAD	136,2	124,5
Ciências da Comunicação – UBI	132,6	105,8
Comunicação Social e Cultura – UA	137,9	125,6
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	165,0	157,4
Jornalismo – FLUC	161,4	154,0
Ciências da Comunicação – UNL	168,2	161,3
Média	141,9714286	132,3071429

Nas I Jornadas da licenciatura de Jornalismo e Ciências da Comunicação do Porto, Granado (2005, Maio) deu conta da existência de «cerca de 40 licenciaturas na área da Comunicação e Jornalismo, que todos os anos absorvem cerca de 2500 alunos, mas têm perto de 8 mil candidatos». Analisando os números apresentados pelo Observatório da Ciência e Ensino Superior, o jornalista do *Público* e professor da Universidade Nova de Lisboa, confirma que «Comunicação tem cerca de 2,8 por cento dos alunos que entram para as Universidades». Durante o ano lectivo de 2005/06, os *numerus clausus* da primeira fase deixaram de fora quase dois milhares e meio de alunos, confirmando-se o contínuo carácter atractivo dos cursos de comunicação e jornalismo, confirmado pelos entrevistados e referidas já na primeira parte deste estudo (Chaparro, 2001; Mesquita & Ponte, 1997).

Assim o caracteriza Vilas-Boas ao falar na sedução sobre o jornalismo e «sobre pessoas que são grandes profissionais e que toda a gente gostaria de assumir essa figura e de ser essa figura». De acordo com o jornalista, os verdadeiros profissionais vão ser apenas «meia dúzia» e que existem «1500 licenciados na área de jornalismo e comunicação social dos 33 cursos que existem em Portugal, não falamos só dos públicos, falamos também dos privados, e acho que



ninguém ainda reparou que há uma montanha de futuros psicóticos da área da comunicação porque nunca conseguiram exercer a sua função e a sua profissão», explica Vilas-Boas, assumindo que uma solução passa pela maior exigência na selectividade dos candidatos a alunos de jornalismo, os quais deveriam também ser sujeitos a um tratamento de escolha psicológica que permitam ver a sua vocação, ou pelo encerramento de algumas das licenciaturas existentes na perspectiva de Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) e de Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006).

O jornalista do *Público* (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) também associa esta existência negativa de tal número de licenciaturas pois «está a formar-se gente para o desemprego», problema que associa também na generalidade do país. Quanto ao jornalismo, «o mercado é recessivo» e não tem capacidade de abarcar tantos candidatos, dizendo o jornalista que as universidades e o estado têm uma atitude criminosa ao criar «expectativas a centenas de jovens». Em concordância com tais aspectos, Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) e Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) falam em necessidade de regulação do ensino, pois o sector está em estagnação, na perspectiva do primeiro, ou reduzido como afirma Vieira, sendo que nos últimos anos fecharam mais títulos do que aqueles que abriram. Face ao excedente de candidatos, Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) delega no mercado de trabalho a função de regular esta matéria, pois não lhe «parece saudável que haja uma área académica a produzir muito mais licenciados na área do que a máquina económica consegue absorver».

Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) chega mesmo a dizer que os «cursos são negócios, puros e simples», conforme havia já avançado (Mesquita, 1995, Janeiro 13) ao dizer que as licenciaturas são criadas «com objectivos de puro negócio [na medida em que] o milagre da multiplicação de cursos ficaria reduzido ao milagre da multiplicação das fraudes». Desta opinião partilha ainda Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), afirmando este último que «as universidades com os novos cursos que apareceram estão à procura da galinha dos ovos de ouro», ao criticar o aumento de candidatos que as redacções não têm capacidade económica para contratar. Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) acusa ainda a contratação de profissionais conhecidos para a docência, como forma de aliciar os candidatos.



O profissional da SIC (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) encontra nas outras áreas de comunicação um veículo de emprego de tantos estudantes licenciados (relações públicas, assessorias, marketing, etc.). Em relação aos cursos, opina que «deve haver menos, mas com qualidade», pois os alunos estão «mais tempo a apostar mais na própria formação académica do que na vida profissional. Isso é revelador e preocupante» levando à criação de «desempregados doutorados». Vieira não discute a utilidade de adquirir uma maior formação, desde que ela se adapte à realidade empresarial, coisa que não está a acontecer com o jornalismo.

Este número de licenciados a mais «para um mercado tão curto como o nosso» provoca, na perspectiva de Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) uma «pressão negativa sobre o mercado de emprego, os salários e tudo mais», num mercado que não está em crescimento, mas antes o contrário. Além disso o jornalismo é uma profissão muito fechada do ponto de vista do acesso, não é bem paga, e não permite quase ter outra profissão paralela que seja compatível, sendo que o jornalista aconselha à candidatura apenas quem gostar muito do jornalismo. E a ver pelos números apontados na Tabela III, e que mostram que as vagas representam apenas 20 por cento dos candidatos, ainda se trata de um curso apelativo, como afirma o jornalista. A excepção para este excedente e da falta de empregabilidade conheceu-se aquando da abertura dos órgãos de comunicação privados na década de 90 (Fidalgo, 2004; J. P. Sousa, 1997; Mesquita & Ponte, 1997).

Entre as 20 vagas da licenciatura de Comunicação Social e Cultura da Universidade dos Açores e os 80 de Ciências da Comunicação da UTAD e da UNL, as 14 licenciaturas do ensino público ofereceram um total de 710 vagas na primeira fase das candidaturas ao ensino superior⁶³, numa média de 50,7 vagas por curso. O número representa quase o dobro das vagas divulgadas há apenas dois anos por Ferreira (2005: 14), que dava conta de 463 vagas para novos alunos de cursos de comunicação do ensino superior público. No ano em que Mesquita e Ponte (1997) investigaram o ensino superior de jornalismo, o mesmo número de licenciaturas do ensino superior público desta área registava 596 vagas.

⁶³ Se atendermos aos dados divulgados pelo MCTIES sobre as licenciaturas que não devolveram os seus inquéritos preenchidos, constatamos a existência de mais 257 vagas para a primeira fase de candidaturas do ensino superior público de jornalismo e comunicação social, o que perfaz um total de 967 vagas.



Tabela III – *Numerus clausus*, transferências, candidaturas (1ª Fase) 2005/06, e total de alunos a frequentar os cursos

Designação do Curso	<i>Numerus clausus</i> (1ª fase)	Admitidos por Transferência	Candidaturas (1ª fase)	Total de alunos em 2005
Comunicação Social – ESTA	35	6	91	192
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB	25	0	127	46
Comunicação Social – ESES	45	5	219	193
Jornalismo e Comunicação – ESEP	40	0	239	153
Jornalismo – ESCS	50	5	545	254
Comunicação Social – ESEV	70	7	59	238
Tecnologias da Comunicação – ESTGM	40	3	68	130
Comunicação Social – UM	60	3	251	442
Ciências da Comunicação – UTAD	80	0	321	130
Ciências da Comunicação – UBI	50	-	172	215
Comunicação Social e Cultura – UA	20	8	91	47
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	75	4	329	320
Jornalismo – FLUC	40	0	519	254
Ciências da Comunicação – UNL	80	3	525	391
Totais	710	44	3556	3005

Mostramos aqui, através de dados empíricos, uma realidade que, ao contrário do preconceito anterior através do qual se julgava haver um conjunto de médias ou notas de acesso altas, e que viemos refutar, se aplica na realidade. Porquê? Porque o número de alunos que frequentam o ensino do jornalismo (Tabela III)⁶⁴ mostra valores elevados de possíveis candidatos à profissão e que esta não consegue abarcar.

No total, no ano lectivo de 2005/06 frequentavam os cursos de comunicação e jornalismo 3005 alunos⁶⁵. Em 2000, Lopes afirmava que os onze cursos do ensino público e os doze do privado constituíam demasiada oferta «e uma procura ainda significativa». Sobre a constituição dos cursos, e como foi já dito anteriormente, Lopes (2000: 389, 391) afirma terem sido criados tendo em conta um anterior «desenvolvimento do sector privado da comunicação e, nomeadamente, do jornalismo, sem que tivessem sido claramente definidas as reais necessidades do mercado», afirmando que o «número de cursos é manifestamente elevado».

⁶⁴ Os três cursos mas procurados no ano 2005/06 foram os de Jornalismo da ESCS, o de Ciências da Comunicação da UNL e o de Jornalismo e Ciências da Comunicação da FUP.

⁶⁵ Mas devemos ter em atenção que as licenciaturas de Educação e Comunicação Multimédia da ESEB, Ciências da Comunicação da UTAD e a de Comunicação Social da UA ainda não têm todos os anos a funcionar, dada a sua fundação recente.



Assim sendo, hoje a oferta é ainda maior, criando o que alguns entrevistados consideraram como um excedente, como vimos anteriormente.

Conforme já se havia confirmado no Capítulo I, a excessiva oferta de candidatos aos poucos lugares disponíveis nas redações provoca contextos de instabilidade laboral, continuando as licenciaturas a engordar este número de candidatos (F. Correia, 2003: 14; Oliveira *in* F. Correia, 2000b; Resende, 2004). Recordando o momento em que Silva aponta para um monte de currículos recebidos naquele mês (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), além dos recebidos por e-mail, a opinião dos entrevistados, cuja realidade acerca da empregabilidade lhes está mais próxima, leva-nos a uma alarmante realidade já mencionada anteriormente e que está fora do olhar de candidatos de olhos vendados pela vontade de ser jornalistas.

4. Designação, graus académicos e duração das licenciaturas

Depois de vermos que se confirma a oferta excessiva de candidatos face às vagas existentes e do número de licenciados em relação às vagas disponíveis no mercado, vejamos se entre as licenciaturas existentes há uma preferência para a generalidade da comunicação ou especificidade do jornalismo.

A preferência manifesta de dois dos profissionais entrevistados vai para as licenciaturas específicas em jornalismo. Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) descreve-a como uma área exigente e que tem que ter uma formação «muito específica». Por sua vez, entende que a Comunicação Social combina áreas antagónicas e que não deveriam cruzar-se, como a publicidade, como explica o jornalista da TSF, pois ambos os profissionais «fazem produtos diferentes, com éticas diferentes». Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) compreende que os cursos sejam em Comunicação, para se poderem criar alternativas de emprego, como a assessoria e das empresas de comunicação, e isso não «limita tanto a especificidade de formar um jornalista mas garante-lhe uma possibilidade de emprego maior, outras saídas, como afirma Mesquita e Ponte (1997)⁶⁶, mas mesmo assim isso está limitado. Os

⁶⁶ Os dois autores afirmam que, além desta vantagem, os cursos genéricos de Comunicação possibilitam uma rentabilização ao nível do pessoal docente (1997).



cursos de comunicação implicam uma perda de tempo para entrar nas matérias específicas pois, se houver um tronco comum em jornalismo, publicidade e relações públicas, este será menos específico, explica o jornalista.

A incompatibilidade entre as áreas oferecidas pelas chamadas licenciaturas de banda larga, como acontece com as constantes da Tabela IV, foi também já defendida por Mesquita e Ponte (1997) e pelo Sindicato dos Jornalistas (Portugal, s.d.), que as vê com propósitos diferentes e eticamente em conflito. A Tabela IV mostra a quantidade de alunos que optaram pelo Jornalismo durante toda a licenciatura, permitindo uma conclusão de que, à excepção da licenciatura do Porto, existe uma fraca opção por esta área.

Tabela IV – Opção de Jornalismo, quando possível entre outras áreas em 2005/06

Designação do Curso	Total de alunos inscritos	Opção Jornalismo
Comunicação Social – ESTA	326	51
Comunicação Social – ESES	606	75
Jornalismo e Comunicação – ESEP	Falta da totalidade dos dados	15
Comunicação Social – ESEV	1521	55
Ciências da Comunicação – UBI	Falta da totalidade dos dados	Dados não disponíveis
Comunicação Social e Cultura – UA	53	12
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	453	140
Ciências da Comunicação – UNL	Dados não enviados	Dados não enviados

De opinião contrária, Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) prefere a Comunicação Social pois o Jornalismo é uma área específica da primeira, preferência partilhada por Marcelino⁶⁷ (Entrevista: 9 de Outubro de 2006). Entre as universidades e os politécnicos, Vieira distingue-os na formação que dão, os primeiros mais académica e teórica e os segundos mais técnica e prática, assim como o faz Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) que acusa o ensino politécnico de ser «muito a correr», sendo esta preferência pelo ensino universitário partilhada também por Marcelino e Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006). No fundo, havia necessidade de misturar os dois, de acordo com o Director de Informação da SIC.

⁶⁷ O ex-director do *Correio da Manhã* refere que o convívio entre as várias áreas como o Jornalismo, o Marketing e a Assessoria pode ajudar na definição das fronteiras entre todas. Além disso, nota-se uma definição dos cursos de Jornalismo como cursos apressados, devendo os cursos de Comunicação Social ter o mesmo estatuto das licenciaturas de Direito ou Economia.



Na nossa leitura identificámos um número igual de licenciaturas de universidade e de politécnico.

À excepção de quatro designações de Jornalismo, Comunicação é a palavra de ordem⁶⁸, já desde o início, em que a licenciatura em Ciências da Comunicação da UNL se tornou um exemplo para os cursos vindouros, mantendo-se este padrão (Mesquita & Ponte, 1997; Pinto, 2004: 52). Assim o afirma igualmente Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) quando diz que a «formatação dos cursos que ainda são relativamente recentes (...) herdaram lógicas de formatação de outros cursos que tendiam a especificar as matérias, mais a partir de determinado ano». É a respeito destas licenciaturas que J. P. Sousa (1997; 2004: 4) diz estarem a formar «comunicólogos» ao invés de jornalistas.

De futuro, os jornalistas entrevistados são praticamente unânimes quanto à duração dos cursos superiores de Jornalismo e Comunicação Social⁶⁹: três anos, a referência de Bolonha, parecem suficientes, de acordo com Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), e em Comunicação Social para Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006), mantendo os três anos de duração necessários para «formar um profissional sério nesta área».

Apenas Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro) fala em quatro ou cinco anos. Com estes quatro anos concorda igualmente Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), realçando este último que a prática devia estar inserida a partir do segundo ano, «com estágios em várias áreas», possibilitando a decisão do aluno na área a seguir. O jornalista acusa os cursos de serem demasiado longos, assumindo-se assim o desconhecimento da duração geral das licenciaturas, pois são-lhe atribuídos mais anos lectivos do que na realidade terão em 2007/08. Sendo a alteração para Bolonha de três anos uma realidade geral, tomaremos esta duração como referência. Assim sendo, mais uma vez o preconceito está eminente. Os entrevistados haviam falado em cursos internos reduzidos ou os cursos do CENJOR, cuja duração não vai além de um ano. No entanto, a sua proposta aponta para durações mais longas do que a realidade mais reduzida de Bolonha.

⁶⁸ As designações das licenciaturas em análise variam entre a Comunicação Social (4), Ciências da Comunicação (3), Jornalismo (2), Educação e Comunicação Multimédia (1), Jornalismo e Comunicação (1), Tecnologias da Comunicação (1), Comunicação Social e Cultura (1) e Jornalismo e Ciências da Comunicação (1).

⁶⁹ No que toca ao grau académico (Tabela V), há a destacar a presença de licenciaturas bietápicas na quase totalidade dos institutos politécnicos, à excepção da Comunicação Social da ESTA e de Tecnologias da Comunicação da ESTGM. Deste leque, apenas dois cursos têm uma duração completa de 5 anos, quando se trata de licenciaturas, também o primeiro caso e a de Comunicação Social da ESES. No ensino universitário, igualmente, apenas um dos sete cursos tem cinco anos lectivos de duração, a licenciatura de Comunicação da Universidade do Minho. Como veremos adiante, este cenário tende a uniformizar-se com a introdução dos currículos adaptados ao Processo de Bolonha.



Tabela V – Designações, grau académico e duração dos cursos

Designação do Curso	Grau Académico	Duração do Curso – anos lectivos
Comunicação Social – ESTA	Licenciatura	5
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB	Licenciatura Bietápica	4 (3+1)
Comunicação Social – ESES	Licenciatura Bietápica	5 (3+2)
Jornalismo e Comunicação – ESEP	Licenciatura Bietápica	4 (3+1)
Jornalismo – ESCS	Licenciatura Bietápica	4 (3+1)
Comunicação Social – ESEV	Licenciatura Bietápica	4 (3+1)
Tecnologias da Comunicação – ESTGM	Licenciatura	4
Comunicação Social – UM	Licenciatura	5
Ciências da Comunicação – UTAD	Licenciatura	4
Ciências da Comunicação – UBI	Licenciatura	4
Comunicação Social e Cultura – UA	Licenciatura	4
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	Licenciatura	4
Jornalismo – FLUC	Licenciatura	4
Ciências da Comunicação – UNL	Licenciatura	4

5. Frequência e formação de alunos

E para os alunos será que esta duração é suficiente? A resposta a esta questão parece ser negativa. Nesta análise, pedia-se uma indicação da evolução de alunos inscritos e alunos formados, no sentido de verificar se existe igual proporção de entradas e saídas. No entanto, um incorrecto preenchimento dos inquéritos não possibilitou uma análise global.

Olhando os dados disponíveis (Anexo 2), os alunos licenciados são em menor número do que os que entram. Porquê? Não temos essa resposta, aventurando-nos na possibilidade do ingresso na profissão antes do fim da licenciatura, como já afirmou Fidalgo (2004: 68), ou uma acumulação dos inscritos ao longo dos anos. São raros os casos em que um ano possui maior saída de alunos em proporção ao ingresso dos mesmos.

Além dos dados válidos, pertencentes às licenciaturas da ESTA, ESES, FLUP, ESTGM, FLUC e UNL, os restantes cursos, ou não apresentaram os dados completos ou correctos, ou sequer os preencheram ou ainda não possuem alunos licenciados. Neste último caso, incluem-se os casos da ESEB, UTAD e UA. No primeiro caso estão os cursos da UM, ESEP, ESCS e



ESEV. No caso do não preenchimento apenas se encontra a UBI. No caso da UM, ao invés de serem indicados os alunos inscritos, foi indicado o *numerus clausus*. No entanto, e sendo que a observação global mostra um número de alunos inscritos sempre superior ao do *numerus clausus*, também aqui o número de licenciados é inferior a este, logo, também inferior ao dos alunos inscritos (Gráfico VII, Anexo 2). No entanto, salienta-se uma exceção a este comportamento durante os últimos quatro anos lectivos, caso não verificado nas restantes licenciaturas analisadas, o que faz da UM um caso extraordinário.

6. A Docência em Comunicação e Jornalismo

A trabalhar para o bom desempenho escolar dos alunos, e para que os dados constatados no ponto anterior não ocorram, está um corpo docente de formação variada. Já antes se advogou a presença de profissionais, cujo contributo também nos parece importante. Os nossos entrevistados têm também uma palavra a dizer sobre a docência ideal para uma licenciatura na área do Jornalismo.

Vilas-Boas não parece distanciar-se muito da realidade que observámos empiricamente. O jornalista da TSF afirma que o corpo docente de uma licenciatura ideal deve ser composto por «homens e mulheres do saber e de saber» (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), sendo importante haver bons docentes nas áreas de sociologia, psicologia, novas tecnologias e história, não faltando os docentes com o exercício do próprio jornalismo, ou seja, profissionais da comunicação social. «Para além da experiência pessoal que [os jornalistas] trazem do exercício da profissão, (...) [e que] poderão ser os professores mais apetecíveis» não se devem «descurar os outros que porventura tenham (...) um saber constituído de muitos saberes.» Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) reconhece também a importância de haver «académicos prestigiados nas suas áreas que sejam capazes de ensinar de uma forma pura e dura aquilo que são as outras áreas, nomeadamente a sociologia da comunicação, seja a teoria dos *media*, seja o que for (...) ou na história ou no direito». Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) advoga um corpo docente composto por académicos, com formação na área leccionada, e com conhecimentos mais «profundos e abrangentes», por exemplo, de Relações Internacionais ou Economia, e que faltam aos alunos que chegam à redacção do *Correio da Manhã*.



A tarefa dos profissionais do jornalismo passa por levar alguma realidade sobre a profissão e que difere muitas vezes do idealizado pelos estudantes, explica Vilas-Boas, ou como afirma Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), introduzem nas licenciaturas da «pulsção diária da profissão» e de uma «dose de realismo». Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) afirma que a participação dos jornalistas devia restringir-se às cadeiras práticas, ou «haver partes do curso mais especializadas onde entrassem os profissionais da comunicação social» na docência dos jornalismo aplicados aos vários formatos: escrito, radiofónico, televisivo, etc., e inclusive dentro dos vários géneros jornalísticos, como a entrevista ou a opinião. No entanto, Marcelino afirma que é necessária uma docência que se dedique por inteiro a leccionar. «Há muitos cursos e não há professores de qualidade para tantos cursos», afirma, criticando a docência em *part-time* feita por alguns jornalistas.

Este problema da docência é ainda referido na necessidade que Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) vê na existência de profissionais do jornalismo no corpo docente dos vários cursos de jornalismo e comunicação. Para o jornalista da RTP o contributo dos jornalistas mais experientes para «passar os conhecimentos para os novos jornalistas» é uma possibilidade e uma situação a alcançar pelas universidades e politécnicos, nomeadamente para a docência das matérias específicas. Carlos Daniel admite também que «um estudioso, alguém que conhece as matérias e que reflecta sobre elas, seja perfeitamente capaz de dar essa disciplina. Desde que seja alguém que conhece os problemas concretos e que os estude e que os perceba». O jornalista explica que se deveria considerar a participação de bons profissionais, ainda que não sejam licenciados, pois possuem um bom contributo para a docência nas licenciaturas em estudo, nomeadamente em disciplinas específicas e mais técnicas e as que se relacionam com o trabalho concreto. A concordar com todos os entrevistados está Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) notando a importância dos profissionais na docência para esclarecer o que realmente importa: a distinção entre o fazer jornalismo nos vários órgãos de comunicação social, estando o jornalismo on-line entre eles.

Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) acrescenta, além dos profissionais já referidos, a colaboração de um outro que se tenha distinguido como repórter do ano, no corpo docente apesar de não concordar com a divisão linear entre docentes académicos e jornalistas. O jornalista refere a existência de seminários semestrais ou trimestrais, com a presença de



profissionais convidados, como forma de colmatar esta falta de jornalistas na docência das licenciaturas em Jornalismo e Comunicação. Em áreas como o Direito, sendo a sugestão do jornalista a existência de disciplinas de Introdução ao Direito e Direito Constitucional, deveriam ser leccionadas por docentes de Direito.

Será assim? Vejamos o que podemos constatar dos dados empíricos. Na questão sobre os docentes dos cursos, apenas se registaram doze respostas válidas, havendo falta das respostas da UTAD. Dos 272 docentes destas doze licenciaturas, existe um maior número de mestres sem experiência profissional em jornalismo ou *media*. Entre os docentes com experiência em *media* ou jornalismo, apenas os licenciados são a excepção à regra, factor que pode ser explicado pelo recorrer a profissionais no activo da comunicação social, que apenas agora parecem começar a dedicar-se ao prolongamento da sua formação e num número que parece ser bastante reduzido nas redacções dos órgãos de comunicação social. No total, quase um terço do corpo docente tem experiência, seja actual ou anterior, em *media* e jornalismo⁷⁰.

Este resultado vai ao encontro da constatação de Mesquita e Ponte (1997) de tentativa de rentabilizar os recursos humanos a nível de docência, disponíveis em cada instituição de ensino, bem como a valorização dada, de acordo com J. P. Sousa (2004: 4) aos currículos dos Doutorados em detrimento dos jornalistas ou, como afirma o autor, de «indicadores académicos» em detrimento dos «indicadores pedagógicos e profissionais», mas não é tão baixa a presença de experientes no jornalismo como se faz crer. Esta rentabilização é manifestamente confirmada pela licenciatura de Jornalismo e Comunicação da ESEP.

O impedimento burocrático é referido por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) como bloqueador da contratação de bons jornalistas para a docência no ensino superior. A parca existência de jornalistas licenciados é referida por Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) como um entrave a esta realidade, numa alusão às exigências burocráticas das universidades nesse sentido, como referiram já Mesquita e Ponte (1997), admitindo a própria academia a necessidade de um estreitamento das colaborações dos profissionais na docência, assim como a formação de estudantes para a docência de jornalismo, como foi referido no I Encontro Nacional – O Ensino

⁷⁰ No seu conjunto, existem 70 docentes licenciados (40 do ensino politécnico), 116 mestres (78 do ensino politécnico) e 84 doutores (25 do ensino politécnico), apontando-se para uma maior qualificação da docência no ensino superior público politécnico, à excepção dos doutorados. A assinalar ainda que, os docentes com experiência no jornalismo ou *media* (85) são em número menor do que os restantes docentes.



do Jornalismo em Portugal (2003), por parte da UBI. Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) diz ainda que, de acordo com o que foi já avançado no Capítulo I, as estruturas curriculares dos cursos estão organizadas para responder aos interesses de quem os faz, e a prova disso é o peso excessivo das Semióticas e Semiologias e que é leccionado pelos próprios professores que organizam os cursos, explica.

Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) nota que o corpo docente das licenciaturas existentes e em estudo é demasiado teórico, exigindo uma aproximação às empresas de comunicação social a esse nível, de modo a dar um sentido mais prático às instituições, concretamente através de cadeiras práticas de complemento às disciplinas teóricas. De acordo com o jornalista, as faculdades estão muito fechadas sobre si próprias, preocupando-se em demasia com os graus, os mestres, os doutoramentos, o que vai de encontro ao afirmado anteriormente neste ponto de discussão, reconhecendo ainda uma luta interna e a falta de diálogo entre instituições. Vieira defende a existência de uma rede escolar interligada, «no sentido de organizar a malha do todo», conseguindo criar uma «estratégia dentro dos cursos em função da realidade do país e das previsões e do crescimento do país», e às suas necessidades.

Tabela VI – Formação Académica dos Docentes

Tipo de Docentes	ESTA	ESEB	ESES	ESEP	ESCS	ESEV	ESTGM	UM	UBI	UA	FLUP	UNL	Total
Licenciados sem EPJM	3	1	6	4	1	0	2	2	0	3	0	6	28
Licenciados com EPJM	7	2	4	2	7	1	0	7	2	1	7	2	42
Mestres sem EPJM	9	6	0	17	11	10	7	7	1	1	14	2	85
Mestres com EPJM	4	2	2	3	3	3	1	5	0	0	4	4	31
Doutorados sem EPJM	4	3	2	1	4	6	1	12	5	12	3	19	72
Doutorados com EPJM	1	0	1	1	1	0	0	2	2	0	0	4	12
Outros com EPJM	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total													272

Legenda:

EPJM – Experiência profissional em jornalismo ou *media*.



Os entrevistados não fazem referência à percentagem de docentes com experiência no jornalismo, mas todos acham importante haver professores jornalistas pelo contributo que dão, mas também reconhecendo a importância dos académicos nas restantes áreas.

Tendo em conta os dados apresentados pelos inquiridos, pode dizer-se que o corpo docente corresponde às exigências gerais dos entrevistados, havendo uma percentagem relativa de docentes com experiência em jornalismo ou *media* (31,25 por cento), não se podendo constatar se se trata de docentes a tempo inteiro ou de colaborações esporádicas, como é indicado por alguns dos entrevistados. Quanto ao restante corpo docente, parece corresponder ao desejado pelos autores, se a autora atender à sua experiência académica, em Coimbra, onde cada docente leccionava a sua área de formação (História, Sociologia, etc.). Para não recorrer a uma repetição maçadora, parece lógica a parca informação sobre os cursos e a adopção de “ideias” pedidas de empréstimo na literatura crítica ou nos congressos em que se participa. Teremos de avançar um pouco mais para conferir esta desconfiança.

7. Os planos de estudo das licenciaturas: do início até agora

7.1. As reestruturações

Conforme observámos na primeira parte desta nossa investigação, o jornalismo evoluiu de modo mais intenso desde a década de noventa. Conforme indica J. P. Sousa (1997):

No nosso país, no início dos anos oitenta não existiam jornais como *O Independente* ou o *Público*, nem rádios como a TSF ou a miríade de rádios locais e regionais. Não existiam estações privadas de televisão como a SIC, nem televisões por cabo. O aparecimento de televisões regionais e locais ainda não tinha sido contemplado na Lei portuguesa. Não se falava tanto de sensacionalismo nem de exploração gratuita das emoções devido à luta pelas audiências. Não se falava da eventual necessidade de uma Ordem dos Jornalistas. Não tinha havido ainda um Caso Taveira nem os computadores tinham chegado às empresas, obrigando a dolorosas reconversões e, na imprensa, também ao despedimento de muitos tipógrafos. Talvez não se falasse tanto de ética e deontologia, a não ser para reclamar pluralismo à RTP e para bater no estafado dogma



da objectividade e do seu modelo correspondente de separação entre informação e opinião, apesar de já se sentir que gradualmente os jornalistas se estavam a apropriar do campo da análise.

Parece-nos ideal esta descrição de J. P. Sousa (1997) que anunciou uma reestruturação tímida dos *curricula* a par destas mudanças. Desde a sua fundação, muitos dos cursos sofreram transformações e alterações, culminando com a alteração imposta por Bolonha. Os motivos prendem-se essencialmente com um aumento e melhoria da componente técnica da área do jornalismo através da alteração dos planos de estudo, como é o caso da licenciatura em Comunicação Social da ESTA⁷¹ e da ESEV⁷², ou uma clarificação das áreas de opção, como é o caso da licenciatura em Jornalismo e Comunicação da ESEP⁷³ e de Ciências da Comunicação da UNL⁷⁴. A licenciatura em Jornalismo da ESCS sofreu uma única reestruturação que atribuiu um «elenco comum de cadeiras de 1º ano para todos os [seus] cursos». Na ESES⁷⁵ não é claro o motivo da sua reestruturação.

Nas universidades, as reestruturações ligam-se com a alteração de designações⁷⁶ e o aumento do ensino teórico do jornalismo, e posterior combinação de «bases fundamentais do saber» com o «aprofundamento de conhecimentos específicos relativos ao Jornalismo» (FLUC). Assistimos, assim, a alguma preocupação em aumentar o ensino dos saberes específicos do jornalismo, voltando uma possível atenção das instituições em estudo para a realidade do mercado de trabalho.

⁷¹ A ESTA afirma que a licenciatura em Comunicação Social foi alvo de uma reestruturação, aplicada no ano lectivo de 2001/02, de modo a aumentar e melhorar a componente técnica, através de «alterações de posicionamento nas unidades curriculares», colocando «no primeiro ciclo de formação, o maior número das disciplinas da componente básica e estruturante» e no «segundo ciclo de disciplinas de carácter instrumental e aplicado, sendo estas fulcrais na aquisição de um desempenho técnico-profissional e propiciadoras de um mais fácil acesso ao mercado de trabalho.»

⁷² A licenciatura em Comunicação Social da ESEV sofreu duas reestruturações, a primeira para a passagem de bacharelato a licenciatura bietápica, e a segunda após a avaliação externa do curso, visando «aprofundar a formação específica dos alunos nas diferentes áreas da Comunicação Social».

⁷³ A primeira alteração ocorre no ano lectivo de 1998/99 ao tornar-se em licenciatura bietápica de 4 anos. Em 2003/04 passa a dispor de um novo plano de estudos onde é clara a distinção de opção entre as áreas de Jornalismo e de Publicidade e Relações Públicas a partir do 5º semestre.

⁷⁴ Optou por um tronco comum nos dois primeiros anos e a escolha entre várias áreas científicas nos dois últimos (Audiovisual e Media Interactivos, Jornalismo, Comunicação e Cultura, e Comunicação Aplicada).

⁷⁵ Na ESES dão conta de três alterações na licenciatura em Comunicação Social, sendo a primeira relativa a uma alteração do plano de estudos, de acordo com o *site* oficial da instituição (<http://www.esv.ips.pt/esv/escola/historia.html>. Retirado em 2006, Dezembro 14), em 2000; em 2001 é feita a alteração ao plano de estudos do 2º ciclo do curso bietápico, e em 2004 é criado um novo ramo. No inquérito é assim descrito: Bacharelato + Licenciatura: Portaria nº955/2000 de 4 de Outubro; Alteração: Portaria nº958/2001 de 10/08; Novo Ramo: Portaria nº1409/2004 de 17 de Novembro.

⁷⁶ A licenciatura em Ciências da Comunicação da UBI contou com uma reestruturação que lhe alterou a designação de Comunicação Social na década de 90. Em 1992 a licenciatura em Comunicação Social da UNL alterou a sua designação para Ciências da Comunicação.



7.2. Os planos de estudo actuais em Comunicação e Jornalismo

As alterações referidas anteriormente conduziram as licenciaturas a uma actualidade que confere algumas suspeitas notadas na bibliografia existente sobre esta matéria. Para a caracterização dos planos de estudo dos vários cursos, recorreu-se à utilização das categorias predefinidas no estudo de Mesquita e Ponte (1997). A base de categorização é apenas a designação da disciplina, posto que nem todos os planos de cada disciplina estão disponíveis on-line, como aconteceu com os autores referidos agora.

Assim, e seguindo o estudo referido, «o agrupamento das Ciências Sociais e Humanas congrega, além de disciplinas cujo intitulado se reporta directamente ao campo de estudo (Antropologia, Ciência Política, Demografia, Economia, Sociologia, Direito, Geografia, História, Psicologia...), outras de cariz metodológico e ainda cadeiras no campo da Filosofia (Ética, Estética)» (Mesquita & Ponte, 1997).

Por sua vez a «inserção no agrupamento das Ciências da Comunicação compreendeu disciplinas claramente orientadas para a comunicação (Teorias da Comunicação, Semiologias e Semióticas), cadeiras cujo intitulado sugeriu campos e estratégias comunicacionais, cadeiras de cultura e crítica cultural e de aplicação das Ciências Sociais e Humanas ao campo comunicacional» (Mesquita & Ponte, 1997).

Já os Estudos sobre os Media agregam disciplinas «cujo intitulado se relaciona directamente com a questão mediática articulando-a com Ciências Sociais e Humanas, e ainda designações que, inseridas em cursos de Comunicação Social, indiciam o tratamento de questões comunicacionais nessa dimensão (como *Direito da Comunicação*, *Deontologia da Comunicação*)». São ainda consideradas neste grupo disciplinas «que incidem em diversos suportes e formatos mediáticos (*História e Teoria do Vídeo*, *Géneros Televisivos*, *Teorias e Formas de Narração Radiofónica*, por exemplo)» (Mesquita & Ponte, 1997).

Os autores incluem no Jornalismo os «Ateliês, enquadramentos teóricos e reflexivos sobre jornalismo, a nível da sua especificidade no campo comunicacional⁷⁷» (Mesquita & Ponte, 1997).

Devemos chamar a atenção para a cautela que este tipo de análise exige, pois não deve ser entendida como linear. As designações das disciplinas nem sempre mostram a sua

⁷⁷ *Estilos e Tendências do Jornalismo*, *Deontologia e Direito do Jornalismo*, *Géneros Jornalísticos*, *Teoria da Notícia*, *Teoria Comparada da Expressão Jornalística* são alguns exemplos dados pelos autores.



verdadeira vertente. Por isso, não podemos fechar os olhos quando possuímos o conhecimento empírico de uma categorização das mesmas, ainda que a sua designação implique o contrário.

As definições dos dois autores foram tidas em conta e permitiram uma divisão clara de algumas disciplinas pelas quatro áreas do conhecimento, mas deixaram algumas dúvidas na distribuição de disciplinas distintas, por apenas ser tida em conta a designação das mesmas. Ainda assim, foram distinguidas mais de três centenas de designações, que se inseriam nestes grupos temáticos, e existem algumas surpresas. Senão vejamos.

O primeiro grupo temático, Ciências Sociais e Humanas, reuniu o maior número de disciplinas, 124, seguindo-se Jornalismo, com 83 designações. Os grupos de Estudos Sobre Os *Media* e Ciências da Comunicação somaram 49 e 56 designações, respectivamente. Esta leitura geral refuta um pouco a convicção adoptada por muitos autores e por alguns dos entrevistados de que as licenciaturas são excessivamente teóricas, pois cerca de um terço é dedicado às Ciências Sociais e Humanas, mas os restantes grupos são ligados à Comunicação em geral e ao Jornalismo em particular.

7.2.1. As Ciências Sociais e Humanas: o maior grupo temático

Mantendo-se o contexto de Ciências da Comunicação em que se inserem os planos de estudo anunciado por Ferreira (2005), neste grupo temático predominaram as disciplinas de História, mais notória, Economia, Sociologia, Cultura e Direito⁷⁸. É de ressaltar que estas, à excepção da Cultura, são as mesmas disciplinas que se distinguem no estudo de Mesquita e Ponte (1997).

São precisamente a Sociologia e a Psicologia⁷⁹, duas das áreas indicadas por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) como essenciais num curso ideal de Jornalismo e Comunicação e que devem ser estudadas «desde o primeiro momento». A concordar com o jornalista, a nível da Sociologia, está Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006), disciplina que considera importante para contextualizar aquilo que pode ser o mundo.

O jornalista da TSF nota ainda que um curso superior de jornalismo deve ser «numa primeira parte, propedêutico, e estar aberto às várias ondas do saber» passando

⁷⁸ História (33 disciplinas, em todos os cursos), Economia (8 disciplinas em 10 cursos), Sociologia (6 disciplinas em 9 cursos), Cultura (11 disciplinas em 9 cursos) e Direito (9 disciplinas em 5 cursos).

⁷⁹ Esta disciplina, nas suas várias vertentes, existe com 5 designações diferentes distribuídas por 6 licenciaturas (ESEV, ESEB, ESTGM, UM, UTAD e UA).



necessariamente pelas «ciências novas, pela sociologia, pela psicologia», que são «as ciências da alma humana». Além destas áreas Vilas-Boas indica a História da Humanidade, começando pela História de Portugal e terminando na história da humanidade e dos povos, a história política, social, pois é importante que o jornalista tenha memória, adianta. Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) fala desta necessidade de se conhecer a História do Século XX Portuguesa⁸⁰. Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) indica que, num primeiro ano, uma licenciatura ideal seria composta de disciplinas genéricas como as Relações Internacionais⁸¹, a Política, a História, a História Contemporânea (quê já foi abordada por Carvalho) e da Comunicação Social⁸². Se esta última se insere no grupo de Estudos Sobre os *Media*, as restantes integram o primeiro grupo temático e o mais numeroso. Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) salienta a necessidade da História Contemporânea⁸³ em particular, e os temas contemporâneos em geral (que pode ser a disciplina de *Grandes Problemas Contemporâneos* na ESTA), a Ciência Política (na ESTA, FLUP e UNL) e, dentro da História, a História do Desporto. Apenas esta última não consta dos planos de estudo, indicando que os planos de estudo, a nível da História estão dentro das exigências do jornalista.

Também inserido no plano de estudos ideal de Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), está a Antropologia «como forma de conhecimento das diversidades e das sensibilidades humanas (...) para poder entender a diversidade até dos povos», bem como a geografia e a geografia política⁸⁴, enfim, todas as «ciências da geografia e dos conhecimentos que o levem a uma maior identidade do mundo que o cerca». No entanto, esta segunda disciplina, apesar de existir, aparece em menor número⁸⁵. Um primeiro olhar vê, assim, uma concordância entre as exigências dos profissionais e a oferta das licenciaturas ou um desfazamento pouco significativo.

Em acréscimo, mais à frente, Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) refere ainda a «análise política da realidade», as «leituras políticas» e das «várias correntes culturais» e o domínio das novas tecnologias, da língua e das literaturas, inglesa e francesa, «sem esquecer

⁸⁰ Através de 33 designações diferentes, a História parece adequar-se a esta exigência do jornalista na maioria das licenciaturas (ESTA, ESES, ESCS, ESEV, ESTGM, UM, UBI, UA, UTAD, FLUP, FLUC e UNL), com destaque para a de Jornalismo da FLUC.

⁸¹ As Relações Internacionais estão presentes em apenas quatro licenciaturas ESTA, FLUP, UNL e UA.

⁸² Com 6 disciplinas distribuídas por 9 licenciaturas.

⁸³ Existente nas licenciaturas da ESES, ESCS, ESEV, ESTGM, UBI, quase todas nos dois primeiros anos, exactamente com esta designação.

⁸⁴ A Geografia Política pode encontrar-se na licenciatura da ESEP e FLUC, enquanto outros tipos de Geografia se encontram na ESEP, UM e UNL.

⁸⁵ Antropologia: ESEB; ESEV (tronco comum e Ramo de Comunicação e Cultura) e nos minores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (Anexo 3).



os clássicos como forma de consolidação de muitos saberes tradicionais. Era importante que, desde os primeiros tempos, os alunos fossem muito fortes nestas áreas de saber», refere. A importância da actualidade e do mundo que rodeia o jornalista é de suma importância para este veterano do jornalismo, pela «compreensão dos actos da cultura e dos actos da política» porque «ou percebe o mundo em que anda ou vai andar às escuras» pois o jornalismo é isso mesmo «a capacidade de ler o mundo (...) mostrando aos outros». As realidades da política e economia são igualmente mencionadas por Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) que pretende, ao distinguir uma parte livresca de uma parte técnica e defender a sua conciliação, ver a parte livresca mais abrangente e actual para que os alunos acompanhassem a «marcha do mundo, as tendências, os comportamentos, as questões da política internacional, as questões da economia local». A responder aos anseios dos profissionais os planos de estudo mostram alguma oferta em metade dos planos analisados⁸⁶.

Na opinião de Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), as grandes falhas dos planos curriculares são a nível do conhecimento de noções básicas de Direito⁸⁷ e Economia⁸⁸, disciplinas que Mesquita e Ponte (1997) incluem no grupo das Ciências Sociais e Humanas, e que a análise empírica refuta quase por completo⁸⁹. O jornalista define ainda como essencial o ensino da «organização do estado» e que, com esta designação, parece não existir em nenhum dos planos de estudo analisados. Existem outras disciplinas que podem aludir a este tipo de ensino, como é o caso de *Estrutura da Sociedade Portuguesa* (ESEB) ou *História Institucional e Política Contemporânea* (UA), mas que não é tida como clara. Assim sendo, num quadro geral, os cursos estão bem equipados com as disciplinas da Economia, também tida como importante para Filipe Rodrigues da Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006).

Ainda dentro das Ciências Sociais e Humanas se pode integrar o estudo das culturas europeias ou mundiais comparadas, tida como essencial nos primeiros anos de uma licenciatura por Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006). De facto não se encontra qualquer tipo de disciplina exactamente com esta designação, à excepção de algumas semelhanças com História

⁸⁶ A Política pode ser encontrada em sete licenciaturas (UBI, ESEV, ESEB, ESES, FLUP, UNL e ESTA) com 7 designações distintas.

⁸⁷ Direito, nas suas várias designações pertencentes a todos os grupos (Introdução ao Direito, Direito Comunitário, Noções Fundamentais de Direito, ou Direito da Comunicação e da Comunicação Social) não falha na licenciatura da ESTA, ESES, ESCS, ESEP, ESEV, ESTGM, UTAD, UBI, UA, FLUP, FLUC e UNL.

⁸⁸ Apenas neste grupo temático: Economia Política – ESTA; Economia e Desenvolvimento – ESES e ESEV; Introdução à Economia – ESEP e ESTGM; Economia – UM, UBI e UNL; Introdução à Macroeconomia, Economia Europeia e Economia Portuguesa – UA; Fundamentos da Economia – FLUP.

⁸⁹ A primeira apenas falta na ESEB e na UM, e a segunda na ESCS, na ESEB, na UTAD e na FLUC.



Europeia e das Instituições Europeias na ESEP e União Europeia na FLUC, fazendo desta afirmação uma excepção às verificações anteriores.

É neste grupo de disciplinas que se inserem os desejos de vários profissionais (Gomes, Santos, Bastos, Campos, Vieira, Wemans, Bessa *in* Gomes et al., 2003: 110-19; Chaparro *in* Pinto, 2004: 59) na primeira parte deste estudo e que correspondem aos anseios deste grupo de entrevistados para uma parte teórica de um possível curso de jornalismo, adicionando as línguas portuguesa e estrangeiras, nomeadamente o inglês, e que abordaremos adiante. O que podemos concluir desde já, mais uma vez, é que, além de algumas excepções que podem apontar um exemplo a ser tomado pelos académicos na planificação do estudo do jornalismo, em maior ou menor número, correspondendo exactamente às designações ou com pequenas variações, as disciplinas apontadas pelos entrevistados existem nos planos de estudo abrangidos por esta investigação.

7.2.2. O Jornalismo: grupo temático essencial

É este o grupo que nos surpreende pela positiva. Assaltados pela literatura lida, assumimos erradamente, como hipótese, a sua percentagem diminuta face aos restantes grupos. Contra as 169 presenças de disciplinas de Ciências Sociais e Humanas, este grupo reúne 83 disciplinas distintas e 100 presenças das mesmas em cursos. Engloba as disciplinas conhecidas como “práticas”, ou seja, vocacionadas para o ensino da prática jornalística, como os *Ateliers*, Laboratórios, Produção e Oficinas, conforme indica igualmente Mesquita e Ponte (1997)⁹⁰.

A estas juntam-se as disciplinas cuja designação se prende com os vários suportes jornalísticos (televisivo, radiofónico e digital, e ainda o fotojornalismo) com 27 disciplinas diferentes, que apenas deixam de fora os cursos da ESTGM e da ESCS. Destacam-se ainda disciplinas que abrangem os conteúdos mais específicos do Jornalismo, como *Jornalismo Cultural*, *Desportivo* e *Económico*, oferecido pela ESTA denunciando já alguma preocupação com a especificação tão mencionada na literatura e pelos entrevistados. Deste leque de disciplinas,

⁹⁰ Somando 20, cinco, sete e seis designações, respectivamente, e distribuídas por todos os cursos, à excepção da ESTGM que apenas possui um *Laboratório Multimédia*, área não inserida neste estudo.



destacam-se ainda as de *Deontologia* e *Teoria da Notícia*, em cinco licenciaturas. Presente em sete licenciaturas está ainda a disciplina de *Géneros Jornalísticos*⁹¹.

Este é um dos saberes essenciais ao jornalismo da imprensa escrita cuja falta não se pode fazer notar de acordo com Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006), para que não se confundam os géneros jornalísticos na hora de fazer uma notícia, conhecimento que falta a muitos candidatos à profissão. Este saber da prática é defendido por Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) com incidência cada vez maior com o passar da licenciatura. De acordo com o jornalista, as licenciaturas não têm conseguido dotar os alunos de ferramentas essenciais para o exercício da profissão que chegam com «uma preparação muito defeituosa». Destaca que não sabem fazer uma notícia, nem distinguir os vários géneros, como exemplos, pois apenas chegam às redacções com a teoria e sem prática.

Neste grupo também se poderão inserir as disciplinas que ensinam os alunos a fazer uma notícia, saber indispensável como afirma Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), insinuando que «as universidades não têm tempo para ensinar a fazer uma notícia a um estudante de Comunicação Social». Este conjunto de saberes constitui um saber teórico que não é mais do que o «substrato para se poder avançar de modo concreto sobre determinadas experiências» do mundo do jornalismo, como seja a entrevista, invocando os géneros jornalísticos referidos também por Marcelino. Além destes saberes, a capacidade de «comunicar com grande transparência a mensagem que [o jornalista] tem, como a postura em televisão e a voz em rádio, o saber escrever com qualidade jornalística, são também referidas por Vilas-Boas como saberes que podem ser ensinados nas disciplinas referidas no início deste ponto.

Outras disciplinas indicadas por Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) apontam para a especificidade, não só a nível do suporte de divulgação (rádio, jornal, televisão ou digital), como também a nível temático (jornalismo desportivo, económico, etc.), no último ano e com «durações muito parcelares» e onde se iriam inserir os já referidos profissionais na docência⁹², «Porque a base teórica, essa estará completamente consolidada nos dois primeiros anos», não discutindo a teoria que está a ser leccionada, mas defendendo a existência de maior prática em

⁹¹ Que no caso da ESCS e da UBI assume a designação de *Teoria da Notícia e Géneros Jornalísticos*, pelo que contou também para esta apreciação.

⁹² O jornalista exemplifica com o jornalismo económico, onde poderiam contribuir os dois directores dos jornais económicos portugueses. É esta a colaboração que o jornalista afirma poder ser prestada pelas empresas de comunicação social, que ajudarão a «esclarecer, a formar, a dar conhecimentos, mas também a tirar dúvidas às pessoas.



todos os suportes. Sem divulgar quais, encontra licenciaturas com maior qualidade que outras, pelos estagiários que vão parar aos vários títulos da Cofina. «Há cursos que são mais objectivos que outros e, portanto, as pessoas chegam aqui e já sabem o que é um jornal, o que é que faz falta, até já conhecem melhor o jornal em questão, sabem-no definir melhor e há outros cursos em que vêm com a teoria mas com uma ausência de noção da realidade absoluta.»

Ainda com os profissionais do jornalismo escrito, é-nos dito que a técnica, que será inserida nas disciplinas deste grupo temático, não é tida como prioritária por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), pois as teorias como a da pirâmide invertida ou a estrutura do *lead* já apelam ao criativismo e não à “fórmula” ensinada e definida como parte do jornalismo «novecentista» e de «forma seca». O jornalista defende o seu ensino, mas não a sua aplicação obrigatória na prática onde é necessária a criatividade e imaginação para cativar os leitores. No entanto, assume que os alunos vêm bem preparados no que toca à técnica profissional e ao seu domínio, bem como a nível do domínio do português.

Na área da televisão, Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro) afirma que, «além de um domínio dos assuntos que é transversal, o domínio da técnica televisiva» e o «domínio da técnica de reportagem acho que é o principal, o conhecimento sobre a forma de escrever e de editar em televisão, o domínio da técnica de apresentação que é específico mas que tem ligações directas às intervenções em directo e à forma como se tem de cobrir uma notícia na hora, portanto, também estão ligados e é uma formação óbvia.» Nesta área podemos contar com uma série de disciplinas específicas da televisão em várias licenciaturas⁹³. No entanto, não devemos esquecer que existem disciplinas que indicam uma prática genérica e que poderá abarcar todos os tipos de jornalismo. Vieira (Entrevista: 17 de Outubro) está a favor de licenciaturas que, além de laboratórios devidamente equipados, tenham «cadeiras práticas de jornalismo puro e duro» que conjuguem o ensino da «parte técnica da notícia», de «como é que se escreve uma notícia, como é que se contactam as fontes, como é que se cria uma carteira de contactos, como é que se confirma a informação, as questões éticas e deontológicas». Vieira conclui que as instituições deveriam facultar os instrumentos que permitissem transmitir aos alunos a parte técnica de uma notícia e deontológica da profissão.

⁹³ ESEV (Atelier/Televisão/Cinema); UNL e ESCS (Atelier de Jornalismo Televisivo); UNL (Atelier de Televisão; Jornalismo Radiofónico e Televisivo); FLUC (Comunicação Televisiva); UA (Jornalismo de Imprensa, Rádio, TV e Ciberjornalismo); ESEV e FLUC (Jornalismo Televisivo); UTAD (Laboratório de Imprensa, Rádio, Televisão I); UM (Laboratório de Jornalismo (Rádio/TV); UNL (Produção e Realização Televisiva); FLUC (Teoria e Prática da Redacção Televisiva), e que deixam de parte as licenciaturas da ESTA, ESEB, ESES, ESEP, ESTGM, UBI e UP.



Além disso, o jornalista (Entrevista: 17 de Outubro) sugere a organização de uma redacção dentro da faculdade ou instituto, o que obrigaria à existência de «uma enorme componente de questões ligadas à sociedade», à justiça, à cultura, ao ensino, à educação, ou seja, «as áreas de trabalho dos jornalistas». Aqui deviam incluir-se as editoriais de várias temáticas como o desporto, internacional, economia, seguindo o ideal de especialização requerido pelos entrevistados, mas não esquecendo uma especialização de ensino dentro de cada tipo de suporte: TV, rádio, jornal ou on-line⁹⁴. A nossa análise não permite verificar, exactamente, se existe esta adequação, mas o leque de disciplinas existente pode responder a algumas das preocupações do director de informação da SIC.

Neste ponto, podemos avançar que a quantidade de teoria mais ligada ao exercício do jornalismo e sua aplicação prática possuem uma presença significativa dentro das licenciaturas. Sem que os entrevistados definissem a percentagem necessária, podemos avançar que possui mais de metade do que o grupo mais assíduo, as Ciências da Comunicação, não sendo tão mínima quanto se fez crer tanto pelos críticos presentes na literatura como pelos entrevistados. Não será despropositado, no entanto, desejar uma presença mais forte do ensino prático do jornalismo, pois é através desta prática que os alunos começam a errar, e a errar é que se aprende⁹⁵.

7.2.3. As Ciências da Comunicação e Estudos Sobre os *Media*: em menor número

De grande importância para uma base sólida de formação jornalística as disciplinas da área da Ciência da Comunicação situam-se, numericamente abaixo do Jornalismo⁹⁶, destacam-se claramente as *Semiótica* e *Semiologia*, passando depois para a generalidade da *Comunicação*, *Sociologia da Comunicação* e, por último, a *Teoria da Comunicação*⁹⁷, se analisadas em

⁹⁴ No jornalismo on-line, também Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) demonstra a sua necessidade, cuja presença nos planos de estudo abordados já começa a firmar-se estando presente em mais de metade das licenciaturas:

Jornalismo em Linha (ESEP e FLUC), Ciberjornalismo (UNL), Jornalismo de Imprensa, Rádio, TV e Ciberjornalismo (UA), Jornalismo On-Line (ESEV), Jornalismo On Line (UBI), Laboratório de Jornalismo (módulos Imprensa/Ciberjornalismo) (UM), Produção e Edição de Conteúdos para a WEB e Produção e Edição de Conteúdos para a WEB (ESEB).

⁹⁵ Como é o caso de Géneros Jornalísticos, referido antes, e cuja presença se resume a cinco licenciaturas, um número que consideramos insuficiente e que dá razão Marcelino (9 de Outubro de 2006) que referiu a sua necessidade.

⁹⁶ Com 56 nomes distintos de disciplinas e 77 presenças nos planos de estudo das licenciaturas em análise.

⁹⁷ A *Semiologia* e *Semiótica* asseguram-se com nove disciplinas distribuídas por onze cursos, estando duas delas conjugadas na licenciatura da UBI. As disciplinas ligadas à *Comunicação* (e *Ciências Sociais*, e *Cultura*, e *Ética*, etc.) manifestam uma presença de sete disciplinas distribuídas por cinco licenciaturas. A *Sociologia* associada à *Comunicação*, com três disciplinas, está presente em oito cursos (ESES, ESEV, ESTGM, UA, UM, FLUC, UNL e ESCS). Por último, a *Teoria (s) da Comunicação* distribui-se por seis licenciaturas (ESEP, ESCS, UBI, FNL, ESTA e UM).



quantidade decrescente. Estas disciplinas não parecem também indiferentes aos entrevistados como podemos ver a seguir.

Dever-se-ia «saber o mais possível de deontologia e de ética», de acordo com Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), temáticas também mencionadas por Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) como importantes, e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), recordando apenas a *Ética*.⁹⁸ O jornalista refere ainda a *Sociologia da Comunicação* e a *Teoria da Comunicação*, embora com uma carga horária leve e que, como vimos acima, mantém presença em grande parte dos planos de estudo, sendo a maioria de carácter semestral, o que vai de encontro aos desejos de Silva.

Com quantidades semelhantes⁹⁹, os Estudos Sobre os *Media* apresentam um destaque para as disciplinas de *Direito e Deontologia da Comunicação* ou da *Comunicação Social*¹⁰⁰. O Discurso dos *Media* está presente em quatro cursos, assim como a *História dos Media*, à qual se junta a *História da Comunicação e dos Media*, *História do Jornalismo*, *História dos Meios de Comunicação Social*, *Teoria e História da Comunicação Social* e *Teoria e História da Comunicação*, cada uma com presença em apenas um curso.

Os Seminários são necessários para alguns dos entrevistados, como é o caso de Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro) que os descreve como veículo para a presença de profissionais, a decorrerem durante três anos, e para Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), que os acha necessários para acompanhar as disciplinas de carácter mais teórico e como forma de trazer para as licenciaturas um contacto com a realidade profissional do jornalismo. Estes Seminários existem e, apesar de não terem sido mencionados na classificação de Mesquita e Ponte (1997), são referidos na descrição singular dos planos de estudo e na referência aos trabalhos finais dos cursos. Nas licenciaturas em estudo podemos encontrá-los em cinco designações distintas, distribuídos por quatro licenciaturas¹⁰¹, mas não podemos afirmar tratar-se de dois tipos de seminários: aqueles que induzem a uma análise dos *media*, como acontece, por exemplo, em Coimbra, ou de participação de profissionais, como acontece

⁹⁸ Apenas dois casos registados neste grupo, de acordo com os dados existentes e três no grupo de Estudos sobre os *Media*. Não devemos esquecer outras disciplinas de Ética presentes nos grupos de Jornalismo e Ciências Sociais e Humanas com dois casos cada um. Ao todo temos presenças em 8 licenciaturas.

⁹⁹ Um total de 49 disciplinas com designações diferentes e 64 presenças ao longo dos planos de estudo em análise.

¹⁰⁰ São 8 ao todo, em conjugação mútua ou com a Ética no caso da Deontologia da Comunicação em três casos. São doze os cursos contemplados com estas disciplinas. No caso da Deontologia e apelando às presenças no grupo temático de Jornalismo, apenas 3 licenciaturas ficam de fora: ESEB, UBI e UTAD.

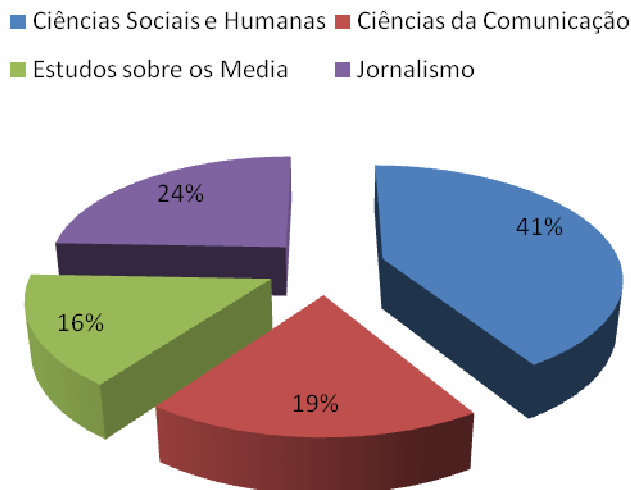
¹⁰¹ ESTGM, FLUC, ESTA e ESEV. Na FLUP, a disciplina de Seminário não é mais do que o estágio.



na UM (Complementos de Jornalismo)¹⁰², sendo esta última abordagem a mencionada pelos entrevistados, mas não todos.

Inquirido sobre os saberes próprios do exercício do jornalismo, Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2004) menciona que «devia haver continuamente (...) a análise da actualidade», ou seja, «a crítica de jornais, a apreciação de telejornais, (...) de jornais radiofónicos», tocando a falta de leitura de jornais não só por parte dos alunos mas também dos professores, para que decodifiquem rapidamente a informação que lhes chega às mãos numa altura em que a velocidade faz cada vez mais parte do universo do jornalismo. Este trabalho parece inserir-se em disciplinas de análise dos *media* e do discurso mediático que fazem parte deste grupo temático. Além destas, Vilas-Boas refere que «a deontologia devia ser uma disciplina de todos os dias». Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) define-a como «absolutamente essencial».

Gráfico VIII – Presenças das disciplinas nos planos de estudo, segundo os grupos temáticos



Olhando o gráfico acima, assistimos, como já foi dito, a uma percentagem ainda significativa de presenças das disciplinas tão requisitadas pelos entrevistados, as de jornalismo ou chamadas práticas. A nosso ver não é despropositada uma tentativa de aumento desta percentagem, acatando algumas das sugestões dos jornalistas entrevistados. Mas não devem

¹⁰² Site Oficial da Universidade do Minho
<http://www.gri.uminho.pt/popup.aspx?mdl=~ /Modules/ECTS/PortalModules/Disipline.aspx&c=77&p=77A&d=7709N5&y=5&mid=363&lang=pt>, retirado em 2007, Junho 12.



descurar-se apoios fundamentais como a ética, a deontologia, a história, entre outras tantas já referidas ao longo deste ponto. Mas estarão estas matérias bem organizadas ao longo das licenciaturas? Vejamos a abordagem do conjunto.

7.3. Planificação das matérias ao longo das licenciaturas

Em resposta à questão anterior, é notório que as disciplinas inseridas no grupo de Jornalismo estão presentes na segunda metade dos mesmos¹⁰³. No primeiro grupo, as Ciências Sociais e Humanas, há uma distribuição com apenas seis casos de diferença entre os dois primeiros anos e os restantes do curso, com vantagem para a primeira metade. Nas Ciências da Comunicação as disciplinas predominam em maior número nos primeiros dois anos do curso. O grupo restante, Estudos sobre os *Media*, mantém uma manifesta presença após esses dois anos das licenciaturas¹⁰⁴.

Olhando a perspectiva dos entrevistados, temos a percepção de não haver uma distorção entre realidade e sugestões. Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) afirma que algum contacto com a prática poderia estar presente a partir do segundo ano lectivo das licenciaturas de Jornalismo e Comunicação, defendendo que o modelo que existe actualmente com «a parte teórica toda [no início] e no final ter um estágio profissional, é o mais recomendável». O jornalista apenas acrescenta que deviam ocorrer Seminários ao longo de três anos da licenciatura, para incentivar a discussão da «substância que é a actividade profissional», e que Carvalho reconhece que já existem em alguns cursos, como foi referido anteriormente. Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) antecipa esta prática para o primeiro ano, inclusive no ensino secundário quando os alunos escolhem a área a seguir no 10º ano, quando devia haver uma maior proximidade à realidade jornalística e das redacções.

Também Marcelino (9 de Outubro de 2006) afirma que a prática jornalística não a colocaria mais cedo, mas mais intensivamente, a partir da metade das licenciaturas ou do segundo terço. Esta implicaria um contacto antecipado com as empresas, entendendo o jornalista que estes profissionais mais jovens são mais baratos e mais entusiastas. Um primeiro ano das licenciaturas seria composto por disciplinas genéricas, «ir afunilando em direcção à

¹⁰³ Sendo que nove casos estão presentes no segundo ano e três no primeiro, contra 77 presenças nos restantes anos.

¹⁰⁴ Em 45 casos (1º e 2º anos), contra 28 (3º, 4º e 5º anos), nas Ciências da Comunicação. Em 36 (3º, 4º e 5º anos) contra 25 casos (1º e 2º anos), nos Estudos sobre os *Media*.



prática e o terceiro ano já deve estar muito virado para a produção noticiosa». Nesse ano, «os alunos já deviam estar divididos por zonas de interesse», tendo uma «relação com a comunidade e com o mundo real já (...) bem aliada». Esta escolha não é permitida, de acordo com o jornalista, pois os cursos são de tal maneira genéricos que não a possibilitam, havendo uma formação deficiente que não delega nos alunos «convicções sólidas». No entanto, este planeamento está em concordância com a realidade das licenciaturas apresentada.

Sobre a organização dos cursos, Carlos Daniel assume ter «havido uma adequação ultimamente lenta dos cursos na lógica das redacções», sendo «algo tardia a entrada do aluno na lógica de produção de conteúdos jornalísticos. Continua a haver uma aprendizagem muito separada de conteúdos teóricos e da aplicação prática desses conteúdos» (Entrevista: 6 de Novembro de 2006). Por isso defende uma «motivação mais precoce do estudante para a actividade jornalística propriamente dita», e não «a partir do terceiro ano, como normalmente acontecia na maior parte dos cursos», de modo a não ser «um estudante igual ao de outro curso qualquer durante dois anos e a partir de determinado momento dedicar-se aos conteúdos específicos da sua paixão, da sua vontade profissional», apresentando essa distinção clara à chegada das redacções no que toca ao conhecimento da matéria noticiosa a nível de política, economia, cultura e desporto, tanto nacional como internacional. Quanto à análise, inserida no grupo temático de Estudos dos *Media*, deverá estar inserida em anos mais prematuros, ao passo que, na realidade, está presente na segunda metade do curso. A teoria e a prática deverão andar em paralelo, e deve-se procurar na matéria noticiosa de todos os dias, uma ligação à matemática, à estatística, à história: à demografia, à antropologia, às sociologias, ao inglês, etc., ou seja, «conseguir avançar para uma série de temáticas a partir daquilo que é a realidade construída pelos *Media*» desde início. Aqui temos uma distância ligeira da opinião dos dois profissionais anteriores e que já não se coaduna tão fielmente com a realidade analisada.

Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) menciona ainda a Matemática e a Estatística como disciplinas essenciais no primeiro ano de um curso ideal de Jornalismo ou Comunicação¹⁰⁵. Ainda nos primeiros tempos da licenciatura, o jornalista refere as Relações Públicas e a Gestão, que também não se inserem no nosso estudo mas que fazem parte de vários planos de

¹⁰⁵ Apesar de não inserido na classificação usada, a disciplina existe em três licenciaturas (ESTA, ESES e ESTGM) precisamente no primeiro ano. A Estatística, também mencionada em iguais condições, está presente em quatro planos (ESEP, ESCS, ESEV e ESTGM), as duas primeiras no primeiro ano.



estudo¹⁰⁶. Esta opinião contradiz a de alguns dos entrevistados, como Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) e Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) que acusam uma convivência negativa entre o jornalismo e as várias áreas da publicidade e relações públicas. A prática jornalística deveria constar do segundo ano para, como já afirmaram anteriormente Carlos Daniel e Carvalho, se poder fazer uma escolha da área desejada, mais cedo. O ensino das várias vertentes do jornalismo seria leccionado no terceiro ano, de acordo com o Vilas-Boas, e aprofundado em doutoramentos que «haveriam de seguir as especificidades do jornalismo» ou seja, a informação radiofónica, a escrita, etc.

Esta estrutura em que as disciplinas afectas ao ensino do Jornalismo estão na segunda metade das licenciaturas (Gomes et al., 2003: 111)¹⁰⁷ ou sobre a imprescindibilidade das matérias de Ciências da comunicação é sustentada no Capítulo I por vários profissionais (Santos, Bastos, Campos, Vieira, Wemans, Bessa *in* Gomes et al., 2003: 111-19) e não é de todo posta de parte pela generalidade dos entrevistados.

7.4. Planos: radiografia curso a curso

A análise até aqui avançada é uma abordagem que olha o conjunto dos planos de estudo, não permitindo uma avaliação caso a caso. A suportar este olhar geral, uma análise curso a curso confirma-o: são raros os cursos em que as Ciências Sociais e Humanas não possuem a maior fatia no bolo do plano de estudo, apesar das orientações profissionais que nos indicaram nos inquéritos, referirem a prática do jornalismo. São então as licenciaturas que possuem, de alguma forma, algo que as destaque deste conjunto que iremos agora mencionar.

É de chamar a atenção para alguma preocupação manifestada quanto à actual situação laboral dos jornalistas, como é o caso da ESTA¹⁰⁸. A organização da ESTA refuta assim a condenação de Mesquita e Ponte (1997) e Vieira (*in* Gomes et al., 2003) de que as licenciaturas

¹⁰⁶ Relações Públicas: Jornalismo – ESCS, Comunicação Social – ESEV, Comunicação Social – UM (3 disciplinas), Ciências da Comunicação – UBI, Ciências da Comunicação – UNL.

Gestão: Comunicação Social – ESTA, Comunicação Social – ESEV, Comunicação Social – UM, UTAD, Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP.

¹⁰⁷ Segundo Gomes et al. (2003), o ideal seria a sua existência no início da formação.

¹⁰⁸ Afirmar ter partido «de um conhecimento empírico das necessidades do mercado de trabalho na área da comunicação social e no seu cruzamento com o evoluir e *focus* do conceito de comunicação social». Assim estabelecem três parâmetros: uma «formação consistente nas áreas das ciências sociais e humanas», uma «formação sólida, operativa e atualizada nas áreas técnicas da comunicação propiciadoras de uma competente utilização das ferramentas das novas tecnologias da informação», e uma «formação integradora do estudante na diversidade do ambiente profissional». Para isso organizam o seu plano de estudos, primeiramente, com «fundamentos de um saber generalista», «unidades de natureza aplicada» e «nas línguas estrangeiras». A organização curricular do curso avança de seguida para «uma formação especializada e muito virada para a componente prática», que inclui a simulação de casos concretos do mundo do trabalho.



são criadas sem atender às necessidades do mercado. Parecendo-nos esta licenciatura uma das que possui um maior encadeamento com as referências dos entrevistados, a sua estrutura em que existe uma base genérica bastante abrangente, partindo para uma especialização, é o ideal de licenciatura que é definida por Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006). A especialização desta licenciatura pauta-se pelo Jornalismo Cultural, Económico e Desportivo, ao passo que a licenciatura da UTAD a possui na Variante I (ver Anexo 3) que abrange o Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional), num plano de estudos voltado para a predominância das Ciências Sociais e Humanas.

A especialização toca igualmente a opinião de Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) que, ainda que refutando as licenciaturas de jornalismo e comunicação, tornaria os cursos existentes em cursos menos genéricos e mais voltados para a especialização em jornalismo económico, desportivo, político ou de ciência e tecnologia, de modo a «rentabilizar a experiência académica» do aluno. As especialidades da ESTA são algumas das que Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) pede, além do Jornalismo Político, e que devem ser leccionadas antecipadamente para que o aluno perceba qual a sua vocação específica e não limitada ao jornalismo escrito, televisivo, radiofónico e on-line. O jornalista, notando-se algum desconhecimento de todos os planos, como o próprio reconhece, afirma não existir tal especificidade em nenhum dos cursos de jornalismo e comunicação. Ainda a tocar a especialização por tipo de órgão de comunicação está Filipe Rodrigues da Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) onde coloca, obviamente, o jornalismo on-line e a UM como a que melhor preparada está a este nível. Na especialização, o jornalista enumera o desporto, a música, a cultura, as finanças e a política.

A par da licenciatura da ESTA, em Setúbal há uma preocupação com as «necessidades regionais, num contexto em que estas áreas têm grande impacto no desenvolvimento e inovação», sendo uma das exceções em que a área do Jornalismo apresenta uma ligeira vantagem sobre as restantes¹⁰⁹. É este equilíbrio entre teoria e prática que é advogado por profissionais da academia e das redacções (ver Capítulo I). A licenciatura da única Escola

¹⁰⁹ Com cadeiras como *Fotojornalismo*, *Jornalismo Radiofónico*, *Oficinas e Produção de Texto Jornalístico*, não descurando o *Direito e Deontologia da Comunicação* e o *Discurso dos Media* na Área de Estudos Sobre os *Media*.



Superior de Comunicação Social do país¹¹⁰ apresenta uma vantagem mais clara deste grupo temático. A prática jornalística é a preocupação desta licenciatura cujas linhas gerais de concepção curricular assim o confirmam¹¹¹. Ainda assim surgem disciplinas ligadas ao Marketing e Publicidade.

Nas universidades a predominância também vai para as cadeiras de Ciências Sociais e Humanas. Observando os dados da UM, onde, às disciplinas daquele grupo se seguem, numericamente e imediatamente abaixo, as de Jornalismo. A licenciatura de Comunicação Social não dispensa as aulas práticas em *Ateliers* dos quatro suportes do jornalismo (televisão, rádio, imprensa escrita e digital), todas no quarto e quinto de cinco anos de duração. Nas Ciências Sociais e Humanas, a Economia, Filosofia, História, Sociologia e Geografia marcam presença durante todo o plano de estudos. Esta é uma das licenciaturas mais mencionadas positivamente pelos entrevistados. Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) coloca-a «em primeiro lugar», seguida da licenciatura de Jornalismo de Universidade de Coimbra e da Autónoma de Lisboa. A licenciatura da UM também é aplaudida por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), que lhe «parece ser a mais sensata», e por Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) que distingue os alunos desta instituição dos demais, quando inseridos nos vários órgãos de comunicação por onde o director de informação da Lusa passou.

A licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto possui como excepção, em relação a quase todas as restantes, um protocolo assinado com várias Faculdades da Universidade do Porto. Entre a área dos Estudos Sobre os *Media* e a de Jornalismo, o plano de estudos reúne a maioria das disciplinas¹¹². É precisamente a disciplina de *Economia dos Media* que parece responder à necessidade de perceber o funcionamento de um meio de comunicação social e a ideia «o mais aproximada possível do que é um grupo de comunicação social ou do que é uma empresa de comunicação social» invocada por Marcelino

¹¹⁰ Esta organização vai de encontro ao requerido por Mesquita e Ponte (1997) que alegam que o carácter genérico das licenciaturas está implícito na sua integração nas Faculdades de Letras e de Ciências Sociais e Humanas.

¹¹¹ O inquérito denuncia três eixos fortes: a «profissionalização – desenvolvimento de competências técnicas ao nível das formas de expressão jornalísticas e competências tecnológicas para os diferentes *media*», «competências comunicacionais-científicas – conhecimento aprofundado das aquisições científicas desenvolvidas pelos estudos dos *media* e do jornalismo» e «conhecimento – boa base de formação ao nível das ciências sociais e humanas, porque não basta o domínio das técnicas propriamente jornalísticas para um bom exercício do jornalismo.»

¹¹² Não faltam aqui disciplinas como *Direito da Comunicação e Conteúdos* (nas três opções), *Economia dos Media* (no ramo de Jornalismo), *História do Jornalismo* (no tronco comum, 1º ano) e *Teorias e Tecnologias dos Media* e do *Jornalismo*. No grupo temático do Jornalismo, dois *Ateliers de Jornalismo*, no 3º e 4º anos e no Ramo do Jornalismo, sugerem a prática do jornalismo nas suas várias vertentes. Por sua vez, a *Deontologia Profissional* é leccionada nas áreas de Jornalismo e Assessoria da Comunicação. A referir ainda o *Jornalismo Comparado* no 1º ano e *Laboratório de Som e Imagem* no ramo de Jornalismo no 3º ano. As *Técnicas de Expressão Jornalística I e II* nos primeiros anos da licenciatura.



(Entrevista: 9 de Outubro de 2006) tanto a nível nacional como internacional. Desta opinião partilha também Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) ao acusar os actuais alunos de desconhecerem a realidade do funcionamento das redacções, e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), que exige um entendimento do mundo empresarial nos *media*.

A primeira licenciatura com a designação de Jornalismo surge em 1993 na Universidade de Coimbra. Além de Vilas-Boas (Entrevista 14 de Setembro de 2006), também Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) refere positivamente esta licenciatura, afirmando que chegam à redacção do Público bons alunos de Coimbra. O maior número de disciplinas está no grupo temático de Jornalismo e confirma a vocação do curso para esta formação¹¹³. O regulamento interno da Faculdade de Letras situa o Jornalismo dentro da área de conhecimento das Ciências Humanas, pelo que a Licenciatura “pretende dotar os alunos da necessária profissionalização de uma forma verdadeiramente universitária – isto é, distinta de uma mera formação “practicista” –, estimulando o pensamento crítico sobre o papel dos *media* e da profissão nas sociedades contemporâneas”.» Ao consultarmos o Guia do Estudante - Jornalismo 2005/2006 (Conselho Pedagógico Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) deparamo-nos com uma situação idêntica à da FLUC. Os alunos de Coimbra dispõem de um vastíssimo leque de disciplinas de opção que podem ser frequentadas noutras licenciaturas da universidade. Esta licenciatura oferece, a par da FLUP, uma abordagem sobre a *Sócio-Economia dos Media*, dando a conhecer a requisitada realidade mediática nacional e internacional, de acordo com o Guia do Estudante, acima referido, desejada pelos entrevistados referidos no parágrafo anterior.

As restantes licenciaturas possuem, mais ou menos intensivamente, um plano de estudos onde predominam as disciplinas ligadas ao primeiro grupo temático analisado, as Ciências Sociais e Humanas. Outras existem cuja orientação profissional, apesar de manifestada de acordo com os nossos objectivos, revelam um plano de estudos mais voltado para a técnica, como é o caso da ESEB e da ESTGM. Pela análise dos planos de estudo enviados é notória a falta das cadeiras vocacionadas para o ensino do jornalismo, deixando-o diluído nas restantes áreas ensinadas, como a comunicação empresarial e multimédia, área que assume um papel

¹¹³ Segue-se o grupo de Ciências Sociais e Humanas, com 12 disciplinas. As disciplinas específicas de *Jornalismo Televisivo*, *Radiofónico* e *Escrito* / e *II*, constituem, no fundo, disciplinas anuais leccionadas no último ano da licenciatura. Resta ainda o *Jornalismo em Linha*, que apenas é leccionado num semestre do 4º ano. Os *Géneros Jornalísticos* e a *Deontologia do Jornalismo* marcam presença no 3º e 4º anos, respectivamente. No 3º ano ainda, podemos contar com a *Comunicação Radiofónica e Televisiva*.



central no plano de estudos. Esta falta de cadeiras associadas ao ensino também está patente na licenciatura da Comunicação Social e Cultura da Universidade dos Açores, apesar de indicar uma orientação profissional voltada para o jornalismo e que pode ser escolhida entre outras áreas.

Assim, revendo este olhar singular sobre os planos de estudo, apenas quatro das licenciaturas analisadas possuem uma vantagem das disciplinas ligadas ao jornalismo sobre cada um dos restantes grupos assinalados, havendo no Porto uma vantagem do grupo de *Estudos sobre os Media*, seguido do grupo de *Jornalismo*. Assim se confirma uma abordagem mais teórica das licenciaturas que pretendem ensinar os alunos a ser jornalistas, se entendermos as restantes disciplinas, nomeadamente as do grupo das *Ciências Sociais e Humanas* como teóricas. Não obstante, e como já tivemos oportunidade de ver no ponto 7.2.1., alguns entrevistados, a par desta crítica, notam a relevância destas disciplinas e mencionam os planos de estudo com uma base mais teórica, que parte para um afunilamento a caminhar para o ensino do jornalismo¹¹⁴.

7.5. A importância das línguas e da leitura de jornais

Distanciando-nos da análise de Mesquita e Ponte (1997), referida no ponto anterior, avançamos para duas áreas que nos parecem pertinentes para o desempenho do jornalismo, como confirmam alguns dos entrevistados. Se olharmos às competências dos profissionais do jornalismo e aos vários anúncios de oferta de emprego que surgem na imprensa, verificamos que as línguas representam uma quase obrigatoriedade, além da portuguesa, uma ou duas estrangeiras.

Assim lhe remete tal importância o jornalista da TSF, Vilas-Boas, ao assumir a sua pertinência no início do curso, nomeadamente a «compreensão de diversas línguas, pelo menos três (...), para além da língua nacional» (Entrevista: 14 de Setembro de 2006). Vilas-Boas insiste na Língua Portuguesa e utilidade do saber escrever, falar e dominá-la para poder passar a «mensagem com a sua integridade». O Português não é esquecido também por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) que o indica como «absolutamente essencial». Nota que os

¹¹⁴ Mencionado por Vieira (Entrevista, 17 de Outubro de 2006), Marcelino (Entrevista, 9 de Outubro de 2006) e Vilas-Boas (Entrevista, 14 de Setembro de 2006).



alunos que chegam ao *Público* têm um domínio razoável da língua, assim como Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006).

Quanto às línguas estrangeiras, o jornalista da TSF (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) dá importância ao Inglês e ao Francês, a primeira porque, «tendo conquistado o universo comercial, conquistou também o universo da comunicação internacional», e a segunda porque «há também áreas que se recusam a compreender o Inglês» como é o caso de algumas da África do Sul, bem como da sua literatura, como vimos previamente, passando pelos clássicos «como forma de consolidação de muitos saberes tradicionais», áreas leccionadas numa primeira instância. O Inglês volta a ser mencionado como importante pelo jornalista da RTP (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) e por Filipe Rodrigues da Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) que a esta língua junta o Espanhol e o Mandarim, entendendo-as como disciplinas de carácter obrigatório. Se esta última não se encontra em nenhum dos planos em estudo, já o Espanhol não é esquecido, como pode constatar-se adiante.

Através da observação dos vários planos de estudo podemos constatar que este aspecto não foi esquecido pelos fundadores das licenciaturas em Jornalismo e Comunicação abrangidas neste estudo¹¹⁵. Anuais ou divididas em duas cadeiras semestrais, agrupam-se com as disciplinas onde são leccionadas as línguas estrangeiras.

Todos os cursos em estudo dispõem, com carácter de obrigatoriedade ou de opção de pelo menos uma língua estrangeira¹¹⁶. Nas Universidades, o Inglês, também não é descurado¹¹⁷.

¹¹⁵ A Língua Portuguesa, sempre no 1º ou 2º anos da licenciatura, à excepção de Comunicação Social da ESEV, constitui uma disciplina que, com esta designação ou semelhante [Língua e Expressão do Português, Português, Língua Materna e Comunicação, Oficina da Língua Portuguesa, Técnicas de Expressão de Português, Língua Portuguesa: Registos Orais, Língua Portuguesa: Registos Escritos, Estudos Portugueses; também em disciplinas já consideradas para os grupos temáticos, onde a Língua e a Cultura Portuguesa se misturam (ESEP, ESEV e UBI)] não é dispensada por doze licenciaturas: Comunicação Social – ESTA; Educação Multimédia – ESEB; Jornalismo e Comunicação – ESEP; Jornalismo – ESCS; Comunicação Social – ESEV; Tecnologias da Comunicação – ESTGM; Ciências da Comunicação – UTAD; Comunicação e Cultura – UA; Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP; Jornalismo – FLUC; Ciências da Comunicação – UNL (como disciplina de opção).

¹¹⁶ O Inglês faz parte do plano de estudos da licenciatura de Comunicação Social da ESTA, no 1º e 2º ano (anual), de Educação e Comunicação Multimédia da ESEB, no 1º e 2º Semestre do 2º ano, de Comunicação Social da ESES durante o 1º e 2º ano com carácter semestral, no 1º ano de Jornalismo e Comunicação da ESEP. Com uma designação relativamente diferente, *Língua Estrangeira Para Fins Específicos – Inglês*, pode ser frequentada no 2º Semestre do 3º ano desta última licenciatura. Já com um destino de aplicação às Ciências da Comunicação e ao Jornalismo, o Inglês é leccionado no 1º e 3º anos, respectivamente, com carácter anual, na licenciatura em Jornalismo da ESCS. Em Viseu, a licenciatura em Comunicação Social da ESEV lecciona, em ambos os semestres do 2º e 3º anos, a disciplina de *Língua e Cultura Estrangeira*, sem especificar de qual se trata ou se existe uma opção entre várias. Continuando com o Inglês, a ESTGM com a licenciatura em Tecnologias da Comunicação, dispõe desta disciplina no 1º ano.

¹¹⁷ A UM colocou no 1º ano da licenciatura em Comunicação Social esta disciplina com carácter de obrigatoriedade, pondo outras opções à escolha e a disciplina de *Língua Estrangeira II*, no 2º ano, sem especificar se são as mesmas escolhas do primeiro semestre. Também é no 1º e 2º anos que a UTAD lecciona o Inglês, na licenciatura de Ciências da Comunicação. Na UBI, os alunos de Ciências da Comunicação optam pelo Inglês e o Francês no 1º ano. Também na licenciatura de Comunicação Social e Cultura da UA o Inglês faz parte do leque das opções, podendo ser deixada de parte caso os alunos optem por outras disciplinas, com a designação de Língua Estrangeira (e que possibilita uma outra opção entre várias línguas: Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano). Na FUP, a licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação, o Inglês pode ser escolhido no 1º Semestre do 4º ano, podendo também ficar no esquecimento. Na licenciatura em Jornalismo da UC a opção é entre o



Após o Inglês, as opções mais disponibilizadas apontam para o Francês¹¹⁸, seguidas do Espanhol¹¹⁹, Alemão¹²⁰ e Italiano¹²¹.

Um outro ponto que nos chamou a atenção foi a notória referência de alguns entrevistados à leitura de jornais. Culminando a sua caracterização de um bom ensino do jornalismo, Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) nota a importância de uma profunda formação «cultural [e] filosófica» aludindo ao facto de muitos alunos terem pressa em ser jornalistas, pois «o jornalista precisa de tempo para se consolidar como tal». O domínio do mundo em que vive é importante e passa pela leitura assídua de jornais, audição da rádio e visão da televisão, hábito que falta nos alunos de hoje em dia, de acordo com Vilas-Boas, condenando os candidatos ao desaparecimento.

Esta leitura de jornais é também exigida por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), afirmando que «era também fundamental que nem um único aluno pudesse sair de qualquer universidade sem ter enraizado como vício o hábito de ler jornais, que é uma coisa que eu acho absolutamente incompreensível como é que nos chegam aqui estagiários que não têm o hábito de ler jornais.» Esse interesse deveria então ser fomentado através da discussão e debate dos temas da actualidade, de acordo com o jornalista. Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) concorda com os restantes entrevistados ao mencionar esta falta de leitura que distancia os alunos da «própria realidade em que vão trabalhar (...) falta-lhes conhecimento da actualidade, seja nacional, seja internacional». O director de informação da SIC acusa esta como a falha das instituições: «a adaptação da parte teórica à parte prática e à vida».

Sem falar especificamente da leitura de jornais, Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) conta que os candidatos não dominam hoje «os assuntos que são matéria noticiosa de todos os dias, seja política nacional, seja de política internacional, seja da área cultural, seja do desporto, da economia», ou seja, «não dominam como deviam dominar alunos licenciados em jornalismo, e não noutra coisa qualquer.»

Inglês e Francês durante os dois primeiros anos. Por último, o que mais se parece com o ensino de línguas na licenciatura de Ciências da Comunicação da UNL tem a designação de *Estudos Alemães; Franceses; Hispânicos; Ingleses, Norte-Americanos e Anglo-Portugueses*.

¹¹⁸ Comunicação Social – ESTA; Educação e Comunicação Multimédia – ESEB; Comunicação Social – ESES; Jornalismo e Comunicação – ESEP; Comunicação Social – UM; Ciências da Comunicação – UTAD; Ciências da Comunicação – UBI; Comunicação Social e Cultura – UA; Jornalismo – FLUC;

¹¹⁹ Educação e Comunicação Multimédia – ESEB; Comunicação Social – ESES; Jornalismo e Comunicação – ESEP; Comunicação Social – UM; Ciências da Comunicação – UTAD; Comunicação Social e Cultura – UA; Ciências da Comunicação – UNL.

¹²⁰ Comunicação Social – ESTA; Comunicação Social – UM; Ciências da Comunicação – UTAD; Comunicação Social e Cultura – UA; Ciências da Comunicação – UNL.

¹²¹ Comunicação Social – ESES; Comunicação Social e Cultura – UA.



A nosso ver, este interesse diário pelo próprio produto noticioso dos *media* é uma acusação grave e que os profissionais estão em condições de observar através dos estagiários que chegam às redacções. Esta característica deveria ser inata aos alunos e não condicionada em ensinamentos, mas se a realidade assim o demonstra, deve-se aproveitar esta observação negativa e incentivar os alunos à leitura de jornais e *sites* noticiosos, audição das rádios e observação da televisão. Todas estas actividades devem ser acompanhadas com a discussão diária de notícias, reportagens entre outros aspectos que conduzem à produção noticiosa. Este método pode ser introduzido, não significando esta observação da autora que não exista em alguns casos, tanto nas disciplinas dos grupos temáticos de Estudo Sobre os *Media*, como de Jornalismo.

7.6. As novas tecnologias

Além das línguas, referidas no ponto anterior, uma ferramenta de trabalho que está presente no dia-a-dia jornalístico toca as novas tecnologias. Esta é uma das vertentes mencionadas pelos entrevistados e que não constam da categorização de Mesquita e Ponte (1997). Este domínio das novas tecnologias, como refere Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), sendo que esta falha já não é possível em área nenhuma, de acordo com o jornalista, «colocar-se diante de qualquer sistematização que não seja através das novas tecnologias». A Informática, por exemplo, com designações como Informática, Introdução à Informática ou Informática e Comunicação, Informática e Telecomunicações, Infografismo, Informática Aplicada às Organizações ou Computação Gráfica, faz parte de alguns planos de estudo¹²².

Esta necessidade é também assumida por Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) pela mudança rápida sentida no jornalismo e que, para além de os jornalistas continuarem a manter as «preocupações de natureza deontológica, a intuição para mediar e a capacidade de perceber o que interessa, o que é relevante do ponto de vista público, etc.» devem «dominar o software para além do Word», ou seja dominar uma série de novas tecnologias e novos suportes informáticos que surgem e que implicam, não só o saber fazer notícias, mas colocá-las nos devidos suportes, tornando os futuros jornalistas no já falado jornalista MacGuyver. «As dificuldades das empresas vão ser tão grandes que o jornalista vai ter que ser uma espécie de

¹²² Comunicação Social – ESTA; Educação e Comunicação Multimédia – ESEB; Jornalismo – ESCS; Comunicação Social – ESEV; Tecnologias da Comunicação – ESTGM; Comunicação Social – UM; Ciências da Comunicação – UTAD



pau para toda a colher e acho que era bom que as universidades começassem a discutir imediatamente quais são os desafios que o jornalismo tem nos próximos tempos, o que é que está em curso de modo a que eles se possam antecipar», refere Carvalho. É por isso que o jornalista defende a existência de uma disciplina de *Web Design* nas licenciaturas em estudo.

Assim pensa Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) quando afirma que os jornalistas devem dominar todas as áreas e os programas informáticos além do *Word* e do *Internet Explorer*, sugerindo a aprendizagem de programas de tratamento de imagem, o *Power Point* e um entendimento da rede global que não engloba apenas a Internet, mas também os telemóveis, os produtos que se destinam a outros portais, à televisão, etc., e a troca de serviços dentro dos vários órgãos dos grandes grupos de comunicação social do país. Um conhecimento da informática na óptica do utilizador de modo a saber «manusear aquilo que vão encontrar nas redacções», resume as indicações do jornalista nesta área. Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) impõe o estudo das novas tecnologias e da Internet, logo no primeiro ano das licenciaturas de Jornalismo e Comunicação Social.

Este tipo de conhecimento parece trazer ao futuro candidato a jornalista, mais uma vez, uma poupança de dispêndio de tempo no seu ensinamento nas redacções, que Coelho (*in* Gomes et al., 2003) afirma não terem, sendo mais uma condicionante da falta de recursos financeiros a que se assiste hoje, e que tivemos oportunidade de referenciar no Capítulo I, do que é uma óbvia condicionante para se ser jornalista.

7.7. Estágio e Projecto ou Trabalho de fim de curso

Tendo abordado aqui toda a planificação das licenciaturas, existe uma lógica de colocação de um estágio curricular no final das licenciaturas, integrado ou não nos planos curriculares. Será esta uma opção correcta? Não nos cabe julgar tal organização, mas é importante referir que esta é muitas vezes uma ponte directa ao mercado de trabalho, ainda que dependa igualmente de um jogo de sorte. Já os nossos entrevistados referem que esta organização não está incorrecta nem tão pouco é ideal.

Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) diz ser importante que as universidades sejam pragmáticas, ou seja, «para além de ensinarem a sistematizar o saber (...) deviam obrigar, no mínimo, a um ano ou dois de estágio obrigatório e coordenado pelas



universidades para que os alunos pudessem ter um contacto com a realidade», devendo os alunos dar provas de que o estágio foi conclusivo na aquisição de novos saberes, mais próximo e mais prático, confirma o jornalista da TSF. O contacto com a realidade das redacções deveria acontecer a partir do terceiro ano lectivo, falando mesmo em alunos que acorriam à redacção da TSF a meio da licenciatura para aceder a este conhecimento. É precisamente através do estágio que se observa, na redacção da TSF, se o aluno tem «capacidade de adaptação às próprias funções», «capacidade criativa» e «dinamismo», já que é por aqui que maioria dos profissionais daquela rádio entra. Também é no 3º ano que o ex-jornalista do *Diário Digital* entende que deve ser iniciado o estágio, prolongado pelo quarto ano e em simultâneo com as aulas dos alunos ao longo dos dois anos lectivos (Entrevista: 12 de Setembro de 2006).

Nos entrevistados da imprensa escrita, Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) refere a ocorrência de um estágio profissional no final das licenciaturas em Jornalismo e Comunicação, confessando que a maior parte dos jornalistas recrutados nos últimos anos chegaram por via do estágio, que ajuda a ver onde há um jornalista ou não. Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) menciona que os estágios, devidamente acompanhados, são essenciais, mas que este acompanhamento, tanto por parte da redacções como da academia, não correspondem ao necessário. Um estágio de três meses no final do curso parece ser o ideal para o jornalista, mas o estagiário deveria chegar ao estágio com um «tutor» que pudesse dar à empresa as informações necessárias sobre ele. Esta falha permite uma observação da parte do jornalista que acha que os estagiários são «deitados às feras tanto pelo lado académico, como pelo lado profissional». A duração permite à empresa reconhecer os bons e maus aspirantes a jornalistas, como já havia também referido Carvalho.

Os estágios, «ainda são coisas muito feitas às três pancadas» pela falta de atenção recebida pelos alunos da parte das entidades que os recebem, em estágios «pedinchados». Nesse sentido, a defesa de um estágio numa fase inicial da licenciatura será porventura mais difícil, mas encarado como «útil» e permitindo ao aluno um saber mais enriquecido e que daria outro “sabor” ao resto do curso. Para tal era necessário contribuir com algum tipo de incentivo junto dos órgãos que recebem estes estagiários. Não obstante esta opinião de Carlos Daniel, Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) concorda na utilidade do estágio, referindo que devia começar já nas faculdades e mais profissionalizado nesse sentido académico. O jornalista



encara-os como «uma espécie de bónus» que é dado ao estudante e que serve para cativar alunos. No entanto, os estagiários chegam mal preparados e saem a saber o mesmo, não conseguindo sobressair de entre os demais, e as empresas não têm capacidade para «estar a substituir-se às faculdades». Apenas os alunos que possuem já um conhecimento do mundo e o conseguem discutir e analisar são os que, normalmente, ficam nas redacções após o estágio, pois conseguem depois apreender a técnica jornalística. É nesse sentido que o jornalista exige uma maior componente prática nas licenciaturas de Jornalismo e Comunicação a acrescentar ao muito conhecimento teórico, que é importante, mas não chega.

No ambiente de redacção, Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) afirma que um estudante que não se consiga destacar, cuja preparação na faculdade não lhe permita sobressair, é deixado no esquecimento e o estágio «morre». «Só os muito bons é que ficam», afirma, acusando as faculdades de discutir teoria e não o mundo, que é a base do jornalismo, deixando uma falha na cultura geral dos alunos. Nesse sentido, o jornalista da SIC diz que os estagiários surpreendem na adaptação às novas tecnologias, mas que isso não é nada sem o tripé do conhecimento, construído pelo jornalista e composto pelo conhecimento «académico puro e duro», «o tentar ajustar o conhecimento académico geral, ou mais teórico (...) nas várias áreas», e «a parte técnica jornalística em função de cada meio». Também Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) concorda com Vieira quando nota, nos estágios, quem quer mesmo ser jornalista e se aplicou nesse sentido durante a licenciatura, pois a vontade, a paixão, «depende muito mais do aluno do que do professor».

Sabendo que este estágio é importante, a nossa análise não permite chegar à verificação empírica da opinião dos entrevistados quanto à sua crítica acerca da preparação dos alunos, elementos que muitas vezes serão mais pessoais do que profissionais. Apenas a licenciatura de Mirandela não prevê um estágio, sendo que todas as outras, com carácter ou não de obrigatoriedade¹²³, permitem aos alunos o acesso à prática do jornalismo em redacções, através de vários protocolos com órgãos da Comunicação Social regional e nacional (Tabela VIII).

¹²³ A licenciatura em Ciências da Comunicação na UTAD apresenta uma diferença de informação, não se confirmando se o estágio é ou não curricular. Dada a fundação recente da licenciatura em Comunicação Social e Cultura, o estágio está previsto no 4º ano, mas ainda não foi realizado nenhum. Na Universidade do Porto não se fazia prever a existência de um estágio curricular ou de um trabalho de fim de curso, pois ambas as perguntas não foram respondidas. Uma consulta ao *site* oficial da licenciatura (http://sigarra.up.pt/flip/disciplinas_geral.FormView?P_CAD_CODIGO=FLUP0707&P_ANO_LECTIVO=2005/2006&P_PERIODO=2S, retirado em 2007, Junho 12) permitiu uma resposta afirmativa a ambos os casos.



Tabela VII – Estágios e trabalhos de fim de curso

Curso – Instituição	a)	b)	c)	d)	e)
Comunicação Social – ESTA	3 Meses ¹²⁴	N	3º, 4º, 5º	I/A	T
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB	28 Horas/semana	S	3º	-	-
Comunicação Social – ESES	60 Horas (2º ano) ¹²⁵ 120 Horas (3º ano) 360 Horas (5º ano)	S	2º, 3º, 5º	-	Não se aplica
Jornalismo e Comunicação – ESEP	360 Horas (3º Ano) 480 Horas (4º Ano)	S	3º, 4º	I/A	T ¹²⁶
Jornalismo – ESCS	-	N	-	I	T ¹²⁷
Comunicação Social – ESEV	3 Meses	S	3º	I	T
Tecnologias da Comunicação – ESTGM	-	-	-	-	T
Comunicação Social – UM	3 Meses	S	5º	I	RE
Ciências da Comunicação – UTAD	140 Horas	S	4º	I/A	RE
Ciências da Comunicação – UBI	3 Meses	N	4º	I	RE
Comunicação Social e Cultura – UA	110 Horas /Sem. ¹²⁸	S	4º	I	129
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	3 Meses	S	4º	I	T/RE
Jornalismo – FLUC	3 Meses	S	4º	I	T/RE
Ciências da Comunicação – UNL	3 Meses	N	4º	I/A	RE

a) Estágio (duração)

b) Curricular: Sim (S); Não (N)

c) Ano de estágio

d) A cargo da Instituição (I) ou do Aluno (A)

e) Trabalho de Fim de Curso/Monografia (T); Relatório de Estágio (RE)

Nota-se uma diferença a distinguir as licenciaturas de politécnico e de universidade, sendo que os primeiros exigem a elaboração de um trabalho de fim de curso e os segundos o relatório de estágio, isolado ou em conjunto com esse mesmo trabalho. Em ambos os casos, existem algumas referências à defesa pública desses trabalhos, em Comunicação Social da ESTA, da UM, e de Jornalismo da Universidade de Coimbra¹³⁰.

¹²⁴ De acordo com a directora do curso, excepcionalmente, nos 3º e 4º anos, podem durar 1 ou 2 meses.

¹²⁵ Site oficial da ESES: <http://www.eses.ips.pt/ese/cursos/planocurso.asp?codigocurso=9&nomecurso=Comunicação%20Social>, retirado em 2007, Janeiro 12.

¹²⁶ «Existe um Seminário no 3º Ano e um Projecto no 4º Ano.» (Inquérito)

¹²⁷ «Três hipóteses de trabalho: dissertação na área do estudos dos *media* e jornalismo, desenvolvimento de uma grande reportagem jornalística, realização de uma investigação histórica.» (Inquérito)

¹²⁸ Site Oficial da Universidade dos Açores: <http://www.netpa.uac.pt>, retirado em 2007, Janeiro 12.

¹²⁹ A resposta a esta questão diz prever um trabalho de fim de curso, mas não menciona a sua tipologia.

¹³⁰ «O Relatório de Estágio será debatido e avaliado, em prova pública, por um júri, a designar pelo Instituto de Estudos Jornalísticos, sob proposta da Comissão de Estágios.» *In* <http://www.uc.pt/iej/estagios/estagios.htm>, retirado em 2006, Maio 18.



Existem, portanto, ofertas para todas as opiniões dos jornalistas entrevistados. Apelando à vivência da autora e às experiências de outros alunos, muitas vezes estes estagiários são olhados como substitutos dos jornalistas em férias, sendo-lhes atribuídas tarefas comuns. Se a esta observação pudermos adicionar um apoio superior dentro da redacção e da instituição de ensino, não parece tão má experiência, mas tal não acontece com frequência. Isto levar-nos-ia para campos alheios de opinião estudantil. Podemos recolher uma ínfima parcela no que foi afirmado nas I Jornadas da Licenciatura de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto (ocorridas em Maio de 2005), confirmando a orientação «fictícia» nos estágios, reconhecendo a insuficiência da bagagem delegada pela licenciatura e que terá que ser completada ao longo da profissão. É também referida a política de algumas empresas face a outras onde a diferença reside na efectiva realização de material noticioso, não permitida pela RTP ou pela SIC, como foi referido por uma aluna da FLUP¹³¹.

Estes estágios não podem, no entanto, ser organizados sem a assinatura de protocolos com várias entidades. Estes protocolos (Tabela VIII) são estabelecidos todos os anos com várias instituições, não só da Comunicação Social, mas de modo a cobrir as restantes áreas opcionais (Relações Públicas, Marketing, Assessoria), quando assim acontece. Estes protocolos variam de ano para ano, podendo repetir-se ou falhar de um ano lectivo para o outro. Portanto, serão contabilizados todos os protocolos referidos nos inquéritos e na informação adicional enviada e recolhida on-line. Para chegarmos às conclusões foi necessário criar várias categorias, de modo a verificar que tipo de órgãos e instituições existem em maior número nos protocolos¹³².

¹³¹ Comissão executiva da jLJCC'05. Universidade do Porto | 24 de Maio de 2005. 1ª Jornadas da Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação. Jornadas de Avaliação e Reflexão sobre a LJCC. Documento de Síntese da jLJCC'05.

¹³² Na licenciatura de Educação e Comunicação Multimédia ainda não foram estabelecidos protocolos, pois, dada a fundação recente da mesma, ainda não existem alunos em estágio. Por sua vez, a ESTGM não deu qualquer resposta quanto aos seus protocolos relativos à licenciatura de Tecnologias da Comunicação. Na UBI, a licenciatura de Ciências da Comunicação faz alusão a algumas entidades, deixando a entender a existência de mais algumas, sem fazer referência que tipo de instituições é, mencionando ainda a existência de instituições que acolhem alunos do ramo de Relações Públicas. A licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação refere algumas das mais importantes empresas com as quais mantém protocolos, dando a entender a existência de mais empresas.

**Tabela VIII – Protocolos a nível de estágios e outros assuntos**

Instituição	TV	Rádio	Jornal	Revista	Agência	On-line	Impr. Reg.	Grupo Mediático	Ins. Púb.	Ins. Estr.	Outra
ESTA	1	2	7	3	1	1	12	-	11	4	9
ESEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESES	2	-	3	1	-	1	9	4	18	-	27
ESEP	5	6	9	1	1	1	59	-	43	-	14
ESCS	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-
ESEV	¹³³	*	*	-	-	*	-	-	*	-	*
ESTGM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UM	3	1	5	3	1	-	5	1	19	13	32
UTAD	¹³⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UBI	3	-	2	-	-	-	3	-	-	-	1
UA	¹³⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUP	3	1	2	-	-	-	-	-	5	-	3
FLUC	3	3	6	-	1	1	5	-	-	-	-
UNL	2	1	2	-	1	-	-	-	2	-	-
Total	24	16	37	9	5	4	93	5	98	17	86

Deve destacar-se, pela constante referência do CENJOR pelos entrevistados e durante a primeira fase deste estudo, que a licenciatura de Comunicação Social da ESTA tem um protocolo com esta instituição de formação profissional, «que faz, em Abrantes, cursos específicos para os alunos desta instituição», e que na opinião de Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) pode resultar num complemento à falta de prática das licenciaturas, assim como o director do CENJOR, Fernando Cascais (s.d.: 88), que também considera este tipo de ensino como um complemento de formação e não como uma formação isolada.

No geral, os protocolos mais referidos são as Instituições Públicas, onde se incluem as Câmaras Municipais que acolhem alunos de outras áreas, como a Assessoria. Na Comunicação

¹³³ Segundo o inquérito da ESEV, os protocolos são estabelecidos com «empresas ligadas à Comunicação Social (jornais, rádios, televisão), instituições públicas e privadas (câmaras municipais, empresas, etc.) ligadas às áreas do Marketing, Relações Públicas e Publicidade.»

¹³⁴ «Em fase de estabelecimento de protocolos», segundo o inquérito.

¹³⁵ De acordo com o inquérito desta instituição, «estão a ser preparados protocolos com organismos públicos e privados.»



Social e Jornalismo, a Imprensa Regional, que abrange vários tipos de imprensa (televisão, rádio, jornal e on-line) é quem mais acolhe os estagiários. Mas se juntarmos toda a imprensa nacional, esta última categoria é ligeiramente ultrapassada. Desta, destacam-se os jornais e as televisões nacionais.

Com a existência de um elevado número de licenciaturas, nem todas as instituições parecem conseguir angariar estágios nas empresas mais apetecíveis, a ver pelo elevado número da imprensa regional nos protocolos, sem menosprezar a validade e qualidade desta imprensa a nível formativo.

8. Recursos existentes e actividades de produção dos alunos

Até à chegada às redacções, os alunos devem manipular alguns recursos que suportam o exercício da prática jornalística. De acordo com o estudo de Mesquita e Ponte (1997) existem vários tipos de recursos que estão ligados às licenciaturas de Jornalismo e Comunicação: biblioteca própria, núcleo bibliográfico especializado na biblioteca geral, estúdios de televisão, estúdios de rádio, redacção informatizada, laboratório fotográfico, centro de documentação, equipamento [e laboratórios] multimédia, e acesso à Internet¹³⁶. No nosso estudo, esta última foi adaptada para a existência de salas de informática, mais referidas pelos inquiridos, e cuja ligação à Internet será quase certa. Nos estúdios de televisão foram enquadradas as referências à existência de câmaras de filmar, como é o caso da licenciatura de Comunicação Social da ESTA.

Recordamos a importância que este tipo de equipamentos tem para uma experiência mais enriquecedora à saída das universidades e politécnicos, e que permite a prática do jornalismo suportada pelo conjunto dos materiais e a descoberta da sua área temática ou do meio de comunicação de eleição pelos alunos. Dos recursos citados por Mesquita e Ponte (1997: 48), os mais frequentes no nosso estudo são, do mesmo modo, os informáticos, como a ligação à Internet e os equipamentos multimédia. Além destes, também se verifica um número considerável nas bibliotecas próprias e os estúdios de televisão.

¹³⁶ Estas nove categorias foram inseridas nos inquéritos utilizados pelos autores. No entanto, este tipo de recolha de informação não foi utilizado no nosso estudo, optando por uma resposta livre. Tendo em conta que uma categorização deste tipo facilita a avaliação, procederemos à adaptação das respostas a esta categorização.



Tabela IX – Recursos afectos aos cursos de Comunicação e Jornalismo

<i>Curso – Instituição</i>	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
Comunicação Social – ESTA	X	-	-	X	X	X	-	X	X
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Comunicação Social – ESES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jornalismo e Comunicação – ESEP	-	-	X	X	-	-	-	-	-
Jornalismo – ESCS	-	-	-	X	X	X	-	X	X
Comunicação Social – ESEV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologias da Comunicação – ESTGM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação Social – UM	X	X	X	-	X	-	X	X	X
Ciências da Comunicação – UTAD¹³⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências da Comunicação – UBI	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comunicação Social e Cultura – UA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP¹³⁸	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Jornalismo – FLUC	X	-	X	X	-	-	-	X	X
Ciências da Comunicação – UNL	X	-	X	-	-	-	-	X	X
TOTAL	6	2	6	5	5	4	3	8	8

Legenda:

- a) Biblioteca própria**
- b) Núcleo bibliográfico especializado na biblioteca geral**
- c) Estúdios de televisão**
- d) Estúdios de rádio**
- e) Redacção informatizada**
- f) Laboratório fotográfico**
- g) Centro de documentação**
- h) Equipamento [e laboratórios] multimédia**
- i) Acesso à Internet**

No entanto, existe uma diferença notória entre politécnicos e universidades que aponta para uma maior variedade de recursos para estas últimas. Os dois cursos mais completos, se

¹³⁷ «Em preparação/organização», de acordo com a resposta do inquérito.

¹³⁸ «Equipamento e instalações próprios», de acordo com a resposta do inquérito. Para o preenchimento do quadro foram feitas consultas dos seguintes documentos: <http://www.icicom.up.pt/2005/LJCC05/LJCC05.pdf>; <http://www.icicom.up.pt/regulamentos/documentos/OrganizacaoInternaLJCC.pdf>; <http://www.icicom.up.pt/regulamentos/documentos/RegulamentoLJCC.pdf>, retirado em 2007, Janeiro 15.



olharmos à diversidade, são o de Ciências da Comunicação da UBI e o de Jornalismo e Ciências da Comunicação da FLUP. Nos politécnicos é a licenciatura de Comunicação Social da ESTA e Jornalismo da ESCS que melhor se afirmam nesta multiplicidade, sendo esta última a licenciatura melhor equipada aquando do estudo de Mesquita e Ponte (1997).

É de notar uma falha a nível do núcleo bibliográfico especializado na biblioteca geral. Quanto aos recursos destinados à prática do jornalismo, este ultrapassa a presença em mais de metade dos cursos com resposta válida. No entanto, era desejável uma presença a cem por cento, pois tais recursos são imprescindíveis para o ensino desta profissão, sendo que a falta de equipamentos era já notada há quase uma década, no ano do estudo de Mesquita e Ponte (1997), «a nível de estúdios de rádio, televisão e redacção informatizada», valendo-lhe a designação de «"cursos de lápis e papel", que se associa à área das ciências sociais e humanas».

São estes os recursos indicados por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) quando afirma que as universidades deveriam dispor de «meios tecnológicos para poderem introduzir os alunos de Comunicação Social na área que no final vão executar». O saber pragmático de que falou anteriormente devia iniciar-se em laboratórios onde o ensino fosse obrigatório, passando a seguir pelos estágios em redacções, pois os laboratórios «serão sempre simulações de voo que não serão o voo real (...) [que] é muito mais importante para o futuro profissional de comunicação social, neste caso o jornalismo» para que o estudante «seja alguém que não iniciou com lacunas a sua experiência jornalística».

É com o uso de tais equipamentos que é possível dar origem a várias produções práticas de jornalismo. Destas, contam-se os jornais e peças noticiosas escritas, radiofónicas e televisivas. Existem ainda casos, como o que foi exemplificado no inquérito através da Rádio Universidade de Coimbra, em que as instituições de ensino superior têm órgãos de comunicação onde os alunos, e não só os dos cursos de Comunicação e Jornalismo, podem praticar e tomar parte na produção jornalística lida, ouvida e vista pelo público em geral.

Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) não esquece a importância dos meios técnicos para a prática do jornalismo, como os laboratórios e a existência de publicações jornalísticas no seio dos cursos. O jornalista do *Público* afirma que estes meios permitem o desenvolvimento daquilo que é o cimento mais poderoso do jornalismo, que é a proximidade. A



necessidade de meios não parece ser problema no que toca à realização de um jornal, se tivermos em conta a colocação de publicidade nestas publicações.

Em plena concordância com Carvalho, o contacto com todas as vertentes da publicação de um jornal desde a escrita à maquetagem, à paginação e ao marketing também é evidenciada como importante para Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006). O actual director do *Diário de Notícias* vai de encontro ao que as licenciaturas possuem, como mostramos a seguir: a publicação de jornais internos, que possibilitam a prática além da conseguida nos estágios. Estas publicações deviam-no ser aos mais variados níveis, apontando o jornalista, os económicos e os desportivos, os generalistas e os semanários. Permitiriam uma maior prática na produção de notícias e na prática do género jornalístico. Essenciais seriam os laboratórios para servirem de base a esta produção, sendo a existência de uma redacção informatizada apenas evidenciada por cinco licenciaturas. Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006), resumindo-se à imprensa escrita, diz que «todos os cursos deviam ter uma pequena redacção onde se fizessem jornais» editados através de «programas informáticos» específicos.

Os alunos necessitam de praticar, não uma, mas dez vezes, não no último ano, mas até no primeiro. É esta a convicção de Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) ao mencionar a necessidade de equipamentos técnicos que possibilitem a prática televisiva, notando uma falta de investimento que dote as instituições dos mesmos, o que é confirmado pela existência de apenas seis estúdios de televisão nas licenciaturas analisadas. Esta falha está em conformidade com o afirmado por Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) de que as universidades com licenciaturas na área da comunicação social deviam ter «laboratórios práticos de execução das cadeiras» ou a construção de redacções nas faculdades onde fosse praticado o género jornalístico, a reportagem, a notícia, e por isso os estudantes «não conseguem enquadrar as coisas à memória jornalística» porque «não têm leitura suficiente da área política» e não conseguem contextualizar os factos para a sua profissão. «Há aqui uma grande separação entre a parte livresca e académica pura e dura e a parte prática e o contexto das notícias» sendo esse «o principal problema».

Por sua vez, e em consonância com os restantes entrevistados, Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) crê não fazer sentido um curso de comunicação não ter um órgão para se



expressar e sugere a entrega da comunicação institucional das universidades e politécnicos nas mãos dos alunos de comunicação, como forma de prática jornalística.

Reverendo que todos os jornalistas entrevistados¹³⁹ são unânimes na importância do equipamento essencial à execução de material noticioso e de órgãos de comunicação escolar propriamente ditos, vejamos, então, se o ensino superior público de jornalismo e comunicação possui tais *media*.

A nível extracurricular, os alunos do politécnico desenvolvem algumas actividades interessantes. Na licenciatura de Comunicação Social da ESTA, existe a colaboração em jornais e rádios locais e regionais. Os alunos da ESCS produzem um jornal, o *8ª Colina*, de edição trimestral e sobre Lisboa, e participam no *E2*, um programa de televisão da ESCS no espaço Universidades do segundo canal público. A Rádio ESEV e a revista Forum *Média*, contam com os alunos de Viseu. Este conjunto de licenciaturas é o que mais sobressai na oferta de actividades jornalísticas aos alunos, com destaque para as duas primeiras licenciaturas abordadas.

O ensino universitário do jornalismo parece ser mais incisivo. As actividades curriculares e extracurriculares da Universidade do Minho diversificam a sua oferta pelos vários tipos de meios de comunicação social¹⁴⁰. Na UTAD, além das «práticas laboratoriais em jornalismo audiovisual e multimédia» os alunos podem ainda, dedicar algum tempo ao Jornal da AAUTAD, às revistas mensais e jornais semanários regionais e à *Rádio Universidade*.

Do mesmo modo, a licenciatura em Comunicação Social e Cultura da UA refere o projecto de um jornal académico e participações ocasionais em rádios regionais como actividades de ambos os tipos. Na UBI, ambas as actividades, curriculares e extracurriculares, oferecem todos os tipos de actividade jornalística¹⁴¹. Quanto às extracurriculares, na FLUP existe o JornalismoPortoNet, a JornalismoPortoRádio e a Upmedia¹⁴².

¹³⁹ À excepção de Viana que manifestou claramente a sua discordância quanto à existência de licenciaturas em Jornalismo e Comunicação.

¹⁴⁰ A Universidade do Minho apenas permite, através da observação directa e como aluna de mestrado observar a produção extracurricular do *UM Jornal*, *Jornal Académico* e da *Rádio Universitária do Minho* (<http://www.rum.pt/>), *UM Dicas* (<http://www.dicas.sas.uminho.pt/>), *Jornal Universum – Informação Universitária*, *Jornal SPORTum – Jornal desportivo da Universidade do Minho* (<http://www.dicas.sas.uminho.pt/>), e *Revista Gata – Revista da Associação Académica da Universidade do Minho*. No entanto, em conversa com a antiga directora da licenciatura, Helena Sousa, pudemos constatar que todos os suportes são abrangidos em actividades curriculares e extracurriculares, vistos as produções feitas pelos alunos nos órgãos referidos se reunirem no portfólio a ser apresentado por cada aluno.

¹⁴¹ O jornal digital e em papel *Urbi@Orbi*, o mais antigo do país, de acordo com a directora do curso, a *Rubi – Rádio Universidade da Beira Interior* e a *Tubi – Televisão on-line*. Além destas existem ainda os *ateliers*, integrados nas disciplinas, mas que também podem ser «desenvolvidas livremente por todos os alunos da UBI (de comunicação ou não), enquanto actividades extracurriculares».

¹⁴² *JornalismoPortoNet* (<http://jpn.icicom.up.pt/>), *JornalismoPortoRádio* (<http://www.icicom.up.pt/blog/jpr>) e *Upmedia* (<http://upmedia.up.pt/>).



Tabela X - Publicações a cargo dos alunos

Curso/Instituição	Televisão/ Audiovisual	Rádio	Jornal/ Revista	On- line	Curricular/ Extracurr.	TOTAL
Comunicação Social – ESTA	X	X	X	X	X	4
Educação e Comunicação Multimédia – ESEB ¹⁴³	-	-	-	-	-	0
Comunicação Social – ESES ¹⁴⁴	-	-	-	-	X	0
Jornalismo e Comunicação – ESEP ¹⁴⁵		X		X	X	2
Jornalismo – ESCS	X	X	X	-	X	3
Comunicação Social – ESEV	-	X	X	-	-	2
Tecnologias da Comunicação – ESTGM ¹⁴⁶	-	-	X	-	X	1
Comunicação Social – UM	X	X	X	X	X	4
Ciências da Comunicação – UTAD	X	X	X	-	X	3
Ciências da Comunicação – UBI	X	X	X	X	X	4
Comunicação Social e Cultura – UA	-	X	X	-	X	2
Jornalismo e Ciências da Comunicação – FLUP	X	X	X	X	X	4
Jornalismo – FLUC	-	X	X	X	-	3
Ciências da Comunicação – UNL			X	X	X	2

Na Universidade de Coimbra ainda não foi possível esclarecer a existência de alguma actividade curricular, mas a vivência como aluna permite identificar dois órgãos da Universidade onde os alunos em geral podem exercer a actividade jornalística a nível extracurricular¹⁴⁷. Por

¹⁴³ A ESEB não especifica a produção curricular que é feita na licenciatura de Educação e Comunicação Multimédia, apenas referindo que «as actividades situam-se em contexto funcional do próprio curso», do que devemos depreender que são actividades mais ligadas à Comunicação Multimédia. Na questão sobre as actividades extracurriculares acaba por confirmar que «a formação do plano de estudos não tem valência directamente relacionada com a prática jornalística. A técnica dominante centra-se nos Audiovisuais e produção *Media*.»

¹⁴⁴ A licenciatura em Comunicação Social da ESES apenas refere como actividades extracurriculares o LocalMedia – Centro de Estudos sobre Comunicação Regional, Cultural e Científica, que «tem como finalidade aprofundar o conhecimento sobre os meios de comunicação social e dos espaços culturais do distrito de Setúbal», em que uma das funções é «produzir conteúdos informativos (notícias, reportagens, etc.) impressos e on-line». In <http://www.eese.ips.pt/eese/projectos/localmedia.asp>, retirado em 2007, Fevereiro 24.

¹⁴⁵ O site da ESEP (retirado em 2007, Janeiro 20) indica que os alunos podem praticar o jornalismo no *ESEP Jornal Digital* (<http://www.esep.pt/jornal/modules.php?name=News>) e o Podcast ESEP (<http://www.lusocast.com/channel/view/285>).

Portela (2006: 13) define o *Podcast* da seguinte maneira: «Ficheiros de áudio, normalmente em formato de *MP3*, disponibilizados para *download* em algum servidor de *internet*. Podem ser produzidos a muito baixo custo, com recurso a um simples PC e um microfone. Destinam-se a ser reproduzidos em computador ou para leitores de *MP3* como o *iPod* da *Apple* (...). Distinguem-se de programas em arquivo digital porque usam um mecanismo de sincronização (através de *RSS*) por software (*iTunes*, por exemplo) que os transferem automaticamente – assim que disponíveis – para o respectivo leitor».

¹⁴⁶ Das actividades ligadas ao jornalismo, os alunos de Tecnologias da Comunicação da ESTGM levam a cabo actividades de fotografia e de produção de textos jornalísticos a nível curricular.

¹⁴⁷ O Jornal *A Cabra* (<http://www.acabra.net/>), editado on-line e em papel, e a Rádio Universidade de Coimbra (RUC) – (<http://www.ruc.pt/>).



último, na UNL, a licenciatura em Ciências da Comunicação não oferece uma resposta clara quanto às actividades curriculares e extracurriculares¹⁴⁸.

Fazendo uma abordagem geral, verifica-se que nos institutos politécnicos o jornalismo escrito é a actividade mais exercida, tanto a nível curricular como extracurricular, seguida pelo jornalismo radiofónico que possui maior presença nas actividades extracurriculares. A licenciatura em Jornalismo da ESCS mostra-se como a mais completa nas escolhas curriculares e extracurriculares dos alunos. Quanto às universidades, também o jornalismo escrito possui maior presença em ambas as actividades, com destaque para as extracurriculares, seguida do jornalismo radiofónico, com o mesmo destaque. É de notar que, de acordo com as respostas obtidas nos inquéritos e na investigação complementar, é maior a escolha nas actividades extracurriculares. Das licenciaturas, a de Ciências da Comunicação da UBI, de Comunicação Social da UM e a de Jornalismo e Ciências da Comunicação da FLUP são as que dispõem de todos os tipos de jornalismo, tanto a nível curricular como extracurricular.

Ainda assim existem falhas nos restantes. É notória a falha no exercício do jornalismo televisivo e digital, não permitindo a adequada descoberta de que falávamos no início deste ponto. As licenciaturas devem preocupar-se em preencher estas lacunas para facultar aos seus alunos o acesso aos vários tipos de jornalismo. É assim que descobrirão em que meio de comunicação social se sentem mais à vontade, sendo do senso comum que quase todos querem ser pívôs quando iniciam esta jornada de aprendizagem.

9. Investigação, iniciativas e publicações das instituições de ensino

Não são só os alunos a produzir conteúdos jornalísticos. A investigação científica nas universidades e politécnicos, nas áreas que abrangem ou são aplicadas ao jornalismo e comunicação são variadas. Mais uma vez foi pedida uma resposta livre, nos inquéritos, com um resultado variado, mostrando que a investigação é mais frequente nas universidades.

O já referido LocalMedia, Centro de Estudos sobre Comunicação Regional, Cultural e Científica é palco da investigação feita na ESES, onde se estudam os *media* e comunicação

¹⁴⁸ Das primeiras é referido que, «consoante as disciplinas, os alunos são chamados a fazer fichas de leitura, reportagens, trabalhos de campo, filmes, etc.». Prova disso é o *Fora de Linha*, Revista das cadeiras do *atelier* de jornalismo e ciberjornalismo da FCSH-UNL (<http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/cyber/www/default.asp?edicao=0&sec=0>).



social do distrito de Setúbal. A licenciatura em Jornalismo da ESCS apresenta um vasto leque de áreas de investigação, cuidadosamente explanada no seu inquérito (Anexo 4). As restantes licenciaturas do ensino politécnico não fazem alusão à investigação na área do jornalismo e comunicação.

A confirmar a maior intensidade da investigação desta área nas universidades, a UM centra a sua investigação, entre outras, em torno dos *Média* e Jornalismo, assim como a UBI que, no centro de investigação Labcom (<http://www.labcom.ubi.pt>)¹⁴⁹, integra toda a investigação ligada à comunicação. A licenciatura da UA deixa um pouco à margem a Comunicação Social e o Jornalismo, assim como a da FLUP, no que toca à investigação. Na UNL dão conta de três centros de investigação do Departamento de Ciências da Comunicação. Aí as linhas de investigação giram em torno das problemáticas da comunicação e das linguagens, «numa perspectiva multidisciplinar», a filosofia da comunicação, e os *média* e jornalismo. Na UTAD, a investigação ligada à Comunicação está ainda «em preparação/organização», possivelmente dada a criação recente do curso em questão. Na Universidade de Coimbra não foi possível obter informação sobre a investigação aí desenvolvida.

A investigação é também mencionada por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), cuja intensidade devia ser cada vez maior, até para permitir uma ligação à investigação no jornalismo ou jornalismo de investigação. Sabemos que é, em alguns casos, através desta investigação que se publicam artigos em revistas das instituições ou outras publicações. Tanto nos politécnicos¹⁵⁰ como nas universidades¹⁵¹, há alguma oferta.

Além das publicações, as instituições de ensino superior público organizam, com carácter regular ou não, seminários, colóquios, com convidados dos órgãos de comunicação social nacional e regional, onde os alunos podem entrar em contacto com profissionais e

¹⁴⁹ Site Oficial do Labcom: <http://www.labcom.ubi.pt>, retirado em 2006, Janeiro 21.

¹⁵⁰ Destas, a ESTA tem a revista *Communicare*, a ESES publica a revista *LocalMedia*, do Centro de Estudos sobre Comunicação Regional, Cultural e Científica, a ESEP publica a revista *Aprender*. Além de várias divulgações esporádicas em publicações de outras instituições ou de livros em várias editoras, os docentes da ESCS não dão conta de qualquer publicação da instituição ou do curso. A ESEP apenas dá conta da produção científica dos docentes no relatório anual de actividades.

¹⁵¹ A *Revista Comunicação e Sociedade* é resultado do trabalho encetado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da UM, onde também já se produziram publicações em livros, dissertações, capítulos de livros, artigos e outros trabalhos (*in* <http://www.cecs.uminho.pt/publ/revista.htm>, retirado em 2007, Fevereiro 12).

A UBI apenas dá conta de publicações esporádicas dos investigadores do Labcom. A UA informa sobre uma publicação da autoria de Mário Mesquita. A Revista Prisma é a publicação mencionada pela FLUP, que abrange as mais variadas áreas ligadas à comunicação e jornalismo. Aquando da publicação do trabalho de Mesquita e Ponte (1997: 55, 65) a FLUC mostrava a preparação da revista Comunicação e Jornalismo e da Coleção Comunicação, sob a edição de Mário Mesquita, professor da licenciatura de Jornalismo na altura. Após uma pesquisa apenas se confirma a existência desta última colecção. Além da colecção *Média & Jornalismo*, o Centro de Investigação *Média* e Jornalismo da UNL publica a Revista *Média* e Jornalismo. Mais uma vez, a UTAD afirma que estas actividades estão em preparação/organização.



estudiosos do jornalismo, como é o caso da ESTA, ESEP, ESCS, ESEV, e ESEB, apesar de esta não deixar transparecer uma ligação directa ao jornalismo. Na ESES, além destas actividades, são organizadas acções de formação direccionadas para toda a comunidade do Instituto Politécnico de Santarém. A licenciatura de Tecnologias da Comunicação da ESTGM não faz qualquer referência a este tipo de iniciativas. Nas universidades, estes eventos são anualmente organizados na UM, UBI, FLUP, FLUC e UNL¹⁵². A UTAD afirma estar em fase de preparação/organização deste tipo de iniciativas e a UA apenas refere apenas uma iniciativa, que deu origem à publicação atrás referida.

Assim, podemos concluir que, à excepção de uma licenciatura, são organizadas iniciativas cujo objectivo passa por conseguir uma formação complementar que, muitas vezes, pretende acrescentar a vertente prática das licenciaturas. Ainda assim, continua a haver uma fraca dedicação à investigação, no contexto geral das licenciaturas em análise e em concordância com o verificado por Mesquita e Ponte (1997). A organização de eventos variados, como congressos e colóquios anuais, jornadas de comunicação, traz às instituições alguns profissionais de renome com o intuito de debater os problemas do jornalismo. Mas como já referimos, estas palestras parecem não surtir efeitos práticos no ensino e sua melhoria. Apenas se dá a conhecer aos alunos as duras realidades que terão de enfrentar caso consigam entrar neste mundo.

10. *Erasmus* e a introdução a Bolonha

A actualidade do ensino superior em geral, e do ensino do jornalismo e comunicação em particular, envolvendo todos os aspectos mencionados até este ponto, conduzem até ao Processo de Bolonha, cujo eixo central gira em torno da mobilidade dos alunos no espaço europeu. Por ser este um dos objectivos primordiais de Bolonha, decidimos observar se as licenciaturas apostam em projectos como o programa *Erasmus*, e que faz cada vez mais parte das instituições de ensino superior e conta já com duas décadas de existência (J. Soares, 2007, Junho 4).

¹⁵² Para o efeito foram consultados, além dos inquéritos respondidos pelos directores/coordenadores das licenciaturas, os *sites* oficiais destas instituições de ensino, conhecimento pessoal da autora e a *mailing list* da licenciatura da FLUC.



Tabela XI - Número de alunos que ingressaram o Programa *Erasmus*

ANO LECTIVO	ESTA	ESEP	ESCS	ESEV	ESTGM	UM	FLUP	FLUC
1991/92						-		
1992/93						0		
1993/94						0		-
1994/95		-				7		0
1995/96		0		-		5		0
1996/97		0	-	0		6		2
1997/98		0	0	0		6		0
1998/99	0	0	0	0		9		7
1999/00	0	0	0	0		12		4
2000/01	0	0	5	4		22		3
2001/02	0	1	4	5		22	-	16
2002/03	0	1	2	4	-	10	1	19
2003/04	2	1	2	2	0	19	2	16
2004/05	1	1	3	5	0	19	10	15
2005/06	3	2	4	5	5	10	10	12
MEDIA	2	1,2	3,333333333	4,166666667	5	12,25	5,75	9,4

A UBI e a UNL não forneceram os dados. Além das instituições que afirmaram não ter alunos em *Erasmus* durante todo a licenciatura, foram oito os cursos que demonstraram o interesse pelo programa. Os alunos dos politécnicos apenas ingressaram no programa alguns anos após o início do curso, tempo que diminui em relação às universidades, cujo ingresso foi mais cedo. Os alunos de Comunicação Social da UM possuem a maior média por ano de ingressos em *Erasmus* (12,25), seguidos da licenciatura em Jornalismo da UC. Os restantes variam entre os cerca de um e os cinco alunos por ano.

Mais ou menos habituados à mobilidade, através deste programa, esta será uma das vantagens oferecidas pela aplicação prática do Processo de Bolonha. No ano lectivo de 2006/07, apenas cinco dos 14 cursos em estudo aplicaram já os currículos adaptados a Bolonha, dois deles nos institutos politécnicos. Todos optaram pela diminuição da duração para seis semestres, a duração ideal, para Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), que não acredita que Portugal esteja preparado para Bolonha, «tendo em conta o nosso passado pouco



glorioso em matérias de saber». Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) aposta em Bolonha, sendo que com esta mudança «a evolução vai ter que ser evidente, e muita coisa vai mudar e necessariamente espero que seja para melhor», conta o jornalista da RTP. O mesmo afirma Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), pois, caso contrário, «os nossos cérebros vão fugir mais depressa».

As licenciaturas não aprofundam a sua mudança, alterando apenas algumas designações de uma ou outra disciplina, a divisão de outras, mas que denunciam o mesmo programa, tanto nos politécnicos¹⁵³, como nas universidades¹⁵⁴.

Numa caracterização geral, parecem saltar à vista duas ausências nas licenciaturas, à excepção da ESCS. Nas restantes faltam o de Português em todas, e as línguas estrangeiras na UNL. Parece que o ensino superior público de jornalismo está a perder o comboio de Bolonha, não se assumindo mudanças profundas, mas apenas retoques nos planos de estudo dos primeiros ciclos das licenciaturas em estudo.

11. Novas formas de fazer jornalismo: a reestruturação necessária

Chegados a este ponto, a tendência para um repensar do jornalismo e do seu ensino nas instituições públicas é notória sobre alguns aspectos. Inquirindo alguns dos profissionais sobre esta matéria de revisão do ensino, vejamos o que têm a dizer. Os entrevistados falam

¹⁵³ Na licenciatura em Jornalismo da ESCS, a licenciatura possui 15 das 41 disciplinas do antigo plano. Durante três anos essas mesmas disciplinas foram quase todas mantidas nos mesmos anos. Com designações semelhantes somamos mais algumas, nomeadamente as línguas, o Direito da Comunicação, a Sociologia da Comunicação Social e os *ateliers* de jornalismo escrito. Estes *ateliers* sofreram também algumas alterações, passando a disciplina de opção. Foi ainda acrescentada a opção de escolha do jornalismo digital.

Na licenciatura em Tecnologias da Comunicação da ESTGM optou também pelos seis semestres, mantendo as cinco disciplinas de cada um, à excepção do último. No novo plano surgem apenas 3 disciplinas novas, sendo todas as restantes com designação igual ou semelhante ao do antigo plano de estudos e cuja única alteração foi a transição para outro ano, deixando de fora dez disciplinas.

¹⁵⁴ Na UTAD também foi retirado um ano à licenciatura em Ciências da Comunicação. Com designação igual ou semelhante junta 30 disciplinas do antigo plano de estudo, abdicando de 56 disciplinas, se olharmos ao conjunto das opções do curso. São onze as disciplinas com designação nova que apresenta o novo plano de estudos.

A licenciatura em Ciências da Comunicação da UBI conta com 45 disciplinas do antigo plano de estudos, com designação igual ou semelhante. Reduzida igualmente a seis semestres, estas disciplinas apresentam também, como todas as anteriores, algumas mudanças de ano lectivo. De fora do novo plano ficaram 26 disciplinas e surgiram 5 novas.

Na UNL, a licenciatura em Ciências da Comunicação começou também a funcionar sob os moldes de Bolonha no ano lectivo 2006/07. Não sendo referida qualquer alusão ao ano em que são leccionadas as disciplinas, não é possível verificar se transitam ou mantêm o ano lectivo. O novo plano de estudos possui um tronco comum de 20 disciplinas, das quais duas são novas. Após o mesmo, são leccionadas quatro áreas opcionais: Cinema e Televisão, Comunicação, Cultura e Artes, Comunicação Estratégica, e Jornalismo. Termina a área opcional de Audiovisuais e *Media* Interactivos, Cinema, Comunicação e Cultura, e Comunicação Institucional, mantendo-se apenas com a mesma designação a área opcional de Jornalismo. Ao todo soma 24 disciplinas de designação igual ou semelhante à do tronco comum. Algumas disciplinas deste tronco comum passam para as áreas de opcionais (História da Imagem, História do Cinema, Cultura Contemporânea). Existe um outro número de disciplinas que transitam entre as várias áreas opcionais. Nas de Cinema e Televisão e de Comunicação, Cultura e Arte juntam-se várias disciplinas inseridas nas áreas de Audiovisual e *Media* Interactivos, de Cinema. Todas as disciplinas que transitaram de Comunicação Institucional foram para Comunicação Estratégica, assim como quase todas as de Jornalismo. As disciplinas de *Minor* não foram incluídas no novo plano. Do Percurso 2 contam-se 21 disciplinas no novo plano de estudos, havendo nove com designação completamente nova.



sobre as novas formas de fazer jornalismo e a necessidade de haver uma reestruturação ou acompanhamento das mudanças do jornalismo. Assim o vêm afirmando vários autores e profissionais (Baptista, 2003b; Mesquita & Ponte, 1997).

Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) define o jornalismo de hoje como interdisciplinar, ou seja, há uma interdependência entre os vários tipos de órgão de comunicação para complementar a informação de cada uma. «O jornalista não pode deixar de viver nesse universo e é a partir daí que ele vai construir a informação que reelaborada vai também transmitir aos outros. Para além daquela que ele possa ter, como exclusiva, o jornalista vai ter que contar, vai ter que conferir a sua própria informação com o universo de outras informações que estão a acontecer ao mesmo tempo», refere.

As reestruturações referidas pelo jornalista (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) passam pela obrigatoriedade de uma «maior selectividade dos candidatos, uma maior seriedade da selecção dos docentes e uma maior responsabilidade das universidades na conclusão dos cursos e na exequibilidade de lugares no meio da comunicação social». O acompanhamento obrigatório dos estágios e custeado pela própria instituição de ensino e o maior suporte tecnológico possível para a execução de trabalhos jornalísticos terminam a lista de reestruturações propostas por Vilas-Boas. São, de facto, pontos a ter em conta pelas universidades se recordarmos a realidade observada até agora na nossa investigação.

Nas suas críticas, Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) fala na falta de capacidade das licenciaturas em comunicação e jornalismo de dotar os seus estudantes com as ferramentas básicas para poder singrar na sua profissão, por via da rapidez com que o jornalismo está a mudar e que torna o actual modelo de ensino e a estrutura curricular em obsoleto no prazo de cerca de cinco anos. Ou seja, de acordo com o jornalista do *Público*, há uma falta de actualização dos currículos e «veleidades ao nível da formação de jornalistas». Para essa actualização ou formação de novas licenciaturas, os profissionais deviam ser tidos em conta, havendo já alguma preocupação nesse sentido, de acordo com a sua opinião. Este aspecto é igualmente referido por Zelizer (1998) há quase dez anos, quando afirma que o jornalismo está a crescer rápido, o que dificulta o seu estudo académico.

Para uma preparação para o futuro, as instituições de ensino superior devem ter em conta as mudanças que estão a ocorrer no jornalismo: a concorrência dos *blogs*, a crise dos



jornais em papel, a excelência dos formatos online que afecta também a rádio e a televisão. Como exemplo, o jornalista afirma que se diz que a última edição em papel do *New York Times* sai em 2014. As mudanças decorrem de uma forma tão veloz que é difícil perceber-se quais são as reais necessidades do jornalista. Não somos detentores da solução para esta adaptação, pois um acompanhamento real, se de facto as mudanças ocorrerem a tal velocidade, provocaria uma invasão de reestruturações que seria bloqueada pela burocracia do ensino superior.

Esta mudança veloz é apenas notada a nível técnico por Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006). O produto final, a essência da notícia, é o mesmo desde há cinquenta anos. No entanto, essa aproximação às novidades da técnica é vista como útil pelo jornalista. Por isso Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) aconselha mais uma vez a introdução da componente e das ferramentas tecnológicas necessárias ao trabalho dos jornalistas nas licenciaturas de Jornalismo e Comunicação. O que as universidades estão a perder é a noção da realidade do «negócio e da vida nas redacções dos jornais (...), não sei como é que é na rádio e na televisão, mas pressinto que é o mesmo», como também concorda Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006).

Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) conta que o principal desafio futuro do ensino do jornalismo e comunicação é a «adequação da formação ao mercado», em concordância com os jornalistas referidos anteriormente, conseguindo-se uma maior competência dos profissionais a nível de formação e adequação a um mercado que é «mais variado, mais exacto e mais curto». O jornalista da RTP afirma que as instituições deviam procurar fazer uma «revisão, tanto quanto possível, curricular, e irem à procura daquilo que contribua para o sucesso das pessoas depois quando acabam o curso».

Já falámos aqui também da opinião manifestada por Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) e que se prolongou ao longo de toda a entrevista. O director de informação da SIC nota uma carga teórica em demasia nas licenciaturas e exige três áreas para uma boa licenciatura: o «conhecimento geral, académico puro e duro», o «conhecimento da realidade, ou seja, tentar ajustar o conhecimento académico geral ou mais teórico (...) nas várias áreas» e «a parte técnica jornalística em função de cada meio.» Assim, para este ensino se preparar para o futuro, aconselha a adaptar as licenciaturas mais à realidade das empresas de comunicação social e «às previsões de longo prazo», dar aos alunos «uma maior estrutura de cultura (...) [e] do



mundo, mais vivência, (...) obrigar os alunos a ler todos os dias o jornal, em vez de os obrigar a ler livros», discutindo as temáticas da actualidade, como havia já afirmado Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006).

12. Ainda de «costas voltadas»?

Retirando da anterior exposição que há uma falta de acompanhamento da realidade produtiva e económica da profissão, porque há ainda um voltar de costas? Terminando a exposição, resta avançar que colaboração existe entre ambas as partes e se se verifica, como avançou Baptista (2003b), que universidades e redacções estão «de costas voltadas». Desde já podemos adiantar que não se verificou da parte dos entrevistados a informação de haver alguma colaboração além dos estágios e respostas a convites para seminários, palestras ou congressos organizados pelas universidades e politécnicos. As iniciativas próprias dos órgãos da comunicação social não são mencionadas.

Quais as razões? A TSF era uma das empresas que antes mantinha uma aproximação a três universidades: a do Minho, a Nova de Lisboa e a Católica. Uma aproximação mais estreita, a nível de planeamento dos *curricula* dos cursos seria desejável mas «pouco exequível» na opinião de Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) dado que, em muitos casos, a comunicação social está a ser gerida por «gente que não tem sensibilidade para estas áreas», vendo a necessidade de haver «algumas limpezas dentro do universo dos gestores de comunicação social do nosso tempo». O jornalista acrescenta que «mais importante que o produto» são as pessoas que o fazem. Sobre a colaboração entre profissionais e académicos acusa os últimos de arrogância, o que impede a aproximação ao «universo profissional», pois o meio académico não existe apenas para ser académico, mas para transmitir o saber e não vender «canudos».

O *Público*, de acordo com Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) responde aos convites feitos pelas instituições de ensino superior, mas acusa a instituição universitária de ser muito «autista» e viver «em torno do umbigo dos seus processos», indo um pouco de encontro ao afirmado por Vilas-Boas. No entanto, as iniciativas próprias dos órgãos de comunicação para provocar essa alteração positiva, faltam na redacção porque há a ideia de que «não há muito a mudar». Apesar de existirem pessoas com vontade para mudar as estruturas gerais das



licenciaturas, como a Universidade do Minho, onde existe um grupo de pessoas com essa iniciativa, a «inércia das instituições» não deixa pôr em prática as alterações necessárias pelo «bloqueio institucional» das universidades e politécnicos.

Por sua vez, Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) não atribui culpas a ninguém, mas observa que muitos professores são jornalistas que não tiveram sucesso profissional e enveredaram pelo ensino, guardando «alguma carga de ressentimento». Questionado sobre a existência de iniciativas da própria redacção para melhorar o ensino de jornalismo e comunicação, o jornalista assume que o dia-a-dia dos jornalistas não permite essa intervenção, colocando do lado das instituições essa tarefa e alegando preocupações com a concorrência, os conteúdos e tudo o que faz parte do fazer jornalismo.

Uma aproximação mais estreita entre o mundo académico e o mundo profissional era, na perspectiva de Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006), desejável, para além da colaboração que permite fazer chegar os estagiários às redacções e que «seria útil para ambas as partes». Esta abertura profissional seria mais intensa se, desde cedo, a colaboração mais estreita com algumas instituições possibilitasse o direccionamento dos alunos para as várias publicações da Cofina, notando-lhes a vocação especializada, como o jornalismo desportivo que iria apontar para o *Record* e permitia um conhecimento do jornal por parte do aluno. A colaboração devia acrescentar um contacto das universidades no sentido de procurar nas redacções as grandes ideias, «de tentarem perceber o que é que se consome cá fora, para poderem objectivar o seu curso», o que iria habilitar os alunos «para uma saída profissional mais rápida».

Confrontado com a expressão de Carla Baptista (2003b) de que a universidade e as redacções «estão de costas voltadas», Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) admite que seja um pouco verdade, mas assume que o objectivo deveria ser o de conseguir um «intercâmbio efectivo» entre ambos os lados. Com isto quer dizer que devia haver uma lógica em que «era importante alguma preocupação do Estado em garantir às empresas a forma de não acharem que estão a perder tempo ou que estão a perder dinheiro quando estão a auxiliar na formação de um profissional de comunicação», admitindo que existem mesmo redacções que vivem do trabalho dos estagiários sem lhes dar o retorno do seu trabalho. Existem instituições que procuram, efectivamente, esse intercâmbio, como é o caso da Universidade do Minho, que



procura profissionais para a docência na licenciatura, mas «do ponto de vista das empresas é um pouco complicado». No entanto, o jornalista da RTP confessa que deve haver uma colaboração de parte a parte para a melhoria do ensino, pelo melhor conhecimento do mercado de trabalho e da realidade desse mercado, dos seus problemas e lacunas. Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) refere que a falha na relação entre instituições do ensino superior e as redacções é o fechamento recíproco, devendo criar-se uma relação entre elas de modo a haver a criação de uma «estratégia dentro dos cursos em função da realidade do país e das previsões» e do seu crescimento, ao invés de haver disputa de alunos.

Este fechamento é apontado apenas para o lado das universidades por parte de Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) que, como os restantes entrevistados, afirma atender sempre aos pedidos de intervenção junto das instituições de ensino, mesmo o ensino primário. As instituições, de acordo com o jornalista, não estão dispostas a deixar que os meios de comunicação marquem uma posição a nível da implementação e qualificação dos currículos escolares e a dialogar mais. Também Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) afirma responderem a convites para seminários, mas a curiosidade junto do meio académico volta-se para outros projectos de outras áreas do conhecimento.

Assim, pode constatar-se uma falha de parte a parte se atendermos ao evidenciado pelos entrevistados e pelas publicações tidas em conta durante o Capítulo I e que apontam no sentido de haver uma vontade de mudança da academia mas sem concretização até hoje, como afirma Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), pelo «bloqueio institucional».

Em Março de 2007, a Universidade Fernando Pessoa organizou as II Jornadas de Jornalismo onde se debateu a razão do estudo do jornalismo. Na introdução feita a propósito do evento no sítio da instituição (<http://www.ufp.pt>)¹⁵⁵ lê-se que «é tempo de a Academia e os profissionais deixarem de andar de costas voltadas». De facto, fazendo uma leitura pessoal e aludindo também ao já avançado ao longo deste estudo, pode ver-se que a academia procura junto dos profissionais das redacções um contributo, além da docência, em palestras, seminários ou apresentações de publicações. Já a iniciativa dos próprios jornalistas junto da academia não parece ser um facto.

¹⁵⁵ Site Oficial da UFP: <http://www.ufp.pt/events.php?intId=10046>, retirado em 2007, Maio 12.



Reflectindo sobre «a necessidade de um novo paradigma para o ensino do Jornalismo» Marinho (2006, Novembro: 3) nota a colaboração e o diálogo entre o mundo académico e o profissional em relação à formação em jornalismo, mas realça que «não estamos perante uma prática de diálogo continuado e totalmente isento de ideias preconcebidas, que permitam a compreensão requerida por Pinto (*in* Marinho, 2006, Novembro: 3) e intervenção no «fosso» entre a academia e os profissionais. Esta problemática parece estar fora das páginas dos jornais portugueses, de acordo com um estudo levado a cabo por Marinho¹⁵⁶, embora já valorizada a nível das publicações científicas e de realização de congressos, mas sem se discutir enquanto problemática, e assumindo um carácter de importância face à reestruturação que assaltará o Ensino Superior nos próximos anos.

¹⁵⁶ «Avaliação dos textos (informativos e de opinião) publicados, entre 2000 e 2004, em seis jornais nacionais (Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Económico, Expresso, Jornal de Notícias e Público)» (Marinho, 2006, Novembro: 3).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a nossa questão central (O ensino superior público está a formar os jornalistas que as redacções querem?), e recordando a proposta de uma resposta ao porquê e ao como, todas as três questões se poderiam reduzir a esta última: Como adequar o ensino superior público de jornalismo à prática nas redacções e às suas necessidades? A nosso ver não foi possível obter uma resposta clara e objectiva num campo que suscita uma série de contradições. Conseguimos, isso sim, apontar algumas pistas que possam conduzir a um início do repensar do ensino superior do jornalismo. Não podemos deixar de recordar as dificuldades sentidas durante a investigação empírica e que permitiram dar razão aos profissionais quanto ao fechamento das instituições a uma intervenção externa.

Uma primeira impressão leva-nos a crer que não se chega a um consenso sobre a necessidade do ensino superior do jornalismo. Como vimos no Capítulo I, a indefinição quanto à identidade da profissão jornalística, que passa pela questão do acesso a profissão, da formação, e dos saberes a ela inerentes, não permite chegar a um acordo sobre o conjunto de saberes ou uma “base cognitiva da profissão”, necessária para a existência de uma profissão (J. Correia, 1998a; J. Correia, 1998b; Marinho, 2006, Novembro), como acontece com a medicina. Mas este ensino existe e pode e deve ser actualizado e melhorado. Não existe uma fórmula da licenciatura em comunicação que atinja a perfeição, mas não se pode negar a possibilidade de uma melhoria.

Olhando para trás, começamos por reconhecer nas palavras dos entrevistados a valorização de uma aprendizagem contínua, o empenho e dedicação ao trabalho e a especialização em determinada área do conhecimento, sem esquecer a objectividade e a imparcialidade. Tocada várias vezes nas entrevistas, a especialização não existe efectivamente nas licenciaturas, apenas começando a desenhar-se em duas delas, da ESTA e da UTAD, conforme foi referido. Quanto às primeiras impressões, não podemos ensinar um jornalista a ter vontade de aprender ou sequer de se dedicar ao seu trabalho. Estas são características que se adquirem ao longo da vida, antes mesmo de se ingressar no ensino superior. Tomando igualmente em consideração valores como a objectividade ou a imparcialidade, o seu seguimento é de facto transmitido em disciplinas como a deontologia ou a ética jornalística,



cabendo aos próprios profissionais tê-las em consideração durante a sua profissão. Se a estas adicionarmos o domínio técnico referido no estudo de J. P. Sousa (1997), encontramos no campo do jornalismo o segundo grupo que reúne mais disciplinas no conjunto das licenciaturas, lembrando que neste grupo temático inserimos aquelas que permitiam uma aprendizagem do jornalismo mais ligada à prática do mesmo.

É bem conhecida a opinião de uma preferência de aprendizagem na tarimba (Ferreira, 2005), julgando a necessidade de uma formação universitária, não necessariamente em jornalismo ou comunicação social para ingressar numa redacção, inclusive lançando a economia e o direito como as preferenciais neste aspecto. Viana (Entrevista: 18 de Setembro de 2006) parece ser mais consensual, apesar de refutar por inteiro uma formação universitária em jornalismo cujos ensinamentos poderiam provir do ensino secundário. Falando como natural do interior de Portugal, onde o ensino secundário não dispõe desta opção, questionamos: Como seria uma redacção inteiramente composta por economistas ou advogados? É preferível ter à partida um jornalista que conheça as noções básicas do exercício do jornalismo ou despende um tempo a transmitir estes ensinamentos a um candidato com formação noutra área?

Recordemos que foi dito, ao longo das entrevistas, que é muito difícil conseguir tempo a seguir os estagiários provindos das instituições de ensino, em estágios cuja duração não vai além dos três meses. No seio do mundo académico a exigência do diploma para o exercício da profissão é uma realidade que Traquina deseja ver ser imposta pela sociedade antes de o ser por via legal, mas que encontra nas redacções uma barreira económica que impunha pagamentos superiores a jornalistas com formação superior (*in* Salomão, 2007, Maio 19).

Adoptando a expressão «nem oito nem oitenta» aventuramo-nos a afirmar que uma primeira luz sobre uma reformulação no ensino superior de jornalismo e comunicação social passa pela criação de licenciaturas em jornalismo com vários olhares sobre estas temáticas que anseiam por profissionais que as expliquem ao mundo. A realidade de Bolonha assim o permite e cabe aos formadores agarrá-la nos dois tempos criados (1º e 2º ciclos), ou invertê-la, sem nunca deixar os candidatos chegar com uma ignorância jornalística às redacções. Ainda assim, Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) e Marcelino (Entrevista: 9 de Outubro de 2006) reconhecem a bagagem cultural adquirida pelos estudantes. Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) chega mesmo a tê-la como a mais indicada para aceder à profissão,



invocando uma base geral cultural somada a uma formação específica no jornalismo como a junção ideal.

Uma opinião de certo modo consensual atira os alunos para um desinteresse pelo próprio material jornalístico pela falta de leitura de jornais manifestada num parco conhecimento da realidade que os cerca. Não podemos confirmar objectivamente esta premissa mas atrevemo-nos a considerá-la correcta. Eis um ponto de ataque das instituições que pode ser tido em consideração pelos alunos, tomando a sugestão de Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) de discussão das matérias divulgadas nos meios de comunicação, em disciplinas. O que é certo é que estas existem, na forma de Seminários, como afirmámos anteriormente, mas em fraco número, se contarmos as disciplinas cuja designação indicia este estudo, ou seja, Estudo Sobre os *Media*. Neste grupo temático apenas foram encontradas quatro disciplinas.

Uma outra contradição passa pelas características do acesso às licenciaturas. Desde já aplaudindo a autora a escolha do Português como disciplina comum de acesso, sendo ou não de carácter obrigatório, os jornalistas apontam o dedo às médias altas de entrada, ao mesmo tempo que reivindicam maior selectividade e exigência no ingresso, de modo a reduzir os candidatos finais aos parques lugares vagos nas redacções. O problema é que o número de licenciaturas em que a nota do último colocado ultrapassa os 15 valores se resume a quatro. Este desfasamento em relação à bibliografia consultada parece relacionar-se com o aumento do número de licenciaturas que permite uma maior distribuição de candidatos e chega a admiti-los com notas de candidatura de 10,5 valores, impossível de ser considerada alta. Este carácter atractivo da profissão e dos próprios cursos pode ser solucionado com o encerramento de alguns deles, na óptica de alguns dos entrevistados.

Entre a oferta generalizada em comunicação, tomada como tendência de criação de licenciaturas com base nas inicialmente criadas (como chegou a afirmar o jornalista da RTP na sua entrevista), dois profissionais entrevistados preferem o jornalismo, dada a sua condição de profissão exigente, como afirmou Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006). Não tendo sido recolhida muita informação junto dos entrevistados a este respeito, é de anotar a justificação de Carlos Daniel (Entrevista: 9 de Novembro de 2006) de que estes oferecem mais saídas profissionais, logo, recebem mais alunos. Somos novamente conduzidos à faceta económica das licenciaturas em estudo a juntar ao carácter apelativo e ideia romântica do



jornalismo. No entanto, pudemos notar a parca escolha pela área do Jornalismo quando é colocado no saco da comunicação, nem os jornalistas optam por esta programação que reúne áreas, a seu ver, antagónicas. Conforme afirma Marinho (2006, Novembro: 9) «Portugal inscreve-se na chamada “tradição europeia”, onde a maior parte dos projectos de ensino em jornalismo estão integrados em licenciaturas em Comunicação Social, com duração bastante superior às licenciaturas nos EUA».”

Ainda que sejam maioritariamente em comunicação, será que a constituição dos planos de estudo também aponta no sentido exageradamente teórico das licenciaturas como se fez crer até aqui na literatura? Não podemos deixar de mencionar que a nossa investigação olhou as reestruturações destes cursos e descobriu que foram realizadas para aumentar o ensino técnico e prático do jornalismo ou fazer uma maior separação entre este e outras áreas leccionadas. Chegando aos dias de hoje este estudo revelou que a distinção entre o grupo temático das Ciências Sociais e Humanas e do Jornalismo não é tão abismal como se quer fazer crer nas páginas publicadas sobre o assunto. Além disso, há uma correspondência entre a maioria das disciplinas do primeiro grupo e algumas das que são referidas pelos entrevistados, como são a Economia, a História ou a Sociologia. Noutros casos, ainda que não sejam maioritárias, existem em número significativo. No entanto, não deixa de haver falhas nos currículos, se tivermos em conta o pedido do entendimento da organização do Estado português, como aponta Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006), a História do Desporto e estudo das culturas europeias, indicada por Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), ou ainda a percepção da realidade dos *media* portugueses e internacionais, apenas verificada em dois casos. No grupo temático que mais nos interessa e o segundo mais numeroso da nossa análise, o de Jornalismo, a especialização pedida pelos entrevistados começa a notar-se pelo menos em duas licenciaturas: em disciplinas de Jornalismo Cultural, Desportivo e Económico da ESTA ou na aprendizagem do Jornalismo Regional (ramo opcional) na UTAD, como já havíamos referido. Devemos agora anunciar uma verdadeira observação por parte dos entrevistados que concordam com Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006), quando afirma que «a exigência é cada vez mais uma selecção fina, uma selecção de matéria, e a oferta ainda é uma oferta muito genérica».

Avaliando as disciplinas específicas do jornalismo, que conjugam o ensino prático, também dividido por cada tipo de órgão de comunicação, com a Deontologia e Teoria da Notícia



ou a de Géneros Jornalísticos, o seu ensino é feito, maioritariamente, a partir do terceiro ano. Esta organização parece ir de encontro à solicitação dos entrevistados, como é o caso de Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006) e Marcelino (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), cujo entendimento conjuga um afunilamento de matérias em direcção à prática em que o terceiro ano contaria já com um ensino «muito virado para a produção noticiosa» e com a percepção da vocação de cada aluno para as zonas de interesse, como afirma este último profissional. Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2004) e Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) puxam estes conteúdos para o segundo ano e Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) para o primeiro, corroborando com as opiniões de uma inserção tardia nas lides do jornalismo.

A responder à sugestão de Marcelino (Entrevista: 9 de Novembro de 2006) de conduzir os alunos à cobertura de casos reais¹⁵⁷, lembramos a série de publicações mencionadas no segundo capítulo e que formam o conjunto de jornais, rádios e televisões escolares, em conjunto com os laboratórios patentes nos equipamentos apontados pelas instituições. Também devemos ter em conta o pedido de Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) de criar nas universidades uma redacção efectiva com todas as editorias (desporto, sociedade, etc.). Estes laboratórios serão úteis (Vieira, Entrevista: 17 de Outubro de 2006) mas apoiados numa maior prática (Vilas-Boas, Entrevista: 14 de Setembro de 2006). Marcelino sugere ainda a criação de jornais temáticos escolares, sejam desportivos ou de outra especialidade. Esta prática poderá estar limitada pela insuficiência notada quanto aos equipamentos, tanto de prática do Jornalismo, como de suporte bibliográfico, estando os institutos politécnicos mais prejudicados a este nível. Parece confirmar-se a noção afirmada no primeiro capítulo de ainda haver nas licenciaturas o cunho do “lápiz e papel”.

No campo das Ciências da Comunicação, as disciplinas referenciadas pelos jornalistas entrevistados encontram-se igualmente em número considerável de licenciaturas, como a Ética e as Teoria da Comunicação e Sociologia da Comunicação, referidas por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), Vieira (Entrevista: 17 de Outubro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006). Em menor número, na categoria de Estudos Sobre os *Media*, doze

¹⁵⁷ Uma técnica referida por Marcelino, para uma maior prática, é a realização de reportagens de rua em situações reais. Caso contrário trazem para o estágio apenas a cultura e, em muitos casos, nunca fizeram uma notícia ou tiveram contacto com a realidade jornalística junto dos profissionais, ou seja, «ficam-se pelos conceitos e não obtiveram aplicação».



licenciaturas são contempladas com disciplinas consideradas cruciais, como Direito e Deontologia da Comunicação e da Comunicação Social, a História dos *Media*, às quais se juntam os Seminários tidos como importantes para Carvalho (Entrevista: 13 de Outubro de 2006) e Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006) e que ultrapassam a análise de Mesquita e Ponte (1997). Neles é difícil encontrar o conteúdo: se se trata de Seminários à semelhança dos pedidos por Silva (Entrevista: 12 de Setembro de 2006), com a intervenção de profissionais, (observado em *Complementos de Jornalismo* da UM) ou de estudo dos *Media* como é o caso da disciplina que encontramos, por exemplo, em Coimbra e que exige um olhar sobre as matérias divulgadas na Comunicação Social.

Tanto as línguas, portuguesa e estrangeira, como as novas tecnologias não faltam nos vários planos, não atingindo uma percentagem total, mas maioritária. Um outro ponto de concordância é a necessidade dos estágios e sua colocação no final das licenciaturas, cujas críticas colhidas apontam para a sua organização deficiente. No entanto, somos obrigados a referir que as críticas aos estagiários apontam mais no sentido de características pessoais e não profissionais.

E quem deverá leccionar estas matérias? É unânime a requisição da intervenção de profissionais do jornalismo na docência das matérias, nomeadamente as mais ligadas às práticas jornalísticas. A surpresa recebida passa pela importância dada aos profissionais das restantes cadeiras, como história, antropologia, sociologia, cuja formação terá de ser nessas mesmas áreas. Contrapondo à acusação profissional de rentabilização de docentes dos quadros universitários, o nosso estudo revela que quase um terço do corpo docente geral possui experiência em *media* ou jornalismo. Por saber fica ainda se esta experiência é actual ou se se trata de docentes que foram outrora jornalistas e se dedicam agora por inteiro a esta última actividade. Caso assim seja, devemos prestar maior atenção ao desejo de colaboração e estreitamento de relações a este nível, manifestado pelos entrevistados e barrada pelas exigências científico-pedagógicas para leccionar.

Englobando tudo isto somos conduzidos à questão da duração dos cursos que, na generalidade são compostos por quatro anos, quantidade apontada por três dos sete entrevistados e reduzida para os três anos que terão na adaptação a Bolonha por outros dois. Não podemos esquecer que o CENJOR é muitas vezes mencionado como centro do ensino ideal,



mas cujos cursos não vão além dos doze meses. As críticas tecidas na literatura de haver licenciaturas demasiado longas não parecem passar de mais um preconceito dos profissionais respeitante ao ensino do jornalismo e comunicação social, pois atribuem-lhes durações até maiores do que as que passarão a ter. Notámos ainda, no decorrer da nossa análise, que existe um problema de insucesso escolar, tendo chegado a apontar um ingresso antecipado na profissão como motivo, mas que não passa de uma suposição. Retomando Bolonha, Carlos Daniel (Entrevista: 6 de Novembro de 2006) acredita ser esta a oportunidade de repensar os currículos.

Tentámos ver, através da adesão ao programa *Erasmus* se havia já um desejo de mobilidade por parte dos alunos de comunicação e jornalismo. Os dados obtidos apontaram um maior interesse dos alunos das universidades em relação aos politécnicos sem ultrapassar a dezena de alunos em qualquer dos casos. Com um pé em Bolonha estão já cinco licenciaturas cujos planos de estudo mantêm grande parte das disciplinas com uma designação igual ou semelhante. Mais uma vez limitados pela análise apenas da designação das disciplinas, podemos avançar uma perda da oportunidade de Bolonha como meio de exercer uma significativa e útil reestruturação. É de notar o esforço mantido pela ESCS na introdução do Jornalismo Digital, mas negativa quanto à colocação das disciplinas ligadas ao jornalismo como opção. Conforme avançámos antes, as duas ausências principais passam pelas línguas estrangeiras e o Português nos novos planos de Bolonha. Esta parca mudança corrobora com a falta de diálogo entre o governo e os responsáveis das licenciaturas e apesar da organização de algumas iniciativas mencionadas no Capítulo I, não houve um verdadeiro debate sobre o ensino do jornalismo deixando perder a oportunidade de Bolonha, partilhando assim da opinião de Marinho (2006, Novembro) que pede um debate largado sobre o ensino de jornalismo em Portugal.

A par das licenciaturas, o corpo da universidade e instituto politécnico dá conta de alguma actividade de investigação ou de publicação de revistas científicas na área da comunicação. Volvidos 10 anos ainda se confirma a investigação insuficiente notada por Mesquita e Ponte (1997). Existe, isso sim, uma programação regular ou esporádica de congressos, colóquios ou actividades como a apresentação de livros, e que colocam uma ponte entre os alunos e o meio jornalístico e seus actores, às quais escapa a licenciatura da ESTGM



que não denunciou qualquer actividade, ou a da ESES, cuja actividade mencionada aponta, mais uma vez para um ensino mais tecnológico e virado para o multimédia. Nas universidades, a recente formação da licenciatura da UTAD apenas permite estas organizações em fase de preparação. A referida investigação apenas é mencionada por Vilas-Boas (Entrevista: 14 de Setembro de 2006), mas aqui encontramos um estreitamento de ligações entre os dois mundos e estamos em crer que existe uma maior vontade de colaboração por parte da universidade e politécnico em o conseguir. Não vimos, através das nossas entrevistas, uma iniciativa própria das redacções em organizar eventos que o permitam, centrando-se na vida redactorial, na garantia de que os jornais vendem, as rádios têm ouvintes e as televisões audiências no palco da competição mediática, a não ser pela garantia de presença nestes seminários e colóquios.

A este respeito é de atender ao docente e investigador Traquina (*in* Salomão, 2007, Maio 19) quando questiona: «Porque [é que] os estudos teóricos contribuem pouco para melhorar o jornalismo? Deve ser porque os jornalistas lêem pouco sobre eles"», acrescentando a pouca troca existente entre quem faz investigação sobre o jornalismo e quem faz as notícias diárias. Esta acusação é igualmente feita por Aroso (2007, Março):

A realização de investigação científica na área do Jornalismo só será verdadeiramente profícua quando se perceber a importância de conjugar teoria e prática. Na verdade, há bons investigadores da área do jornalismo a quem falta uma experiência prática sobre as temáticas que estudam, o que origina algumas lacunas no conhecimento da realidade. Por outro lado, alguns profissionais de jornalismo desprezam a investigação na área do jornalismo, pois não entendem que esta pode beneficiar a actividade que desempenham. Em suma, é necessário enraizar a vertente prática na actividade de investigação e valorizar a vertente teórica na actividade jornalística.

Quando Miguel Viana (Entrevista: 18 de Setembro) afirma que a Lusa privilegia candidatos com outras formações que não o jornalismo e comunicação social, não estaremos a perder tempo na formação dos jornalistas do futuro? Uma das dificuldades e limitações desta investigação deixa por responder se as considerações mais específicas encontradas na voz dos jornalistas entrevistados, tendo em conta que exigiria uma análise extremamente detalhada e



difícil de concretizar. Mas o nosso entendimento geral ao recordar todo o corpo textual é de que as apontadas ao ensino superior do jornalismo e comunicação social parecem basear-se numa série de preconceitos repetidos a cada momento sem se verificar um interesse efectivo em tornar as críticas destrutivas em críticas construtivas, numa falta de verificação das fontes universitárias e politécnicas no sentido de ver o que realmente está errado ou em falta. Também ao longo dos inquéritos percebemos uma preocupação já existente com a situação laboral dos jornalistas, mas ainda insuficiente, manifestando todos a orientação do jornalismo nos seus cursos.

Em 1904 Pulitzer (*in* Schultz, 2002: 223; Adam, 2001) afirmou que «antes do virar do século [XX] as escolas de jornalismo vão ser geralmente aceites com carácter de educação superior especializada, como as escolas de direito ou medicina». Passado um olhar sobre esta investigação, é possível afirmar que em Portugal esta profecia ainda não se cumpriu e que os profissionais ainda olham o mundo académico com alguma desconfiança. Estes últimos, apesar de organizarem uma série de palestras e outros eventos, parecem não tomar em consideração as conclusões que deles se fazem e que são produzidas com o auxílio dos profissionais.

Desafios para o futuro

- Repensar a questão das habilitações para acesso à profissão.
- Readaptar as licenciaturas sem chegar a um extremo de encerramento.
- Readaptar as licenciaturas do país, nesta área da comunicação e jornalismo, para que, no seu conjunto, respondam às exigências de especialização dos profissionais. Por exemplo, adaptando a licenciatura em Jornalismo de Coimbra para Jornalismo Económico, a de Comunicação Social do Minho para Jornalismo Político, e assim consecutivamente.
- Criar uma maior abertura ao diálogo entre os actores no palco do ensino e da prática do jornalismo.
- Estudo, nas diversas instituições, da realidade económica e de constituição dos *media*, à semelhança do que já acontece na licenciatura do Porto e de Coimbra.
- Olhar mais atentamente o mundo universitário, por parte das redacções, ultrapassando a dicotomia teoria *versus* prática.
- Olhar a opinião de um terceiro actor: o estudante.



BIBLIOGRAFIA

- Adam, G. S. (2001). The education of journalists. *Journalism*, 2 (3), 315-339.
- ANECA – Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (2004). *Libro blanco de Títulos de Grado en Ciencias de La Comunicación*. Retirado em 2006, Fevereiro 10, de http://www.aneca.es/modal_eval/conver_docs_titulos.html
- Areal, M. R. (2001). La Formación de Comunicadores - Formar Comunicadores Polivalentes. In X. Lopez (Dir.), *Jornadas sobre tendencias en el periodismo*. Madrid: Editorial Montecorvo.
- Aroso, I. (2007, Março). *Estudar jornalismo: as estranhas ligações entre a teoria e a prática*. Comunicação apresentada nas II Jornadas Internacionais de Jornalismo. Resumo retirado em 2007, Abril 17, de <http://www.ufp.pt/document.php?intStaticObjId=14848>
- Asociación de Prensa de Madrid (2005). Informe sobre la formación en Periodismo en España. In *Informe Anual de la Profesión Periodística 2005*. Madrid: APM Publicaciones.
- Azevedo, J. (2002). Entrevista Rodrigues dos Santos, “pivot” da RTP: Melhorias e exageros da TV nacional. *Ensino Magazine Online*, 50. Retirado em 2006, Janeiro 20, de <http://www.rvj.pt/ensino/2002/abr2002/home.html>
- Aznar, H. (1997). El debate sobre la profesionalización del Periodismo: de la titulación a la organización. *ZER – Revista de Estudios de Comunicación*, 3, 129-52.
- Baptista, C. (2003a). Jornalistas precisam de uma formação superior que combine teoria e prática. *Jornalismo & Jornalistas*, 16, 46-47.
- Baptista, C. (2003b). Universidade e Redacção de costas voltadas. *Jornalismo & Jornalistas*, 18, 22-25.
- Basto, F. (2006, Setembro 16). Medicina baixa a média mas continua acima dos 17. *Jornal de Notícias*. Retirado em 2006, Setembro 16, de http://jn.sapo.pt/2006/09/16/primeiro_plano/medicina_baixa_a_media_continua_acim.html
- Cádima, F. R. (2004). Virtualidades do jornalismo e jornalismo virtual: para uma análise do dispositivo da informação televisiva. In M. Rêgo, L. Sá & A. C. Matos (Eds.), *O jornalismo português - passado, presente e futuro: ciclo de colóquios, 1995-1996*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cardoso, M. R. (2003). Ensaio sobre ensino do jornalismo. *Jornalismo & Jornalistas*, 13, 54.
- Carvalho, A. (2003, Setembro). *A licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho: 12 anos depois*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga.
- Cascais, F. (s.d.). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, 85-93.



- Chaparro, M. (2001). *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva.
- Christofoletti (2005a). Para uma rede nacional de observatórios de imprensa. Retirado em 2006, Fevereiro 23, de <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/imprimir.asp?cod=346DAC003>
- Christofoletti (2005b). Decisão judicial põe fim ao vale-tudo. Retirado em 2007, Maio 22, de <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=353DAC001>
- Confederation of EU Rectors (2000). A Declaração de Bolonha. Uma explicação. Retirado em 2007, Junho 15, de http://www.aaum.pt/Bolonha/Declaracoes/the_bologna_declaration_an_explanation.pdf
- Conselho Pedagógico Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2005). *Guia do estudante 2005-2006 Jornalismo*. Retirado em 2006, Julho 20, de http://www.uc.pt/fluc/guias5_6/guia_jornal.pdf
- Correia, F. (2003, Outono). Media, jornalistas e cidadãos ...a cada um as suas responsabilidades. *Medialogias*, p. 3.
- Correia, F. (2003). Problemas e desafios de uma profissão em mudança. *Jornalismo & Jornalistas*, 16, 10-19.
- Correia, F. (2000a). Ensino e investigação: Elementos para o estudo da sua evolução em Portugal. *Jornalismo & Jornalistas*, 1, 32-33.
- Correia, F. (2000b). Mundo profissional e mundo académico: «A aproximação terá de ser recíproca». *Jornalismo & Jornalistas*, 1, 28-31.
- Correia, J. (1998a). O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas. Retirado em 2005, Abril 27, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>
- Correia, J. (1998b). Algumas reflexões sobre a importância da formação universitária dos jornalistas. Retirado em 2005, Abril 26, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf>
- Crespo, V. (2003). *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro. O Ensino Superior no Espaço Europeu*. Lisboa: Gradiva.
- Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.
- Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março (Condições Especiais de Acesso ao ensino Superior).
- Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro (Princípios reguladores dos instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior).
- Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho (s.d.). Historial e Enquadramento. Retirado em 2006, Janeiro 17, de http://www.comunicacao.uminho.pt/cur/cursos_2.htm



- Direcção-Geral do Ensino Superior (2005). *Candidatura ao Ensino Superior Público - 2005. Guias do Ensino Superior, n.º 57*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- European Ministers Responsible for Higher Education (2005). Final list of Participants. Conference of European Ministers Responsible for Higher Education Bergen, 19-20 May 2005. Retirado em 2007, Março 15, de http://www.bologna-bergen2005.no/Bergen/050519-20_Participants.pdf
- Évora, S. (2006). *A Concentração dos Media e a Liberdade de Imprensa - Conflitos entre estratégias económicas e direitos fundamentais*. Tese de mestrado inédita, Universidade do Minho, Departamento de Ciências da Comunicação.
- Fernandes, T. (2006, Janeiro). A revolução de Bolonha. *Visão*, p.90.
- Fernández, F. R. (1997). *La profesión periodística en España: regulación jurídica y consecuencias éticas.*, Tese de doutoramento inédita, Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense de Madrid. Retirado em 2006, Março 17, de <http://www.ucm.es/eprints/3744/>
- Ferreira, V. (2005). Formação em Jornalismo. Panorama do Ensino do Jornalismo em Portugal. Um tempo para aprender. *Jornalismo & Jornalistas*, 21, 10-20.
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade*, 5, 63-74.
- Galdón, G. (1999). *La enseñanza del periodismo: una propuesta de futuro*. Barcelona: CIMS.
- Garcia, L. (1994). Principais Tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses. *Vértice*, 60 - II Série, 69-76.
- Garcia, L. & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses – Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, 93-114.
- Garcia, L. & Oliveira, P. (1994). *Jornalista Português, O que é?* Lisboa: Sindicato dos Jornalistas.
- Gentilli, V. (2005). Jornalismo, a pesquisa e o ensino. Retirado em 2006, Abril 3, de <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/imprimir.asp?cod=346DAC002>
- Gomes, A. (2004, Janeiro). *Novas gerações, novas tendências*. Comunicação apresentada no Painel Renovação do Jornalismo e realidade portuguesa do VI Congresso Internacional de Jornalismo de Língua Portuguesa. Retirado em 2005, Novembro 4, de <http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=287>
- Gomes, A., Coelho, C. P., Santos, H. C., Bastos, H., Ferreira, I. D., Campos, J. A., Vieira, J., Wemans, J., Araújo, L., Bessa, L., Vilas-Boas, M. & Oliveira, S. (2003). O essencial e o acessório na formação de jornalistas (Depoimentos). *Comunicação e Sociedade*, 5, 109-22.
- Graça, S. M. (2004). O Acesso ao Jornalismo. Breve análise das principais tendências. *Jornalismo & Jornalistas*, 18, 8-16.



- Granado (2005, Maio). *O Ensino e Investigação no Jornalismo em Portugal – Alguns números*. Comunicação apresentada nas 1ª Jornadas da Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação – Jornadas de Avaliação e Reflexão sobre a LJCC, Porto.
- Guerra, J. L. (2005). A universidade na rede de observatórios. Retirado em 2006, Fevereiro 23, de <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/imprimir.asp?cod=346DAC004>
- Guillamet, J. (2001). Salidas Profesionales. Una reflexión sobre la Formación en Periodismo. In X. Lopez, (Dir.), *Jornadas sobre tendencias en el periodismo*. Madrid: Editorial Montecorvo.
- Holdorf, R. D. (2002). Necessidade e vantagens de estruturação de cursos plenos de jornalismo. Retirado em 2006, Março 10, de <http://www.saladeprensa.org/art394.htm>
- Koshiyama, A. M. (2005). *Ensino de Jornalismo Brasil - EUA: O Legado de Pulitzer nos Tempos do Capitalismo Financeiro*. Comunicação apresentada no Congresso INTERCOM 2005 - I Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação. Retirado em 2005, Dezembro 28, de <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16754/1/R1597-3.pdf>
- Lage, N. (1995, Dezembro). *Ensino de Jornalismo e actualização curricular*. Comunicação apresentada no Simpósio Goiano pela Qualidade do Jornalismo. Retirado em 2005, Maio 15, de <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-atualizacurricular.html>
- Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto (Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino).
- Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (Estabelece as bases do financiamento do ensino superior).
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro (Estatuto do Jornalista).
- Lobo, A. (2004, Novembro). O lápis azul - Pedacos de um Portugal Censurado. *A Página da Educação*, p. 24.
- Lopes, A. S. (2000). As relações entre o jornalismo e o ensino superior: evolução ou confusão. *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, 14 (1-2)*, 389-392.
- Lopez, X. (2004). Desafios na formación de comunicadores para a era dixital. *Comunicação e Sociedade, 5*, 39-48.
- Marcos, C. (2005, Outubro 5). "El outro Estatuto". *El Mundo*. Retirado em 2006, Fevereiro 20, de <http://www.elmundo.es/elmundo/2005/10/04/comunicacion/1128414173.html>
- Marinho, S. (2006, Novembro). *Reflexão sobre a necessidade de um novo paradigma para o ensino do Jornalismo: o caso da Universidade de Columbia*. Comunicação apresentada no II Seminário Internacional *Media, Jornalismo e Democracia*. Retirado em 2007, Março 21, de



https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6102/1/MarinhoS_universidadcolumbia_06.pdf

Marinho, S. & Pinto, M. (2005, Março). *Qualidade da Formação em Jornalismo: abordagem crítica dos modelos vigentes no ensino superior – linhas de um projecto de investigação*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos. Retirado em 2007, Março 14, de

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4396/1/SMarinho_MPinto_qfjorn2005.pdf

Martins, C. (2003). Degradação das condições de trabalho dos jornalistas. *Jornalismo & Jornalistas*, 13, 24-25.

Martins, P. (2003). O lugar do jornalismo na era dos conteúdos. *Jornalismo & Jornalistas*, 13, 30-32.

Meditsch, E. (2004). A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. *Comunicação e Sociedade*, 5, pp. 25-37.

Meditsch, E. (1999a). Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo académico do jornalismo. Retirado em 2005, Abril 24, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>

Meditsch, E. (1999b). Journalism as a way of knowledge: a Brazilian pedagogical experience. Retirado em 2005, Abril 27, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-journalism-knowledge.pdf>

Melo, J. M. (1998), Lusofonia midiática: a cooperação Brasil-Portugal. Retirado em 2005, Dezembro 29, de <http://ubista.ubi.pt/~comum/melo-marques-lusofonia-midiatica.html>

Mendes, F. R. (1999). A profissionalização do jornalismo no Brasil. Retirado em 2006, Março 14, de <http://www.saladeprensa.org/art40.htm>

Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco*. Coimbra: Minerva

Mesquita, M. (1995, Janeiro 20). Jornalistas – a geração da era «laranja». *Diário de Notícias*, p. 13.

Mesquita, M. (1995, Janeiro 13). Comunicação e Jornalismo (II): o admirável mundo novo. *Diário de Notícias*, p. 12.

Mesquita, M. (1995, Janeiro 6). Comunicação e Jornalismo (I): Milagre da Multiplicação dos Cursos. *Diário de Notícias*, p. 11.

Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na Comissão Social de 1974-1975. Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa. *Comunicação e Linguagens*, 8, 85-113.

Mesquita, M. & Ponte, C. (1997). *Ensino e a Formação Profissional na área do Jornalismo*. Relatório elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal. Retirado em 2005, Maio



- 15, de http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html
- Ministério Da Ciência e do Ensino Superior (MCES) (2003a). Comunicado de Berlim. Retirado em 2005, Maio 19, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Comunicado_de_Berlim.pdf
- Ministério Da Ciência e do Ensino Superior (MCES) (2003b). Um Ensino Superior de Qualidade. Avaliação, Revisão e consolidação da legislação do Ensino Superior. Retirado em 2006, Fevereiro 22, de <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/doc.doc>
- Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) (2004). Processo de Bolonha. Retirado em 2005, Maio 15, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/processo_bolonha____web_31_Outubro.pdf
- Ministério Da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) (s.d.a). Enquadramento da missão dos Coordenadores da implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, por área de conhecimento. Retirado em 2005, Abril 10, de http://www.mcies.pt/docs/ficheiros/Enquadramento_da_missao_dos_Coordenadores_da_implimentacao_do_Processo_de_Bolonha_a_nivel_nacional_por_area_do_conhecimento.pdf
- Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) (s.d.b). Orientação para a Harmonização de Estruturas de Formação. Retirado em 2006, Maio 16, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Orientacao_para_Harmonizacao_de_Estruturas_de_Formacao_0.pdf
- Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (2003). Brasil: Cursos, concluintes e matrículas no ensino superior segundo áreas do conhecimento, 1997-2003. Retirado em 2006, Março 13 de <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8504.html>
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) (2005). MCTES cria Grupo Dinamizador do Processo de Bolonha e nomeia Pedro Lourtie para presidente. Retirado em 2006, Maio 15, de http://www.mces.pt/index.php?id_categoria=67&id_item=2891&action=2
- Mory, P., Stephenson, H. & Association Européenne de Formation au Journalisme (1991). *La Formation au Journalisme en Europe*. Paris: C.F.P.J.
- Murciano, M., Real, E., Río, O. & Sabés, F. (2005). La formación de periodistas. Hacia un nuevo modelo en el Espacio Europeo de Educación. In *Informe Anual de la Profesión Periodística 2005*. Madrid: APM Publicaciones.
- Nascimento, E. (2006, Junho 1). Renovação para o ensino superior. *Correio da Manhã*. Retirado em 2006, Junho 5, de <http://www.correiomanha.pt/noticialImprimir.asp?idCanal=10&id=203588>



- Nosty, B. D. (2001). El Panorama comunicativo. In X. Lopez (Dir.), *Jornadas sobre tendencias en el periodismo*. Madrid: Editorial Montecorvo.
- Oliveira, P. (1988). Elementos para uma sociologia dos jornalistas portugueses, *Comunicação e Linguagens*, 8, pp.47-53.
- Ortega, F. & Humanes, L. (2000). Periodistas del Siglo XXI. Sus motivaciones y expectativas profesionales. Retirado em 2006, Fevereiro 8, de <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/inf/11357991/articulos/CIYC0000110153A.PDF>
- Palla, M. A. (2004). Liberdade, liberdade! A liberdade da imprensa após o 25 de Abril. In M. Rêgo, L. Sá & A. C. Matos (Eds.), *O jornalismo português - passado, presente e futuro: ciclo de colóquios, 1995-1996*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Piñon, M. D. (2001). Panorama Profesional ¿Hai Vida Fora dos Medios Convencionais? In X. Lopez (Dir.), *Jornadas sobre tendencias en el periodismo*. Madrid: Editorial Montecorvo.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: “crise de crescimento” e notas pragmáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5, 49-61.
- Pinto, M. & Sousa H. (2003). Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal. In *Journalism Education in Europe and North America – an International Comparison*. Retirado em 2006, Abril 8, de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1597>
- Pinto, M., Sousa, H., Fidalgo, J., Lopes, F. & Moutinho, S. (2004). Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo – Entrevista com o Prof. Manuel Chaparro. *Comunicação e Sociedade*, 5, 95-107.
- Ponte, D. (2005, Maio). *Reflexão sobre as Saídas Profissionais da LJCC*. Comunicação apresentada nas 1ª Jornadas da Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação – Jornadas de Avaliação e Reflexão sobre a LJCC - Universidade do Porto. Retirado em 2006, Abril 17 de <http://www.icicom.up.pt/2005/jLJCC05/jLJCC05.pdf>
- Portaria n.º 318/99, de 12 de Maio (Regime do jornalista estagiário).
- Portela, P. (2006). *Rádio na Internet em Portugal: a abertura à participação num meio em mudança*. Tese de mestrado inédita, Universidade do Minho, Departamento de Ciências da Comunicação.
- Portugal, M. (s.d.). De onde vêm os jornalistas? *Público*. Retirado em 2005, Maio 15, de <http://www.publico.clx.pt/servico/notinuse/jornalink/estudojorn.html>
- Praça, A. (2004). E, contudo, os jornais têm futuro... In M. Rêgo, L. Sá e A. C. Matos (Eds.), *O jornalismo português - passado, presente e futuro: ciclo de colóquios, 1995-1996*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.



- Programa do II Governo Constitucional. Retirado em 2005, Dezembro 14 de http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC02/Programa/
- Ramadan, N. (2001). *Reflexões sobre o ensino de jornalismo na era digital*. Comunicação apresentada no INTERCOM - XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Retirado em 2006, Abril 27 de <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4376/1/NP2RAMADAN.pdf>
- Resende, E. (2004). Sonhos desfeitos.... *Jornalismo & Jornalistas*, 18, 18-20.
- Rodrigues, A. (2003). A função jornalística. *Jornalismo & Jornalistas*, 16, 20-25.
- Rodrigues, A. D. (1990). *O Campo dos Media, discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: Veja.
- Rosembaum, Y. (s.d.). Emprego e trabalho no Brasil do século 21. Retirado em 2006, Maio 14, de <http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index1201.php>
- Salomão, M. (2007, Maio 19). Nelson Traquina: jornalistas não ligam para a teoria. *Portal Vermelho*. Retirado em 2007, Maio 20, de <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=18228>
- Salomão, M. (2007, Março 17). Sigilo de fonte gera debate em Portugal. *O Mundo – Comunicação Internacional*, 1. Retirado em 2007, Maio 17, de http://www.fca.pucminas.br/coreu/producao/omundo/artigos/comunicacao/politica_2007_01_001.htm
- Santos, S. M. (2002). As consequências profundas da declaração de Bolonha. In A. S. Pouzada, L. S. Almeida & R. M. Vasconcelos (Eds.), *Contextos e dinâmicas da vida académica*. Guimarães: Universidade do Minho.
- Schuch, H. A. (2002, Abril). *Adequação do ensino na formação de jornalistas*. Comunicação apresentada no Fórum de Professores de Jornalismo - Porto Alegre. Retirado em 2006, Março 14, de <http://www.saladeprensa.org/art393>
- Schultz, T. (2002). Does education matter? Characteristics of journalists who went to graduate school. *Journalism*, 3 (2), 223-238.
- Serrano, E. (2003). As ambiguidades de uma profissão. *Jornalismo & Jornalistas*, 16, 26.
- Simão, J. V., Santos, S. M. & Costa, A. (2005). *Ambição para a Excelência. A oportunidade de Bolonha*. Lisboa: Gradiva.
- Sindicato dos Jornalistas (2005). Abaixo-assinado pela manutenção dos cursos superiores de Jornalismo. Retirado em 2005, Dezembro 12 de <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=4014&idselect=99&idCanal=99&p=0> e de <http://www.jornalistas.online.pt/getfile.asp?tb=FICHEIROS&id=161>



- Sindicato dos Jornalistas (2003). Por uma agenda dos poderes públicos para os *media* - contributo do Sindicato dos Jornalistas. Retirado em 2005, Dezembro 14, de <http://www.jornalistas.online.pt/getfile.asp?tb=FICHEIROS&id=75>
- Soares, J. (2007, Junho 4). Muitos querem, nem todos podem. *O Primeiro de Janeiro*. Retirado em 2007, Junho 4, de <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=eccbc87e4b5ce2fe28308fd9f2a7baf3&subsec=&id=d762fc8a96831adb371bf0deacf1e9e4>
- Soares, J. V. (Coord.) (2004). *Implementação do Processo de Bolonha a Nível Nacional, por Área de Conhecimento*. Relatório do Grupo de Trabalho da Área Científica de Comunicação Social. Retirado em 2005, Maio 4, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Bolonha_Comunicacao.pdf
- Sobreira, R. M. (2003). O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media e Jornalismo*, 3, 67-87.
- Soloski, J. (1989). O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In Traquina, N. (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.
- Sorbonne – Déclaration Conjointe. Retirado em 2006, Março 19, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_da_Sorbonne.pdf
- Sousa, H. (2005). Implementação do Processo de Bolonha na área de conhecimento de Comunicação. Retirado em 2006, Abril 26, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/parecer_UM.pdf
- Sousa, H. (2004, Outubro 12). O 3+2 e a desculpa de Bolonha. *Pública*, p. 7.
- Sousa, J. P. (2004). Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI. Retirado em 2005, Junho 2, de www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf
- Sousa, J. P. (1997). O desejado – para um perfil do candidato a Jornalista pretendido pelos órgãos de comunicação social. Retirado em 2005, Maio 17, de http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-odesejado.html
- The Bologna Declaration of 19 June 1999 - Joint declaration of the European Ministers of Education. Retirado em 2006, Março 23, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_de_Bolonha.pdf
- The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education, Bergen, 19-20 May 2005. Retirado em 2005, Junho 22, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Bergen_Comunicado.pdf



The Magna Charta of University. Retirado em 2006, Março 22, de http://www.mctes.pt/index.php?id_categoria=76&id_item=2809&action=2

Towards the European Higher Education Area. Communiqué of the meeting of European Ministers in charge of Higher Education in Prague on May 19th 2001. Retirado em 2005, Maio 19, de http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Comunicado_de_Praga.pdf

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C. & Santos, R. (2001). *O jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Universidade da Beira Interior (2003, Setembro). *O ensino de Jornalismo na UBI*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga.

Universidade do Minho (2004). *Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Comunicação Social 2003/2004*. Braga: Instituto de Ciências Sociais.

Universidade Nova de Lisboa (2003, Setembro). *Apresentação do curso de Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional – O Ensino do Jornalismo em Portugal, Braga.

Zelizer, B. (1998). The Failed Adoption of Journalism Study. *Press/Politics*, 3 (1), 118-12



ANEXOS

Anexo 1 – Entrevistas aos profissionais

Manuel Vilas-Boas (TSF)

14 de Setembro de 2006

Vou começar por lhe pedir que me diga o que é que é hoje um bom jornalista de rádio, que características, tanto a nível profissional como pessoal?

As características e um bom jornalista de rádio... Como qualquer jornalista tem que ser uma pessoa amante do saber. Tem que ser verdadeiramente um filósofo no melhor sentido, no aumento da sabedoria, aquele que é capaz de aprender todos os dias, tem que ser uma pessoa decididamente humilde, na humildade nunca, mas humilde, tem de ser uma pessoa de grande de grande dedicação, de grande capacidade de trabalho, de grande persistência física e psíquica, tem que ser uma pessoa que vista a camisa do jornalismo ou a camisola. A camisa se calhar é mais para os brasileiros. Terá que ser uma pessoa de grande dignidade profissional, primeiro não o será como homem se não for uma pessoa de grande dignidade humana, tem de ser de grande dignidade profissional. De outra maneira será sempre um aprendiz falhado de jornalista.

Isto fazendo um conjunto das duas coisas. Como é que se pode tornar num jornalista assim a nível de formação, superior neste caso, que é daquilo que estamos a falar?

Como é que se pode tornar um jornalista...

Neste jornalista que acabou de me descrever, através da formação...

É inevitável que um jornalista, eu disse que tinha que ser amante do saber, portanto... Um jornalista tem que saber muito, tem naturalmente que organizar o seu saber e a passagem pela universidade poderá dar-lhe, não o saber do jornalismo, ou para ser jornalista, mas para organizar o seu saber acerca do jornalismo e de outras tantas coisas, como seja o mundo em



que vive. O jornalista é aquele que consegue... Vamos lá, independentemente de ter ou não ter um curso superior... O ter um curso superior obriga-o a ter um saber sistematizado. Se o não for, e há tantos jornalistas, a maioria dos jornalistas portugueses não são licenciados, os que estão no activo, os jornalistas portugueses, até há vinte anos, a maioria não tinham qualquer curso superior. Para já não havia em Portugal, o jornalismo, infelizmente, foi das coisas mais postergadas durante o anterior regime. Tinha a ver com o registo da censura, tinha a ver com a mediocridade do regime, que era medíocre sob o ponto de vista cultural, social e humano. Conseguia juntar várias mediocridades que fazia esse esplendor que nós conhecemos antes do 25 de Abril. E o jornalistas sofriam justamente, a partir disso, apesar de reconhecer que dentro os jornalistas portugueses nascidos nesse ambiente difícil naturalmente e compreensivelmente, conotados sempre com uma área ideológica da esquerda, porque era essa área que lhes permitia resistir e insistir numa forma de intervenção junto da sociedade portuguesa, muitos jornalistas durante o regime anterior foram autênticos heróis, constituíram-se como grandes jornalistas, como grandes senhores da palavra escrita, e hoje temos alguns nomes que vieram justamente desse tempo difícil de resistência ao regime e que apesar da sua pouca classificação académica tinham uma capacidade de expressão e de dizer através da palavra escrita, estamos a falar muito, eu estou a falar muito do tempo da palavra escrita porque a palavra rádio tem agora 60 anos, mas também estava eminentemente contornada, a televisão também vai fazer agora 50 anos, portanto, também estava muito contemplada porque tínhamos ... Apesar de na rádio termos duas sensibilidades, que era a rádio Renascença e a Rádio Clube Português, havia de maneira muito impositiva, a Emissora Nacional, e por parte da televisão tínhamos apenas a RTP, que partir de 1968 teve uma sensibilidade diferente que se chamava RTP2, com algumas coisas inovadoras mas também muito subsidiária ainda do que era a RTP. Acho que já lhe respondi substancialmente à pergunta.

Agora com todas as opções de formação que existem, qual é a formação preferível para um jornalista, uma formação de base no jornalismo e talvez uma pós-graduação numa área de especialização, ou vice-versa?

Isso! O jornalista porque exerce uma profissão de grande relevo social, de grande intervenção social, de grande responsabilidade social, o jornalista obriga-se a ser o profissional mais



completo. E para isso tem que ter formação, o máximo de formação possível. Eu vou dizer, tem que ter obrigatoriamente, como antigamente era obrigatória a quarta classe, hoje é obrigatória a universidade, para um jornalista. É obrigatório ter um curso superior, não necessariamente de comunicação social, mas acho que devia ter de comunicação social também se por ventura tiver outra classificação académica, sei lá, a área do direito, a área da sociologia que se aproxima muito do jornalismo, outras áreas que podem ser complementares de grandes saberes. Mas o jornalista tem que ter e isso que eu dizia inicialmente, tem que ter uma grande capacidade de organização do saber, e sabendo organizar o saber, saberá depois distinguir o modo de fazer notícias diferentes, sob determinados pontos de vista da sociedade, do mundo que o envolve, porque o jornalista lavra campos de grande abundância de notícias, de grandes, digamos, diferenças. Se tivéssemos de ter uma imagem do meio rural, diríamos que um jornalista é aquele que consegue cultivar no seu campo, a maior diversidade de plantas, de hortícolas, do que quer que seja que um campo é capaz de oferecer, porque vai ter que saber de muitas coisas agora, e cada vez mais, o jornalismo caminha por uma face especializada. Há jornalismo especializado. O facto de ser especializado não deve excluir o ser capaz de ler outros mundos e outras áreas, mas a especialização vai dar responsabilidade acrescida em determinadas áreas.

Seria uma especialização a nível pós-graduado?

Pode ser, naturalmente, por organização das próprias universidades, seria em pós-graduações. Há várias pós-graduações. Mas o jornalista deveria ir para a área que lhe é mais gratificante. Tornar-se-á muito mais próximo, muito mais útil, até para ele próprio, vai sentir-se bem e não irá permeabilizar um saber que às vezes não lhe é tão favorável, que não lhe é simpático. Há saberes que são mais e menos simpáticos às pessoas, conforme as suas sensibilidades e até orientações doutrinárias ou o que é que seja das suas próprias vidas, das suas próprias experiências pessoais.

E falando em ensino superior, qual seria o perfil ideal de um curso de comunicação ou jornalismo?

Há dias perguntava a uma jornalista... Jornalista ainda não é, não sei se vais ser... mas estagiária na nossa casa [TSF], ela dizia-me com grande espanto: Sabe, até Sociologia tivemos!



E eu disse-lhe: se eu fosse responsável pela tua permanência no curso, obrigava-te a repetir o curso todo desde o primeiro ano e obrigava a estudar Sociologia desde o primeiro momento e todos os anos para perceberes que a sociologia, de facto, deve ser das áreas que mais se aproxima da feitura de um curso superior. Mas é obrigatório que um curso superior de jornalismo tem que ser, numa primeira parte, propedêutico e estar aberto às várias ondas do saber, dos saberes, e necessariamente passa pelas ciências novas, pela sociologia, pela psicologia, passa inevitavelmente pela compreensão de diversas línguas, pelo menos três línguas para além da língua nacional, pelo menos no domínio do Inglês e do Francês, mas internacionalmente está considerado o Inglês como forma obrigatória para qualquer jornalista se entender em qualquer parte do mundo, não descurar o Francês porque há também áreas que se recusam a compreender o Inglês, por matriz cultural, a própria África tem algumas áreas onde, de facto, o Francês é dominante, que tem a ver com o domínio da cultura francesa em determinadas épocas. Agora o Inglês, tendo conquistado o universo comercial, conquistou também o universo da comunicação internacional. Portanto, na área das línguas, na área da Sociologia e da Psicologia, insisto. É importante o que o jornalista saiba escrever muito bem a língua Portuguesa.

Portanto, essa seria também uma área...

Seria decisiva e imprescindível ele [jornalista] saber dominar a língua portuguesa, para que não seja depois contaminador de má propagação da língua nos meios onde escreve, onde diz e onde aparece. É imprescindível que um jornalista saiba falar, é imprescindível que o jornalista domine a língua portuguesa. De outra maneira, vai ser um pobre comunicador, vai ter uma grande dificuldade em fazer passar a mensagem com a sua integridade. E é imprescindível que um jornalista domine as novas tecnologias, isso já não é possível em nenhuma área do saber, colocar-se diante de qualquer sistematização que não seja através das novas tecnologias. Essas áreas são imprescindíveis. É evidente que há uma outra área que é extremamente importante para que o jornalista tenha memória. É necessário ter uma compreensão profunda e alargada da História da Humanidade. Começando na história do seu país, e acabando na história da humanidade e na história dos povos, a história política, a história social, a história... A antropologia como forma de conhecimento das diversidades e das sensibilidades humanas... É



extremamente importante que um jornalista seja capaz de dominar também essas áreas para poder entender a diversidade até dos povos, não é? Como a antropologia bem aprofundada. De outro modo, vai ser sujeito a muitas surpresas.

E dos saberes inerentes à profissão o que é que não podia faltar?

Saber fazer uma notícia. Eu sei que as universidades não têm tempo para ensinar a fazer uma notícia a um estudante de Comunicação Social. Será semelhante um instituto superior de saberes da gastronomia que não saiba ensinar a fazer um ovo estrelado. Se um jornalista não sabe fazer uma notícia, se um estudante de Comunicação Social não sabe fazer uma notícia, acho que nunca percebeu nada do que é o jornalismo. É evidente que um curso superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, esta expressão tem várias variantes, mas é extremamente importante que as universidades sejam também pragmáticas. Para além de ensinar a sistematizar o saber, acho que as universidades deviam conduzir os seus próprios clientes, neste caso os alunos, para áreas do saber mais pragmático como obrigar, um pouco o que os médicos fazem estágios à periferia, eu acho que as universidades deviam obrigar, no mínimo, a um ano ou dois anos de estágio obrigatório e coordenado pelas universidades para que os alunos pudessem ter um contacto com a realidade. E que as próprias universidades dispusessem de meios tecnológicos para poderem introduzir os alunos de Comunicação Social na área que no final vão executar. Qualquer médico passa por todos os instrumentos que é necessário para o saber de médico e o conhecer da realização da sua própria profissão.

Estes estágios...

Deviam ser coordenados pelas universidades, comandados pelas universidades, e os alunos deviam, de facto, dar provas de que os estágios foram conclusivos na aquisição de novos saberes, saberes de modo mais pragmático, de modo mais próximo, mais prático.

Seriam estágios em órgãos de comunicação ou nos chamados laboratórios que existem?



Nos dois lados. Acho que a universidade devia iniciar aí nesses laboratórios, que deviam ser obrigatórios, e depois ser iniciados no meio da célula jornalística, que normalmente são as redacções dos jornais, da rádio e da televisão.

Só nos laboratórios, então...

Só não, porque serão sempre simulações de voo que não serão o voo real. E o voo real é sempre muito mais importante para que o futuro profissional de comunicação social, neste caso o jornalismo, seja alguém que não iniciou com lacunas a sua experiência jornalística. A propósito, deixo a observação aos alunos de Jornalismo, que percam pressa em ser acabados jornalistas. O jornalista precisa de tempo para se consolidar como tal. O tempo é decisivo, o tempo que não pode ser perdido, mas o tempo é necessário para você crescer na maturidade.

Portanto, além da formação académica é necessário...

É evidente. Ninguém tenha pressa de mais. Há, nos nossos dias, uma pressa quase inconsciente de as pessoas chegarem, verem e vencerem. Há uns fenómenos, que as pessoas pensam que aconteceram nas vidas de alguns profissionais, que foi chegar, ver e vencer. Muitas vezes que por trás desses êxitos há bastidores onde as pessoas foram preparadas. É verdade que há pessoas que são muito mais notadas do que outras e reflectem rapidamente essa sua capacidade, essa sua facilidade para determinadas áreas. Mas um jornalista revelar-se-á rapidamente com pés de barro se não tiver uma formação profunda cultural, filosófica, todas as áreas, se ele não for capaz de dominar o mundo em que vive depressa será um papagaio real.

Esse domínio é concretamente ...

É o domínio do próprio mundo em que ele vive. O jornalista... Eu não posso acreditar que haja estudantes de Comunicação Social, estagiários de Comunicação Social que não lêem jornais, que não ouvem rádio, que não vêem televisão. Não é possível.

Mas existem?

Existem. Eu já os vi, já os provei nesta casa. Que mal sabem ler jornais, que se perdem, com muita gente medíocre, pelas leituras da imprensa, dos espectáculos e das emissões cor-de-rosa.



Essa é a parte miserável do jornalismo que se faz neste país. E alguns, muitos dos candidatos a jornalismo, acho que entraram por essa via. Estão enganados, estão todos condenados ao desaparecimento.

A nível da docência, o corpo docente de um curso destes como é que seria composto? Qual seria o ideal?

Tem que ter homens e mulheres do saber e de saber. Evidentemente que há ciências que são disciplinarmente... O que eu queria dizer é que há ciências que são interdisciplinares, há saberes que se entrelaçam e é importante que estes cursos tenham bons docentes das áreas da sociologia, da psicologia, das novas tecnologias, da história, sejam grandes docentes, sejam consolidados docentes e é importante que também nestes cursos existam professores com o exercício do próprio jornalismo, sejam profissionais da comunicação social. Para além da experiência pessoal que trazem do exercício da profissão, naturalmente também foram preparados sob o ponto de vista académico e fizeram os seus cursos e executam tarefas muito concretas. Esses poderão ser os professores mais apetecíveis, sem descurar os outros que, porventura, tenham uma capacidade académica mais avolumada, um saber mais avolumado de muitos saberes, um saber constituído de muitos saberes. Aqui professores jornalistas têm a facilidade de comunicarem, sobretudo, experiências e de avisarem todo o universo de alunos, exactamente, para toda essa vida bem diferente daquela que é muitas vezes sonhada, porque quem pensa ser jornalista ou exercer qualquer função na Comunicação Social.

Porque o saber teórico nunca se aplica a 100 por cento à prática...

Não, o saber teórico, acho que dizia isso desde o princípio, o saber teórico é sempre o substrato para se poder avançar de modo concreto sobre determinadas experiências. Eu já não vou às escuras, eu sei algumas coisas e vou utilizar esse saber para depois conduzir, digamos, ao universo da entrevista, ao saber da, digamos, da realidade que eu estou a tocar. Eu tenho que saber do que falo quando falo de alguma coisa. Eu não posso ir à procura só do desconhecido. Posso ir à procura do desconhecido mas eu tenho que ter o mínimo de informação sobre o universo que piso, sobre a zona em que eu estou, e também de quem eu vou entrevistar, eu



tenho que saber minimamente do meu entrevistado para poder encontrar uma forma mais eficaz de comunicação com ele próprio.

Esta realidade do jornalismo, normalmente encontra uma série de mudanças que vão acontecendo agora a uma velocidade cada vez maior, tanto a nível da maneira de se fazer jornalismo...

É evidente.

Como é que se ultrapassa isto ao ensinar...?

É evidente que nós, neste momento, nestes dias, somos perseguidos por uma outra forma de fazer jornalismo. Apesar de estarem a chegar, um novo jornal, na semana em que estamos a falar, vai chegar aí o Sol. Não sei até que ponto um projecto destes, solipsista, de apenas um jornal, sem ter à sua volta outros meios de comunicação social como são os grupos que actualmente dominam a comunicação social, não sei até que ponto ele poderá ter êxito. Está aí, vai chegar aí para avaliarmos do êxito ou não de um projecto lançado no ano 2006 sozinho, sem outros meios concorrentes. Porque hoje, cada vez mais, a comunicação, o jornalismo, é interdisciplinar. A rádio não sobrevive sem os jornais, ia dizer que os jornais não sobrevivem sem a rádio, porque a rádio traz em primeira mão todas as notícias, é capaz de ir ao fim da rua, de ir ao fim do mundo, isso até para lembrar o grande lema desta casa em que eu estou, a TSF. A televisão tem o condão de nos mostrar os factos, as coisas, o que acontece, e hoje o jornalista já não pode fazer sozinho a notícia, já faz a notícia com um universo de dados que vêm da rádio, que vêm da televisão, que vêm da Internet, que vêm das grandes agências de comunicação que estão constantemente a vomitar informação de uma maneira sistematizada, são casas sem rosto, onde os jornalistas não têm cara, não se mostram. Os jornais ainda podem mostrar a fotografia, a rádio ainda mostra a cor da voz, as televisões mostram a pessoa toda, mas as agências vivem num quase perfeito anonimato dos seus jornalistas, nas agências têm apenas siglas, assinam por siglas, por iniciais. O jornalista não pode deixar de viver nesse universo e é a partir daí que ele vai construir a informação que, reelaborada, vai também transmitir aos outros. Para além daquela que ele possa ter, como exclusiva, o jornalista vai ter que contar, vai ter que



conferir a sua própria informação com o universo de outras informações que estão a acontecer ao mesmo tempo.

E estas actualizações, a maneira de as ultrapassar seria através da docência com profissionais?

Com profissionais... Os profissionais não podem jamais estar ausentes das universidades. Acho que houve... porque também a maioria, como dizíamos há bocado, a maioria dos jornalistas portugueses não tinham formação académica superior, era difícil fazer recrutamento entre os jornalistas para o ensino superior universitário. É preciso a presença dos docentes jornalistas para poderem ser jornalistas com maior acutilância sobre o que acontece à volta nos nossos dias. De outro modo os cursos, e eu reparei nisso e conheci estagiários durante os quase quinze anos que fui director de estágios na TSF, conheci o evoluir dos próprios alunos que chegavam com saberes diferentes e que vinham de lugares onde o jornalismo era uma presença constante nos próprios cursos superiores ou onde apenas se fazia uma (in) formação em carteiras tradicionais, onde os alunos se limitavam a reescrever ou a escrever as sebatas que os professores lhes transmitiram.

Esta experiência deu-lhe oportunidade de conseguir fazer sobressair algum tipo de instituição em específico?

Sim, eu tomei consciência que havia universidades onde o ensino do jornalismo tinha maior qualidade, vertia essa qualidade, era expressa pelos alunos que chegavam com a maior abertura, com uma leitura maior e mais aberta aos fenómenos da actualidade, aos fenómenos da informação da actualidade que chegavam mais motivados, que chegavam com um índice maior de saber, e não me custa dizer que registei a diferença entre três universidades.

Quais é que são?

A Universidade do Minho, que poderia pôr em primeiro lugar, a Universidade de Coimbra, com o seu curso de Jornalismo e uma universidade em Lisboa, a Universidade ... deixe-me ver o nome da universidade. Não é a Universidade Nova de Lisboa, apesar de também ela, pelo menos viver, acho que vive de um nome que criou inicialmente até pela, digamos que, existência quase



isolada que teve durante alguns anos, com o curso superior, um dos primeiros cursos superiores foi na Nova e foi no ISCTE, que de facto se instituíram os primeiros cursos superiores oficiais em Portugal, mas é a universidade... Como é que ela se chama?

Técnica, Católica?

Também não é a Católica. A Católica tem um curso de Comunicação Social e Cultural, optou por essa vertente, começa a estar melhor, por aquilo que eu sei, na qualidade do curso que instituiu. Inicialmente era excessivamente teórica, mas agora começa a estar melhor, melhor dirigida. Mas eu queria lembrar-me, já agora, como é que ela se chama a universidade... [Universidade Autónoma de Lisboa].

Que é que é preferível: cursos de Comunicação Social ou Jornalismo?

Eu acho que são, essas duas realidades têm também preparações diferentes. O Jornalismo, puro e duro, é uma área muito exigente. É a mais exigente de todas, porque tem, leva uma realidade que é decisiva para o comportamento, digamos, dos humanos, dos estados. O jornalismo, dito 4º poder, às vezes 1º poder, não sei em que lugar o colocar, mas é de facto decisivo no conceito (...) actualmente. E ia a dizer que é a informação que, muitas vezes manda, a tranquilidade e intranquilidade de um país ou mesmo de um universo em que vivemos. Daí que o jornalismo tenha que ter uma formação, uma orientação muito específica. Quem vai para jornalismo, sabe que vai ter pela frente, pelo menos quatro vertentes: em termos de jornalismo escrito, radiofónico, televisivo ou on-line, que é outra área que é dos nossos dias, recentíssima e começa a afirmar-se de maneira decisiva e a viver com muitos outros saberes. A Comunicação Social é um campo mais vasto porque aí, muitas vezes, se integram áreas que têm a ver com as relações públicas, com a comunicação organizada de eventos, a publicidade não deveria entrar aí mas às vezes tem portas de contacto para essa área, mas acho que quem queira estudar essa arte nobre da publicidade, que é das mais completas artes de comunicação, é a publicidade, aquela que em menos tempo consegue vender mais rapidamente uma mensagem, quer seja utilitária ou não seja utilitária, que seja do universo do mundo consumista, isso aí já são apreciações de comportamento moral. Mas também essa área devia e tem áreas específicas



de saber e que deviam ser muito bem tratadas porque são um limite de informação, são, digamos que, a jóia da coroa da capacidade de informação e de transmissão de mensagens.

Há quem diga que esta convivência destes opostos, como é a publicidade e o jornalismo, pode ser vantajoso na medida em que percebem como funciona cada um...

Na medida em que... Justamente! Agora, não vamos confundir a venda de produtos que a publicidade é capaz de fazer e de modo eficaz, com a venda de informação que o jornalismo é capaz de organizar. Porque não é por acaso, e eu como presidente do Conselho Deontológico tenho que velar um pouco por essa, será uma forma de dizer, por essa pureza que o jornalismo tem que ter diante da publicidade. Um jornalista não pode ser um publicitário. Não pode ser vendedor de produtos comerciais, apesar de essa ser uma profissão nobre. Não estou a minimizar os publicitários, pelo contrário, serão os mais criativos de todos, porventura a bater os jornalistas todos juntos. Mas o jornalismo defende áreas, tem éticas, tem deontologia, um jornalista deve exercer pela mó da deontologia que é capaz de não colocar a sua arte de comunicar da mesma maneira que se coloca a publicidade. Isto sem diabolizar quer uma área, quer outra.

Então é preferível o jornalismo em si para quem quer exercer jornalismo?

O jornalista tem que ser jornalista e o publicitário tem que ser publicitário. Se o publicitário tem que aprender técnicas do jornalismo e o jornalista tem que saber como é que se faz a publicidade, não significa que depois no exercício da profissão façam a mesma coisa. Fazem produtos diferentes e com éticas diferentes.

No entanto, a maior parcela das universidades é em comunicação social ou em ciências da comunicação. Há pouquíssimos cursos em jornalismo concretamente.

Porquê? Porque cada vez mais, e temos que chamar a atenção para isto, cada vez mais o jornalismo é uma profissão de desejo multiplicado. Há uma sedução sobre o jornalismo, e isso tem a ver com alguns bonecos jornalistas que se colocaram como, e eu dizer bonecos jornalistas não estou a faltar ao respeito às pessoas, mas são exemplares que se levantaram, um pouco



nos nossos dias se levanta o exemplo da Floribela, são seduções sobre pessoas que são grandes profissionais e que toda a agente gostaria de assumir essa figura e de ser essa figura.

Normalmente diz-se que quem entra nos cursos quer sempre ser pivot...

Quererão ser todos pivots, quererão ser todos Catarinas Furtado e José Alberto Carvalho, ou outras figuras que estejam aí no mercado da comunicação. A verdade, esse é o ponto de sedução, e acho que a maioria dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social estão peçados de gente que pensa que vai ser isso. E não vão ser nada disso, nem nada. Depois alguma coisa, e, raramente, alguma coisa interessante. Porque os excelentes jornalistas são meia dúzia, e o resto é paisagem, uma paisagem honesta, fazem o que podem, mas o jornalismo é uma área de grande competitividade e é preciso ter dotes naturais grandes, executá-los e depois ser possuidor de grande saber e de grande humildade. Sem estas duas chaves, acho que ninguém entra na porta certa.

E esta sedução acaba por criar, provavelmente...

A desilusão.

A desilusão e o excedente de licenciados...

Temos mil e quinhentos licenciados na área de jornalismo e comunicação social dos 33 cursos que existem em Portugal, não falamos só dos públicos, falamos também dos privados, e acho que ninguém ainda reparou que há uma montanha de futuros psicóticos da área da comunicação porque nunca conseguiram exercer a sua função e a sua profissão, um pouco como outras áreas também com excedente que nunca mais... o caso do Direito mesmo e de outras áreas que têm excedentes, e o jornalismo nunca ninguém reparou porque acho que deixam entradas fáceis na área da comunicação. Se há uma exigência levada ao extremo, e eu acho que é louco o extremo que levam aos dezanoves e vinte para se entrar na faculdade de medicina, acho que é uma exigência excessiva e num país que precisa de médicos deveria haver maior tolerância, mas para jornalismo que é uma área extremamente exigente, porque é que se abre a porta grande? Acho que devia haver uma maior exigência na selectividade das pessoas que querem seguir para jornalismo e, sobretudo, as pessoas serem sujeitas a tratamentos de



selecção psicológica, para se perceber que personalidade é essa que quer ser jornalista: a do mito ou a da verdade.

Isto não implicaria uma reformulação do conjunto do ensino superior de jornalismo?

Absolutamente. O ensino superior de jornalismo em Portugal tem 26 anos, tem um quarto de século. Acho que está na idade de se reformular decididamente e urgentemente, obrigando, na minha opinião, a uma maior selectividade dos candidatos, uma maior seriedade da selecção dos docentes e uma maior responsabilidade das universidades na conclusão dos cursos e na exequibilidade de lugares no meio da comunicação social. Com um acompanhamento dos estágios, um acompanhamento obrigatório, e se os próprios alunos são ainda filhos das universidades, porque é que hão-de ser eles a pagar os seus próprios estágios? Porque não há-de ser a universidade responsável, até sob o ponto de vista material, já que as propinas são pagas às universidades porque é que hão-de ser atirados para o meio do deserto morrendo muitas vezes à sede?

E que outro tipo de reestruturações pesariam aqui?

Também e já vimos que muitos cursos, muitas universidades ou faculdades não têm apoio de carácter técnico e logístico, sob o ponto de vista tecnológico, a aplicação das novas tecnologias acho que devia ser obrigatório. Nenhuma universidade ou faculdade deveria ter cursos abertos sem facultar o máximo de capacidade técnica para a execução do saber, concretamente o exercício do jornalismo dentro da própria universidade.

Dentro das suas várias variantes de ...

Justamente isso e criando ao mesmo tempo, já existem algumas faculdades que têm isso, algumas faculdades têm essas organizações de associações de estudantes, a criação de equipas de trabalho, de reportagem. Há algumas experiências muito interessantes que algumas universidades conseguem organizar e isso promoveria, digamos assim, a seriedade dos próprios cursos. O contacto com os meios jornalísticos, com as redacções, isso seria extremamente importante, logo desde o terceiro ano as pessoas deviam ser obrigadas a passar algum tempo, a conhecer, a ver como é que se trabalha nas redacções. Nós tivemos algumas experiências



dessas de gente que vinha a meio do curso passar por aqui para saber como é que se faz, como é que se realiza o jornalismo. Isso é extremamente útil para quem está, até pode ser uma oportunidade para realizar a sua própria onda vocacional.

Portanto, é aconselhável uma experiência cada vez mais cedo?

Devo dizer-lhe que uma vez tive aqui uma estagiária que esteve aqui três meses, o limite normal de permanência de estágios. A estagiária, no fim do estágio, depois de ter vindo a completar três meses, chegou junto a mim e disse-me: Olhe, agradeço muito a oportunidade que me deu para eu saber que não era aquilo, não é por aqui que eu devo seguir os meus passos, apesar da minha preparação nessa área. E está numa área abrangentemente ainda da Comunicação Social, porque está numa editora, mas não é uma jornalista porque entendeu que não ia ser o jornalismo a área vocacional e teve essa oportunidade depois de fazer o estágio.

A vossa ligação com as universidades passa simplesmente pelos estágios ou há outras colaborações?

Não. É pelos estágios. Nós, enfim, falo do tempo em que fui responsável, há três anos que não sou, nós tínhamos alguma proximidade, nós conhecíamos as universidades, havia intercâmbio pessoal e havia uma aproximação que me parece ser saudável essa aproximação, para que nós não estejamos colocados longe e que sejamos apenas um receptáculo, mas que se estabeleça a própria comunicação já que estamos numa casa da comunicação, e isso fazia-se com algumas universidades. Posso falar-lhe, concretamente, da Universidade do Minho, da Universidade Católica, da Universidade Nova, três universidades com as quais estabelecemos uma grande proximidade. Na Universidade do Minho, inclusive, algumas vezes participei na apreciação final, na nota final dos alunos mesmo na própria universidade.

Não acha que devia haver uma colaboração mais estreita, tanto a nível de planeamento dos currículos dos cursos por parte dos órgãos de comunicação social?

Os órgãos de comunicação social ... Esse é um desejo bom, mas acho que é pouco exequível tendo em conta que infelizmente a comunicação social, hoje em alguns casos, está a ser gerida



por gente que não tem sensibilidade para estas áreas. Há gestores da comunicação social que poderiam gerir fábricas de enchidos. Há outros que estão preparados para o fazer. Se esse é um bom desejo, teríamos que se calhar também prever algumas limpezas dentro do universo dos gestores de comunicação social do nosso tempo, dos nossos dias. Já agora aproveito, se o jornalista se obriga a deontologias sérias, porque é que as empresas jornalísticas também não se obrigam aos deveres da deontologia? Normalmente exercem a função como se o produto na área interessasse. E vou dizer-lhe ainda uma outra coisa. E mais importante do que o produto são as pessoas que fazem o produto. E se as pessoas não são bem tratadas, se não são respeitadas na sua essência como pessoas teremos pior património para mostrarmos um jornalismo de grande qualidade. A qualidade começa na pessoa.

Fala-se muito que o mundo académico e o mundo profissional andam de costas voltadas.

É verdade enquanto o mundo académico ainda sofre desse tempo em que ele se colocava nas tamanquinhas e achava que era o supra-sumo do saber. Os meios académicos muitas vezes tomam essa atitude de arrogância que comprometem a virtude da humildade.

Devia haver um direccionamento em relação ao mundo profissional...

Uma aproximação ao universo profissional. Porque o meio académico não existe para ser só e exclusivamente meio académico. Não existe para masturbações intelectuais. O meio académico existe para que esse saber possa ser transmitido a outros seres que, porventura não tiveram até o privilégio de pisarem esses lugares do grande saber que muitas vezes o meio académico... há um academismo que é uma da (...) do nosso tempo, ainda por cima num país que é genericamente inculto, o academismo é uma seita que tem que ser banida como a verdadeira peste do saber, e transformando o academismo não em facilitismo de venda de canudos mas da exigência do saber, primeiro, daqueles que ensinam, e depois do modo de transmissão. E, sobretudo, da capacidade que os académicos deviam ter de seduzir os seus próprios alunos para o saber. E às vezes são tão despreocupados na sua organização, que não sabem quão mal fazem, quando não se preparam nem são suficientemente competentes para poder ensinar as disciplinas que lhe são atribuídas.



Eu vou-lhe pedir agora um pequeno esforço, um exercício. Eu gostava que me construísse um curso de comunicação ou jornalismo ideal em termos de duração, docência, disciplinas.

Um curso... Nós estamos... Bolonha vem aí com três anos, genericamente, para depois mais dois anos e mais um para fazer doutoramento, não é? Eu não me importava de seguir a proposta de Bolonha. Vamos ser obrigados a segui-la porque isto é a bandeira europeia. Não sei se estamos se estamos, sinceramente, preparados para isso e tendo em conta o nosso passado pouco glorioso em matérias de saber, mas colocava-me aí e obrigaria a que os alunos estivessem num curso de jornalismo, eu vou-me cingir a jornalismo, obrigaria a que os alunos estudassem de maneira intensa sociologia, psicologia. Portanto, as ciências da alma humana. A sociologia tem a ver com o universo em que se vive, a história tem a ver com o passado e o presente, a análise política da realidade achava que era extremamente importante o domínio das, que a esta hora já o deve ter, enfim, já depois de ter feito o 12º ano, mas de qualquer das maneiras, o domínio das novas tecnologias, o domínio das literaturas.

Portuguesa e estrangeira?

Não, o domínio da língua e das literaturas. Das mais importantes, pelo menos, no universo ocidental, a literatura inglesa e a literatura francesa, sem esquecer os clássicos como forma de consolidação de muitos saberes tradicionais, têm a ver até com a origem da nossa língua. Era importante que, desde os primeiros tempos, os alunos fossem muito fortes nestas áreas de saber.

Portanto, isto funcionaria como uma introdução?

Como uma introdução. Depois era importante que os alunos de jornalismo soubessem fazer leituras da actualidade, leituras políticas, leituras das várias correntes culturais. Aqui no primeiro tempo esquecia-me também da antropologia que me parece extremamente importante. Eu acho que os cursos têm também isso, não têm?

Tanto quanto me recorde não têm.



Mas a antropologia é extremamente importante para que a antropologia pudesse ser interdisciplinar, por exemplo, com a história, para se poder perceber a qualidade do homem que nós temos. Mas depois eu acho que era extremamente importante a compreensão dos actos da cultura e dos actos da política. Era extremamente importante que isto se fizesse, porque um jornalista, ou percebe o mundo em que anda ou vai andar às escuras. Ou percebe o mundo de onde vem ou não vai perceber nada das ligações do presente com o passado. O aluno tem que saber dominar o mundo, portanto, acho que todas as ciências da geografia e dos conhecimentos que o levem a uma maior identidade do mundo que o cerca ele tem que saber necessariamente, da geografia política, mesmo da geografia simples. Às vezes fico surpreendido com pessoas que não sabem qual é a capital da África do Sul. Porque todas estas áreas vão ser áreas que todos os dias lhe hão-de bater à porta. Portanto, nada disto pode ser estranho a um jornalista. Os saberes serão orientados, necessariamente, para o exercício de uma profissão exigente. O que é que é o jornalismo? É a capacidade de ler o mundo, de ler o mundo lendo e mostrando aos outros. Ler para os outros o mundo. E se não é capaz de ler, se não percebe, se descodifica os sinais que chegam de outro lado, quer da rádio, da televisão ou do jornal, bastar uma confusão à mensagem vai chegar cheia de parasitas, como nós dizemos, e a mensagem chega toda toldada e o jornalismo perde identidade, perde lealdade e fidelidade à própria notícia e perde aquilo que é mais elementar que é ser perceptível, ser entendível, ser descodificável.

A nível dos saberes específicos do jornalismo onde é que entrariam nessa fase de aprendizagem? Desde início também?

Também, também. Devia haver continuamente num curso de jornalismo a análise da actualidade. Por exemplo, a crítica de jornais, a apreciação de telejornais, a apreciação de jornais radiofónicos, devia ser um exercício continuado, como se isso fosse tocar naquilo que é exemplar na profissão, quer dizer, vai ser para aí que toda a gente vai caminhar. Como dizia há momentos, se há jornalistas que não vêem telejornais, porque conheço não só jornalistas como professores, por exemplo, e que se perdem, como disse, muitos deles num universo cor-de-rosa. Quer dizer, é impossível. Como é possível depois perceber os fenómenos que têm que tratar e tratar às vezes com o mínimo tempo disponível porque cada vez mais a informação é carregada



de velocidade, portanto, tem que haver uma capacidade muito grande por parte do jornalista de, claramente, dizer aquilo que lhe chega às mãos e decodificar para os outros.

E as várias vertentes do jornalismo, por exemplo, nas universidades normalmente são preparadas como cadeiras semestrais e já mais para o final do curso. Isso vai então de...

Não, isto seria obrigatório, um plano obrigatório e progressivamente eu acho que, sei lá, no terceiro ano. Depois aqui, de facto, os doutoramentos haveriam de seguir especificidades do jornalismo. Acho que haveria de haver jornalistas especificamente especializados na informação radiofónica, na escrita... Era importante saber se, por acaso, o jornalista sabia escrever. Pode ser jornalista e não saber escrever, o que é inacreditável (...). Ou que saiba dizer, ou que saiba transmitir uma mensagem televisiva, onde o corpo é extremamente importante. Quando digo o corpo digo a capacidade de comunicação que o corpo tem, o corpo fala por ele próprio, o corpo fala por uma voz, fala por um rosto. Há vários elementos que são extremamente importantes. Não é preciso ser bonito para ser jornalista, é preciso é que seja capaz de comunicar com grande transparência a mensagem que tem. É evidente que se se pede ao jornalista da rádio que a voz seja porventura mais cuidada, mas também não é necessário ter uma voz de ouro para ser um excelente jornalista...

E isso também se pode ensinar não é?

Isso também se pode ensinar. Há dados que são da própria natureza, mas não é o jornalista ou a jornalista mais bonita que pode ser a melhor jornalista ou a melhor pivot. Como o jornalista do jornal, se não sabe escrever que é que se há-de fazer com o jornalista? Não interessa que saiba fazer o pino. É importante que saiba, justamente escrever, e escrever com qualidade e com qualidade jornalística. E estamos a falar especificamente da área jornalística.

Portanto, apontava-se para um ensino que actualmente se chama a pós-graduado?

O jornalismo pós-graduado que eu estava a dizer deveria a especificidade...

Numa das áreas? Numa das áreas.



Portanto seria uma dedicação maior ...

A uma das áreas. Sem, evidentemente, nunca relevar saberes de outras áreas. Mas teríamos gente habilitada de modo intenso e activo e extremo nessas áreas.

Então o ensino de cada tipo de jornalismo, chamemos-lhe assim...

Sim. E faltará ainda o online, a área das Internetes e da comunicação, das novas comunicações que estão aí a chegar não é?

Mas pode-se esmiuçar bastante e tem uma série de aprendizagens...?

Sim, específicas. Era importante que houvesse gente que soubesse muito disso. Que não fosse apenas Clínica Geral. Aliás, eu tenho partido da medicina porque entendo que é um exercício do saber muito exigente e muito sério e muito complicado, tal como é o jornalismo. Enquanto um médico é capaz de salvar o corpo, o jornalista é capaz de salvar uma comunidade através do exercício do próprio jornalismo, não é? E até é capaz de complicar a existência da comunidade através de prática de um jornalismo menos sério, como às vezes acontece... Não quero especificar nada, mas há universos do jornalismo, onde as coisas são extremamente sensíveis, como é, por exemplo, o jornalismo desportivo, onde as coisas, porque são narradas em contextos de paixão, muitas vezes são exigidas em termos de paixão também e às vezes os resultados são, no mínimo, desastrosos.

Depois aquelas áreas, como é a ética e a deontologia...

Isso devia ser... Não é por estar a exercer o cargo que estou a exercer, eu acho que a maioria dos jornalistas portugueses não sabe nada de deontologia, não sabe nada de ética e que deveria ser como no meu tempo com o latim, que tinha latim obrigatório todos os dias, eu acho que a deontologia devia ser uma disciplina de todos os dias, devia-se saber o mais possível de deontologia e de ética. Porque isso vai fazer o verdadeiro jornalista, aquele que for recoberto de ética e de deontologia, esse saberá exercer com dignidade a profissão em que está que é, repito pela enésima vez, que é uma das profissões mais exigentes do mundo moderno, sem dúvida nenhuma.



Com este tipo de dedicação também, normalmente produzem-se as teses de mestrado e de doutoramento, isto permitiria a produção de estudos também úteis à profissão?

Muito. É importante e ainda há muito pouco disso. Também estamos a falar de 20 anos, de pouco mais de duas décadas, no máximo, três décadas de saber organizado universitário. Mas é absolutamente importante que se investiguem estes anos, e estes anos são áreas de sedução para o saber. São áreas que têm a ver connosco, pelos acontecimentos, por aquilo que paira ao nosso lado, eu acho que devia ser cada vez mais intensa a investigação. Até para permitir uma outra coisa de que não falámos nunca aqui, que está fora de moda, que é a investigação no jornalismo ou/e o jornalismo de investigação, que será uma das áreas a privilegiar quando se trabalham questões de informação que obriguem a um tratamento mais demorado. Cada vez mais as redacções, porque estão isentas de gente, estão com falta de gente nas empresas, muitas delas a pensar que quando têm empresas de jornalismo estão a fazer chouriços, é importante que haja possibilidade de se fazer investigação, ou seja, que se destinem jornalistas para estarem algum tempo no campo, nas várias áreas que é necessário colocar-se para dizer melhor da investigação que se faz de casos porque cada vez mais a pressa e numa sociedade competitiva, numa sociedade de velocidade de informação, cada vez mais a verdade anda cativa, e é preciso tempo. Dizem os ingleses, «tempo é dinheiro», eu diria aqui “tempo é verdade”.

Acha que o ensino superior de jornalismo devia ser obrigatório para aceder à profissão como existe em casos internacionais como o Brasil?

No Brasil, o jornalismo académico não é tão sério quanto devia ser. Na nossa pobreza geral, nós ainda não estaremos muito habilitados a isso, mas que deveria haver cada vez mais obrigatoriedade de um curso superior para o exercício do jornalismo, eu acho que sim. Eu não gostaria nunca de me meter nas mãos de um médico que não fosse competente.

Ainda é possível ou não a entrada de um jornalista numa redacção, como esta, com um curso do CENJOR?

Eu acho que nesta casa nós nunca olhámos para o currículo das pessoas.



O que é que importa então para entrar neste mundo?

Normalmente... Vamos lá ver... Há os jornalistas que entram pela chamada porta pequena que é entrar pelo estágio, ir por aí acima, crescer e aparecer. Acho que, em Portugal, ainda é muito assim que se fazem os jornalistas: crescem e aparecem. Eu que acho que era importante saber que preparação é que tem o jornalista ou o candidato. Eu acho que houve pouca atenção porque a maioria dos responsáveis pela decisão do recrutamento de jornalistas tem uma relativa preparação académica. Nós vamos fazendo a selecção por aqueles que parecem ser os melhores.

Como é que vêm quais são os melhores?

Pela capacidade de adaptação às próprias funções, pela capacidade criativa de antes da própria profissão, pelo dinamismo. Há uma série de dados objectivos que fazem com que o jornalista se vá colocar num patamar de eficácia jornalística.

Então é preciso vê-los em actividade...

Em exercício. Porque, dificilmente, nós vamos buscar o desconhecido. Os desconhecidos são os estagiários que chegam e que se revelam ou não. Os outros, isto é um pouco, que acho perverso, é um pouco como no universo do futebol. Vão-se fazendo compras conforme o artilheiro aparece aqui ou acolá. E depois há por aqui uns «olheiros» que andam a ver, ou então vamos sabendo, olhando, vendo na televisão, ouvindo na rádio, vendo quem escreve e como escreve e vai-se fazendo. Eu acho que isto ainda não é muito sério. Andamos num universo ainda muito empírico, e ainda não exigências verdadeiras de carácter científico para que as redacções dos jornais, das televisões, do on-line, etc., estejam permeabilizadas por gente muito competente.

Acha que as universidades e politécnicos estão a formar os jornalistas que as redacções querem?

Estão a fornecer informação a muitos jornalistas que mais tarde podem vir a ser grandes jornalistas, mas fornecem informação de base. Nos últimos 20 anos as redacções mudaram a face para o melhor e para o pior. Para o melhor porque estão constituídas por gente mais nova,



gente mais habilitada sob o ponto de vista cultural e sob o ponto de vista académico. Mas não quer dizer que esses sejam os melhores jornalistas. Têm potencialidades, guardam potencialidades. Já fizeram caminhos que outros precisaram de muitos anos para o fazerem, aprendendo na vida, digamos, no quadrante da vida aprendendo muitos saberes que os outros já foram armazenando através do sistema, do tal saber sistematizado que fornece a universidade. Mas depois neste momento as redacções estão desertificadas de gente com história, com histórias de vida e com história de gente que é testemunha de muitos acontecimentos. E as redacções estão permeabilizadas de gente com menos ligações directas ao passado.

Isso também é indispensável para quem chega...

Para quem chega, até para se estabelecer um nível de confiança entre os saberes. É verdade que possa ter 30 de exercício da profissão. A verdade é que eu não sou testemunha da II Guerra Mundial e sei o que é que aconteceu na II Guerra Mundial. Mas é diferente eu saber como foi a II Guerra Mundial e saber como foi, por exemplo, a Guerra Colonial que conheci de perto. Por exemplo, as mudanças estruturais em Portugal antes e depois do 25 de Abril, que tive oportunidade, por ter nascido mais cedo, de conhecer o regime anterior e de conhecer o regime democrático em que vivemos. Tenho experiências pessoais personalizadas que eu posso transmitir a quem está próximo de mim. Os nomes, as coisas são para mim claras, enquanto para quem não teve esse contacto com a própria história viva tem mais dificuldades em distinguir. Por isso é que muitas vezes fico surpreendido e não quando alguém, e sendo aluno de qualquer estabelecimento de ensino, confunde o Salazar com o Marcelo Caetano, porque o saber é menos rigoroso. E este nosso conhecimento da história pode-nos dar um conhecimento mais rigoroso da própria história. Eu acho que as redacções, contrariamente ao que está a acontecer, deviam ser permeabilizadas da gente mais nova, mais garrida, com grande capacidade de investigação, com seriedade sobre a profissão, mas que não venham para as redacções aqueles que pensam que vão ser bonecas douradas.

Tem que haver essa ponte de ligação?



Exacto. O problema está em que as universidades criem gente com maturidade profissional suficiente ou com maturidade pessoal, com maturidade cultural suficiente para oferecer um saber que é útil. E não apenas um saber de sebtas feito. É um saber que motiva para mais saber, e isso é que é extremamente importante.

E acha que o ensino superior veio mudar alguma coisa na maneira de fazer jornalismo?

O jornalismo está melhor, é mais saudável, apesar de todas estas lacunas, de ausências, acho que o jornalismo tem mais consistência, é mais culto, mas os jornalistas mais novos não se podem embebedar com as belas prosas que são capazes de fazer, com a bela figura que possam ter diante de uma câmara, ou com a voz sedutora que possam ter diante do microfone, ou pela capacidade de organização de um *site* ou da leitura conjunta do que se passa no universo da Internet. Um jornalista dos dias de hoje vai ter que ser, regresso sempre ao princípio da minha afirmação sobre o jornalista, tem que ser maior, culturalmente falando, e tem que ser humilde no que respeita aos comportamentos. De outro modo, vai ser um jornalista frustrado. Não vai poder exhibir-se no palco que pensa que vai ocupar, porque acho que anda muita gente aí à espera de palco, e depois também vai ser um mau profissional porque não vai ser o jornalista que os tempos modernos exigem, ou seja, um homem de grande saber e de grande capacidade de comunicação.



Filipe Rodrigues da Silva (Director do Diário Digital)

12 de Setembro de 2006

Qual é o perfil ideal do jornalista para trabalhar na redacção do *Diário Digital*, tanto profissionais como humanas?

Hoje em dia, isto para dizer de uma forma muito rápida, o que era o perfil do jornalista para o *online* há sete anos hoje em dia é completamente distinto. Completamente não é bem a palavra, é distinto. Houve uma evolução, coisas que se aceitavam deixaram de se aceitar e outras que nunca nos passaria pela cabeça, há seis cinco anos atrás, hoje em dia são muito importantes.

Concretamente o quê?

Pressupõe-se, embora não aconteça, que as pessoas já venham com uma ideia de conhecimentos, por exemplo, a nível de fontes disponíveis na net, a nível de trabalho com outros programas informáticos que não apenas o Word e o Internet Explorer. Portanto, já pedimos um bocadinho mais de algumas coisas. Se a pessoas entrar aqui já com alguns conhecimentos de Photoshop, se entrar aqui com algumas ideias do que é ou deixa de ser o entendimento de uma rede global, que já não é só a Internet, já mete os telemóveis, que são aqueles serviços que, praticamente nós fazemos, para outros portais, para televisão, para o grande ecrã, também para a TMN para os telemóveis, e vai mais longe ainda. O Portugal Diário, que é um concorrente nosso, praticamente faz o *Metro*. Metade das notícias que lá estão é deles. E hoje também alimentam muita coisa, por exemplo, no site da TVI e outras vezes alimentam muitas coisas na grelha do telejornal da TVI. Mas é o grupo Media Capital que tem montes de coisas incorporadas. Outros grupos como a Cofina, porque não têm televisão, mas já fazem uma experiência de grande mistura dentro das suas publicações. Isso são outras coisas que são já exigidas, é esse entendimento global que antigamente não era preciso. Os direitos e os deveres dos jornalistas aqui são todos iguais, não mudam muito, quer dizer, as obrigações deontológicas são as mesmas. O que é preciso é uma grande capacidade de rapidez, objectividade e algum espírito de sacrifício que isso é muito desgastante, e vontade de aprender. Portanto, gradualmente, começou-se a baixar a idade de entrada. Também houve uma parcela de inovação, mas também há uma tendência para as pessoas serem mais jovens, num processo que em Portugal passa por ser a primeira opção de emprego. Depois são puxados numa



lavagem de desempenho acima do comum, quando chegam às redacções [dos jornais escritos] estão muito mais à vontade.

Portanto é necessário mais rapidez...

Tanto isto como televisão e rádio e agência. E tem de ser assim. Quem entra num frenesim de uma agência, não vou falar da Lusa que tem muita gente para o trabalho que faz, se for a uma agência internacional e vê o frenesim de informação numa Reuters e de uma... Você vê hoje o pessoal da Reuters a trabalhar, fazem aqui o trabalho de economia.

Este perfil que me construiu aqui, se calhar vai um bocado de encontro àquilo que se chama agora de «jornalista MacGuyver», ou seja, o faz tudo...

Os jornalistas sempre fizeram de tudo, sabe. Houve uma altura que se estendeu para a especialização. (...) Se hoje for falar com uma pessoa de 60 anos, que terá aí 30 e tal de carreira, ele vai dizer «no meu tempo, nem sequer se assinavam textos». O jornalista fazia sociedade, política, podia estar uma série de anos agregado a uma secção, mas depois mudava. Isso era trazer coisas positivas. Aqui também acaba por ser assim.

Mas, por exemplo, vocês não utilizam fotografia...

Não temos fotógrafos. Utilizamos fotografias que são nossas e depois temos fotografias institucionais, o que exige muita ginástica, por causa dos direitos. Mas é possível, porque quase todos os órgãos têm fotos institucionais e essas podem ser usadas. Portanto, é aí que a notícia no online, foto é uma mais valia muito relativa.

E neste perfil que me construiu, que tipo de formação é que esse jornalista devia ter, onde devia ser adquirida?

Eu fui formado na católica de Lisboa, em Comunicação Social e Cultural, e andei um ano na Escola de Comunicação de Barcelona. As diferenças, há dez anos, eram brutais. Eu trabalhei em net em 1996. Foi o meu primeiro contacto a sério com edições on-line. Mas por outro lado, na Universidade Católica de Lisboa, deram-me uma formação, a nível de conhecimentos humanos,



cultura, que talvez em Barcelona não tinha. Portanto, tive o melhor dos dois mundos, e ainda tive três anos de economia.

[Interrupção]

Estávamos a falar da formação...

Sou muito céptico quanto aos cursos de jornalismo.

Em opção como é que devia ser essa formação?

A formação de jornalismo em Portugal nos cursos de comunicação devia ser, em alguns casos, mais prática, ou seja, durante o curso já devia começar a abrir fronteiras para o mundo profissional, para as pessoas não quererem todas ser *pivots* e depois chegarem à conclusão que não é aquilo que querem. Há tanta coisa para fazer no mundo da comunicação! Acho que devia abordar algumas problemáticas que não são abordadas de forma séria. Existem cursos do CENJOR e de diversas áreas: jornalismo financeiro, jornalismo desportivo, outros temas de jornalismo radiofónico, mas já mais especializado. Isso devia ser dado nas faculdades. Porque não?

Portanto, seria possível aceitar um aspirante a jornalista com um curso do CENJOR, sem formação universitária?

Claro! Já tivemos várias pessoas e elas vieram do CENJOR, com aquele curso maravilha que eles têm de um ano e tal. É uma boa escola. O problema é o que falta a essas pessoas. A menos que sejam pessoas muito letradas ou muito dadas a ler.

É essa parte que vão buscar à faculdade?

Sim. Temos que discutir autores, conjunturas políticas, conjunturas económicas, visões... como é que uma pessoa faz isso? É que escrever notícias é uma coisa muitíssimo complicada. É muito difícil escrever uma boa notícia. Mas sem ter esse background também vamos lá. Depois somos induzidos em erro. Tanto se pode ganhar num curso de economia, ou se pode ganhar num curso de direito ou num curso de biotecnologia. Depende muito de como as pessoas interpretam



o seu papel na sociedade enquanto pessoa. Há pessoas que vêm já de direito que são muito cultas, muito interessadas, percebem de várias matérias e querem ser jornalistas.

Seria mais desejável uma formação na área de especialização e uma formação complementar em jornalismo?

Não vejo problema nenhum nisso, embora ache que os cursos de comunicação sejam importantes na vertente do estudo da comunicação. E as áreas de especialização deviam começar mais cedo, na minha opinião, com estágios, com seminários, que em Portugal existe muito pouco o contacto com do mundo profissional com o mundo académico nas universidades. E era por essa troca que as pessoas escolhem. Ou jornalismo político, ou assessoria, publicidade, marketing, jornalismo, que tipo de jornalismo.

Esse o perfil ideal dos cursos?

Acho que os cursos vão tender para isso. E acho que esta história de Bolonha vai trazer vantagens porque, ou os nossos cursos vão ficar competitivos ou os nossos cérebros vão fugir mais depressa.

Então esta é uma oportunidade para fazer esta viragem de readaptação.

Claro. Não duvide que as universidades com os novos cursos que apareceram estão à procura da galinha dos ovos de ouro. Eu contra o meu curso falo. Eu era da terceira fornada, o Nuno Eiró (...) essa primeira fornada. Três anos depois já éramos mais que o dobro e depois foi aumentar, aumentar, aumentar, aumentar. Está a ver aquele montinho? São os currículos que chegaram este mês. Fora aqueles que recebo aqui [no e-mail]. Por muito boa vontade que se tenha, as finanças (...)

Então esta situação do mercado de trabalho não suporta o excedente de alunos...

Eu vou-lhe dizer uma coisa que é muito chata para algumas universidades, mas eu neste momento eu só aceito pessoas de três ou quatro sítios.

Quais são?



A Católica de Lisboa, a Nova de Lisboa, alguns casos que venham do CENJOR e normalmente por recomendação e da Universidade do Minho. Normalmente não apanhamos muita gente cá, as pessoas normalmente ficam lá por cima. Conheço muito poucos casos de pessoas que tenham vindo cá para baixo. E há pessoas que foram para outras áreas sem ser o jornalismo.

Porque é que se destacam estas universidades?

Porque acho que são as melhores. São aquelas que são mais exigentes, que dão melhor formação. Uma pessoa da Nova é capaz de vir com uma visão, hoje em dia já não tanto, mais prática, mas depois falta talvez um cheirinho do resto. A Católica dá uma bagagem maior em termos culturais e de conhecimento, uma pessoa que argumenta mais. Falta-lhe talvez a parte da experiência, mas se for realmente uma pessoa que está talhada para aquilo, em seis meses faz-se.

E há diferenças entre as universidades e os politécnicos?

Há. Acho que o politécnico é muito na linha «a correr». Acho que a maior burrada do 25 de Abril, foi ter acabado com o ensino médio. Depois começou-se a recuperar uma série de coisas um bocadinho complicadas, mas entrou-se no facilitismo. Com esta história de termos de ter obrigatoriamente *numerus clausus* e não sei quantos licenciados, uma pessoa não absorve isto, escusam de cá vir com coisas, não absorve.

E há muitas pessoas que ficam de fora nos cursos de jornalismo, apesar desta dificuldade do mercado

Uma pessoa que quer ser jornalista não....

É aconselhável portanto uma experiência anterior ao ensino superior.

Definitivamente! Eu comecei a trabalhar andava no segundo ano.

É uma experiência que é válida?



Aprendi muito. Levei muitos puxões de orelhas, muitas reprimendas e estava no dito quadro de honra do meu curso. A média não me ia valer de nada. E hoje em dia há muitos excelentes profissionais do meu curso e nem sequer são alunos que se destacaram por aí além.

A média também não conta?

É um indicador, mas eu gosto de ver o currículo das pessoas. Se uma pessoa teve 18 a português mas teve 10 a estatística que é uma coisa básica, seu lhe der um relatório para análise vai ficar completamente às aranhas. Eu quando recebo aqui uma pessoa que não me sabe dizer quais são os cinco maiores indicadores bolsistas mundiais, nem sequer passa daí.

A economia seria um dos saberes inerentes à profissão a estar nas universidades.

Hoje em dia temos dois jornais económicos diários pagos, um gratuito, um semanário económico, todos os jornais têm secção de economia. É um segmento da população nunca deixou de comprar jornais e fui o primeiro a entrar nesta história da net, em grande escala.

Além da economia, que outros saberes não deveriam faltar num curso de comunicação e jornalismo?

História Contemporânea, temas contemporâneos, ciência política, história do desporto, que é uma coisa básica e acho que faz falta. Estou farto de ter aqui senhoras a dizer «ai não faço desporto porque não sei nada.» Só peço uma coisa básica: o resultado, quem marcou, mais nada. Só preciso de cinco linhas. Mas falta essa sensibilidade. A mesma coisa para economia. É preciso ir buscar ao sítio o valor e eles dão-nos tudo, são seis linhas, fechar Nova lorque, fechar as bolsas, o valor a variação, e se por acaso acontecer alguma coisa, está sublinhado: aconteceu isto.

Que tipo de ligações se deveriam instituir entre metodologia, a teoria e a prática, num curso?

Trabalhar com uma coisa tão fácil, tão básica como o Power Point, o Photoshop ou coisa que o valha, é essencial. Uma pessoa que chega a uma área de assessoria e não sabe trabalhar com Power Point, mais vale estar em casa.



....

A net tem muitos leitores mas não é rentabilizada.

E hoje em dia a infografia é muito utilizada, como referiu nos dez anos do jornalismo digital em Braga, no caso do 11 de Setembro, que vocês tiveram um papel importante.

Mas quando foi o onze de Março a qualidade de infografia, a rapidez como aquilo foi feito, eu fiquei completamente boquiaberto.

E vocês recorrem muito a este tipo de ilustrações?

Nós não, não temos meios para isso.

O que é que falta?

Investimento. Faltam receitas. Eu tenho mais leitores que o DN. Os gajos da publicidade ainda não perceberam. Até lá...

Voltando ao tema central, queria que me construísse, de início ao fim, um curso de jornalismo para esta redacção, em duração, disciplinas, parte prática, teórica.

Isso é muito complicado. Seria um curso de quatro anos, de certeza, a partir do segundo ano com parte prática, com estágios em várias áreas. As pessoas decidiam no segundo ano qual era a área que queriam mesmo.

E o primeiro ano seria com que tipo de cadeiras ou disciplinas?

Matemática e estatística, economia... primeiro ano, pronto isto é... Os temas contemporâneos, ciência política, informática, na óptica do utilizador. Não estou a dizer para as pessoas saberem programar. É saberem manusear aquilo que vão encontrar nas redacções. O português, obrigatoriamente. Uma coisa muito engraçada que eu tive, mas que pode ter outro nome, e que é culturas europeias comparadas ou culturas mundiais comparadas, que é uma coisa interessante e devia acompanhar o curso todo. Isto parte do pressuposto que pessoas em trabalho científico e outras coisas já deviam ser dadas no liceu. Estarmos a ler as regras do



Humberto Eco e outras num trabalho do segundo ano da faculdade para aprendermos a apresentar um trabalho é ridículo. Acho eu, mas depois devia haver coisas tão básicas como relações públicas, gestão. Uma carreira de publicidade e marketing devia ser vista pela ordem da gestão e pela ordem do espírito criativo. (...) Regras de conduta das mais diversas profissões, coisas muito básicas. Isso acompanhado de seminários: as metodologias éticas. Porque uma pessoa que trabalha, por exemplo, na área de assessoria, tem que conhecer muito bem o trabalho de um jornalista. (...) Isso e algumas cadeiras de carácter obrigatório: Inglês, Espanhol, e só os burros é que não percebem isso mas, mandaram.

O estágio devia ser logo a partir do segundo ano?

No terceiro, quarto ano, sim, um estágio. As pessoas tinham aulas de manhã e estagiam à tarde ou vice-versa.

Seriam estágios de, mais ou menos, quanta duração?

O ano lectivo. Acompanhado.

Estágios em empresas?

Em empresas, sim.

Porque há casos de cursos que os fazem nos chamados laboratórios da universidade.

Explique-me lá.

Por exemplo, na UBI...

Isso é muito bonito, mas a UBI está na Covilhã. A minha questão é: a UBI tem necessidade de ter uma faculdade de comunicação? Conheço algumas pessoas que vieram da UBI, mas aquilo que eles sabem e onde têm muito valor é que são teimosos como o raio. Porque estavam a estudar tinham que sabem fazer o (...) tinham que trabalhar para a rádio local e tinham que ir fazer o Sporting na Covilhã, e eram os tipos que estavam no relvado a fazer os comentários às coisas e assim foram aprendendo algumas coisas. Agora, nem toda a gente está disposta a isso.



Portanto, as Universidades não conseguem substituir uma redacção.

O Ricardo Araújo Pereira, dos Gato Fedorento, fundou comigo e com mais algumas pessoas, uma revista na Católica. (...) Não faz sentido nenhum, um curso de comunicação não ter um órgão para se exprimir. É como o conservatório não ter um teatro, não ter um palco para eles. A verdade é essa. Agora, quando as escolas não deixam sequer (...) Deixar que os alunos fizessem uma rádio interna feita pelos alunos (...) Porque não entregar a comunicação institucional a alunos do terceiro e quarto ano? Orientados, como é óbvio. Porque não direccioná-las para outras áreas. As universidades não aproveitam nada da mão de obra...

Mas algumas cadeiras que eu eliminava. Mas depois haveria cadeiras como teoria da comunicação, sociologia da comunicação, já levaria isso de uma forma mais breve, só para aqueles que... Seria dado sim senhor, luzes, mas por exemplo quem quisesse seguir a área académica podia seguir.

Portanto, a percentagem teoria/prática qual seria?

50-50, no mínimo, com seminários e workshops. E aquilo que, por exemplo, é muito forte nos cursos de economia e nos cursos de direito, que é o contacto com o mundo profissional. Devia haver uma rotatividade, uma maior aproximação nesse tempo. E uma coisa muito importante: os profissionais deviam dar aulas.

A nível de docência deveria haver também um pouco de interesse?

Pois. O que é que me adianta a mim ter um professor feito nas escolas nacionais, que mal fala português e que passamos metade do ano a interpretar leads e colunas. Já não se usa. Quantas linhas, quantas colunas, linguetes. Já ninguém trabalha assim. E depois não temos profissionais a explicar o que é realmente importante: porque é que a escrita para televisão é diferente da escrita para papel, porque é que a escrita para papel é diferente da escrita para revista, porque é que a escrita para revista é diferente da escrita para rádio, e aquilo que se percebe e que se lê não se faz na net, faz-se de outra forma. Porque é que a agência é diferente... Isto é que é importante. Os cursos deviam dar esta ferramenta também.



Disse-me que a partir do segundo ano haveria uma contacto com a especificação que queriam seguir. Essa especificação incluía obviamente o jornalismo digital...

Claro. Agora vou-lhe dizer quais são as diferenças entre aqui e Espanha. Na minha faculdade, onde eu estudei em 96 tive duas salas, as duas salas juntas tinham à volta de 55 computadores disponíveis para uma população estudantil que andava à volta, não chegava a 600 pessoas, 700 pessoas. Tinham três estúdios de televisão, dois estúdios de rádio. Foram capazes de fazer esse investimento. Os alunos andavam nas ruas, com as câmaras, com os rádios, com os transmissores. Andava um locutor, a fazer uma entrevista, uns trabalhos, não sabia o que gostava, pediu autorização para filmar à porta do Corte Inglês, que é proibido. Por exemplo, uma coisa dessas. Imagine que era o locutor que ia lá pedir autorização. O professor estava lá. Se fosse necessário intervinha. A vida real não se coaduna com algumas coisas.

Acha que essa é uma falha dos cursos de jornalismo e comunicação? O ensinamento a nível do digital?

Hoje em dia estou um bocado longe do que é a realidade. Acho que sempre se fizeram alguns avanços.

Eu vou-lhe dar uma ideia, apenas no ensino público...

Eu acho que a universidade do Minho estava muito à frente nisso. Na minha honestidade, e acho que agora acordou para isso, mas também digo, se o director do maior jornal português nunca questionar nada a nível académico.

Fala-se muito também, passando a expressão, que o mundo profissional e académico estão de costas voltadas.

Acho que, exceptuando alguns casos, a Universidade Católica teve uma natural e estreita ligação à Rádio Renascença. Portanto, aí nesse caso é diferente. Neste caso específico, nem me lembro de terem perguntado coisas do meu ano do meu curso, nada, nunca. (...) E a mesma coisa nos outros cursos. Não me lembro de ninguém estar a perguntar. Se há pessoas para dar online, trabalham bem no CENJOR.



E hoje continuam a apostar nos cursos, se calhar sem procurar opinião de profissionais, essa será uma das falhas dos cursos? Porque é que acha que existe essa falha de comunicação?

Por falta de cuidado. Enquanto neste país é que a maior parte das pessoas que manda em muitas estruturas do país quando quiserem ver o e-mail mandam a secretária imprimir para ler o e-mail, estamos tramados. Não há plano tecnológico que nos salve. Entende aquilo que eu quero dizer. O problema é esse.

Quais são os pontos positivos e negativos, os dois extremos do ensino de jornalismo?

O ponto mais positivo é que temos uma bagagem cultural, educacional da informação, que acho que dificilmente teria tão boa noutro sítio, e estou a falar no meu caso específico. Hoje se quiser procurar qualquer coisa seja de que matéria for, sei onde vou procurar as coisas, sei citar, sei ver, sei interpretar, sei comparar. Sei confrontar autores, sei confrontar ideias. Isso não se ganha de um momento para o outro.

E o negativo?

O negativo é a teimosia de algumas faculdades, não sei de algumas continuam assim, mas devem continuar, de não (...) à vida real. E cursos muito longos. Podiam aproveitar para estudar com seminários, pôr as pessoas a mexer, aproveitar, quer dizer. Nem todos temos de... é muito duro alguém chegar aos 23, 24 anos ser colocado numa redacção e ao fim de seis meses ou um ano sentir que desperdiçou 5 anos da sua vida porque não era nada daquilo para que realmente estava vocacionada.

(...)

Portanto, há uma falta de actualização dos próprios cursos em relação ao que se passa na realidade?

Eu hoje tenho uma noção, também porque parte da minha família é jornalista. Mas se eu soubesse absolutamente aquilo, não sei se viria para aqui. Eu gosto muito daquilo que faço. Às



tantas punha-me na economia e tinha ido para gestão. Eu gosto muito de jornalismo financeiro. Tinha tentado outras coisas.

O professor Nelson Traquina falou, nas primeiras jornadas de jornalismo do Porto, que é se não houver uma paixão pela profissão não se consegue ir adiante. É isso?

Já tivemos 90 jornalistas. Sabe quantos é que somos agora? Éramos 12 em Agosto, mas já perdemos umas pessoas. **Com a mesma quantidade de trabalho?** Com mais exigências.

O ensino superior público português está a formar os jornalistas que as redacções querem?

Sim e não. Sim porque ainda não aparecem pessoas que me surpreendam. Não, porque cada vez aparecem mais pessoas que não me surpreendem nada. Ou seja, com uma oferta cada vez maior, e cada vez menor o número de pessoas com valor para a educação que aparece. Ou seja, às tantas estamos a formar exactamente o mesmo número de pessoas válidas, ou mais. Mas acontece que esses mais que são formados diluem-se neste oceano de pessoas que aparecem por aí.

Acha que há necessidade de redimensionar o ensino do jornalismo e de que forma?

Acho que isso já foi discutido há bocado. A aproximação, aquilo que eu lhe disse da aproximação, a realidade das coisas, a falta de prática. É vital.

E a nível da quantidade de cursos que existem, que se aproxima, entre público e privado, dos 40?

Vou-lhe fazer uma pergunta? Desses alunos todos que estão aí, quantos é que compram jornais todos os dias? Quantos dos que querem trabalhar em rádio, ouvem rádio mesmo ou alguma vez ouviram a sua voz na rádio? É que isto é muito tramado. É que uma pessoa pode ser produtora. Não tem que ser jornalista. Eu não tenho voz de rádio, além de ser «sopinha de massa» e ter uma voz que às vezes varia, não tenho voz de rádio, sempre soube disso. Mesmo para televisão se eu fosse trabalhar ia para trás ia estar a editar a chefiar a produzir. Outra coisa completamente diferente: não ia dar aulas. E para algumas coisas é preciso ter lata! Eu não



tenho. Isso tudo só se descobre experimentando, ouvindo, questionando. Nós podíamos ter mercado, ter leitores, mas temos um problema recorrente. Não temos leitores, não temos publicações, não temos publicações, não temos redacções, não temos redacções, não temos gente. Não temos maneira de enfiar essa gente formada. Formamos 1000 ou 2000 por ano, recebemos 100. Que é que fazemos aos outros 1900. Não deve andar muito longe da realidade. Eu não sei se vamos ter números mas...

Esta proliferação de cursos, cada vez há mais cursos. Mário Mesquita chegou a chamar-lhe o «milagre da multiplicação de cursos», é positivo ou negativo?

É negativo. Claramente, negativo. Possivelmente porque as pessoas têm ideias diferentes de jornalismo. Eu acho que precisamos de profissionais do outro lado, e eles ainda não perceberam isso.

Entre jornalismo e comunicação social, optava por comunicação social?

Eu sei lá. Eu tenho a impressão que por aquilo que faço, optava por assessoria. Tenho jeito, gosto. A função de um assessor é estar a pôr numa folha A4 os resultados de uma acção numa empresa. Numa folha A4 você convencer um jornalista a ir a uma conferência de imprensa. As empresas deviam ter *newsletters*, mas não é o director de recursos humanos que devia fazer a *newsletter*. As empresas têm sites institucionais. Eu não percebo porque é que a EDP faz uma conferência de imprensa e não acontece como nos Estados Unidos. O Bill Gates disse boa tarde e no site da Microsoft entra o discurso, o que ele está a dizer naquele preciso momento. Julga que é o director de recursos humanos que faz aquilo, o director de pessoal? Não é, é uma equipa que trabalha aquilo, que é responsável. Nós também devíamos ter associações tipo a APIFARMA, o departamento de comunicação deles está assim porque eles são tantos que demoram quase uma semana a tomar uma decisão.

Então optaria por uma formação mais aberta, a chamada formação de banda larga?

Podemos chamar-lhe assim. E depois devia haver coisas de especialização. Porque não tirar cursos de especialização? Na área do desporto, que também começa a ser necessário, na música, na cultura.



Então o ensino pós-graduado é importante também?

Claro, cada vez mais. É muito importante.

Podia-se fazer uma formação em jornalismo ou comunicação e uma especialização numa área de interesse?

(...) Pelo menos. Não vale a pena reforçar isso.

Na comunicação entre universidades e redacções, o diário Digital já tomou alguma iniciativa de discussão junto do meio académico?

Do género... Que é que entende por isso?

Por exemplo, colaborações em conferências.

Nós tentamos sempre ir a essas coisas.

E essa colaboração também seria útil a nível de docência?

Eu acho que sim.

Se calhar também há uma barreira a nível burocrático?

Ainda por cima as escolas instituíram esta história de para se ser professor temos de ser mestre. A quantidade de gente a mais (...) que nem sequer tem um curso superior. O José Roquete não é licenciado e se o pudesse ter a dar um seminário, não queria? Tantos exemplos. (...)

Da parte das universidades já ouviu algum contacto?

Não. Vou a muitos sítios falar. Escolas primárias. Acho que também há um distanciamento muito grande dos alunos. Não entendo como é que uma pessoa quer trabalhar numa área e não conhecer as pessoas que possivelmente vão ser os seus patrões. É ridículo, não é? Você naquela reunião do Minho tinha o Diário Digital, tinha o Público, o Expresso. Estava ali representado futuramente, só de edição online, mais de 60 por cento. Onde é que estavam os alunos. Não temos gerações de atadinhos, mas estamos lá próximos. Os alunos têm muita dificuldade, a menos que esta gente me surpreenda de forma brutal.



Estão a estudar uma semana e durante uma semana fazem seminários e no final tem de se apresentar trabalhos. Você mete fulano tal e aparecem meia dúzia de gatos-pingados, que às tantas são aqueles que têm realmente interesse. São gerações perdidas, é muito triste.

E porque não marcar uma posição a nível de implementação e qualificação de currículos escolares, haver uma maior diálogo?

E as universidades estão dispostas a isso?

Então há uma falha a nível de discurso e então aponta mais as «culpas» às universidades, há pouca abertura?

[Acena que sim]. Deviam estar. Acho que as universidades têm obrigação de formar, e estão a vender gato por lebre.

Acha que deve haver ensino obrigatório para aceder à profissão?

Um exame?

Ter uma licenciatura em comunicação e jornalismo para poder ser jornalista.

Não. Acho que devíamos ter uma ordem que se devia fazer exame, ter x anos de experiência e haver um parecer dos colegas, alguém responsável para dizer, sim senhor, esta pessoa está habilitada para ser jornalista, e para ter algum valor, não ser uma anedota como hoje em dia.

Qual é a formação dos jornalistas do Diário Digital no geral?

Economia, comunicação. São as áreas que neste momento estão cá.

Acha que o ensino do jornalismo mudou alguma coisa na forma de se fazer jornalismo?

Isso é uma pergunta para tese. Muito complicada.

(...)



Miguel Viana (Director de Informação da Lusa)

18 de Setembro de 2006

O que é que é hoje um bom jornalista de agência? Que características pessoais e profissionais é que tem?

Um jornalista de agência, falando de uma agência como a Lusa, que é preciso ter a noção de uma coisa, nós somos uma agência grossista, ou seja, nós fornecemos notícias, na quase maioria apenas em texto, mas também sons para rádios e imagens para televisões. Somos uma agência cujo carácter multimédia está agora embrião. Nós fornecemos as notícias para outros órgãos, e não para o consumidor final. Há outras agências que fazem e que têm linhas abertas para quem quiser consultar e sites abertos onde quem quiser ir pode ir e consultar. Temos, sei lá, desde a Rádio Voz no Brasil, e algumas agências europeias. E, portanto, a Lusa não é. A Lusa é uma agência que funciona para órgãos que vão chegar ao consumidor final, seja esse consumidor final o ouvinte de rádio, o telespectador, ou leitor dos jornais ou o navegador de sites. E, portanto, nós trabalhamos, não directamente para o consumidor final, mas para outro... e portanto, digo-lhe que o actual jornalista de agência tem que ter muito presente, quando trabalha na Agência Lusa, que está a trabalhar para outros órgãos de comunicação, para as suas necessidades, para as suas políticas editoriais, mas também para os seus horários, para os seus ritmos, para as suas rotinas, ou seja, não... sobre qualquer acontecimentos, sobre qualquer notícia, tem que se ponderar muito bem desde a hora a que se põe esse material em linha, como a forma como ele vai editado, desde a forma em que lemos os textos, mas o texto é um bom exemplo, o tamanho que tem, a abordagem que faz ao assunto, a forma como ele é dividido em um ou diversos *takes*. E não imaginar, e não agir como se estivesse a trabalhar para um público imaginário, ou como se houvesse um valor quase metafísico em que a notícia estivesse na linha o melhor possível, independentemente da hora do dia ou da noite. Não deve ser assim. Nós devemos pensar que estamos a trabalhar para esses órgãos e, portanto, temos de pensar que estamos a trabalhar, se há uma notícia qualquer vamos às mais elementares. Há uma notícia que cai um prédio, nós devemos pensar imediatamente em três clientes, ou dois clientes: as rádios e as televisões. Devemos pôr um *flash* imediatamente. Uma coisa é pôr um *flash*, e pôr uma linha a dizer assim: caiu um prédio na rua assim-assim, no tal bairro da tal



cidade. Para as televisões, isto é tudo o que elas necessitam. Se o jornalista, pelo contrário não o fizer e preparar e tentar arranjar mais informação, tentando averiguar se houve ou não pessoas debaixo dos escombros, tentar ligar para os bombeiros, ligar à polícia ou obter um comentário qualquer da Câmara Municipal, imaginemos, e puser, não este *flash*, mas puser uma notícia mais completa passado meia hora, quarenta minutos, uma hora, ele não está a prejudicar o público dos jornais, e são muitos, no caso da Lusa, são os nacionais, os regionais, são os espalhados pelas comunidades portuguesas no estrangeiro. Mas está a prejudicar dois clientes, vá lá três, se juntarmos aqui os sites, que também privilegiam muito a rapidez, não está a agir da melhor maneira para esses clientes para que trabalhe.

Portanto, além ...

Portanto, o tentar fazer logo a primeira notícia o mais completa possível não exprime bem o espírito que deve ter a agência. A primeira característica é agir em função dos clientes que tem, que têm vários registos, dando primeiro um *flash*, tendo depois uma notícia muito rapidamente, porque há clientes para quem a rapidez em ter a informação mesmo que não seja muito completa, tê-la em tempo útil é fundamental, e depois a seu tempo, dependendo das horas a que são, ele ter de a preparar para os jornais ou para as revistas que possam também usar o nosso serviço. Ou seja, se for a pensarmos nos jornais, se forem onze da manhã ou até duas da tarde ele ainda pode gastar mais uma hora a compor o seu texto. Se forem cinco da tarde, ele já não deve demorar mais tempo porque os jornais têm a essa hora as suas páginas, se não fechadas, pelo menos já desenhadas e com outros assuntos e irá causar-lhes um grande transtorno se a informação, apesar de mais completa, chegar demasiado tarde. Portanto, atenção para o público para que se está a trabalhar, porque no nosso caso, não é o consumidor final, são os órgãos de comunicação. Depois, claro, entra a objectividade, equidistância, imparcialidade, não ceder à tentação de dar o ar da sua graça nas peças que está a fazer. O jornalista de agência pode ser interpretativo, mas tem limites nessa actividade interpretativa que, por exemplo, os jornais ou as revistas já não têm. Nós acho que não devemos interpretar, não devemos ser secos, devemos é procurar uma redacção tão atraente quanto o possível, devemos referenciar algum background nos nossos textos, mas a interpretação nunca deve exceder o que é objectivo. E cada vez mais, isto falando daquilo que é elementar, olhando agora um pouco em



relação ao futuro, cada vez mais o jornalista de agência terá que ser um jornalista multimédia, ou seja, quando está a fazer cobertura de determinado acontecimento deve ter junto de si um gravador digital, deve ter no seu computador um software e que neste momento é bastante elementar para editar esse som que consegue redigir e enviar para a sua agência para que ela o disponibilize as rádios que forem clientes e progressivamente terá também em sua posse, uma câmara digital com que não sempre, mas que sempre que seja conveniente, possa utilizar para filmarmos o que pode ser utilizado nos sites ou pelas televisões como complemento à notícia que dá. Não estamos a dizer que isto deve ser a regra, mas ele deve dispor dessa capacidade, claramente. Isso é o que deve, no futuro a maioria dos jornalistas em cada agência serão jornalistas multimédia, jornalistas que trabalham habitualmente com várias ferramentas de comunicação.

Há tempos falou-se numas jornadas da comunicação na definição do jornalista «MacGuyver». Seria esse o caso?

Alguns haverá, e esses são muito bons. Não somos todos iguais nem todos fazemos a mesma coisa, mas nós dentro de uma agência, tal como em qualquer redacção, há trabalho para jornalistas com diversos perfis. Isto é que faz uma equipa. Nós também temos que ter nas agências o jornalista MacGuyver, muito bem, mas também o jornalista de fontes, é fundamental numa agência que nós lideramos (...) de informação, e termos fontes que dêm informação exclusiva em primeira-mão. Temos que ter jornalistas que organizem bem dossiers, e portanto, que dominem o assunto exaustivamente e que o consigam descascar e vão até aos seus antecedentes às suas origens com grande facilidade. Temos jornalistas mais vocacionados para a reportagem, outros que identificam com muita clareza o que é notícia, alguns fazem, têm uma propensão maior para as entrevistas, para trabalhos com mais fogo (?), enfim. Uma agência não pode ter um só tipo de jornalista. O tipo MacGuyver, é muito importante, mas não é o único,

Como é que uma pessoa que quer ser jornalista, se pode tornar neste tipo de jornalista a nível de formação, que tipo de formação deverá ter para chegar a este tipo de características?



Uma qualquer. Aliás, eu sou da opinião de que os jornalistas não devem fazer cursos de jornalistas. E isso não é por causa de ser a minha experiência pessoal, que venho de outro curso. Posso falar do primeiro jornal em que trabalhei profissionalmente, a tempo inteiro, que foi o *Público* do Porto, nós temos pessoas com formação académica das mais diversas origens. Tínhamos pessoas que tinham estudado germânicas, portanto inglês, alemão, tínhamos pessoas que tinham estudado medicina, psicologia, economia, história, direito, filosofia... deixe cá ver se me está a escapar alguma das formações... Seguramente estas... Românicas, certamente, francês, inglês, isso tudo. Nas letras acho que preenchíamos isso tudo. O que é que eu acho importante numa experiência académica é que se utilize o estudo sistemático e aprofundado de determinadas matérias, e todo o exercício, toda a capacidade daria para investigar, e portanto, para ter uma compreensão aguda sobre determinado problema, e essa capacidade, ela exprime-se melhor em cursos, em disciplinas que não são excessivamente genéricos e que não têm a preocupação de dar uma visão demasiado genérica do mundo. Agora estou-me a exprimir mal. Esta última frase não é o que eu quero dizer. Eu não creio que haja utilidade em organizar cursos para jornalistas em que eles tenham um contacto leve e às vezes até meramente episódico de determinadas matérias. Acho que isso não estimula o melhor da capacidade dos alunos. Pelo contrário, o que estimula o melhor a capacidade das pessoas, estudem elas o que estudarem, é o estudarem aprofundadamente determinada matéria, e a investigar de uma forma sistemática e radical quase, e é esse exercício e essa capacidade que a maior parte dos cursos não conseguem desenvolver que podem criar, em qualquer dos cursos, bons jornalistas e podem usufruir dessa capacidade. O terem estudado ou cursado um curso eminentemente genérico e multipolar como é o jornalismo não tenho nada a convicção que seja a melhor forma de formar academicamente bons jornalistas, porque quanto à técnica específica do jornalismo, é uma técnica que se aprende em pouquíssimo tempo. Para quem teve uma cadeira de técnicas jornalísticas no secundário, a técnica de determinado jornal, site ou revista ou televisão para onde vai trabalhar aprende-a em semanas, no máximo em alguns meses. E portanto, não vejo nenhuma utilidade em estar a dar essa parte técnica ou técnico-profissional logo na universidade. Acho que a universidade é para outras funções, é para outros objectivos, é para nos estimular a investigarmos e a estudar alguns assuntos até à exaustão, até ao limite.



Uma forma mais adequada seria então um curso numa outra área e talvez uma pós-graduação em jornalismo? [careta] Nem tanto...

Eu sinceramente não vejo, sem demérito para quem está a fazer uma tese de mestrado sobre o jornalismo, eu não vejo vantagem nisso, porque acho sempre quando vejo alguns trabalhos académicos sobre jornalismo, que são trabalhos sob o ponto de vista académico demasiado pobres. Nós cuidamos é do corriqueiro, é do quotidiano, é do normal, ou seja, não dá para termos uma experiência que seja muito válida do ponto de vista académico. Deixe-me cá ver, concretizar, dar um exemplo muito contemporâneo daquilo que estamos a falar. Ainda hoje as manchetes dos jornais são sobre o discurso do Papa na Universidade da Baviera. Esse discurso pode ser lido, não é? Pode e deve ser lido! O curso de jornalismo dá pouquíssimas chaves de interpretação à intenção final do Papa ao fazer aquele discurso. Eu tenho o curso de filosofia, entendo muito melhor o que quer dizer o Papa do que se eu tivesse tido qualquer pós-graduação em jornalismo.

Ainda é possível entrar numa redacção com o 12º ano e um curso do CENJOR?

É. Quer dizer, não é tanto como noutro tempo. No meu tempo, na fundação do *Público* isso foi completamente fácil. Nós na maior parte éramos jornalistas com os cursos inacabados e até eram pessoas, como por exemplo no Porto, o Jorge Marmelo que tinha precisamente 17 anos, fez só 18 já no serviço e, portanto, tinha precisamente acabado o 12º ano. Isso não o impediu de ser um excelente jornalista e um belíssimo escritor, já com para aí dez romances publicados nesta altura. Mas começou dentro do jornalismo assim, e passou à frente de muita gente licenciada. Neste momento seria um pouco mais difícil.

Mas não era impossível...

Não era impossível, ou seja, não entraria directamente para o estágio formal numa grande redacção, sempre teria dificuldade em aceder não tendo isso, mas por exemplo, se começar a sua carreira como correspondente ou uma pessoa com trabalho à peça sobre determinado assunto a acompanhar um clube que jogue na primeira liga ou na liga de honra, por exemplo, ou acompanhar um outro assunto qualquer muito particular, ele poderia por aí começar a



aproximar-se de uma redacção e entrar na carreira jornalística. Portanto, ainda é possível, mas já não é com a facilidade que era há 16 anos.

Muito por força também desta lógica da existência de cada vez mais cursos, não só de jornalismo, mas... é quase obrigatório que uma pessoa que acaba o 12º ano ir para o ensino superior...

É, aliás, em Portugal, tem um nível de afluência do ensino superior em Portugal é muito inferior ao da média europeia, é dramaticamente inferior ao da média europeia, tal como o número ou a percentagem dos cidadãos que concluíram o curso secundário. Temos que subir em qualquer um desses níveis. É essencial para o país. Agora, o que eu não considero uma vantagem, bem antes pelo contrário, é que as novas gerações que começam a ocupar os seus lugares nas redacções sejam quase exclusivamente constituídas por alunos de comunicação social ou cursos ligados ao jornalismo. Acho que era muito mais enriquecedor as redacções serem constituídas por pessoas de diferentes formações académicas.

A existirem os cursos de jornalismo, que existem...

Desculpe lá estar a dizer-lhe o que estou a dizer... Mas eu não posso...

Claro, eu quero que diga exactamente o que acha... A existirem, qual é que seria o perfil desejável de um curso de jornalismo, em que áreas de formação devia incidir, que tipo de docência devia ter?

Essa é uma pergunta que eu acho que não devo responder. Porque se, justamente, eu acho que as pessoas devem escolher um aspecto, uma disciplina de saber, e aprofundá-la ao máximo e ganhar competências nessa investigação ao máximo, seja ela a biologia, a química, a matemática, a física, as literaturas, apostar completamente e usufruir dessa concentração o máximo daquilo que uma experiência académica pode dar, depois é um bocadinho incómodo eu ir-lhe dizer como é que devia ser um curso. Depois também daquilo que eu acho é que as pessoas deviam concentrar-se na sua experiência académica nisso, e depois tendo o bichinho do jornalismo podiam transportar o enriquecimento que essa experiência académica lhes tinha dado para a sua profissão. Assim, sendo... isto é o que eu penso. Adaptando... Já que existem



curso, que foi a sua pergunta, torná-los o menos genéricos possível, tentar fugir à tentação de serem cursos que toquem o máximo de instrumentos ou de áreas do saber. Pelo contrário, eu acho que se devem concentrar áreas cada vez mais específicas, eventualmente com um sistema de opções que as pessoas entrassem e, portanto, umas optassem num determinado momento por se formar mais em jornalismo económico, em jornalismo desportivo, ou em jornalismo político, ou em jornalismo de ciência e tecnologia.

Já começa a existir...

Agora, se me perguntar: é melhor um curso sobre jornalismo de ciência e tecnologia ou tirar um curso tecnológico ou científico, acho que é muito melhor tirar um curso que seja engenharia química ou seja física nuclear, acho muito mais interessante. Porque depois, para ser um bom jornalista não é preciso ter... ter um conhecimento muito específico sobre determinada área. Eu licenciiei-me em Filosofia e também poderia ter sido um jornalista que trabalhou, no início da carreira, em política, depois na sociedade, e mais ultimamente na economia, primeiro na macroeconomia e depois a chamada micro economia que é das empresas e dos mercados financeiros, nomeadamente. E para ser um bom jornalista nesta área, e fui, da classe onde (...) perante um bom jornalista, não precisei de ter uma formação específica nessa área. Agora, se tivesse tido uma formação específica nessa área, eu teria sido melhor e teria sido mais rapidamente um jornalista bom nessa área, mas depois teria todas as outras que fiz, eu teria a mesma dificuldade. E é uma coisa que se pode aprender rapidamente e acho que é sobretudo... as universidades podem dar ao jornalismo pessoas que tenham tido uma experiência completa, independentemente do curso que se tire, que eu sinceramente não acho relevante.

No entanto, assiste-se cada vez mais... é praticamente o curso da moda. Tem médias elevadas, há cada vez mais cursos, que é que se podia fazer em relação a isto?

O quê? Para o jornalismo sair...

Mais rico...



Para o jornalismo sair de moda... Se calhar não há hipótese, se calhar terá de ser o próprio mercado de trabalho a regular essa matéria. Ou seja, obviamente não me parece saudável que haja uma área académica a produzir muito mais licenciados na área do que a máquina económica consegue absorver. Eu pensaria a mesma coisa a respeito dos engenheiros mecânicos ou dos biólogos ou dos psicólogos. E, portanto, acho que isso cria algumas dificuldades. E devo dizer, dado que os cursos de jornalismo são particularmente genéricos, as pessoas que não encontrarem um lugar nesta profissão específica, e muitas não encontrarão, terão dificuldades acrescidas porque não têm nenhuma competência particular para trabalhar em área nenhuma, coisa que já não aconteceria se tentassem o jornalismo mas tivesse outra competência noutra área... sei lá... gestão, economia, uma ou outra engenharia.

De qualquer das formas disse-me há bocado que, a existir, exigiria uma especialização cada vez maior...

Acho que sim, isto para rentabilizar a experiência académica. Ou seja, quando nós estamos numa universidade e só tratamos dos assuntos mais ou menos por arranho, eu acho isso sinceramente um desaproveitar da experiência académica. Imagine, agora falando da minha área, da filosofia. Eu tive um prazer de estudar filósofos com uma atenção e uma particularidade e com intensidade que, obviamente, num curso de jornalismo, apesar de os mencionarem e dos estudarem, entre aspas, nunca podem aprofundar as matérias em si. A mesma coisa em relação a bioquímica, em relação a medicina, a qualquer outra ... ou à arquitectura. Nós podemos tocar essas áreas num curso de jornalismo, mas será sempre pela rama e eu acho isso uma forma de desaproveitar aquilo que pode ser uma experiência universitária, que é a do ponto de vista da investigação e do conhecimento ou puder ser sempre uma experiência radical, para nós mergulharmos fundo num determinado assunto. E acho que o jornalismo tem esse problema.

Já passou por alguns órgãos de comunicação...

Já passei por muitos. Eu sou o jornalista da minha geração que já passou por mais. Não sei se tem o meu currículo...



Já vi mais ou menos...

Já corri muito. Não conheço ninguém que tenha estado em tantos sítios como eu.

E em todas essas empresas, concerteza já teve contacto com muitos estagiários de várias instituições. Que é que lhe pareceu? Havia alguns que se destacavam?

Agora sem peneiras, agora falando a sério, os que se destacam são os da Universidade do Minho. Destacam-se , realmente há uma capacidade ou de selecção ou de formação melhor. Isso aí é incontestável. E não digo isto para ser simpático. Os de Braga distinguem-se.

Tanto que foram considerados pela Federação das Universidades Portuguesas como o melhor curso.

Não sabia mas não tenho dúvidas sobre esse resultado. Que é que eu posso dizer mais... Se me perguntarem se a qualidade dos estagiários que chegam é boa, eu digo: é. Academicamente é gente apta, capaz, gente com grande capacidade. Se eu acho que resultam em jornalistas melhores do que aqueles que vinham de outras áreas nas gerações anteriores, tenho a maiores dúvidas, porque na geração anterior tínhamos pessoas que tinham tido uma formação menos baseada em generalidades. Isso enriquecia as redacções. Na Nova... Pertença a um tipo de redacções, final dos anos oitenta, início dos anos noventa. Nas redacções nós aprendíamos nas conversas que tínhamos com as outras pessoas, que conheciam domínios de saber muito melhor do que nós, e com perspectivas muito interessantes fossem elas relacionadas com economia, com ciência, com relações internacionais, com política nacional, com direito havia um diálogo muito enriquecedor porque toda a gente sabia mais sobre determinados assuntos. Actualmente, as redacções sobretudo a nova geração, sabe toda a gente a mesma coisa. Toda a gente estudou os mesmos autores e todos pela mesma rama e só pela rama. Isso não me parece ter sido o melhor. Se neste momento, nas candidaturas, se me derem a escolher aqui na Lusa candidatos a estagiários pessoas que venham de outra formação que não seja o jornalismo, terei uma simpatia imediata por admitir essa pessoa.

Ainda existe essa vertente? Ainda lhe chegam cá candidatos de outras áreas?



Aqui na Lusa ainda não aconteceu. Noutros órgãos em que estive sim, até há poucos anos apareciam pessoas que vinham sobretudo da área económica. Porque um dos mercados que no jornalismo ainda continua a ter capacidade é a economia, o mercado económico, tal como no desporto. São os dois mercados mais activos, o da economia e do desporto.

Portanto, uma pessoa licenciada em economia teria grande aceitação ainda no mundo do jornalismo?

Uma pessoa licenciada em Astrofísica, teria logo... Palavra de honra, sinceramente, não tinha a menor dúvida. Em medicina, não tinha a menor dúvida, em biologia, em física molecular. Nenhuma, mas absolutamente nenhuma. Contratava hoje, sem pensar. Tenho aqui a área, quando eu falei aqui de Física Nuclear, estou a reorganizar o noticiário de Ciência e Tecnologia, diga-me o que é que me convém... Chegam-me cá pessoas da universidade do Minho ou de Lisboa ou de Coimbra, é pá... qual é que é a vantagem que eu tenho do curso dessa pessoa para aquele noticiário específico. Duvido que ela ficasse condenada a ser jornalista de ciência e tecnologia o resto da vida, mas podia começar ali e podia naquele campo, levar a sua capacidade muito mais longe. Pôr a Lusa a entrevistar directamente grandes professores dos Estados Unidos, África do Sul, Londres, Austrália, Japão, China. Ou seja, ela dá-me logo uma visão do mundo naquela área. E depois, tal como aconteceu comigo, que comecei na política e acabei na economia, passando pela sociedade, fazendo serviços no desporto e noutras áreas, ela podia variar o seu modo de fazer jornalismo, mas para já (...) uma capacidade de compreender e de me chamar a atenção para o que é que pode ser notícia naquele mundo que uma pessoa com muito boas notas e com capacidades chegada dessas universidades não me pode dar. Mas isto que é válido para a ciência e tecnologia, também é válido para a economia, para, dentro da sociedade, a saúde, a educação, a justiça, a segurança interna. O que é que uma pessoa treinada em generalidades, em coisas pela rama pode trazer de lá fora a uma redacção.

Isso não cairia num discurso demasiado específico que seria mais ou menos imperceptível para o cidadão comum?



Estamos a falar em jornalismo. Eu nunca escrevi nenhum artigo em nenhum dos órgãos em que trabalhei como escrevia as respostas dos exames que fazia em Filosofia em Coimbra. Se uma pessoa que tem essa formação queria vir para o jornalismo é para partilhar essa informação com a generalidade das pessoas.

Tem que adoptar uma linguagem comum?

Exactamente! Se quisesse um *soundbite* eu diria que eu teria um jornalismo que seria elitista na formação mas popular na sua difusão. Agora, há também lugar para órgãos que sejam elitistas na sua coisa. A Nature é um exemplo. Há também lugar para esses, agora, aqui na agência eu não defendia isso. Eu defendia o pegar-se numa grande descoberta científica, de uma grande complexidade e explicar a importância que ela pode ter para todas as pessoas. Portanto, uma linguagem absolutamente jornalística, acessível a qualquer pessoa e com capacidade para a cativar. É que não é só acessível, é que a possa cativar, que seja um título, uma entrada, um *lead*, que possa cativar leitores, ouvintes ou telespectadores.

E isso aprendiam-no no exercício da sua função?

Claro! Em pequenos, em curtos cursos que, por exemplo, o CENJOR proporciona. Veja o exemplo da formação dada pelo *Público*. O *Público* quando se fundou... Agora o *So/* fez um exercício muito semelhante, que é: abrem concursos para estagiários ou para jornalistas, abriram o concurso e aceitam pessoas de todas as proveniências, e juntaram-se ali, no curso do Público do qual eu fui estagiário, juntavam-se pessoas que vinham desde a ciência até às letras e depois tiveram formação específica. Já toda a gente tinha tido jornalismo no Liceu, portanto, se concorreu tinha alguma apetência por aquela área. O *Público* deu-lhes uma formação de um mês no CENJOR, mais um mês a trabalhar nas redacções de Lisboa, Porto e (...). Portanto, foram dois meses e formos formados e avaliados. O curso era de 46 foram seleccionados 23, exactamente metade. Ou seja, o *Público* formou o dobro das pessoas que necessitava para ter a certeza de que não se enganava na escolha que fez. Aquilo que eu acho... A técnica jornalística e a prática de redacção é uma coisa não só simples, como ensinável em muito pouco tempo.



Falando-lhe agora na realidade do Brasil e dos Estados Unidos, onde é obrigatória a formação para aceder à profissão. Isso para si é completamente...

Obrigatório o quê? Formação em jornalismo especificamente.

No Brasil, pelo menos, é obrigatório.

Pois, não me parece a mais adequada. E também no Brasil há outra coisa, é que no Brasil a carreira de jornalista é simultaneamente a mesma para jornalista e para assessor de comunicação. Aqui em Portugal, pelo contrário quando se faz assessoria tem que se suspender a carteira profissional porque se considera uma actividade incompatível com a outra. Portanto, nesse campo, não me parece ... Simpatizo com o Brasil em muitos outros aspectos, não nesse. Porque eu não vejo nenhuma vantagem nisso. Uma coisa diferente é ser médico. Eu acho que só pode exercer a medicina, e dentro da medicina a cirurgia, quem tiver aquela formação específica e numa universidade absolutamente reconhecida. Isso é essencial para o bom exercício daquela actividade. No caso do jornalismo, de todo, acho exactamente o contrário. Era como se para escritor ou para cantor ou para actor de teatro pudessem ser só pessoas de um determinada área de formação. Achava isso tremendamente empobrecedor. Ou para poeta. Imagine que só se podia ser poeta os que tivessem o curso de Letras. Portanto, Miguel Torga nunca poderia ser nada disso. Não me parece, sinceramente, que seja o melhor caminho.

Funciona mais por vocação e por intuição?

Isso são coisas da vida. Eu, por exemplo, nunca sonhei em ser jornalista, aconteceu! Aconteceu e fui-me dando bem no trabalho e foram gostando do meu trabalho.

Não sei se vocês já tiveram... Vocês recebem estagiários, portanto, é um contacto com as universidades. Têm mais algum tipo de contacto, seja através de seminários...

Temos alguns seminários para que somos convidados a participar, mas não tanto quanto conto ter. Agora, claro...

É desejável então ter uma participação dos *media* na...



É, mas a Luciana veja uma coisa. Para uma agência noticiosa como a Lusa, obviamente que a colaboração com uma universidade é um ponto fulcral para o nosso desenvolvimento e para a nossa abertura ao mundo. Em que áreas do conhecimento? Na do jornalismo? Não me parece. Nós temos é muita curiosidade com outras áreas, sejam elas aquelas que dizem respeito à economia, à medicina, à saúde, à sociologia, etc., etc., etc. Sobre o jornalismo em si próprio, eu acho essa área ... eu acho a reflexão teórica e académica sobre o jornalismo, acho-a pobre, acho-a pouco fecunda, acho que reflectir, acho que meditar sobre o jornalismo não nos leva longe. Acho um campo estreito para se especular. Quer dizer, pode-se fazê-lo, mas acaba-se depressa, não se consegue ir muito longe.

E falando agora dos estudos que saem, das publicações que se fazem e que saem das universidades, encontra alguma utilidade, há realmente estudos que interessam, outros que não?

Fala das universidades em geral?

Em geral, exactamente.

Dos projectos que trago aqui para a Lusa, só cheguei aqui há alguns meses, e desses projectos um deles é que do nosso roteiro de fontes e nomeadamente na nossa rede de correspondentes que nós nos adaptemos a essa realidade que emergiu no nosso território nos últimos vinte anos, que foi a rede universitária, que é uma mudança absolutamente radical no país. Eu acho que nós temos que a acompanhar com muita atenção, verificando toda a sua produção. Dessa produção, eu acho que 95 por cento tem muito valor académico mas não tem valor noticioso. Agora, há 5 por cento da actividade académica que pode alto valor noticioso, seja sobre, vindo de norte para sul, sobre a indústria, seja ela química ou mecânica na Universidade do Minho, sobre o campo tecnológico em Guimarães, seja por exemplo da unidade de Psicologia das Justiça da Universidade em Braga, que é a primeira do país e que portanto nos pode dar resposta a casos que se tornam em casos nacionais e que nos afectam a todos e que pode dar um contributo académico muito importante. Falo do caso Casa Pia, que foi uma unidade muito importante para isso. Falo, por exemplo, da agricultura e da viticultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, falo na nova faculdade de medicina na Covilhã, falo de



toda essa rede, falo de estudos ligados ao mundo árabe na universidade de Évora. Enfim... E que neste momento podem ganhar alguma pertinência. O que é que os jornalistas da Lusa têm que, nomeadamente, começar a fazer? Têm que começar a visitar essas universidades, a ter uma rotina de conhecimento e de monitorização da sua actividade e escolher com um olhar muito editorial e jornalístico, aqueles trabalhos de actividade dessas universidades que podem ser susceptíveis de um tratamento jornalístico. Imaginemos, numa determinada altura de grande tensão entre o Ocidente e o mundo Árabe, uma determinada tese ou investigação feita em Évora pode ter um enorme interesse.

Portanto, mais uma vez sobressaem as áreas...

Claro, agora, se me perguntarem assim: qual é que é, desde Évora até ao Minho, qual é que é o benefício que me pode dar um estudo jornalístico? Enfim, eu não quero dizer que não tenha nenhum, mas assim de repente não me ocorre.

Eu falava-lhe neste tipo de estudos também, que começaram mais ou menos com aquela publicação do Rogério Santos sobre as fontes jornalísticas. Isso foi, penso que foi a primeira publicação resultante de um mestrado. Encontra alguma utilidade nesses ... alguma validade nessas investigações? Dão algum tipo de contributo?

Dão certamente. Toda a reflexão sobre a forma como nós trabalhamos e todo o trabalho académico que possa questionar a rotina do nosso trabalho são úteis. Nós, como qualquer actividade, que não tem tendência para a inércia para reproduzir comportamentos e paradigmas de actuação. E, portanto, toda a reflexão que nos possa levar a pensar sobre isso e a rever, a questionar, ela pode ser útil. Isso não tenho dúvidas. Nós nisso... O Pacheco Pereira, ele tem chamado muita atenção ao facto de a classe jornalística reflectir pouco sobre si própria, nunca se questionar e ser alérgica à crítica, e eu que ele tem absoluta e completa razão e, portanto, deve haver um exercício dos jornalistas de humildade e de disponibilidade para receberem críticas e de modificarem a sua actuação em função delas.

E existe a mesma utilidade em publicações como a de do Carlos Fino sobre a sua experiência no Iraque?



Existe concerteza. Agora, depois a importância é a que cada um de nós queira dar a este ou aquele autor. Agora, não vejo... Acho que sim. Agora, depende de autor para autor.

É que são duas coisas diferentes.

Enfim, mas deixe-me... os livros sobre a experiência jornalística são livros de interesse geral, não são livros para jornalistas especificamente. É como um livro sobre um médico ou num professor que pudesse estar em determinado sítio, circunstância ou território em determinada altura e pudesse falar da sua experiência. Não é a minha leitura predilecta.

Mais uma vez seria então de outras áreas?

Não, eu adoro romances e poesia. São as duas áreas que eu visito mais. Agora, por acaso ando numa altura em que ando a ler mais romance, há alturas em que ando a ler mais poesia. E vou lendo ensaios, vou lendo publicações sobretudo da reflexão político-filosófica.

Eu li que a Lusa tem cerca de 200 jornalistas.

Do quadro. Tem mais.

Nessa generalidade que tipo de formação é que eles têm?

É por idades, lá está. Quanto mais velhos são, mais dispar é a sua formação da nova e que vêm de áreas muito diversas, sim porque boa parte deles são autodidactas, portanto pessoas com o curso incompleto, regra geral foram cursos incompletos da área de direito, letras. Agora já há alguns que vieram da área científica. Temos um ou outro mestrando, outro licenciado e até alguns mestres em economia. De resto, a formação principal vem da área, nas gerações mais novas, dos cursos de jornalismo, onde tem existido maior interesse em fazerem estudos de pós-graduação, tem sido na área da economia e secundariamente na sociologia.

Há bocado esqueci-me de lhe perguntar. Estava-lhe a falar da colaboração da Lusa com as universidades, começa-se a publicar muito sobre o facto de a universidade e o politécnico e as redacções estarem de costas voltadas. O ensino superior e as



redacções. Não deveria haver uma colaboração mais estreita de ambas as partes?

Normalmente tendem a atirar as culpas uns para os outros...

A colaboração é sempre boa, mas... Eu percebo a pergunta que está a fazer. Não, acho que a colaboração é sempre boa e salutar e aliás os estágios são disso um bom exemplo. O que eu acho é que o importante ela pode ser está contido na minha visão anterior.

Eu pergunto-lhe isto porque normalmente vêm uma grande crítica da parte das redacções de que as universidades abrem os cursos sem sequer consultarem os profissionais. Daí haver muita igualdade dos currículos dos cursos, não haver inovação. Não sei se concorda com isto ou não...

Isso deve ser tudo verdade, mas a meu ver, como já lhe disse, a questão é outra. A técnica jornalística é uma técnica tão fácil de se aprender. Sinceramente, eu não consigo ter consideração intelectual pela técnica jornalística, ou seja, acho que é uma coisa digna, claro, mas fácil de adquirir. Adquiri-a tão facilmente no liceu e depois na prática, e não tive dificuldade nenhuma. Ou seja, eu acho que os cursos de jornalismo que, como é que eu hei-de dizer? Que dão uma atenção desproporcionada aos aspectos particulares do exercício da nossa profissão.

Uma atenção menor então do que a que devia ser dada?

Não... Isso está na sua génese. Eu não faria um curso para aprender uma coisa que pude aprender em poucas semanas. Essa pergunta fica prejudicada por aquilo que eu penso e já lhe tentei explicar antes. Eu acho um bocadinho pomposo achar que a actividade jornalística seja objecto de um curso.

Para finalizar...

Percebe a minha ideia?

Sim, sim. Para finalizar, acha que hoje se faz melhor jornalismo do que antes?

Isso acho. Isso, claramente, acho. Não tenho dúvidas sobre isso. Faz-se muito melhor jornalismo agora do que se fazia antes. Muito melhor não só em termos técnicos, como em termos deontológicos e éticos. Aliás, eu fiz parte de vários Conselhos Deontológicos, do último dos quais



me demiti porque vinha ser director e não podia continuar a pertencer ao órgão, e disse imensas vezes que os principais erros e atropelos à deontologia e à ética eram feitos pelos jornalistas mais antigos. Ou seja, as novas gerações não têm os mesmos atropelos e a mesma tendência para a manipulação, para não ouvir os visados, para não ter atenção à privacidade de pessoas vítimas. As novas gerações são, a esse nível, muito melhor preparadas do ponto de vista diria quase cívico. Primeiro cívico, mas depois também deontológico, que é aquilo com as gerações mais antigas. Portanto, acho que se escreve melhor, se trabalha melhor, se reporta melhor, de uma forma mais séria, mais correcta.

Isto por força deste tipo de ensino ou de outro qualquer?

Acho que por evolução generalizada do país, acho que claramente o país está melhor.

Isto tem a ver com a época antes do 25 de Abril ou...?

Não... Antes do 25 de Abril claro que era um jornalismo entortado, um jornalismo ... e ditadura tinha um jornalismo alinhado com a ditadura e tinha um jornalismo que combatia a ditadura. Nada disso favorecia a objectividade. Depois tivemos um jornalismo revolucionário. Depois tivemos um jornalismo pós-revolucionário e até aos anos 80 os jornais que nasciam, os jornais, as televisões, as rádios que nasciam, nasciam alinhadas e enquadradas com determinado projecto político. Digamos que, provavelmente, o primeiro jornal que tenta escapar um bocadinho a essa lógica, não querendo ser injusto, é, provavelmente o *Correio da Manhã*, que não traz um projecto político incluído. E depois, mais tarde, o *Público*. Posso estar agora aqui a ter algum esquecimento, mas não me parece.

E é esta a evolução de que me falou antes?

Claro, ou seja, portanto, uma evolução em relação ao jornalismo antes da ditadura, depois o período revolucionário, depois o período pós-revolucionário mas muito alinhado com os partidos que se foram afirmando no jogo político democrático português e, portanto, só com a proximidade dos anos 80 e quase sensivelmente com o caso do *Público* nos anos 90 e depois com as televisões em 92 se procurou crescentemente ter um jornalismo equidistante dos partidos políticos, mais objectivo e com maior consideração para com o público a que se



destinava. E depois há uma qualificação geral do país, quer dizer, o país aquando da revolução tinha 35 por cento dos cidadãos eram analfabetos. Isso foi muito reduzido. O nível geral do país subiu muito. Estamos longe do que era desejável, aliás na OCDE continuamos na cauda da lista da OCDE. Mas, apesar de tudo, apesar dessa posição muito pouco lisonjeira comparada com esses 20 e muitos países, em Portugal melhorou-se imenso. Não tanto quanto é necessário, mas mesmo assim melhorou-se muito, de forma dramática.



João Marcelino (Director do Correio da Manhã)

9 de Outubro de 2006

Com que ensinamentos é ideal que um jornalista chegue aqui, de raiz a esta redacção?

Hoje em dia, o ideal é que chegue com um curso de Comunicação Social. Já houve tempos em que isso não era exactamente assim, mas hoje parece-me absolutamente fundamental, embora muitos desses cursos não dêem às pessoas as ferramentas todas necessárias, quer isto dizer que me aparece aqui gente que às vezes não sabe fazer, por exemplo, uma notícia, porque há só a teoria e não há a prática. Apesar disso tudo, a verdade é que esses cursos dão às pessoas uma bagagem cultural e académica que obviamente depois também é importante para o exercício da profissão.

E, na sua percepção, que características é que teria um curso ideal de jornalismo e comunicação?

Não discuto a vertente teórica. Acho que devia ter mais prática. Ou seja, quando digo prática não digo só ao nível do texto, mas também da rádio e da televisão. Além da parte final que, normalmente, alguns desses cursos já têm um estágio curricular num órgão de comunicação social, eu parece-me que no caso dos jornais que se deviam fazer mais notícias, praticar mais o género, deviam produzir-se, internamente, jornais, dos mais variados níveis, económicos, desportivos, generalistas, semanais, e as pessoas terem contacto com o género e com as ferramentas do dia-a-dia da profissão. Porque muitas vezes têm a teoria e não sabem fazer uma notícia, por exemplo.

Então deveriam ter as próprias ferramentas para praticar dentro da própria instituição de ensino?

Eu acho que sim. Acho que devia haver uma parte prática. É como na física, havia uma parte teórica e depois ia-se para o laboratório. Aqui o laboratório, digamos que, seria o produzir da notícia até o contacto com a maquetagem, com a paginação, até a relação muitas vezes interessante, de simular a relação com o marketing e a publicidade. O marketing, por exemplo, é



um... o jornalismo hoje não pode, não é uma entidade isolada dentro do império da comunicação social. Portanto, há um contacto com muitas outras secções, no caso do marketing potencia as vendas de jornais e, portanto, ter uma ideia mais aproximada possível do que é um grupo de comunicação social ou do que é uma empresa de comunicação social, acho que seria positivo para o estudante, futuro candidato à profissão.

Qual era o ideal: uma instituição de ensino superior, politécnico ou universitário, ou bastaria uma formação a nível profissional?

Acho que, atendendo ao que é hoje a importância do jornalismo no mundo, acho que o ensino superior é um bom ponto de partida. Não vejo isso no âmbito do politécnico ou daqueles ensinos médios. Acho que o ensino do jornalismo é num curso superior.

Preferiria o ensino universitário ao politécnico?

Claramente. Mas nunca pensei nisso. Claramente, pelas ferramentas culturais acho que deve emanar do ensino superior.

Que é que devia determinar a construção do currículo de um curso superior?

Em termos de disciplinas? Um lote o mais abrangente possível, porque hoje em dia, o jornalismo generalista mexe com tudo. Mexe com a economia, com a saúde, o ensino, com a percepção do mundo. Mexe com tanta coisa que me parece que tem que haver uma base genérica muito grande, que é para depois haver a especialização. Não me espantaria que, daqui a uns anos, a especialização começasse a surgir dentro dos próprios cursos de comunicação social.

O ideal seria uma abordagem genérica, partindo para uma especialização futura?

Futura, sim.

Em pós-graduação?

Em pós-graduação, sim.

E a nível de docência, o corpo docente devia ser composto por quem?



Devia ser composto por pessoas que fizessem da carreira académica, a sua principal forma de viver. E hoje em dia não são. Há muitos jornalistas, muitos deles têm instrumentos técnicos que prestam essa docência. Eu próprio já fui convidado e não tive tempo para estruturar o curso de maneira que eu considere ideal e, portanto, não aceitei. E recuso-me a fazer *part-times* ou experiências com o ensino superior. Mas percebo que há muitos cursos e não há professores de qualidade para tantos cursos.

Devia ser um professor vocacionado exactamente para o ensino do jornalismo, mas dedicado...

Em exclusivo à parte académica. Não quer dizer que depois em algumas cadeiras, sobretudo as ligadas à prática, que os jornalistas não pudessem entrar. Mas eu, por exemplo, não concebo que ... Deixe-me dizer isto de outra forma. Vejo que há cursos que têm professores que não me parece que tenham muito para ensinar. E, portanto, haveria, claramente, professores especializados, catedráticos nas suas respectivas áreas, por exemplo, relações internacionais, economia, e depois haver sim senhor mais em... Eu não sei como é que isso se diz em termos académicos, mas haver partes do curso mais especializadas onde entrassem os profissionais da comunicação social.

Portanto, a nível do jornalismo escrito...

Escrito, rádio, televisão, exactamente.

E mesmo dentro dos géneros jornalísticos?

Sim, a entrevista, a opinião. Houvesse aí, digamos, o contributo do profissional. Mas a nível teórico acho que é imprescindível as coisas serem, enfim, feitas de raiz por quem tem conhecimentos mais profundos e mais abrangentes. Porque senão essa falta de conhecimentos eu noto-a muito nas pessoas que me chegam às mãos. Porque tem conhecimentos muito superficiais em muitas áreas.

E que saberes da imprensa escrita é que não poderiam faltar num curso de jornalismo?



Hoje acho que há uma série de coisas que importam. Desde o conhecimento exacto do que é ... dos grupos de comunicação social, da sua arquitectura, daquilo que a concentração produziu nos últimos. Basicamente, acho que até o negócio interessa, mas em termos de géneros, saber fazer uma notícia, saber distinguir uma notícia da entrevista, da opinião, da reportagem. Há muita gente que sai de cursos misturando todos os géneros, e não percebe que uma notícia não pode ter opinião, que na opinião não deve estar escondida uma notícia. Ter essa noção, acho que é fundamental. Tudo o que possa contribuir para essa separação, para essa melhor compreensão dos alunos, dos diversos géneros de jornalismo acho que devia ser absolutamente essencial na aprendizagem.

Que seria preferível: cursos de comunicação social ou jornalismo?

Qual é a diferença que faz?

Comunicação Social será mais abrangente e aborda talvez áreas como a publicidade, o marketing...

Sim, comunicação social. Claramente. Acho que o jornalismo é hoje tão importante, e deve ser normalizado por relações de deontologia, não se compadece com cursos intermédios ou cursos médios e apressados. Acho que o curso de Comunicação Social deve ter a mesma duração. Agora com o Processo de Bolonha, as coisas vão ser reduzidas. Mas acho que deve ter o estatuto de um curso de Direito ou um curso de Economia, e não deve aí haver nenhuma aceleração porque hoje em dia as fronteiras entre aquilo que é o jornalismo, aquilo que é o marketing, a comunicação social, a assessoria, deve ser muito bem entendido. Acho que, para formar um profissional sério nesta área, é preciso um curso com uma duração mínima de três anos.

Aliás, é essa a duração que eles vão adoptar com o Processo de Bolonha.

Mas até agora havia cursos de comunicação social com quatro e cinco [anos].

E que relações se deviam assegurar entre a teoria dada nos cursos e a prática?



Eu acho que toda. Em Portugal as universidades estão muito afastadas, às vezes, não digo só do meio jornalístico, mas das fábricas. Há cursos que deviam ter uma relação mais estreita com o pólo tecnológico que será a sua saída profissional natural. Acho que aí as universidades estão longe das empresas de comunicação social e o contrário também é verdade, ou seja, funcionam apenas naquela relação de pedirem estágios curriculares e não há uma ligação mais estreita que eu penso que seria útil para as duas partes. Para os estudantes possivelmente possibilitaria uma saída profissional mais rápida, e para as empresas porque poderiam ter uma gestão de pessoal e de carreira bem diferente da que tem hoje.

Que outra aproximação é que seria útil além dos estágios curriculares?

Olhe, por exemplo, a... Vou-lhe dar um exemplo. Se um grupo de comunicação social... Hoje em dia, em Portugal, como sabe, temos dois ou três casos isolados, como o Público e a Bola, digamos assim, as comunicações agrupam-se em grupos de comunicação social. No caso da Cofina tem órgãos de comunicação na área do desporto, da economia, dos generalistas, das revistas femininas, masculinas, viagens, etc. Uma série de títulos, todos com necessidades muito diferentes, se calhar uma relação preferencial com um ou mais institutos, ou universidades que leccionam cursos de comunicação social, permitiria ir percebendo e ir formando as pessoas e direccionando para cada um desses títulos e, até ver, conseguir fazer-se um módulo de, não sei como é que isso se pode dizer em linguagem académica, que aproximasse os estudantes dessa universidade, às publicações daquele grupo e às características das publicações daquele grupo e que facilitasse aos estudantes que, mais tarde, aqueles que, por exemplo, imagina que gostassem de fazer jornalismo desportivo, pudessem vir aqui para o *Record* e que já estivessem direccionados, conhecessem o jornal, percebessem o que o jornal necessita, que tipo de jornalismo é que se pratica. Enfim, era esse.... E também que os alunos pudessem ter ideias e que as pudessem aqui apresentar. É vocacioná-los para determinadas saídas e aproximá-los de cada um dos grupos, no sentido de que eles soubessem à partida que características é que os podiam fazer decidir para um lado ou para o outro.

Isso implicaria então um contacto com a prática mais cedo do que no ano final?



Eu não diria mais cedo, mas pelo menos mais intenso, no último ano ou ano e meio, não é? Isso sim. De início não estou a ver que fizesse falta ou fizesse sentido no primeiro ano. Mas à medida que o curso se fosse desenvolvendo, não sei qual é no momento, mas se calhar a partir do meio do curso, ou do segundo terço isso fazia sentido. E também seria útil para as empresas de comunicação social porque, como sabe, os jornalistas mais jovens também são mais baratos do que os jornalistas com mais idade. E, por outro lado, também são pessoas com muito mais potencial, à partida. São muito mais entusiasmadas e, portanto, digamos que essa osmose entre as empresas e os estabelecimentos académicos era capaz de trazer vantagens para as duas partes.

E acha que devia haver também um contacto das universidades no sentido de pedir ajuda para configurar os cursos?

Aos grupos de comunicação social? Ao nível, digamos, da assessoria, sim. Das grandes ideias, de tentarem perceber o que é que se consome cá fora, para poderem objectivar o seu curso. Nesse sentido sim.

A nível de construção de... de ter esta ou outra cadeira...

De conteúdos, sim. Exactamente, ou seja, tentar perceber o que é a comunicação social, o que é o mundo profissional da comunicação social no sentido de que esses cursos já estivessem a habilitar os alunos para uma saída profissional mais rápida. Agora, o mundo da comunicação social, ou o mundo dos jornais e da rádio e da televisão não é o único. Como sabe, hoje esses cursos debitam pessoas para a publicidade, para o marketing, para as agências de comunicação, para assessorias várias. Portanto, penso que há outras realidades que também a ter em conta. Porque há pessoas que fazem esses cursos de comunicação social, mas não querem ir para os jornais, querem ir para outras áreas e também é legítimo que se conheça também essas áreas tal qual a comunicação social, ou seja, tal qual os jornais ou aqueles títulos convencionais.

Não sei se tem a noção dos currículos dos vários cursos... Acha que estão adequados à prática?



Quer dizer, de uma forma geral, não tenho essa... Não vou dizer qual é, mas vi uns cursos de uma universidade que até me convidou, e não me pareceram que eles estivessem muito vocacionados para debitar pessoas que soubessem o que é o mundo real. Mas não conheço, nunca sobrepu os diversos programas e, portanto, com toda a franqueza, não lhe posso responder a essa pergunta. Porque sei que há cursos melhores que outros, e vejo até pelo aproveitamento que faço dos jornalistas que vêm de determinadas universidades e institutos em relação a outras, mas não lhe vou fazer aí...

Vocês recebem estagiários de várias instituições?

Recebemos.

Notam algum destaque?

Sim, há uma ou outra instituição em que as pessoas vêm muito mais, parecem ter muito mais instrumentos para terem sucesso na vida real.

Mais ou menos em que sentido?

Há cursos que são mais objectivos que outros e, portanto, as pessoas chegam aqui e já sabem o que é um jornal, o que é que faz falta, até já conhecem melhor o jornal em questão, sabem-no definir melhor e há outros cursos em que vêm com a teoria mas com uma ausência de noção da realidade absoluta.

Mais ou menos, especificamente o quê?

Não sabem como é que um jornal funciona, não sabem como é que é o ciclo de produção normal de uma redacção, que é uma coisa que eu acho que devia ser ensinada, a organização interna. Desconhecem, basicamente, tudo isto, e muitas vezes até ao nível de fazer uma notícia, das coisas principais de uma notícia, não sabem aplicar esses conhecimentos.

Falta um bocado a noção da parte prática...

Da realidade.



Eu ia-lhe pedir agora um pequeno exercício. Queria que me construísse um curso ideal de jornalismo, a nível de matérias, de docência, de horários, de duração.

Bem, o prazo mínimo de três anos. Enfim, há matérias de primeiro ano e matérias de segundo ano. Eu acho que um primeiro ano em qualquer curso tem de ter disciplinas genéricas. Relações Internacionais, História, sendo que há uma parte de história contemporânea, da comunicação social também. Acho que já no primeiro ano podia haver uma introdução à imprensa e aquilo que ela é hoje também em termos de realidade económica e também da estrutura dos grandes grupos de comunicação social no mundo. Hoje também uma parte para os meios tradicionais, para a rádio e para televisão, mas também para as novas tecnologias e para a Internet. Basicamente, no primeiro ano, sendo que está aí a história, que está aí a política, acho que isso é fundamental. Agora, no anos seguintes acho que vai ter que ir afunilando em direcção à prática e o terceiro ano já deve ser muito virado para a produção noticiosa, acho que os alunos já deviam estar divididos por zonas de interesse e que a relação com a comunidade e com o mundo real já devia estar bem aliada. Mas isso é um trabalho do instituto. Por isso é que existem os conselhos de reitores das universidades, que devem fazer essa aproximação às empresas e devem estabelecer esses, como é que lhe posso dizer... Parece-me absolutamente essencial que as universidades dêem no último ano, aos seus alunos, a noção clara e rigorosa do que é a comunicação social em Portugal. Que grupos existem, como é que eles funcionam, que características é que têm. Porque é isso que permite ao aluno poder escolher o seu trabalho tanto quanto na medicina. Saber porque é que vai para tratar problemas de ossos ou vai para clínica geral, ou vai para cirurgião, quer dizer, se as pessoas não souberem o que existe não podem escolher. Eu digo-lhes que, até agora, os cursos são de tal maneira genéricos que os alunos não sabem escolher. E é quando chegam às redacções que começam a escolher, quando esse processo, na minha opinião, já devia estar terminado antes. Não quer dizer que, como em tudo na vida, há pessoas que julgam ter uma determinada vocação e depois há um pouco duvidados. A formação aos alunos não está suficientemente bem feita para que eles possam ter convicções sólidas.

Portanto, defende cadeiras específicas, como o jornalismo desportivo, o jornalismo económico, esse tipo de ...



No último ano acho que devia haver. Obviamente não com durações muito parcelares, mas eu acho que num semestre se podem por diversos géneros. A aproximação a cada um desses géneros não é nada que precise mais do que meia dúzia de aulas. Aí, imagina, se estivermos a dar o jornalismo económico, podem lá ir nessa parte curricular, os dois directores dos jornais económicos portugueses. Se tivermos a parte do desporto, idem, idem, aspas, aspas, o géneros jornalísticos as *news magazines*, os semanários. Aí pode entrar a relação com os grupos de comunicação social, e o aproveitamento dos profissionais para ajudarem, não só a esclarecer, a formar, a dar conhecimentos, mas também a tirar dúvidas às pessoas. Porque a base teórica, essa estará completamente consolidada nos dois primeiros anos.

E a nível de instrumentos que não deviam faltar numa licenciatura? Laboratórios...

Não concebo o ensino do jornalismo que não tenha depois o acesso a meios... Imagine um curso de comunicação social onde depois quer formar pessoas para a televisão e depois não tem estúdios ou não tem meios audiovisuais. É óbvio que existe essa necessidade do laboratório. O laboratório tem que ter características diferentes para cada, para dar seguimento à vocação das pessoas. No caso da rádio é um, no caso da televisão é outro, no caso dos jornais é outro. Hoje em dia, no caso que eu conheço melhor que é o da imprensa, é óbvio que faz falta uma, todos os cursos deviam ter uma pequena redacção onde se fizessem jornais. Até no meio aproximado em que ele é executado todos os dias na redacção de um jornal. Existem hoje programas informáticos sobre os quais nós fazemos um jornal. E todos esses, todas essas simulações podiam ser feitas laboratorialmente, entre aspas, nas aulas práticas desses cursos.

E, apesar dessas aulas práticas, devia haver o referido estágio num jornal?

Acho que sim, a seguir a essas aulas acho que devia haver os estágios, e porque, e até um acompanhamento. Não sei como é que ele é feito a montante, esse acompanhamento, às vezes por problemas vários até de, que tem a ver com o stress da feitura de um jornal, às vezes os alunos não têm um bom acompanhamento. Também me parece, o acompanhamento académico deles é muito incipiente. Eles são, um bocadinho, às vezes, deitados às feras, tanto pelo lado académico, como pelo lado profissional. Não há, digamos que, o formador do jornal, o responsável do estágio não tem muita (...) do outro lado. Portanto, acho que até desse campo



devia haver mais... Os alunos deviam chegar aos estágios curriculares com um tutor perfeitamente assumido, e dialogar com o tutor de estágio profissional do outro lado, saber de onde é que o aluno vem, quais são os seus pontos fortes, fracos, tentar saber também que interesses tem, para além daquilo que ele diz. Acho que esse acompanhamento poderia fazer com que as pessoas tivessem melhores resultados depois.

E o estágio de três meses, que é o normal, acha que é suficiente, é em demasia?

Acho que um estágio de três meses, acho que é suficiente para dar a aplicação prática aos conhecimentos. Acho que sim. Por um lado, para o aluno perceber a realidade, segundo para poder escrever, e terceiro para o órgão de comunicação perceber se aquele candidato que ali está tem potencial ou se enquadra nas características do jornal, enfim. Eu posso dizer é que, às vezes, não chega, mas são raros os casos em que não chega. Quando a gente tem algumas dúvidas, faz um estágio de outros três meses, já num enquadramento diferente. Mas normalmente a avaliação que fazemos ao final de três meses é suficiente para nós dizermos que estamos perante um profissional cujas características são importantes para este órgão de comunicação e vale a pena investir ou não.

E normalmente, o jornalismo, como todas as áreas, muda de tempos a tempos e transforma-se. Como é que os cursos se poderiam actualizar nesse sentido?

Bem, muda, mas não muda assim tanto. Aquilo que é a essência da profissão a este nível. As grandes mudanças são muito mais técnicas do que no seu produto final, ou seja, se você vir os jornais hoje são iguais ao que eram há cinquenta anos. O que é que mudou? Bem, a qualidade gráfica, técnica, como é que tudo é feito. Agora, a forma final é a mesma coisa: são os títulos, as notícias, enfim. Apareceu a infografia, as coisas são mais explicadas, mas as mudanças não são tão revolucionárias assim. Ao nível da técnica e sobretudo ao nível da parte da televisão, a televisão continua a ser um apresentador, mas... A técnica muda muito, mas aquilo que é mostrado às pessoas não tem mudado assim tanto quanto se julga. Mas acho a aproximação a todas essa parte técnica acho que é importante.

E acha que há falta de actualização ou não?



Eu acho que a maior parte das universidades vive completamente alheia à realidade do negócio e da vida nas redacções dos jornais e das televisões. Eu falo dos jornais, não sei como é que é da rádio e da televisão, mas pressinto que é o mesmo.

Já aí havia de existir um maior diálogo com os profissionais?

Eu julgo que também era bom para o aluno.

Também saem alunos com uma formação defeituosa a esse nível?

A maior parte dos alunos que chegam às redacções, sentimos que chegam com uma preparação muito defeituosa. Porque, independentemente da cultura que têm ou não têm, eles não sabem fazer uma notícia, não sabem manusear instrumentos mínimos da profissão. Porquê? Porque ficaram-se nos conceitos e não obtiveram aplicação. Até podem saber quais são as regras básicas para fazer uma notícia, mas a gente pergunta: já fizeste alguma notícia? Não. Isso é fundamental. Nunca estiveram na rua. Outra coisa que também teria que ser curricular era o ir para a rua fazer reportagens. É uma coisa muito fácil de simular. Fazer coisas do ponto de vista da reportagem política, ou económica, ou ir para a rua nos grandes acontecimentos, directamente com as pessoas, acho que poderia dar outra capacidade operativa ao aluno. E também isso não é feito.

Uma reprodução não de factos simulados, mas de factos reais?

Exactamente. Olhe, por exemplo, eu se estivesse numa universidade era capaz de ter enviado pessoas que gostam de fazer jornalismo generalista, era capaz de os ter mandado para Setúbal para cobrir agora aquele caso daquele senhor que tomou conta de uma dependência do BES e fez lá uns reféns. Estar em contacto com o mundo real, estão em contacto com os acontecimentos como estão os profissionais, a cobrir os mesmos acontecimentos, a ver. E depois, um dia destes, irem também ao Parlamento no debate do orçamento geral do Estado, ou numa ida do Primeiro-Ministro ao Parlamento. Tentarem perceber como é que as coisas se passam, como é que se podem relacionar e falar com as pessoas e terem uma ideia mais precisa do que é a profissão.



E que pontos positivos é que têm os vários cursos?

Claramente a cultura que dão às pessoas. O jornalismo evoluiu muito nos últimos anos, primeiro por causa da gestão profissional, das empresas de comunicação social. Hoje em dia as coisas são geridas profissionalmente, mas também a qualidade do jornalismo ganhou muito com a outra cultura que os candidatos à profissão trazem. Vêm com instrumentos académicos que antigamente não havia. Ia-se para o jornalismo por simples, isto acontecia há 15, 20 anos, as pessoas vinham para o jornalismo por paixão, enfim, por uma espécie de vocação, não sei bem o que era, mas muitos deles tinham muitas condições, eram pessoas muito curiosas pelas notícias, mas não tinham base académica. Isto hoje está ultrapassada essa fase, felizmente. Agora já estamos a falar de melhorar como é que se melhora. Antigamente era o zero absoluto.

Acha que o ensino superior português está formar os jornalistas que as redacções querem?

Não, não está. Era importante perceber melhor as características dos diversos jornais, das diversas rádios, do jornalismo que se faz, isso ajudaria muito. Tem a ver com as tais ligações que não existem, mas que não me parece que sejam muito difíceis de criar. Aquilo que eu sei do lado de cá é que qualquer instituto académico que queira ter essas relações, tê-las-á muito facilmente, porque isso também interessa às empresas de comunicação social.

Não devia haver também iniciativa da parte das redacções dos órgãos de comunicação social em melhorar aquilo que está a ser leccionado, da maneira que está a ser leccionado?

Também teriam a ganhar com isso, mas a verdade é que no dia-a-dia não há tempo para isso, e quem tem a ganhar mais são os alunos, portanto, digamos que é uma tarefa que eu atribuo primordialmente e prioritariamente à escola. Também seria importante, mas nós não temos tempo. Estamos vocacionados para a produção do dia-a-dia, para a concorrência com os órgãos de comunicação, para o melhoramento dos nossos conteúdos, para o investimento tecnológico. Estamos virados para tanta coisa, que isso que também é importante acaba por não ser feito. Mas é evidente que ao nível dos recursos humanos, aí as empresas estão divididas em diversas áreas. Nós temos recursos humanos que esse trabalho podia estar a ser feito. Mas não é



possível ser feito sem o acompanhamento de um director do jornal, e às vezes o director do jornal não tem tempo para isso. Se sentisse que isso também era importante para a instituição académica, acho que era muito mais fácil arranjar os mecanismos para fazer face a essa necessidade que é das três partes: aluno, estabelecimento académico, grupo de comunicação social.

Isto porque existe muito a ideia de que a universidade e as redacções estão de costas voltadas e há uma atribuição de culpas de parte a parte sem se chegar a nenhuma conclusão.

Eu não atribuo culpas nenhuma a ninguém porque, também passo... Se tiver que viver sem isso vivo. Não tenho nenhuma rivalidade nem nenhum mal entendido com nenhum instituto académico. Antes pelo contrário. Quando estava noutro jornal, que não este, ganhei muito com uma ligação. O meio era muito pobre e eu dei um salto em frente na qualidade com uma ligação inicial e ainda antes de tempo a vários cursos de comunicação social que me fizeram desenvolver extraordinariamente o jornal onde eu estava na altura. Portanto, não tenho nenhuma rivalidade. Agora, o que eu noto é que muitos dos professores desses cursos, são pessoas que não tiveram sucesso no jornalismo profissional, e que não teriam ido para o ensino não se teriam dedicado à vertente do ensino se tivessem tido sucesso e, portanto, transportam na sua relação, alguma carga de ressentimento. Isso eu noto. Eu não lhe quero dar exemplos, mas se for por esses cursos fora perceberá isto. Eu se sou bom para estar num jornal, não vou para a academia. E se vou para a academia é porque não tive isso ou porque não tenho idade, ou porque fui esquecido ou porque saí do circuito. E essas pessoas sim têm alguns (...)

Aqui dos jornalistas do Correio da Manhã, que percentagem é que tem licenciatura?

Eu posso-lhe dizer que o jornal onde eu estava anteriormente, o *Record*, estivesse muitos anos nesse, a percentagem era de 85 a 90 por cento. Aqui, infelizmente, é menos. Também só cheguei aqui há cinco anos. Talvez esteja à volta de 50 por cento. Mas é uma percentagem que vai ser cada vez maior, comigo. Comigo será sempre cada vez maior. Ou seja, agora até com os recursos humanos não entra ninguém, desde que eu estou aqui nunca mais entrou ninguém sem um curso de comunicação social. Essa percentagem eu não lhe sei dizer bem, é natural



que já esteja um bocadinho acima dos 50 por cento, mas é muito baixa. Estou a falar de 50 por cento de comunicação social. Depois temos pessoas de outros cursos, de outras licenciaturas.

Isso também é desejável?

É desejável. Também em algumas áreas, alguém especializado em economia, acaba por ser importante ter pelo menos uma pessoa altamente especializada nesse sector. Depois damos-lhe a outra formação, digamos assim. De Direito também temos.

Aliás, são as duas áreas mais mencionadas normalmente pelos profissionais como

...

Além de profissionais de comunicação social também temos gente de direito e de economia.

Ainda se pode entrar numa redacção só com um curso do CENJOR?

Eu acho que sim, que ainda se entra. E vou-lhe dizer que é um dos cursos mais, de onde as pessoas vêm... Eu há bocado não queria estar a especificar, mas já que me fala nisso, é dos cursos de onde as pessoas vêm com mais, com uma ideia mais próxima da realidade. Vêm melhor formados ao nível daquilo que são as exigências de uma redacção.

É uma formação mais específica...

Mais específica e mais aproximada à realidade.

E eles têm um leque de cursos mesmos específicos. É isso que é desejável também?

Da parte académica não quero estar a dar-lhe opiniões sobre coisas que não conheço bem. O que lhe posso dizer é que esses cursos preparam especificamente melhor as pessoas. E, como já lhe disse, há pessoas que vêm muito bem preparadas, com uma excelente cultura, dos cursos de comunicação social, e depois não sabem fazer uma notícia, não conhecem o modelo de organização interna, como as coisas se passam no dia-a-dia. As pessoas no CENJOR normalmente trazem uma preparação um bocadito melhor, um bocadinho mais prática do que as outras.



Também um complemento com um curso desses, além do ensino universitário, seria, então, o ideal?

Sim, mas isso pode ser feito dentro de cada uma das escolas. Não me parece que isso tenha de ser feito fora. A mentalidade que está subjacente ao CENJOR, acho que poderia estar também nos outros cursos. Não me parece que tenha que ser uma especialidade que se vai arranjar fora. É, no fundo, uma arquitectura do curso, uma convicção que tem que estar dentro.

Temos casos como o Brasil e os Estados Unidos em que é obrigatório haver formação em jornalismo para se aceder à profissão. Acha que cá em Portugal também devia ser obrigatório?

Acho que devia ser obrigatório com casos muito tipificados de excepção.

Como por exemplo...

Eu já apanhei vocações absolutamente fortes. Já apanhei pessoas sem curso, com outros cursos, mas com instrumentos e com uma vontade, capacidade e qualidade, que eu acho que devia haver caminhos para a excepção. Agora, basicamente acho que não se devia aceder à profissão sem um grau académico, hoje em dia. Seja em que área for, não digo que tenha que ser especificamente na área do jornalista. Digamos que depois também há a formação específica que pode ser dada dentro de um órgão de comunicação social. Eu, por exemplo, defendo há muito tempo que as empresas tenham elas próprias uma estrutura de acolhimento dos candidatos que lhes dê aquilo que eu há bocado lhe estava a dizer que era bom que os cursos tivessem, que é um aproximação a cada um dos tipos de grupos, características, no fundo ter um pequeno curso interno de três a seis meses e um instituto académico seria um excelente parceiro para um projecto desses, para desenvolvê-lo agora. Mas já está aqui há um ano e ainda não conseguimos arrançar. Já estamos agora a começar a definir quais são as matérias e tal mas, digamos, para operacionalizar os conhecimentos abrangentes que vêm nos cursos e afunilá-los na nossa prática e na nossa...

E já complementam mais a formação dos cursos...



E logo aí, em vez de estarmos a fazer estágios em cada um dos títulos, digamos que acabaríamos por descobrir as características das pessoas numa fase anterior e depois somos nós a dirigi-las.

Existe um número cada vez maior de cursos de jornalismo. Dizem que se está a tornar no curso da moda. É desejável haver tamanha quantidade de cursos, que vão além dos 20 no ensino público, por exemplo?

Para as empresas de comunicação social é desejável. Para o país não me parece que seja desejável. O que eu acho é que houve um *boom*, que teve também a ver com o aparecimento das rádios locais, a Internet, depois apareceu uma série de coisas, de necessidades informativas na área do, que lhe dizia há bocado, das empresas de comunicação e das necessidades da assessoria, e havia uma fase em que era necessária toda essa gente. Hoje está-se a lançar muita gente para o desemprego. Eu acho que devia haver aí uma regulação, não sei quem é que a pode fazer nem como se pode fazer, mas neste momento estão a ser debitados mais profissionais do que aqueles que o sector tem capacidade para absorver. Mas isso é um problema que existe no direito. Portugal é um país em que não há cursos médios e acho que devia haver. Alguém devia regular isso porque, sinceramente, agora estão-se a mandar pessoas para o desemprego.

Acha que o sector, a nível de abrangência de pessoas, de capacidade de receber pessoas está em expansão ou regressão?

Neste momento está em estagnação. Ou seja, quando o ciclo económico não é bom, as empresas resistem a lançar novos negócios. Novos títulos, por exemplo. Ou a desenvolverem, sei lá... Vou-lhe dar exemplos, os sites da Internet diminuíram as pessoas nos últimos anos, todos. Porque todos os projectos na área da Internet, porque ainda não se conseguiu inventar uma forma à escala planetária, um modelo de negócio que permitisse viabilizar a distribuição de conteúdos informativos. Neste momento está, no mínimo, em estagnação. Já estive em regressão, neste momento está em estagnação. Com um ciclo económico mais favorável, tem que (...) a lançarem-se novos projectos. Repare que nos últimos dois anos em Portugal lançou-se



uma revista, a *Sábado*, lançou-se um jornal, o *Sol*, e fecharam mais jornais do que aqueles que abriram.

Dos vários órgãos de comunicação da Cofina, quais é que recebem estagiários regularmente?

Todos. Basicamente, os maiores recebem mais: o *Correio da Manhã*, o *Record*, a *Sábado*, e sobretudo o *Jornal de Negócios*, esses são os que recebem mais. Os outros têm redacções muito pequeninas. Repare, uma revista de viagens tem uma redacção de duas ou três pessoas, portanto, receber um estagiário é quando há necessidade de procurar. Mas esses órgãos que têm redacções de cento e tal pessoas, recebem.

E têm protocolos com todas as universidades ou...

Com todas não temos, mas temos com várias.

Com quais é que têm?

Isso aí é melhor falar com os recursos humanos e eles dizem-lhe. Mas, sei lá, a Nova de Lisboa. Sobretudo, currículos recebemos de todas as escolas que os queiram fazer. Temos as relações mais perto com um ou dois estabelecimentos de ensino de Lisboa.

A proximidade geográfica também...

Influi, claro.

Não sei se quer acrescentar alguma coisa...

Não, da minha parte é tudo. Aí há um ano recebi um convite para dar uma cadeira de um curso e percebi várias coisas: por um lado, percebi um certo amadorismo, ou seja... acho que os cursos são negócios, puros e simples. Mais até do que as empresas de comunicação social, as Universidades viraram-se para o negócio. Querem ter cursos e querem ter alunos, e até querem ter professores com nome no mercado para atráírem alunos e eu não gostei muito do que vi e não aceitei. Não gostei desde logo como é que o curso estava organizado, apercebi-me que se contentavam com qualquer coisa, percebi uma série de amadorismos de que não gostei. Se



calhar percebi que estavam mais interessados no director do Correio da Manhã do que daquilo que ele pudesse ensinar, o meu nome. Enfim, não achei que estivessem reunidas as condições para fazer um trabalho bom, mas eu gostava muito. Estar em contacto com essa realidade também é importante para quem dirige um órgão de comunicação porque percebe, primeiro que tipo de qualidade é que o ensino tem, e segundo, também permite ter contacto com as pessoas e com as novas tendências e isso é importantíssimo.

Então se encontrasse condições, aceitaria?

Aceitaria sempre numa perspectiva de ensino complementar, numa pequena cadeira que pudesse auxiliar para a prática porque eu não tenho tempo para estar a especializar. Não sou especialista em nenhuma grande área, não posso dar direito, não posso dar história, relações políticas, não posso dar uma série de cadeiras que eu acho que são fundamentais para abrir os grandes canais na cabeça das pessoas. Mas depois poderia ter um papel importantíssimo nessa especialização, nessa procura de vocação, no fundo é isso.

Uma organização de seminários, por exemplo...

Até isso. Eu acho é que há diversos mecanismos. Não há só um caminho, há vários. Agora, cada escola devia encontrar a sua. Esse estabelecimento de relações parece-me fundamental. Não vejo é que haja só um modelo único.



Alcides Vieira (Director de Informação da SIC)

17 de Outubro de 2006

Acha que o ensino superior público de jornalismo está adequado ou não à prática de jornalismo?

Eu acho que, da experiência que tenho aqui na SIC, e já lá vão 14 anos, podemos ver duas coisas: uma, eu acho que a informação geral dos jornalistas, a questão técnica, a adaptação às novas tecnologias, etc., é mais facilitada hoje do que... Esta geração está mais preparada para se adaptar às novas tecnologias. Agora, isso não significa que tenha mais capacidade de trabalho, ou seja, repare que se esteja a fazer à partida um trabalho de melhor qualidade. As faculdades são um bocadinho teóricas, não têm uma componente prática. E a componente prática não é só saber escrever notícias. A componente prática é ter conhecimentos mais gerais de todas as áreas de informação. As pessoas chegam às redacções com, até podem ser bons alunos, e ter uma noção de conhecimentos académicos, mas depois não têm... estão bastante distanciados da própria realidade em que vão trabalhar. Nós aqui costumamos fazer um pequeno inquérito às pessoas quando se candidatam a estagiários, e a conclusão é que quando eu faço isso... ultimamente já não fazemos, mas quando fazia isso, a primeira pergunta que fazia às pessoas era se liam jornais, a maior parte das pessoas nem sequer liam um jornal. Isto é um bom exemplo de como as pessoas estão longe das notícias e da actualidade. As pessoas até podem estudar, livros e serem bons estudantes na área teórica e na área académica, mas depois estão muito distanciados e divorciados da realidade. É evidente que tudo o que, depois em termos de tecnologia conseguem adaptar-se a ela, à tecnologia, à Internet. Como sabe as tecnologias têm evoluído muito, e em televisão evoluem muito. Hoje, sei lá... quando comecei a trabalhar há trinta anos quase, ou há vinte e tal na televisão, na RTP éramos cinco pessoas para fazer uma reportagem na altura de filme, neste momento somos duas pessoas porque há muita tecnologia. Essa adaptação às tecnologias, as novas gerações conseguem adaptar-se melhor. Agora, falta-lhes é muita vida, falta-lhes conhecimento da actualidade, seja nacional, seja internacional, as pessoas estão muito divorciadas disto. Portanto, acho que é isso que falta nas faculdades, a adaptação da parte teórica à parte prática e à vida.



Como é que podia ser feita essa adaptação?

As faculdades deviam ter uma espécie de laboratório. As universidades que estão ligadas à comunicação social ou outras áreas deviam ter laboratórios práticos de execução das cadeiras. O trabalho da universidade não devia ser só um trabalho teórico livresco, mas um trabalho mais prático de laboratório, de constituir redacções nas faculdades. Não me chocaria nada que se fizesse uma redacção nas faculdades, onde se tivesse fazer o género jornalístico, que se pudesse fazer desde a reportagem, a notícia (...) das regras de notícia, por exemplo, ou da reportagem, e a execução prática disso. Parece-me que há um grande divórcio entre as coisas, há aqui uma grande distância. Não conseguem distinguir, por vezes, o que é importante numa notícia, não conseguem enquadrar as coisas à memória jornalística, digamos. As pessoas com 24 anos viveram, viveram determinados acontecimentos contemporâneos, mas como não têm leitura suficiente da área política. Quando morreu o Melo Antunes, se eu perguntasse aos jovens da redacção quem era ninguém sabia que tinha morrido o Melo Antunes. Agora se lhes perguntasse quem era Marx ou o Max Webber ou o Durkheim, se calhar sabiam responder. No fundo há, como eu digo, esta realidade, quando vão ver os factos para a sua profissão, não os ligam não os conseguem contextualizar. Há aqui uma grande separação entre a parte livresca e académica pura e dura e a parte prática e o contexto das notícias. Acho que é esse o grande problema.

E nesses laboratórios qual seria o equipamento mínimo desejável para se poder aproveitar esta parte prática?

O que eu acho é que infelizmente a maioria dos professores que as faculdades têm, acho que a técnico andam mesmo mal. Conheço alguns da minha geração, de alguns departamentos, que são pessoas extremamente teóricas. Eu acho que tem de haver aqui uma aproximação com as empresas, eventualmente, os meios, e que houvesse aqui uma relação que desse um sentido prático à faculdade.

Concretamente o quê?

Sei lá, cadeiras práticas de jornalismo puro e duro, em que se transmitisse conhecimentos na área de execução das coisas, na área prática das coisas, com o que se faz uma notícia e como,



e onde se discutissem os grandes assuntos, ou seja, que tivesse um *míx* entre a parte técnica da notícia, como é que se escreve uma notícia, como é que se contactam as fontes, como é que se cria uma carteira de contactos, como se é que se confirma a informação, as questões éticas e deontológicas e são todas essas partes de uma notícia técnicas e deontológicas da profissão que a faculdade devia dar os instrumentos.

Qual seria o contributo dos profissionais neste modelo?

Era levar conhecimento à faculdade dessas áreas. Era um complemento, digamos, à parte teórica. Porque na prática as redacções querem que as pessoas trabalhem na prática, não é? E, portanto, sem esta componente prática nas faculdades, os jovens chegam à redacção e não têm as mínimas noções do que é uma redacção, não sabem, não têm a mínima noção. Hoje aparecem pessoas com currículos inacreditáveis, porque hoje em dia cada vez mais os jovens estudam mais tempo, porque não têm saídas profissionais portanto, investem na academia, investem no conhecimento teórico, e depois por vezes chegam aqui jovens com currículos, mestrados, doutoramentos em várias áreas, e não conseguem fazer uma notícia. Hoje, qualquer meio de comunicação social quer pessoas que de facto tenham um diploma, digamos académico, mas que depois tenham alguma experiência prática. Eu acho que as empresas poderiam dar essa experiência prática.

A nível da docência, portanto...

A nível da própria faculdade. Sei lá, acho que em medicina já acontece isso. Acho que nos últimos anos de medicina há cadeiras práticas, não é? Porque não na área da comunicação social, que é uma área quase como a medicina?

Queria agora que me construísse um curso ideal, a nível de cadeiras, de componente teórica e prática...

Eu não estou muito a par dos currículos académicos...

Construído de raiz, como é que seria um curso ideal para formar um jornalista?



Acho que um curso ideal devia ter componentes da área da sociologia. A sociologia, é a minha área, é uma área extremamente importante para contextualizar aquilo que pode ser, um bocado, o mundo, portanto, uma componente forte da área da sociologia, mas também outras áreas, que são as áreas... Ou seja, na prática, se quiser, era transferir para a faculdade, a organização de uma redacção, se quiser pôr as coisas assim. Transferir, imagine, a organização da SIC para a [Universidade] Nova ou para um curso de Comunicação Social, o que é que nós teríamos? Teríamos uma enorme componente de questões ligadas à sociedade, (...) às questões da justiça, da cultura, do ensino, da educação, por aí fora. Portanto, as várias áreas que normalmente são as áreas de trabalho dos jornalistas. Devia ter, ou seja, as várias editorias, ou seja, o internacional, o desporto, a economia, todas as editorias deviam... Os cursos deviam estar adaptados um pouco à realidade das redacções, e a realidade das redacções é um bocado essa. Há uma espécie de especialização (...) mais aprofundada. O jornalista que sai da faculdade, um jornalista de economia, um licenciado em economia se calhar consegue perceber alguns conceitos jornalísticos para economia. Falta depois a parte técnica, mas depois certamente já não consegue descobrir, ou não consegue, digamos, trabalhar as áreas da justiça, por exemplo, já não consegue distinguir um arguido de um suspeito. Portanto, na prática, o que é que acontece? Há um conjunto de conceitos em várias disciplinas do jornalismo que não têm resposta nas faculdades. Nas faculdades não há resposta a isso. Eu acho que era adaptar um pouco os currículos académicos, digamos assim, à realidade das... Portanto, isso quem vivia à margem disso eram as próprias empresas. As próprias empresas têm interesse que os recém licenciados, a estagiarem, venham com esse tipo de formação. Ganharia a faculdade, ganhariam os alunos e ganhariam as próprias empresas.

E o que é que falha nesta falta de relação?

Falha porque eu acho que as faculdades estão muito fechadas sobre si próprias. Não estão abertas ao mundo e às empresas. Por outro lado, as empresas também certamente não estão muito abertas à faculdade. Há aqui a noção de que a faculdade, eu não sei se saber exactamente, mas que é um centro de contratação de mão-de-obra. Quantas empresas é que têm uma relação estreita com a faculdade no sentido de observarem os alunos em interacção, que no futuro... já não digo no presente... no futuro. Se me perguntar quem são os melhores



alunos no curso de direito ou da área dos jornalistas num curso de comunicação social ou num curso de gestão porque a profissão do jornalismo não é propriamente uma profissão que saia das universidades de comunicação social, pode sair de (...) outras áreas, não é? Hoje em dia, há excelentes jornalistas em diversas áreas que não tiveram curso nenhum em jornalismo. Eu próprio fiz sociologia, não fiz jornalismo. Depois apreende-se é um bocado a técnica jornalística. Falta que se concilie nas faculdades esses conhecimentos com a técnica jornalística, acho que seria o ideal conciliar os conhecimentos académicos com a técnica jornalística. E portanto acho que era um pouco... que os responsáveis pelos cursos de comunicação vissem melhor as redacções, e adaptar os cursos à realidade das redacções.

E estando o jornalismo em constante mudança, acha que não existe adaptação essa mudança que sofre o jornalismo?

O que acho é que as cadeiras na faculdade são todas muito teóricas (...) e digamos, a parte da própria... como é que hei-de dizer... a componente académica, a parte que é mesmo da bibliografia, passa de gerações em gerações e portanto, acho que era de alargar um pouco o próprio trabalho académico à realidade do mundo, digamos assim. Porque não discutir o Irão ou a crise da Coreia numa cadeira qualquer da faculdade? Para quando as pessoas chegassem às redacções ligassem no momento aquilo que é sério/certo. Porque o jornalista no fundo é um observador. Se a pessoa não está a par da realidade, como é que pode... Se um estudante que acaba o curso de comunicação social nunca leu nada sobre a crise nuclear, como é que pode no fim fazer uma reportagem ou uma notícia sobre essa área? Deviam adaptar mais a realidade. Acho que a questão da sociologia, ou política, se quiser, económica do mundo acho que devia estar... Não é só propriamente a ver com os clássicos do jornalismo, ou da economia ou da sociologia. Era adaptar um bocado aos novos tempos as cadeiras.

Acha que os estudantes vêm preparados para acontecimentos como a Casa Pia, 11 de Setembro...?

Não estão preparados, porque não lêem informação. É raro ... Não é grande a minha experiência nessa, mas pelo menos aquilo que eu tenho observado, os jornalistas não têm, os jornalistas não dominam as áreas que normalmente fazem a manchete dos jornais. Não dominam, de todo.



Como é que é possível que pessoas que querem ser jornalistas, acabam o curso bons estudantes, e um bom estudante pode não ser um bom jornalista, um bom jornalista é uma pessoa bem informada em todas as áreas, e depois não consiga dizer o que se está a passar à sua volta, o que é que acontece? Depois é uma questão técnica jornalística, a técnica depois apanhamos. Um bom jornalista tanto pode vir da área de economia, como pode vir da área de gestão, como pode vir da área de sociologia, está a ver? Aqui o importante é que ele tenha conhecimento da realidade que o cerca e que domine esses acontecimentos. O jornalismo depois é uma questão técnica, apreende-se a técnica de montagem, de escrita, por aí fora. Agora, se não conhecemos o sentido, como é que conseguimos aplicar depois as técnicas? Nós conhecemos as técnicas, mas não conhecemos os conteúdos, há aqui um vazio de conhecimento. E portanto eles devem tentar conciliar a parte teórica, se quiserem, a parte livresca com a parte técnica. Por outro lado a parte livresca deveria ser muito mais abrangente, muito mais actual, porque o aluno (...) tivessem, acompanhassem a marcha do mundo, as tendências, os comportamentos, as questões de política internacional, as questões de economia local. Todas essas questões deviam ser obrigatórias na parte teórica das faculdades. E depois era aplicar esses conhecimentos à parte técnica. Fazer uma notícia apreende-se, embora a faculdade não devesse banir (...), ensinar a escrever notícias para os vários meios de comunicação social, para um jornal, para um semanário, para uma rádio, para uma televisão e para a Internet. Portanto, cada meio tem técnicas diferentes de trabalho e, portanto, essa especialização por meio devia estar facultada nos cursos, e, por outro lado, que é aquilo que eu acho que é mais ... que é a questão dos conhecimentos gerais. O jornalista tem que conhecer um pouco de tudo, tem que estar a par de um pouco de tudo. E, portanto, as pessoas sabem muito bem Marx, Webber, Durkheim, que eram os três autores que dava na minha faculdade, os âncora do curso, todos os trabalhos andavam à volta disso, mas isso não chega. As pessoas não sabem, chegam à redacção e não sabem onde fica a Coreia e a questão iraniana e questão do terrorismo e por aí fora. E não têm, como não lêem, por norma, como a faculdade não os obriga a ler esse tipo de conteúdos, esse tipo de informação, o que é que acontece? Há aqui um grande divórcio entre a prática jornalística e os conhecimentos que vêm da faculdade. Mas acho que devia haver aqui um maior mixing.



Quando é que entraria a parte prática dos cursos?

Desde o primeiro ano. Mais, até devia começar normalmente, logo que os miúdos fazem a opção de 10º ano, devia haver logo uma maior proximidade à realidade jornalística e à realidade das redacções, os cursos serem adaptados, no fundo... Que é que se passa em Portugal? Há as chamadas licenciaturas e os cursos técnico profissionais. Se eu lhe disser que boa parte dos bons jornalistas das redacções vieram dos cursos técnicos profissionais, que é bem verdade, é rigorosamente verdade. Porque o jornalista não é só um jornalista que aparece. Os câmaras também são jornalistas, os editores de imagem são jornalistas, e portanto neste momento nós temos mais pessoas contratadas nas áreas técnicas dos cursos intermédios técnicos do que propriamente nas licenciaturas.

Está-me a falar dos cursos do CENJOR, por exemplo?

Do CENJOR, das escolas de formação profissional. Como sabe, agora até ao décimo ano os miúdos podem ir para as escolas sócio-profissionais, têm equivalência ao 12º ano. Essas pessoas vêm melhor preparadas, para entrarem numa redacção e começarem logo a trabalhar, do que propriamente as pessoas que vêm da faculdade e com doutoramento e por aí fora.

Essa é a formação mais aconselhada?

Eu entendo isso assim (...). Se a Nova e a Católica e por aí fora, os chamados institutos adaptassem a parte que ensinam já à parte técnica da profissão, e as cadeiras teóricas tivessem mais, fossem mais universais, o mundo, pela actualidade, isso se calhar era o ideal.

Qual seria a duração ideal de um curso de jornalismo?

Sei lá, os cursos têm o quê? Quatro anos?

Quatro/cinco... Agora com Bolonha vão ficar com três.

Acho que quatro anos está bem.

O que é que é preferível: cursos de Jornalismo ou Comunicação Social?



Eu que cabe tudo na Comunicação Social. Eu acho que é Comunicação Social porque o Jornalismo é uma área específica da Comunicação Social. Dentro da Comunicação Social quem quisesse seguir jornalismo teria depois cadeiras complementares ou mais vocacionadas para o jornalismo, sobretudo esta parte mais técnica. Porque na parte teórica e na parte do conhecimento do mundo isso devia ser transversal, em termos estruturantes do curso de comunicação social.

Quais seriam os saberes do jornalismo de televisão que não podiam faltar de nenhuma maneira num curso?

Acho que é igual aos dos outros, da imprensa escrita ou da rádio. Acho que há aqui uma base de conhecimentos, digamos, de interpretação da realidade. Capacidade de interpretar a realidade é comum a todos os meios, e é a realidade internacional, a realidade económica, a realidade filosófica, tudo. Tem que haver aqui um máximo de conhecimentos, e depois há a especialização dirigida e vocacionada de cada meio.

Está a falar dos saberes técnicos?

Exactamente, quando falo da questão mais técnica tem a ver com isso que é a técnica da comunicação, a técnica da rádio é diferente da da televisão, e a da televisão é diferente da imprensa escrita. Significa que a base devia ser comum, a base de conhecimentos devia ser comum e depois devia haver uma especialização dirigida a cada um dos meios.

O estágio ainda é útil?

O estágio é útil, devia era começar nas próprias faculdades. O estágio devia era ser mais profissionalizado, se quisesse, profissionalizado no sentido académico. A percepção que eu tenho é que o estágio é uma espécie de um bónus, porque a faculdade quer estar a cativar os estudantes, dão aos alunos. «À nós conseguimos pô-los numa empresa de comunicação social a estagiar», como se fosse uma espécie de... cativar os alunos para os cursos. Como sabe, hoje há uma guerra entre faculdades no sentido de cativar alunos. E, portanto, acena-se com uma série de rebuçados aos alunos. «À, depois do curso tem a possibilidade de estagiar na SIC, ou na RTP, ou na rádio e por aí fora.» Agora, isto é uma falácia, completa. Há aqui pessoas que



vêm para os estágios e saem daqui a saber praticamente a mesma coisa e não vêm preparados. E as pessoas ou vêm minimamente preparadas ou caem numa redacção e ninguém lhes liga, essa é a verdade. Porque as empresas não são obrigadas a fazer os estágios, só fazem os estágios por uma questão quase até de solidariedade institucional com a faculdade. Um recém-licenciado que cai numa redacção e que não tenha capacidade de sobressair, não tem hipótese, entra e sai com o mesmo grau de conhecimentos. Portanto, uma pessoa tem que ter uma base na faculdade que lhes permita chegar a uma redacção e dar nas vistas, é o termo. Se as pessoas vêm à primeira tentativa de qualquer proposta de trabalho as pessoas não conseguem desenrascar-se, morre o estágio, e se não tem capacidade de observação em relação às formas, à realidade, as pessoas, como há tantos candidatos, as empresas não têm capacidade, nem têm tempo nem meios para estar a substituir-se às faculdades. Os bons que já têm este tipo de conhecimento, normalmente ficam. Só os muito bons é que ficam, e os muito bons não são propriamente os alunos que têm boas notas, são os alunos que, de facto têm esse domínio da realidade e que depois conseguem apreender rapidamente as técnicas jornalísticas. Aqueles que têm vagos conhecimentos não vão lá. E a verdade é que há raros conhecimentos (?), e os factos que rodeiam a actividade jornalística, nessa área é que há uma grande falha das faculdades. As faculdades discutem teoria, não discutem o mundo. Hoje o jornalismo é discutir o mundo e analisar o mundo, daí que falha tudo. Não é a questão técnica, porque a questão técnica é importante, a questão de como se faz uma reportagem para televisão, a linguagem televisiva, a linguagem da rádio, a questão da voz, a questão da estrutura de uma reportagem e por aí fora. Isso também é importante, mas acaba por ser secundário. É importantíssimo mas acaba por ser secundário, porque importa, digamos, a cultura geral dos alunos. Há aqui uma falha na cultura geral dos alunos.

Os estagiários ainda o conseguem surpreender?

Acho que os que me surpreendem é na perspectiva de, um, na adaptação às novas tecnologias é um passo, há uma evolução muito grande a esse nível. Não sei se são as faculdades que ensinam, são eles casa, já nasceram com a garra tecnológica e estão mais preparados para... Quando nós começámos a SIC havia editores e excelentes jornalistas que continuavam a escrever na máquina de escrever, e portanto, a adaptação ao computador, às novas formas de



edição de imagem, e por aí fora, o jornalista é completamente autónomo na parte das reportagens, acompanha o repórter de imagem, vai com o seu material, com os seus apontamentos e é ele próprio que edita a sua peça no computador. Isso era quase impossível há meia dúzia de anos. A tecnologia está ao serviço da comunicação, dos jornalistas. Portanto, isso é importante. Mas isso não é tudo, um computador não resolve o problema da falta de conhecimentos das grandes áreas onde o jornalismo trabalha. Repito-me, não sei: um, falta... muito conhecimento teórico na faculdade, que é importante, mas devia haver... mas não chega. Devia haver conhecimento da actualidade da actualidade, conhecimento do mundo e algum conhecimento prático, as técnicas jornalísticas. No fundo, era essa variante de informação que forma um bom ou mau licenciado. É as três áreas, se quiser, é o conhecimento geral, académico puro e duro, ao conhecimento da realidade, ou seja, tentar ajustar o conhecimento académico geral ou mais teórico da realidade nacional e internacional nas várias áreas, e depois o terceiro tripé desse conhecimento seria a parte técnica jornalística em função de cada meio. Cada meio tem a sua linguagem, a sua especificidade.

Acha que devia ser obrigatório haver licenciatura em comunicação para se aceder à profissão?

Há uma grande divergência em relação a isso. Eu não tenho uma opinião formada em relação a isso. Eu acho é que, ao longo da história, o jornalismo tinha as suas gerações. A primeira geração, reunia a pré geração do PREC [Processo Revolucionário em Curso], e depois a primeira geração já da democracia plena e, portanto, e introduz a teoria, as três fases da minha carreira profissional, vou fazer 20 anos, os primeiros dez anos foram de alguma evolução social e política, digamos, o PREC, depois apanhou em meados dos anos 80, as coisas não estavam muito definidas. Eu conheci grandes jornalistas com o antigo quinto ano do liceu e até mesmo com a quarta classe. Depois também conheci excelentes repórteres que vieram da academia, dos cursos superiores, nomeadamente lá fora, e conheci maus repórteres que tinham o doutoramento. Não há aqui, digamos, uma tese que diga que os bons vêm da faculdade ou os bons são os que têm licenciatura. Eu acho que o jornalismo é sobretudo a síntese daquilo que eu lhe disse, a síntese de... Um jornalista tem de ser uma pessoa que tem uma grande cultura geral, e depois conseguir aplicar os seus conhecimentos, conseguir transmitir os seus



conhecimentos. Claro que a cultura geral, tanto a pode adquirir na faculdade, como a pode adquirir em casa, como a pode adquirir no emprego, na vida. Uma pessoa que tem uma grande vivência cultural se calhar não precisa de ir à faculdade para ser um excelente repórter. Se eu disser assim: os cursos da faculdade estão bem estruturados, estão bem organizados nestas várias variáveis que eu falei, ok, se calhar então, sim senhora, vamos apostar na faculdade e nos interesses que só admitem as pessoas de faculdades. Não me custa nada admitir uma pessoa que venha da economia ou que tenha grandes conhecimentos na economia, sei lá. O António Perez Metelo, antes de ser jornalista de economia era licenciado em economia. Conheço tanta gente que era excelentes repórteres, que não vinham da área propriamente das faculdades de comunicação social. Para mim o jornalismo é uma área, digamos, técnica. Porque se não eu tiver a base de conhecimentos, repito, do mundo, depois é muito difícil trabalhar, porque no fundo o jornalista é uma pessoa que observa, faz perguntas e que vê as contradições. Se eu não domino o contexto em que os factos acontecem, é muito difícil ser jornalista, será sempre um mau jornalista. Se eu dominar os assuntos, depois a parte técnica da profissão apreende-se, após o trabalho, com a linguagem, a notícia, o livro de estilo da redacção serve para isso. Na prática há aquele conjunto de ensinamentos técnicos que depois são adquiridos. O importante é a base das pessoas, a base cultural no sentido do conhecimento geral.

E a quantidade que existe de cursos e nível de comunicação é desejável esta quantidade que atinge mais ou menos os 25 no ensino público?

Eu acho que é um disparate, porque no fundo é formar jovens para o desemprego. Hoje em dia... o país é muito pequeno, o mercado publicitário é muito pequeno. Se eu lhe disser que a Prisa facturou o dobro da soma dos três grandes grupos de comunicação social em Portugal, é rigorosamente verdade. Portanto, a Prisa factura mais do dobro dos três maiores grupos de comunicação em Portugal. Só isso dá uma dimensão da pequenez do nosso mercado. Portanto, a maior parte dos meios de comunicação social, isto remetendo-nos para a questão da concentração, não têm uma situação económico-financeira saudável para absorver tanta gente. Porque o mercado é pequeno, e portanto...e com isto não quero dizer que não haja liberdade de as faculdades tirarem cursos e depois o mercado funciona, e isso está dentro das leis, as leis das más. Agora, o que eu acho é que, e ainda falámos disso há bocadinho, acho que como a



parte... Em Portugal há questões muito terríveis na área das ciências, nomeadamente as matemáticas e aqui fora, os alunos tentam fugir para os cursos mais fáceis, entre aspas, vão para cursos de ciências sociais e por aí fora, comunicação. São cursos mais fáceis para fugir à matemática.

Também é uma área apelativa...

É uma área apelativa pela publicidade que gera, pelo próprio simbolismo que tem nos jovens, o apelo constante... Se fizer um inquérito à maior parte da juventude, verá que a maior parte quer ser jornalista... ou pivot ou jornalista de guerra para viajar. Há estudos que revelam isso. Portanto há aqui, digamos, as pessoas não têm noção do que é o trabalho dos jornalistas, do esforço que isso exige. Muitas faculdades acabam, para cativar mais alunos, na altura em que há maior crise de ter mais propinas e por aí fora, que é rigorosamente verdade, a nível de financiamento, acabam por apelar, acabam por criar estes cursos que são uma espécie de cenoura para os alunos. E depois saem enxurradas de alunos todos os anos que não têm saberes profissionais, porque o mercado está fechado. É uma questão de ver quantos jornalistas é que saem das faculdades e quantos é que entram nas redacções do chamado jornalismo tradicional. A maior parte sai de comunicação social ou jornalismo, porque, de facto, há muitas áreas onde uma pessoa licenciada em comunicação social pode exercer na sua profissão: relações públicas, assessorias, marketing, eventualmente, por aí fora. Agora, jornalistas, jornalismo, (...) está fechado, está saturadíssimo. Eu acho que devia haver menos, mas com mais qualidade.

Passaria então por fechar cursos...?

Eu não sou muito a favor do numerus clausus, acho que as pessoas têm a liberdade de escolher os seus cursos, é evidente. Agora, se a estrutura de ensino é má, estamos a formar maus profissionais para um mercado muito residual, é muito pequeno, não cresce. Por isso é quando chegam aí as candidaturas a estágio, são de pessoas que quase têm o doutoramento, licenciados, mestrados, pós-graduações, currículos ... que é de louvar, mas que revela que as pessoas estão mais tempo a apostar na própria formação académica do que na vida profissional. Isso é revelador e é preocupante. Há tempos acreditavam nisto (...) e devia ser revelado, que



esta pergunta tinha razão de ser, se não se estaria a formar... se as faculdades não estariam a formar novos desempregados. Eu dizia, eu prefiro um desempregado a um licenciado ou um desempregado indiferenciado. As pessoas a viver essa situação... é verdade. Não é solução! (...). Nós iniciámos uma reportagem sobre os doutorados no desemprego e é preocupante. Porque no fundo há aqui um investimento do orçamento de estado e das famílias, para criar desempregados doutorados. Eu acho muito bem que as pessoas tenham o maior grau de conhecimento possível. Agora, esse grau de conhecimento tem que ser adaptado a realidade empresarial e isso que não está a acontecer no jornalismo. Há aí muita gente que não tem saídas profissionais, porque o mercado é muito pequeno, embora eu ache que o mercado é que resolve estas questões, mas tendo em conta o conhecimento do mercado, sou um defensor de menos cursos, menos alunos e mais exigência. Porque não havia aqui expectativas que não eram frustradas, para não apostarem em falso, ou investir em falso, e os próprios *media* acabariam por ganhar em termos de qualidade.

Como é que o ensino se pode preparar para o futuro do jornalismo?

Eu acho que o futuro passa por aquilo que acabámos de falar. Acho que é maior rigor no ensino, tem que haver, se calhar tem que haver menos teoria e mais prática, mais aproximação à realidade das empresas, adaptar os cursos mais à realidade das empresas e sobretudo dar aos alunos uma maior estrutura de cultura, como é que eu hei-de dizer, dar aos alunos mais conhecimento do mundo, mais vivência. Se calhar é preferível deixar... obrigar os alunos a verificar todos os dias o jornal, em vez de os obrigar a ler, tipo livros.

Essa obrigação como é que se conseguia?

Adaptar as cadeiras, adaptar os currículos, o grau académico. É ter menos sebatas e ter mais livros, é ter menos sebatas, que passam de geração em geração, que algumas delas até são estruturantes para os cursos, mas era abrir mais as faculdades ao mundo e à realidade de modo a que os alunos tanto pudessem discutir a guerra do Irão ou crise da guerra do Iraque ou a crise iraniana ou outro tema. Isso era obrigatório nas primeiras... (telefone)

Há aqui um divórcio muito grande entre aquilo que se ensina e a realidade hoje, e a realidade do mercado. Acho que os cursos têm que... Os cursos têm que se adaptar um bocado à realidade



das empresas e às previsões de longo prazo. Não pode ser uma coisa imediata. Por exemplo, hoje está a dar isto, o que está a dar hoje é informática, então há milhares de alunos que vão para informática, portanto têm o problema resolvido. Eu acho que tem que haver um maior planeamento dos cursos e das cadeiras e da teoria e da parte curricular em função do mundo e da realidade do país.

A parte burocrática é um impedimento também?

Eu acho que as faculdades estão muito fechadas sobre si próprias. Estão muito preocupadas com os graus, os mestres, os doutoramentos e a própria faculdade é responsável, há ali uma luta de poder interna, e estão divorciadas do mundo tirando raras exceções, chega-se à conclusão que as universidades nem sequer falaram umas com as outras, porque cada uma quer mais um aluno, cada uma quer aparecer no ranking acima da outra, e não há aqui diálogo das faculdades, no sentido de organizar a malha do todo. No fundo, a rede escolar devia estar interligada. A faculdade de direito ... a faculdade da nova teria que ter uma relação estreita com a da católica, com a privada, no sentido de uma estratégia.

Teria de haver uma relação entre as próprias instituições?

Exactamente, haver uma relação entre elas de modo a que se crie uma estratégia dentro dos cursos em função da realidade do país e das previsões e do crescimento do país. O que vai acontecer daqui a dez anos? Essa realidade não existe. Essa inter-relação entre as faculdades e o mundo, o mercado, a economia, não existe. Depois temos faculdades de medicina e há crise de médicos, podia ter esse planeamento. Temos alunos de Direito a servir no Mcdonalds, porquê? Porque não houve essa... e a própria, o próprio acesso à faculdade devia estar condicionado em função disso. Não são só as vagas da faculdade, a parte burocrática da faculdade, em função da realidade do país. Deviam entrar em Medicina o número de alunos que o país necessita. OK, mais uma folga para os alunos que queiram ir para o estrangeiro. Depois a propriamente cobrir em função da capacidade de cada uma das faculdades, isso é um disparate. Porque se eu abrir uma faculdade com 500 lugares, entram 500 alunos, e depois?

As vagas de comunicação social foram praticamente preenchidas...



Porque aquela gente está a querer criar, tudo o que é instituto, tudo o que é universidade privada, estão a criar cursos que são os cursos que melhor apelo fazem à juventude. A juventude é uma juventude de cultura audiovisual, que nasceu com as novas tecnologias. Já não é da cultura de livro, da cultura da gramática, é da cultura audiovisual, da publicidade e por aí fora. Portanto há aqui um apelo muito forte das faculdades a esse tipo de cursos, que são cursos onde não é preciso a matemática, ou onde a matemática não é importante. O que é que acontece? Há um apelo muito grande das faculdades, há uma adesão enorme dos miúdos, e o mercado não suporta e não consegue responder a isso. Há aqui um divórcio. Eu acho que devia haver menos cursos, estruturados de uma forma dentro uma rede de inter-relação das faculdades e ser mais exigente (...).

Acha que há algum curso que se destaque dos que existem no país e avaliando pelos estagiários que aqui chegam?

É um bocado difícil porque eu não tenho conhecimento dos estagiários para tirar uma conclusão. Agora, acho que há algumas faculdades, lá está, umas têm outras não têm. Há partes de algumas faculdades que são bastante boas no sentido teórico. Por exemplo, a Nova é uma boa faculdade no sentido teórico, no sentido académico propriamente dito, e é fraca no sentido prático. Se calhar há universidades e até institutos politécnicos que se calhar têm uma parte prática mais forte do que a Universidade Nova ou que a Católica. Ou seja, temos as chamadas universidades em que os alunos estão melhor preparados no sentido académico, no sentido do conhecimento teórico-clássico. A parte... os novos institutos, novos cursos e as novas faculdades deviam estar preparadas no sentido mais técnico. Eu acho que no fundo era misturar os dois. O que uns têm e outros não têm. Há aqui... Se o CENJOR, por exemplo, estivesse na Nova, se calhar assim podia ter um bom ensino de jornalismo. Embora às duas falte a terceira componente, aquela componente de conhecimento, de obrigar os alunos a ler os jornais e a conhecer o mundo. Essa parte é a mais deficiente de todos, digamos, é a cultura geral dos alunos é muito fraca. Tirando isso, há alguns institutos que têm de facto já alguma preparação técnica aos alunos, algumas faculdades que dão conhecimentos mais académicos, universitários, digamos assim. Mas falta-lhes... Não há faculdade nenhuma que consiga reunir essas três variáveis. É aquela ideia que eu lhe falei há bocado. Há uma ideia que os cursos são



todos genéricos, na Nova foi a conclusão a que eles todos chegaram. E a falta de cultura geral dos alunos... grande problema número um, dois: falta de conhecimentos profissionais, técnicos dos alunos, chegarem às redacções e não conseguem distinguir o que é importante do acessório, não têm cultura geral, não têm enquadramento. Depois três: conhecimento geral, parte técnica e depois é aparte mais global do aluno, mais teórica. Aí já vêm bem formados, conseguem discutir coisas... a parte livresca da faculdade conseguem discutir essa parte. Depois alguns fizeram doutoramentos, fizeram mestrados e conseguem discutir essa parte, até com conhecimentos acima da média das redacções. O problema é que lhes falta o resto, podia adaptar mais os cursos, as cadeiras à realidade. Nalgumas regiões em Espanha os alunos da primária são obrigados a ler, há uma cadeira onde os obrigam a fazer trabalhos de casa cuja base é a leitura do jornal. As pessoas fazem críticas, logo na primária de jornais. Obriga os alunos a ter mais hábitos de leitura, a estarem mais informados sobre o que é que se passa no mundo, e a discutir com os pais determinadas coisas que não dominam. E chegam à escola e discutem: ah eu vi esta notícia e discuti esta notícia com o meu pai e ele acha isto e não sei quê. Portanto, apercebem-se... a até é educação para os *media*. Acabem por receber educação para os *media* logo na primária. Isso é que é muito importante. A questão não é só na Universidade, a questão vem de trás. Educação para os meios é muito importante, se vissem o mundo variado, os telejornais, a net, e por aí fora e se não tiverem esse tipo de cultura enraizada desde pequenos, não propriamente ler os jornais todos, mas saber o que é que aquela notícia quer dizer, aquilo que significa. Se o ensino, logo desde pequenos, fomentasse este tipo de práticas de leitura se calhar aqueles efeitos perniciosos, entre aspas, da comunicação social, aquelas imagens mais violentas e por aí fora, se calhar era importante, no sentido da cidadania e do conhecimento mais global do mundo. Hoje em dia, se fizemos um inquérito, se perguntarmos às pessoas de onde é que vem o leite, se calhar a maior parte diz que vem do pacote. É um bocado isso, é a falta de conhecimento da vida. Como os jornais e as televisões é que mostram a vida, é importante saber ler os jornais. Portanto é daí que se fazem bons jornalistas, os recém licenciados.



Manuel Carvalho (Director-adjunto do Público)

13 de Outubro de 2006

Disse há pouco tempo numa entrevista que o *Público* pretendia atingir vários públicos, por causa dos suplementos e esse tipo de coisas. Que características é que um jornalista de um jornal que quer atingir tanto o público jovem como o público mais letrado, deve ter?

Bom, eu acho que os produtos específicos que nós fazemos para cada destes segmentos de público requerem, por si próprios, jornalistas especializados. Ou seja, é impossível nós termos um jornalista sénior que está com 50 anos de profissão seja capaz de perceber qual é a ligação que um jovem de 18 tem à musica *pop*, ou a dimensão tecnológica do seu quotidiano, é completamente impossível. O que nós temos que ter são jornalistas com ligação, com um pé, no mundo da juventude e jornalistas que tenham outro tipo de experiência, que tenham outro tipo de sensibilidade para questões, portanto, que são de outra geração. O produto final poderia parecer completamente híbrido e descaracterizado, ou seja, querer misturar tudo, os diferentes interesses do público, isso sê-lo-ia, sem dúvida, se não houvesse, se não tivesse de haver cada jornal a definição de uma espécie de denominador comum que sirva para abranger um número mais vasto de pessoas dentro de cada um destes sub públicos, digamos assim. A lógica dos suplementos é uma lógica complementar deste esforço, desta preocupação e obviamente procura ir de encontro a interesses mais específicos dalguns públicos. O corpo principal do jornal, por natureza e definição, tem de ser generalista.

Tendo em conta esta especialização, que tipo de formação é que um jornalista especializado deve ter?

Eu acho que um jornalista especializado... Eu acho que os jornalistas têm que se especializar no próprio desenvolvimento da sua carreira. Eu não achava boa ideia que os jornalistas se especializassem nas licenciaturas das universidades. Eu acho que as universidades têm que propiciar ferramentas básicas a diversos níveis, e a partir daí, portanto, em contacto com a experiência profissional, de acordo com as necessidades e com a sensibilidade da empresa e com a sensibilidade das pessoas que desenvolvem as características, se desenvolve e se



aprofunda o conhecimento de disciplinas muito particulares. Seja a economia, seja o que for. Mas para que isso possa desenrolar-se de uma forma viável. O que tem que acontecer é o cumprimento de uma questão prévia, saber se os jornalistas que vêm das universidades, têm essas ferramentas básicas para poderem depois singrar. Eu acho que, em muitos casos, não têm e acho que as universidades devem reparar muito rapidamente, já o deviam ter feito, mas devem reparar muito rapidamente que o mundo do jornalismo, quer a nível dos suportes, quer a nível da formação, está a mudar rapidamente, muito rapidamente, e no prazo de 4, 5 anos este modelo de ensino, esta estrutura curricular está completamente obsoleta. Formar jornalistas para o século XIX, e nós estamos no século XXI. Mas isso será outra questão.

Há uma desactualização então nos currículos?

Acho que há claramente. Eu sempre critiquei imenso as estruturas curriculares previamente existentes, as que existem actualmente e que formam jornalistas para os modelos, para os suportes de hoje, seja para a rádio, seja para a televisão, seja para o jornal impresso, sempre achei que havia veleidades ao nível da formação dos jornalistas, nomeadamente a nível do conhecimento de noções básicas de direito e de economia. Sempre achei isso e em todos os fóruns em que participei sempre disse isso. Não percebo como é que cursos como Coimbra tem uma disciplina sobre direito europeu e não tem uma disciplina chamada introdução ao direito que nos mostra a qualquer estudante qual é a diferença entre um arguido, entre um indiciado, o que é que está em processo, o que é um arquivamento, o que é trânsito em julgado, ou seja, questões que eles trabalhem na economia, ou na sociedade ou na política com as quais têm que se defrontar todos os dias. Eles saem de lá completamente, sem saber absolutamente nada de nada. A questão que se coloca agora é completamente diferente. Já não estamos apenas a falar da formação de base teórica, estamos a falar do próprio conceito de profissão que está a sentir uma mudança enorme. O jornalista do futuro que já começa a ser do presente, mas cada vez mais o jornalista do futuro tem que ser para além de manter as características que os jornalistas da minha geração têm, ou seja, as preocupações de natureza deontológica, a intuição para mediar e a capacidade de perceber o que interessa, o que é relevante do ponto de vista público, etc., tem que também ter um domínio das novas tecnologias que tardam. Veja, por exemplo, dez por cento da redacção do *Washington Post* já vai para os seus serviços com uma pequena



câmara para captar imagens. E quando mandam os seus textos, já mandam os textos em formato para o on-line, mandam uma imagem para o on-line e depois escreve o seu texto para o papel. Essas mudanças que estão a acontecer são muito rápidas. Vão implicar com que o nosso conhecimento das tecnologias, de suportes tecnológicos, de meios tecnológicos, sejam completamente diferentes. Sejam capazes, não apenas de fazer notícias mas de as saber colocar nos seus devidos suportes, porque não tenhamos dúvidas de que este mundo pacato e confortável do jornalista que escreve, do paginador ou do gráfico que coloca na página, isso vai acabar, principalmente na gestão da transição. As dificuldades das empresas vão ser tão grandes que o jornalista vai ter que ser uma espécie de pau para toda a colher e acho que era bom que as universidades começassem a discutir imediatamente quais são os desafios que o jornalismo tem nos próximos tempos, o que é que está em curso de modo a que eles se possam antecipar.

Além de todos estes aspectos de que me falou, qual seria o perfil desejável dos cursos? Tanto a nível de duração, de matérias. Eu pedia-lhe, inclusive, que me construísse um curso ideal de jornalismo.

Eu acho que não valia a pena nós..., eu não desfazia por completo a estrutura curricular dos cursos existentes. Por aquilo que eu conheço, a que me parece ser mais sensata é a do Minho. Agora, eu que eu introduziria com muita intensidade era mais ciência política, acho que era fundamental uma disciplina de um conhecimento de História do Século XX Português. Acho que era fundamental ter uma cadeira anual de introdução ao Direito. Acho que era fundamental ter cursos de Web Design, em todos os cursos de natureza que ajudem os jornalistas a dominar o software para além do Word, e acho que era também fundamental que nem um único aluno pudesse sair de qualquer universidade sem ter enraizado como vício o hábito de ler jornais, que é uma coisa que eu acho absolutamente incompreensível como é que nos chegam aqui estagiários que não têm o hábito de ler jornais.

É uma das principais falhas?



Eu acho que é uma das principais falhas. Um curso de comunicação social que licencia um jovem para o jornalismo, e que chega ao final de quatro anos e não lhe conseguiu sequer incutir o hábito de ler jornais, então está tudo dito, o curso falhou rotundamente.

Como é que se poderia induzir um estudante a criar este hábito?

Eu que é por uma questão de obrigação. Acho que devia haver, todos os professores em todas as disciplinas deviam ter o hábito de fomentar o interesse pela actualidade. Há professores de direito constitucional, em Coimbra, que no princípio das suas aulas perguntam aos seus alunos o que é que acham da manchete do *Diário de Notícias* de hoje, que é que acham do que está a acontecer, se acham bem, os problemas da segurança social, é por aqui que se deve ir, é por ali, porquê? Instigar-lhe o gosto pelo debate público e pela participação é absolutamente fundamental e é uma coisa que não existe. Há jornalistas que saem dos cursos superiores de comunicação social que não lêem jornais. Como é que é possível?

E a nível de duração, qual seria a duração ideal de um curso de jornalismo?

Não faço ideia. Quatro, cinco anos. Não mexeria muito por aí.

E a nível de percentagem prática teórica e quando é que entraria a prática?

Acho que a partir do segundo ano começasse a haver algum contacto com a prática. Mas acho que, no essencial, o modelo que está existente, termos a parte teórica toda e no final ter um estágio profissional, é o mais recomendável. Agora lá está, acho que é o recomendável e algumas estruturas curriculares já o contemplam, que houvesse seminários obrigatórios ao longo dos três anos de modo a que se possa discutir e se possa participar e que se possa, de alguma forma, mexer na substância que é a actividade profissional.

E a utilização de instrumentos, como existe em Coimbra, a Rádio Universidade de Coimbra e um jornal diário da universidade, isso também é importante?

Eu acho que isso é muito importante. Desenvolve aquilo que é o cimento mais poderoso do jornalismo, que é a proximidade, a sensação de proximidade, de partilha com aqueles que lhe



são próximos. Acho que isso é extremamente importante todos estes tipos de experiências, num ano. Até poderia haver mais que um.

Mas para isso também é necessário haver instrumentos como laboratórios, redacções simuladas, acha que isso é uma componente importante não só a nível do jornalismo escrito como também da...?

Eu acho que sim. E podia haver publicidade, podia haver circulação paga fora da universidade, porque não? Não vejo que haja problema absolutamente nenhum. Isso depende, fundamentalmente, da ambição dos meios. Acho que as universidades têm o dever de colocar os meios à disposição. Os meios para se fazer um jornal são reduzidíssimos. Computador toda a gente tem. É facilímo encontrar uma sala em excesso nas salas de uma universidade, uns dez ou quinze computadores para se montar uma redacção.

E quais é que são os saberes do jornalismo concretamente, e nomeadamente do jornalismo escrito que não podem falhar num curso?

Não podia falhar as normas básicas da vida em sociedade que nos ensina o direito, a organização do Estado, a deontologia, o português, evidentemente. Acho que essas são as absolutamente essenciais, essas quatro dimensões.

A técnica também não estaria de fora...

A técnica é rudimentar, não a colocava como uma prioridade. A técnica, a história da pirâmide invertida, etc., etc., isso é no jornalismo novecentista. O jornalismo já não é assim. Já é muito mais criativo. A noção do *lead* continua a fazer sentido, mas os *leads*, quanto mais criativos forem, quanto mais de uma forma imaginativa e interessante for apresentada aos leitores melhor. Não é necessário inverter, fazer aquela confusão da notícia, daquela forma seca como se fazia. Acho que como ferramenta até para as pessoas, para os alunos se poderem confrontar com o potencial das técnicas e dos seus limites, acho que é bom que se ensine, mas não acho que seja, que quando se chegue à parte prática se obrigue.



O corpo docente de uma boa licenciatura de jornalismo e comunicação devia ser composto por que tipo de docentes?

Isso é um bocado complicado porque, repare, eu acho que nós catalogarmos os docentes por tipo, se são jornalistas, se são académicos tradicionais, se não são académicos tradicionais. Acho que isto é muito difícil sempre muito das pessoas que vestem essas peles. Acho que, de qualquer forma, é sempre muito importante que haja jornalistas a participar neste tipo de cursos. Alguém que leve lá para dentro a pulsação diária da profissão, que introduza naquilo uma dose de realismo. Acho que há muitos cursos em que as estruturas curriculares estão obviamente feitas pelos interesses das pessoas que o fazem. Há cursos em que as semiologias e as semióticas têm um peso absolutamente desproporcionado na importância. E isso acontece porque são os próprios professores daquelas áreas que fazem os cursos de comunicação social. Isso é uma crítica genérica, não é uma crítica para ninguém em particular, é uma coisa que eu sinto que acontece muitas vezes. Mas também acho que é importante que haja académicos prestigiados nas suas áreas que sejam capazes de ensinar de uma forma pura e dura aquilo que são as outras áreas, nomeadamente a sociologia da comunicação, seja a teoria dos *media*, seja o que for. Nessas áreas, ou na história ou no direito, é bom que haja académicos. Mas é bom que o curso também tenha uma faceta de profissionais. Eu acho que uma maneira interessante de resolver isso, e eu vejo isso em poucos casos, é haver seminários com professores convidados, semestrais, ou trimestrais até. Ao longo de um ano que teria quatro trimestres, em que a universidade convidava quatro jornalistas para dinamizarem um painel. E, portanto, a partir daí com um guião muito flexível, de modo a que as pessoas fossem para lá e pudessem entrar em diálogo aberto e exporem muitas das suas dúvidas a um profissional mais batido, de forma a que pudessem ficar com uma ideia até mais concreta.

Cada um iria leccionar a sua respectiva área. Falou-me aqui no direito. Aí é aconselhável ter um professor de direito?

Eu acho que essas coisas, direito, há mais lógica em dizer que deveria haver introdução ao direito e direito constitucional. Eu acho que se fosse um bom ano de introdução ao direito podia ser o suficiente, e tem de ser ensinado por um professor de direito, evidentemente. Acho que nestes seminários, quatro seminários, três, trimestrais, um por trimestre, ao longo do ano onde



se pudesse convidar jornalistas, para dizer livremente ao longo de conversas com um da rádio, outro da televisão, outro da imprensa escrita, outro que se tenha distinguido por ser repórter este ano, no próximo ano, e fazer disso uma coisa acessível a todos os alunos, que pudessem falar com jornalistas e dissessem como é que isto se faz, qual é o problema?

E quais são os pontos positivos das licenciaturas? Que é que elas têm de melhor? O Público também já apanhou a existência de cursos...

Aquilo que eu acho que há de melhor é o domínio da técnica profissional, dos rudimentos técnicos profissionais e parece-me que a maior parte dos alunos dominam razoavelmente a língua.

Falou-me na Universidade do Minho como sendo uma das que mais se destacam. Os estágios ajudam a ver quais são os alunos mais bem preparados?

Completamente. A maior parte das pessoas que nós recrutámos aqui nos últimos anos, foram pessoas que vieram para aqui estagiar. E a gente ao fim de três meses vê se há um jornalista, se há um grande jornalista ou se há um jornalista razoável. E onde não está um jornalista. Já tivemos aqui experiências de pessoas que, pura e simplesmente, chegaram ao final do estágio, e disseram: não tenho vida para isto.

Além da Universidade do Minho, encontra alguma que se destaque também pela positiva?

Às vezes chegam cá bons alunos de Coimbra. Este ano, tivemos um excelente aluno do Porto também.

E acha que o ensino superior público de jornalismo e comunicação está a formar os jornalistas que as redacções querem?

Não. De todo, não está. Por uma questão muito simples. Por uma questão muito simples: não têm a curiosidade, não desenvolvem a curiosidade, não desenvolvem a paixão pelo debate público, não desenvolvem o interesse por aquilo que se passa na esfera pública, não desenvolvem aquele instinto de servir o público fazendo a mediação, servindo-lhes a informação



que é importante e que é relevante. Há uma série de questões básicas em que eu acho que as universidades estão a falhar. As universidades produzem enlatados, e se os alunos não têm de fora este tipo de estímulos, este tipo de nervo, garra, não aprendem. Isto incide tudo naquilo que, há bocado, dissemos aqui. Nós temos aqui licenciados a quem só falta o estágio, que não lêem jornais. Não têm prazer em ler jornais, não têm a necessidade compulsiva de ler jornais. Está tudo dito. Não se pode ser jornalista se não se gostar de ler jornais.

Cada vez mais vão abrindo cursos de comunicação e jornalismo. Essa existência de um número tão grande de cursos é positiva ou é negativa.

Eu acho que é negativa, por uma razão muito simples. Está-se a formar... Mas isso é um problema que não tem, exclusivamente, a ver com os cursos de comunicação ou de jornalismo, tem a ver com o problema geral do país. Está-se a formar gente para o desemprego.

O mercado não está também numa situação de...

O mercado é recessivo. E continua-se a produzir centenas, senão, milhares de alunos de comunicação social por ano, para o desemprego. Não há hipótese absolutamente nenhuma. As universidades e o estado têm esta atitude criminosa, que sabe que está a gastar dinheiro, a criar-se expectativas a centenas de jovens, que sabem que não vão ter possibilidade de ficar. São tantos, tantos, não há mercado para isso.

A solução passaria pelo encerramento de alguns cursos?

Obviamente.

E acha que devia haver ensino obrigatório para aceder à profissão?

Não.

Há países como o Brasil...

Sou completamente contra. Vou-lhe dizer uma coisa que é uma heresia para si, mas já o disse também na Universidade do Minho. Vou-lhe dizer uma coisa que é uma heresia a si que é licenciada em comunicação social e está a fazer um mestrado nesta área. Eu, actualmente, continuo a achar que o melhor curso para se ser jornalista é Direito.



A técnica aprende-se na prática?

A técnica é fácil. Desenvolver curiosidade, perceber o que está mal, o que é errado e o que não é errado, o que é notícia e o que não é, o que é lei e o que é fora da lei. Os cursos de comunicação social são muito maus. São muito pasmosos, são muito pastosos. Não incutem aquilo que é absolutamente essencial na profissão, que é nervo, que é paixão. O Direito é muito mais vibrante. O debate que se faz no direito é muito mais vibrante que o debate que se faz nos cursos de Jornalismo.

Acha que as redacções deviam ser tidas em conta na abertura de novos cursos ou na reformulação dos cursos actuais? Deviam ser consultas ou ter uma participação?

Acho que sim. Até acho que tem havido essa preocupação. O que acontece muitas vezes e isso já me aconteceu a mim, na última ronda de avaliação dos cursos de ensino superior que houve, o que aconteceu na maior parte das vezes foi eu acabar de dizer aquilo que pensava e os senhores da comissão de avaliação a perguntarem-me porque é que eu achava isto, em vez de eles tomarem notas e de tentarem reflectir aquilo que eu queria dizer era quase que julgarem-me, condenarem-me por a dizer aquele tipo de blasfémias, algumas das quais eu já lhe disse aqui, nomeadamente a nível de direito. Eu acho que é absolutamente escandaloso. Mas porquê. Mas deixe-me só fazer uma declaração de interesse, eu não sou de direito.

Um outro curso que é muitas vezes mencionado pelos jornalistas, é economia. Também era importante haver licenciados em economia nas redacções?

Eu acho que sim, mas nalguns casos há. No caso do Minho existe um curso de Economia.

Mas um licenciado de economia vir para uma redacção como a do *Público*, tem alguma utilidade?

Eu acho que sim. Nós, há alguns anos atrás, organizámos um estágio e permitimos a inscrição de outros jovens de outros cursos e ficámos muito bem surpreendidos. Os cursos de Comunicação Social não ficaram a ganhar. Aliás, desse grupo de gente acabámos por ficar com uma jornalista que é de Direito.



O Público já tomou alguma iniciativa para melhorar algum curso, seja pela participação de seminários, em palestras.

O *Público*, tudo aquilo que a universidade nos convida para fazer, nós participamos. Temos todo o gosto em participar nos eventos descritos, damos a nossa reflexão, participando em discussões, etc., etc. Agora, a ideia que eu tenho é que a universidade é muito autista. Não vale a pena. Não acho que valha muito a pena. A universidade vive muito em torno do umbigo dos seus processos, e isso é pouco... A gente não desiste, continua a ir, que é nosso dever. É nosso dever público e vamos e sempre que há colegas suas que têm perguntas a fazer eu tenho o tempo todo, mas do outro lado não há muita recepção.

E por iniciativa própria? Não há iniciativa do jornal de se dirigir a uma universidade e dizer: isto está mal, devíamos fazer assim...

Não tem havido muito, sabe. Porque, repare... Isto tudo resulta um pouco de, subconscientemente, termos a sensação de que não há muito a mudar. Nós encontramos pessoas com muito boa vontade e com muito mérito e que percebem o que está mal e que se esforçam para mudar o que está mal. Mas muitas pessoas mesmo, em todas as universidades, nomeadamente no Minho acho que há um núcleo duro de pessoas no curso que são pessoas que, de factos, e nota que têm vontade de mexer e de mudar, mas a inércia das instituições é tão grande que aquilo acaba por, enfim...

Às vezes há um bloqueio burocrático...

É um bloqueio institucional.

E acha que o ensino superior de jornalismo mudou alguma coisa na forma de fazer jornalismo?

Isso exigia uma perspectiva que eu, sinceramente, não tenho. Mas deixe-me lá ver... No geral, acho que sim. Acho que no balanço final as coisas melhoraram. Não há hoje, se calhar, tanta paixão da profissão, mas essa paixão tinha sempre um lado mau que era o desenvolvimento da tendência, do partidarismo, do sectarismo. Eu acho que as novas gerações formadas nas escolas já têm uma visão mais distanciada da profissão e olham o exercício profissional com outro tipo de distanciamento e isso é claramente positivo.



O que pode revelar o futuro em relação à educação no jornalismo, à formação de jornalistas?

Eu acho que voltamos outra vez ao início da nossa conversa. Acho que nós não sabemos muito bem o que está a acontecer nos *media*. Sabemos apenas que a informação se está a disseminar, a pulverizar um pouco pela rede e sabemos que os blogs começam a ser nossos concorrentes, que o jornalismo do cidadão começa a ser nosso concorrente, sabemos que os jornais em papel estão a atravessar uma crise enorme, porque as pessoas não precisam de comprar o papel para se manterem informados, os formatos de jornais online são cada vez mais produtos multimédia. Há tanta coisa a acontecer, a imprensa tradicional, e isto vale também para a rádio e que começa também a afectar a televisão, porque de hoje para amanhã a gente pode chegar a casa ligar o computador ou ligar a televisão e fazer um telejornal *a la carte*, ou seja, escolher as notícias que quer ver. Tudo isto está a mudar tão depressa que nós para começarmos a dar os dois ou três primeiros passos da travessia da ponte, e não sabemos muito bem o que é que está do outro lado. Acho que a profissão, o exercício profissional, os meios, está tudo num momento de grande viragem. Diz-se que a última edição em papel do *New York Times* vai sair em 2014. Estamos a oito anos, é já amanhã. Portanto, está tudo a mudar tanto e de forma tão intensa e tão acelerada, que eu acho muito difícil nós darmos conta de quais são as necessidades do jornalista. Embora aquilo que eu acho que se fosse eu que estivesse à frente de um curso de comunicação social, introduzia imediatamente a componente tecnológica, ferramentas tecnológicas para os jornalistas poderem trabalhar.

É uma das formas de o ensino superior se preparar para este futuro?

É, porque no futuro os jornalistas não vão ser exclusivamente as pessoas que vão, que se sentam e que escrevem a sua notícia e depois vão para o rananço no final da tarde porque há alguém a pagina, alguém a pôe no papel, etc., etc. Acho que, no futuro, o jornalista tem que ser tudo.

Uma espécie de jornalista MacGuyver?

Exactamente. É a noção desse tipo de jornalista que tem que saber tudo. Tem que saber as tecnologias a chegar, as edições online, etc.



Carlos Daniel (RTP)

6 de Novembro de 2006

Que características é que tem um bom jornalista de televisão?

As características essenciais, acho que não mudam muito. Portanto, o jornalista de televisão deve gostar do trabalho que faz, porque ele obriga a uma entrega, uma aplicação, uma disponibilidade para o exercer grande, o sentir prazer. Não é fácil ter um trabalho como este se não se tiver prazer nele. Depois, deve ser alguém que tem uma base de formação sólida ao nível de vários assuntos, dos quais eu destacaria a língua no caso do português, cada vez mais um pouco do inglês, um pouco ou muito, um conhecimento maior, e um prazer grande pela leitura e pela aprendizagem e depois aquela característica cada vez mais vezes repetida, mas que eu acho que apesar de tudo vem a seguir a esta que é uma formação específica que lhe permita perceber quais são as regras fundamentais deste trabalho.

Um jornalista com estas características, que formação é que deve ter?

Idealmente, eu acho que o trajecto dos cursos de jornalismo e de comunicação têm feito acho que cada vez mais são a forma certa para que o jornalista possa construir bem a sua carreira, ainda que eu acredite que tem havido uma adequação ultimamente lenta dos cursos na lógica das redacções. Ou seja, do que eu conheço ainda é algo tardia a entrada do aluno na lógica de produção de conteúdos jornalísticos. Continua a haver uma aprendizagem muito separada de conteúdos teóricos e da aplicação prática desses conteúdos.

Como é que se readaptaria a formação de jornalismo?

Quer dizer... Eu não tenho a receita. Acredito que essas coisas estão hoje em dia a ser pensadas, até por causa de Bolonha e tudo mais, portanto, necessariamente está a haver uma reforma de conteúdos. Eu acredito que é possível uma motivação mais precoce do estudante para a actividade jornalística propriamente dita, ou seja, não ser um estudante igual ao de outro curso qualquer durante dois anos e a partir de determinado momento dedicar-se aos conteúdos específicos da sua paixão, da sua vontade profissional. E, por outro lado, também acho que aquilo que têm que diferenciar um estudante com formação em jornalismo de um outro tem que



ser claro quando se chega a uma redacção, ou seja, tem que se perceber que um estudante de jornalismo está mais habilitado para ser jornalista do que outro estudante que fez outro curso qualquer. E isso durante muitos anos não foi verdade. Chegar uma estudante com formação que é a minha, por acaso posso citá-la, é sociologia, ou em direito ou em história, ou chegar um licenciado em jornalismo, muitas vezes, tirando dois ou três, vamos dizer pormenores, que às vezes são por maiores de linguagem e de técnica, não se notava uma grande diferença ao nível da formação para os assuntos do conhecimento da matéria e eu acho que isso é que é fundamental.

E hoje já há mais essa...

Não tenho ainda a certeza. Acredito, pelos conhecimentos que vou tendo dos cursos que estão a ser dados passos nesse sentido, mas não noto ainda... também é verdade que cada vez mais os alunos que chegam por exemplo, aqui na RTP, são os alunos dos cursos de comunicação, por isso eu não tenho o termo de comparação como tinha há oito/dez anos. Mas não tenho ideia que as pessoas dominem os assuntos que são a matéria noticiosa de todos os dias, seja política nacional, seja de política internacional, seja da área cultural, seja do desporto, da economia. Não me parece que dominem como deviam dominar alunos licenciados em jornalismo, e não noutra coisa qualquer.

E os alunos de jornalismo já vêm preparados com esse domínio?

Não, acho que não. Acho que tinham que vir. Acho que o grande trunfo é o estudante de jornalismo chegar e dizer assim: está-se a falar de défice público, e ele saber o que é. Da mesma maneira que a seguir se fala de um congresso do partido socialista, tem que saber como é que acontece o congresso do partido socialista e quando é que acontece desde quando é que existe e para que é que serve, quando estou a falar da Nicarágua, saber quem são os sandinistas. Há uma série de coisas que os estudantes de jornalismo tinham que aprender no concreto e continuo a achar que não chegam às redacções com essa... Isso sim é que os distinguiria, seria um trunfo maior para se ... para ganhar o seu terreno e o seu espaço.

E para haver alunos com essas capacidades como seria o perfil de um curso de...



É como eu lhe digo, eu tenho muita dificuldade, eu não tenho uma receita. Seguramente, pensando nisso, juntamente com outras pessoas, mas também teria essa característica fundamental que eu lhe disse, que é trazer uma área mais concreta, mais de análise para anos mais prematuros. Ou seja, não entrar nos trabalhos concretos do jornalismo, seja ao nível da análise, da crítica, da feitura propriamente de trabalhos a partir do terceiro ano, como normalmente acontecia na maior parte dos cursos até há pouco tempo, e conseguir que os alunos sejam obrigados a adquirir conhecimentos próprios desta actividade. Um médico tem que aprender conhecimentos que têm a ver com a medicina. É claro que um médico só sabe de medicina não sabe de coisa nenhuma. Mas o jornalismo é uma disciplina muito ampla, quem souber muito de jornalismo já sabe de muitas coisas. O problema é que eu acho que as pessoas sabem alguma coisa de jornalismo, da técnica jornalística, mas que não percebem a determinado momento, ou não são obrigadas a perceber ou não querem perceber, e depois quem é que faz a diferença? São aquela meia dúzia de alunos que todos os anos existem, que de facto gostam muito disto, se esforçam muito e que são claramente melhores que os outros todos.

Acha que há falta de actualização dos currículos dos cursos em relação ao desenvolvimento do jornalismo?

Eu acho que... Tem a ver com a forma como os cursos nasceram e com a forma como os cursos se organizam nas várias universidades e tem a ver com uma dificuldade em investimento em tecnologias. Por exemplo, para televisão é fundamental. Se não houver equipamentos e técnicos à disposição para fazer determinado tipo de trabalho, fica-se muito na teoria.

É esse o problema dos cursos?

Eu acho que há alguma formatação de cursos que ainda são relativamente recentes, e que herdaram lógicas de formatação de outros cursos que tendiam a especificar as matérias mais a partir de determinado ano, normalmente a partir do terceiro ano, e depois às a dificuldade em ter os docentes certos, porque é evidente se o curso é novo não há muita gente, não há professores, como não há muitos professores licenciados em jornalismo, estão agora a começar a haver. Portanto, necessariamente havia alguns défices a nível de docência e depois há falta de



investimento. Acho que ... esses três problemas. Acredito que gradualmente estejam a ser ultrapassados.

E que é que é preferível, o ensino universitário ou politécnico?

No jornalismo? Acho que é o universitário.

Agora vou-lhe fazer uma pergunta mais específica...

Mas o universitário por uma questão de exigência.

Mas quais são as diferenças que encontra entre um e outro?

Não consigo... Nesta altura a maior parte dos cursos, são cursos universitários, portanto eu admito que um curso politécnico seja um início, um caminho, mas se pensarmos num curso politécnico como uma alternativa à formação universitária de um jornalista, eu acho que não. Eu quero é que um jornalista tenha uma formação mais exigente ainda, portanto, reduzir-lhe a ambição e reduzir-lhe a exigência... Imagine, uma pessoa que quer trabalhar na imprensa regional, porventura não terá de ter formação universitária. Se calhar era ótimo que várias pessoas que trabalham hoje na imprensa regional pudessem ter pelo menos formação a nível de um politécnico ou até de um curso técnico profissional simples, se calhar nem tão longe, um curso de formação mais curto dos que existem.

E é preferível Comunicação Social ou Jornalismo?

Eu acredito que, para se aprofundar, é melhor que seja Jornalismo, e acho que muitas vezes os cursos de comunicação social permitiram, claro, ter mais alunos, e de certa forma construir-se com mais facilidade e garantirem-se nas faculdades. Mas acho que, tendencialmente o curso deve ser mais de jornalismo e menos de comunicação, que depois tem as tais variantes mais tarde. Aí teremos sempre o mesmo problema: sempre que a publicidade, as relações públicas, o jornalismo, tiverem um tronco comum inicial, o tronco comum será menos específico e perde-se algum tempo a entrar nas matérias concretas.



Quais são os saberes inerentes à profissão, neste caso em televisão, que não podiam faltar de maneira nenhuma num curso superior?

Isso eu já não acho que falte. O que é inerente à televisão além de um domínio dos assuntos que é transversal, o domínio da técnica televisiva acho que é, evidentemente, o domínio da técnica da reportagem acho que é o principal, o conhecimento sobre a forma de escrever e de editar em televisão, o domínio da técnica de apresentação que é específico mas que tem ligações directas às intervenções em directo e à forma como se tem de cobrir uma notícia na hora, portanto, também estão ligados e é uma formação óbvia, e não vejo assim muito mais específico que se possa dizer da televisão. O importante é que os alunos não façam esse exercício uma vez ou duas por ano, possam fazê-lo dez. Se é inviável com as condições... Hoje estou menos ligado aos cursos, não sei qual é a ligação nos últimos dois, três anos. Mas até há dois anos, vá, a coisa era muito assim. O trabalho de um ano era construir um pequeno noticiário, quer dizer, um trabalho do último ano. No primeiro ano nunca se editou uma peça, nunca se escreveu um texto, não me parece que seja o caminho.

Portanto, essa prática deveria entrar mais...

Mais cedo.

E também aí não podiam faltar os equipamentos indispensáveis...

Os equipamentos e os técnicos capazes de auxiliar os alunos em determinados tipos de trabalhos. É evidente que funcionam melhor forma e outros de outra, isto é uma generalização, como todas, perigosa, mas do que eu conheço, falta um investimento que permita que o aluno ensaie mais vezes e erre mais vezes, como o médico ou aspirante a médico tem ensaiar e errar várias vezes, como o engenheiro tem que fazer o mesmo. Eu acho que não há nenhum curso que funcione particularmente bem para lá da medicina. Acho que a medicina por ser tão susceptível, de facto há esse cuidado, nos outros não há tanto. Dificilmente um estudante de jornalismo se pode considerar absolutamente apto quando sai da faculdade, mas era bom que estivesse mais próximo da aptidão total.



E como é que seria assegurada a ligação entre a teoria do jornalismo e a prática do jornalismo?

Em paralelo, porque hoje em dia, o noticiário remete para todas as áreas do conhecimento, portanto, não me parece nada de exigência extraordinária, que se procure, no universo das notícias, naquilo que é a nossa massa de trabalho todos os dias a ligação à matemática e à estatística, a ligação à história, a ligação à demografia, a ligação à antropologia, às sociologias, ao inglês, quer dizer, o que é que disto não aparece nas notícias? Nada. Conseguir avançar para uma série de temáticas a partir daquilo que é a realidade construída pelos *media*.

Desde início, então...

Desde início, mais ligados às questões concretas do jornalismo.

Eu sei que há uns anos atrás a RTP tinha cursos de formação em jornalismo. Não sei se ainda mantêm.

Não... Ah, agora sim. Agora foi reactivada, não há muito tempo esteve desactivada, foi reactivada. Há alguns cursos agora, há cursos regulares. Pelo menos no ano passado houve vários, quer para jornalistas, quer para jornalistas apresentadores, quer... Portanto, cursos de formação até foram frequentados, praticamente, por todos os jornalistas da RTP.

Isso quer dizer que, por exemplo, a RTP não vê qualidade nos cursos que estão a ser leccionados?

Não. Estamos a falar de uns profissionais todos do jornalismo da RTP. Muitos até já têm cursos de jornalismo. São apenas cursos de reciclagem e de actualização, não de... Nalguns casos, também é evidente que era preciso alguma formação base porque há muita gente que não a teve nunca. Mas na maior parte dos casos eram cursos de actualização, e outros são trabalhos mais propriamente para ensinar como é que se faz, é perceber como é que se está a fazer, que é uma coisa muito importante.

Funciona mais complemento também...



Sim, devem funcionar. Mal é quando as empresas não têm capacidade para isso. Felizmente, a esse nível, a RTP conseguiu voltar a ter.

E ainda é possível haver entrada de jornalistas com o 12º ano mais um curso do CENJOR, como acontecia até alguns anos atrás?

Penso que não, isso é uma questão legal e eu confesso que as questões burocráticas ultrapassam-me. Mas eu acho que hoje a RTP só está a aceitar jornalistas licenciados.

Do universo da RTP, não sei se tem esta noção, já há uma grande percentagem de licenciados em Comunicação?

Sim, já há uma percentagem significativa. Mas eu não sei se é maioria, porque ainda há muitos jornalistas mais velhos, isso já digo que maioria não é. Dir-lhe-ia que uma maioria de jornalistas licenciados, hoje haverá, mas licenciados em jornalismo não são em maioria.

Também há utilidade em haver licenciados noutras áreas?

Noutras áreas... sim. (...) formação específica, mas não deixar que as redacções sejam coisas normalíticas onde todos aprenderam da mesma maneira. Acho que é muito útil haver uma redacção onde alguém tenha feito um curso de direito, porque não um curso de medicina se alguém estiver disposto a ganhar muito menos e a ser jornalista e depois com uma formação, uma pós-graduação, um curso de formação específico em jornalismo que permita a esse licenciado ser um jornalista mas com um conhecimento muito, muito concreto de determinadas áreas e que é muito útil até para os outros que trabalham ao lado.

E o inverso também é possível, portanto, uma licenciatura em comunicação e uma pós-graduação numa outra área?

Sim, claro. Permitir também que as pessoas licenciadas em comunicação possam trabalhar noutras áreas. Acho que há grande vantagem nisso. As pessoas acho que não devem ter medo da competência do outro, e se o outro nos pode ajudar em algumas matérias, depende das redacções. Acho que a única forma de ultrapassar, se não for possível, a pessoa dessa forma é



porventura conseguir ter uma espécie de consultores permanentes que ajudem a perceber determinados assuntos.

Agora vou-lhe pedir que me faça um pequeno exercício de construção de um curso que considerasse ideal, desde o primeiro ano...

Isso é muito difícil, não me peça isso. Tinha que entrar numa... Isso é uma coisa, de facto, muito mais ambiciosa do que eu não sou capaz de dizer neste momento. Ia dizer alguns disparates e ia esquecer-me de coisas importantes. As pessoas que pensaram os cursos podem ter pensado melhor ou pior mas pensaram com tempo. Não vou pretender que, em dois minutos, tenha uma tirada genial. Não faço isso.

E a nível de corpo docente? É importante haver profissionais a leccionar nos cursos de comunicação?

Acho que sim. Acho que os cursos de comunicação e de jornalismo sempre beneficiaram de ter gente na área da comunicação. E ainda há às vezes um problema de encontrar gente licenciada e, portanto, acho que deve haver ainda uma margem de manobra para que seja possível pegar em alguns dos melhores jornalistas, de jornais experientes, de jornais competentes, mesmo que não sejam licenciados, nem sequer em jornalismo, mas mesmo que não sejam, e conseguir que eles possam participar desta actividade que é a de passar os conhecimentos para os novos jornalistas.

Acha que as matérias específicas do jornalismo, como o jornalismo televisivo, por exemplo, deviam ser leccionadas por profissionais?

Acho que preferencialmente as disciplinas mais técnicas e aquelas que têm a ver com o trabalho concreto devem ser tanto quanto possível, ensinadas por quem tem experiência.

E, por exemplo, a ética e a deontologia também se englobariam nesse...

Admito que é útil que se possa ter a experiência mas também admito que um estudioso, alguém que conhece as matérias e que reflecta sobre elas seja perfeitamente capaz de dar essa



disciplina. Desde que seja alguém que conhece os problemas concretos e que os estude e que os perceba. Se falar só de teoria não é muito fácil.

Já esteve do lado académico. Que é que essa experiência lhe trouxe de positivo e de negativo?

De negativo pouco, não encontro muito tirando esta constatação de que os cursos ainda precisavam de crescer desse ponto de vista, ter outras condições para fornecerem a melhor formação. Não vejo assim nada negativo. Claro, a constatação da dificuldade dos estudantes em conseguir em ter um local, um posto de trabalho. Mas isso não é uma coisa que eu tenha constatado nas aulas. Era evidente já antes. O mais positivo, além do gratificante que é perceber que se está a ajudar alguma pessoa a fazer o que ela quer, foi mesmo a necessidade de eu próprio me obrigar a pensar e a reflectir sobre o trabalho que faço e a ler mais coisas e a estar mais por dentro do que se diz da minha actividade.

Tendo em conta essas dificuldades, o que é que as universidades podem fazer para as combater?

Eu acho que... eu não percebo ainda muito bem porque é que...Acredito que há muita dificuldade das universidades em conseguirem isso mas ainda acho que... A RTP é um bom exemplo, mas a maior parte dos órgãos de informação não o sabe. Acho que os estágios dos alunos, tendentes a superar a entrada no mercado de trabalho, ainda são coisas muito feitas às três pancadas. Acho que as entidades que recebem os alunos nem sempre lhes dão a atenção devida, mas também percebo que do ponto de vista das universidades porventura não haja muito mais a fazer porque é quase pedinchar lugares para estudantes e depois de se ter um mínimo também se tem dificuldade em pedir mais qualquer coisa. O que eu acho que as universidades deviam fazer é uma revisão, tanto quanto possível, curricular, e irem à procura daquilo que contribua para o sucesso das pessoas depois quando acabam o curso.

Há muita gente que fala que os estágios deviam ser mais cedo nos cursos, que deviam estar no terceiro ano, por exemplo. Isso também é difícil também tendo em conta...



É porque, se é difícil estar a ensinar alguém que já tenha formação completa e os órgãos de comunicação ainda olham para essas pessoas como alguém que vem aqui fazer-nos perder tempo, é evidente que alguém que está no início de um curso ou a meio de um curso será olhado de outra forma. Com alguns incentivos, porventura, as empresas sentir-se-ão mais capazes de cederem a isso. Agora, eu não tenho dúvida que um estudante que pudesse em determinada fase do curso, se calhar não passar três meses nem um anos, mas passar quinze dias numa realidade de uma redacção, isso aí ia muito mais enriquecido e capaz de fazer melhor o que faltasse do curso. Que seria útil, seria.

E ainda chegam cá estagiários que conseguem surpreender?

Sim, sim. Em todos os grupos que eu conheci até agora há sempre alguém que surpreenda.

Há alguma instituição que se destaque, tendo em conta os estagiários que chegam cá?

Não. Isso não acho. Acho que as pessoas trazem, obviamente, modos de ver diferentes, porque tiveram professores diferentes e currículos diferentes, mas o que eu acho que se nota é quando a pessoa quis mesmo ser um bom aluno de jornalismo ou quando não quis. O curso de jornalismo tem muito de paixão por isso no início, muito de aplicação, muito de vontade. Depende muito mais do estudante do que do professor. Isto pode ser verdade num dos outros cursos todos, mas no jornalismo não tenha dúvida que é verdade. Porque não se aprende bem do assunto se não se gostar de ler e de se falar sobre esse assunto. Não vale a pena o professor dizer vai para casa estudar isto para o teste porque aquilo não é matéria que se estude para um teste. Ou se conhece o Iraque ou não se conhece o Iraque. Porque muito que se ache que o Iraque vai sair no exame não é.... Quer dizer, hoje estuda o Iraque e amanhã estuda a União Europeia e depois estuda o Sudão... Não. Ou se gosta de ler e ter essa informação ou não se gosta. Depende muito do aluno, noto isso. Os alunos aplicados e que gostam disto são claramente melhores candidatos.



E há sempre aqueles assuntos noticiosos que são regulares, como os incêndios, as cheias... Deviam ser preparados os alunos para este tipo de cobertura noticiosa já desde início?

Não, não vejo isso assim como uma grande necessidade, acho que são notícias como as outras. Devem ser tratadas como tal. É claro que, dentro de determinadas matérias, são bons exemplos ou maus exemplos que devem ser analisados, mas acho esses como outros quaisquer. Não vejo assim... agora temos que tratar mais estes assuntos. Acho que são tantos ou tão variados, acho que se devem ir buscar a maior parte dos exemplos a uma maioria, a uma quantidade de exemplos que permita que as pessoas tenham... como é que se actua na política. É evidente que se pode perguntar como é que actua face a um incêndio ou uma cheia, mas não é diferente de como se actua face a um assalto ou como se actua face a uma entrevista a um político. Há uma atitude jornalística, depois há questões específicas da técnica, que essas sim podiam aí ser tratadas.

Neste caso estamos a falar do ensino superior público, e existem cerca de 25 cursos. Isso é positivo ou é negativo?

Eu acho que são cursos a mais, mas eu não sou só eu a pensar. Acho que a maior parte das pessoas pensa. Estamos a falar do ensino superior público, portanto, se juntarmos ao privado e corporativo isto dá cursos a mais para um mercado tão curto como o nosso. E isto obriga à frustração dos estudantes, obriga a uma crise no sector e na progressão das pessoas, e depois é uma pressão negativa sobre o mercado de emprego, os salários e tudo mais, porque é evidente que se há muitos candidatos, os salários descem e a situação do jornalista complica-se enquanto ser que... ou profissional que deve viver com alguma independência e ter um salário compatível com essa exigência.

E o próprio mercado de trabalho também não está propriamente em...

Em crescimento, pelo contrário.

Logo, passa aí essa frustração dos estudantes. Que conselhos é que daria agora a uma pessoa que quisesse ser jornalista?



É isso. Se gosta mesmo muito e acha que é isso que quer fazer na vida, vá. Se não reúne estas premissas, esqueça.

Tem que passar por várias provas também...

Quer dizer, não vale a pena. É uma profissão que está tão, vamos dizer, tão fechada no ponto de vista do acesso, que hoje não é propriamente bem paga, que envolve uma exigência de comportamento público que é quase sacerdotal. O jornalista é dos poucos profissionais que não pode fazer quase mais nada. É jornalista e quanto muito só escreve um livro, quase está limitado na própria... não faz mais coisa nenhuma. Não ganha bem em termos médios, tem uma profissão de algum prestígio social, mas acho que isso também não é tudo. Se a pessoa não gostar muito, para quê ir à procura do desemprego ou de um salário baixo numa profissão complexa. Agora, se ele gostar muito, acho que sim.

Esta existência de cursos a mais de que me falou há pouco, num redimensionamento do ensino superior de jornalismo, havia necessidade de fechar alguns cursos?

Não tenha dúvida. Eu acho que há uma selecção natural e que a prazo, fatalmente, uns vão deixar de poder funcionar, mas enquanto não, há muita gente enganada.

E este ainda é um curso da moda que angaria...

Ainda é. Mas eu acho que, apesar de tudo, as pessoas começam a perceber que isto é um curso complicado. É claro que surgiram outras áreas de actuação, a nível das assessorias, das empresas de comunicação, de determinadas entidades que investiram mais na área de comunicação e isso acabou por ser uma porta lateral de emprego já não especificamente para o jornalismo, e daí eu compreender por exemplo que os cursos sejam de comunicação, isso não intola/limita (?) tanto a especificidade de formar um jornalista mas garante-lhe uma possibilidade de emprego maior, outras saídas, mas mesmo isso está limitado. O país é curto e isto não vai crescer muito mais.



E acha que, à semelhança de alguns casos internacionais, devia haver formação obrigatória para aceder à profissão, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil?

Eu acho que é importante que não haja só gente licenciada em jornalismo na profissão, mas imagine, há pessoas que querem ser jornalistas mas têm uma outra formação que é exigida uma formação não tão rigorosa, mas um curso de formação. Porventura, é útil. Também não vejo que seja bom para a profissão que cheguem pessoas que não têm nenhuma noção do que é jornalismo. Nesse sentido acho que, o mínimo de formação específica é indispensável.

E há também aquela questão que é discutida há já algum tempo que diz que as redacções e as universidades estão de costas voltadas. Acha que é verdade, de quem é a falha?

Admito que seja um pouco verdade, embora há redacções que vivem com trabalho de estagiários que acabam de sair das faculdades, portanto, não estarão de costas voltadas, até estão muitas vezes de mãos abertas. É claro que depois querem receber outros e mandam embora aqueles, mas não me parece de costas voltadas. O que me parece é que não há ainda a esse nível, ninguém se esforçou por conseguir isso a nível do jornalismo pelo menos, um intercâmbio efectivo. Eu acho que, embora não tenha havido a visão de que o estado deve fazer tudo, mas eu acho que neste âmbito era importante alguma preocupação do estado em garantir às empresas a forma de não acharem que estão a perder tempo ou que estão a perder dinheiro quando estão a auxiliar na formação de um profissional de comunicação.

Devia haver então um maior intercâmbio...

Acho que sim. Acho que as universidades devem procurar cada vez mais, não é que o não tenham feito, que há muitas fizeram, e a Universidade do Minho é uma delas, procurar cativar profissionais da área da comunicação para colaborarem com as universidades, quando não a título permanente, a título esporádico. Do ponto de vista das empresas é um pouco complicado. Se falamos nas empresas como a RTP, que é uma empresa pública com determinadas responsabilidades e foi nesse sentido que eu defendi ao longo dos anos, e por exemplo, estive na direcção de informação, que tivéssemos sempre e temos tido, se calhar como ninguém mais, aqui no Porto, por exemplo, estudantes de jornalismo a estagiar, e tivemos sempre do Porto, de



Braga e de Coimbra. Mas quer dizer, quando uma empresa é privada e o objectivo é, obviamente, é que dê dinheiro, pender um ou dois jornalistas a coordenarem um estágio de candidatos a jornalistas, isto tem que ter alguma compensação porque senão é óbvio que as empresas não têm interesse nenhum. Ou então é um interesse instrumental que é o que têm alguns têm que é, em vez de contratar jornalistas que ganhem dinheiro, têm aqueles estagiários que trabalham de borla, e que chega ao fim daqueles meses e vão embora.

E acha que o ensino superior público está a formar os jornalistas que as redacções querem?

Tenho dúvidas. Acho que não, embora ache que sim do ponto de vista genérico, acho que os candidatos são cada vez mais bem formados, bem formados não no sentido pessoal mas no sentido profissional, e mais capazes de responder perante situações, isto em termos genéricos, gerais. Em termos específicos, acho que faltam jornalistas com conhecimentos concretos das matérias. Se eu disser assim, eu queria um jornalista que saiba muito de economia. Não encontro aí nas escolas de comunicação. Agora quero um que seja especialista na área de cultura. Não encontro com muita facilidade. Agora quero um que seja que domine bem a actualidade política. Também não é fácil. Ou seja, a exigência é cada vez mais uma selecção fina, uma selecção de matéria, e a oferta ainda é muito uma oferta genérica.

Portanto, um ideal também passaria por uma especificação de matérias, um afinilamento de matérias no final do curso?

Lá está, se a especificidade começar mais cedo, o afinilamento vai ser possível mais tarde. Mas isso só é viável e perceber até a sensibilidade dos alunos e aquilo para que eles são melhores, isso só é viável se, de facto, de alguma forma os currículos forem repensados e os alunos puderem chegar ao fim e há um que é melhor em jornalismo económico, e outro é melhor em jornalismo político, e outro é melhor em jornalismo desportivo, e outro é melhor em jornalismo cultural. Mas isto não existe em curso nenhum. Nunca se aprende jornalismo cultural, aprende-se jornalismo radiofónico, televisivo e de imprensa. Então somos todos iguais (...), isto é uma massa uniforme e as redacções cada vez menos precisam de gente com formação genérica, é evidente, o jornalista nunca deverá deixar de tocar os vários instrumentos, mas deve ser melhor



numa área específica, ou em duas áreas específicas, isso é a sua defesa. Nós hoje não temos um mercado, se calhar tanto no jornalismo político, mas temos no jornalismo económico. Surgiram «ene» revistas, saíram jornais. O jornalismo desportivo continua pujante. Então porque é que não há... Na redacção Porto da RTP não há ninguém especialista em jornalismo económico, ninguém. Temos uma área de economia mas tocada por jornalistas de formação generalista que tratam mais ou menos aquele assunto e, portanto, por familiaridade com aqueles assuntos. São os mais habilitados a... agora dizer, há uma pessoa que sabe de facto, com quem o Carlos Daniel tira dúvidas... não, nenhuma.

E é aí que se calhar o CENJOR se destaca com os cursos específicos que tem...

Acho que sim.

E que ainda se procuram muito os cursos do CENJOR...

Acho que sim.

Acha que o ensino superior de jornalismo mudou alguma coisa na forma de se fazer jornalismo?

Tenho dificuldade em responder, porque agora não estou tão por dentro e como houve uma evolução grande e até positiva ao longo dos últimos dez anos, vá, é possível que nos últimos dois três, que estou menos ligado, tenha havido uma evolução grande. E, como lhe digo, acho que com Bolonha, a evolução vai ter que ser evidente, e muita coisa vai mudar e necessariamente espero que seja para melhor.

Quais é que acha que são os principais desafios futuros do ensino do jornalismo, tendo em conta...

O principal desafio é esse, é a adequação da formação ao mercado, esse é o grande desafio, é conseguir que os profissionais sejam competentes na formação, saiam mais bem formados, isso é um desígnio de sempre, mas cada vez mais adequados ao mercado que os espera, e que é um mercado mais variado, mais exacto e mais curto, às vezes, mas que é preciso encontrar em cada momento onde é que ele se pode expandir.



Essa é uma informação que também poderia auxiliar, da parte das redacções para as universidades, dar um panorama de como está o mercado e de que é que o mercado precisa?

Das redacções, e das universidades também procurando nas redacções. Conhecer essa realidade. Há tantos trabalhos de jornalismo, os alunos fartam-se de fazer teses e não sei quê e, por exemplo, nunca vi muitas que tenham a ver com isso, com as lacunas que há nas redacções, que é uma belíssima sugestão para uma tese de alguém porque é ... o que é que falta nesta redacção do ponto de vista do conhecimento que podia ser ultrapassado por alguém com uma formação muito concreta e muito específica.

Estas pós-graduações e as teses que resultam das pós-graduações têm vindo a auxiliar e a tirar dúvidas sobre o jornalismo?

Sim, acho que sim. Acho que há pessoas que fizeram agora uma série de cursos, se os levarem a sério e se forem cursos de facto sérios... Tem havido cursos na área da defesa e na área da economia, e têm produzido bom resultado, acho que sim.

Não sei se se lembra de alguma que se destaque mais... algum estudo a nível do jornalismo que se tenha destacado mais.

Agora recentemente? Mas de... Está-me a falar de pós-graduação para pessoas já licenciadas. **As teses que resultam, os estudos que resultam destas pós-graduações...**

Ai não, a nível dos trabalhos propriamente não. Julguei que estava a falar da formação dos jornalistas da redacção. Eu noto que alguns que foram fazendo cursos recentemente que aprenderam e, portanto, que cresceram profissionalmente. Agora, os trabalhos académicos propriamente, não tenho visto muitos a produzirem grande efeito, isso não.



Anexo 2 – Gráficos

Gráfico I – Alunos de Comunicação Social da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA)

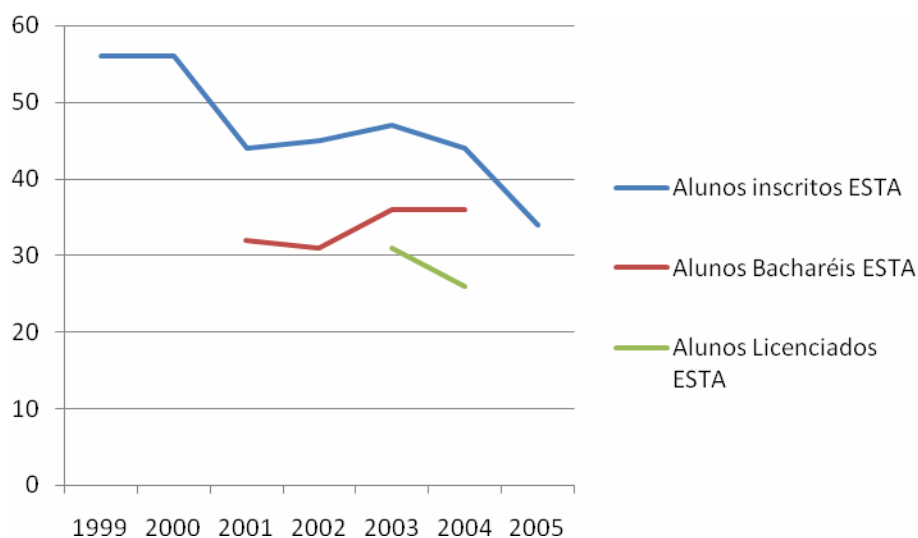


Gráfico II – Alunos de Educação e Comunicação Multimédia da Escola Superior de Educação de Setúbal (ESES)

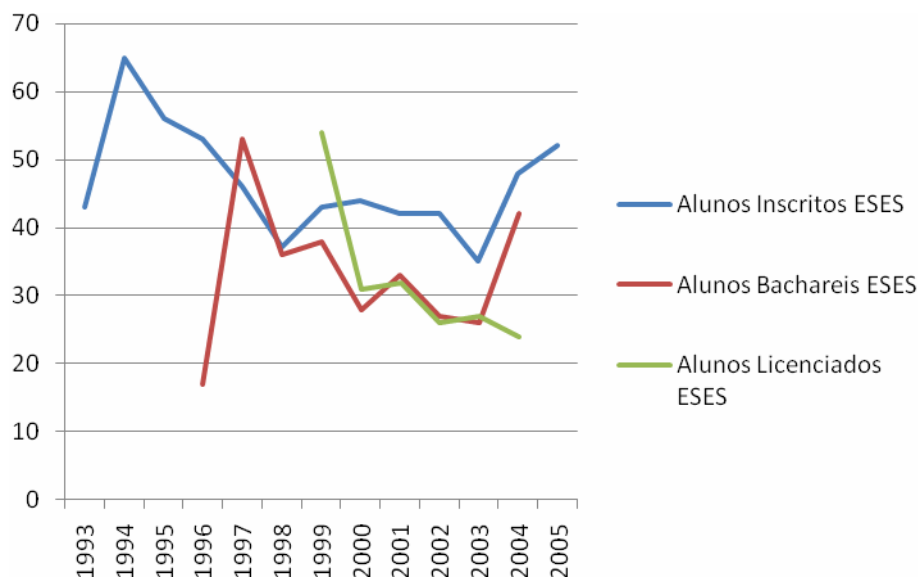




Gráfico III – Alunos de Comunicação Social da Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV)

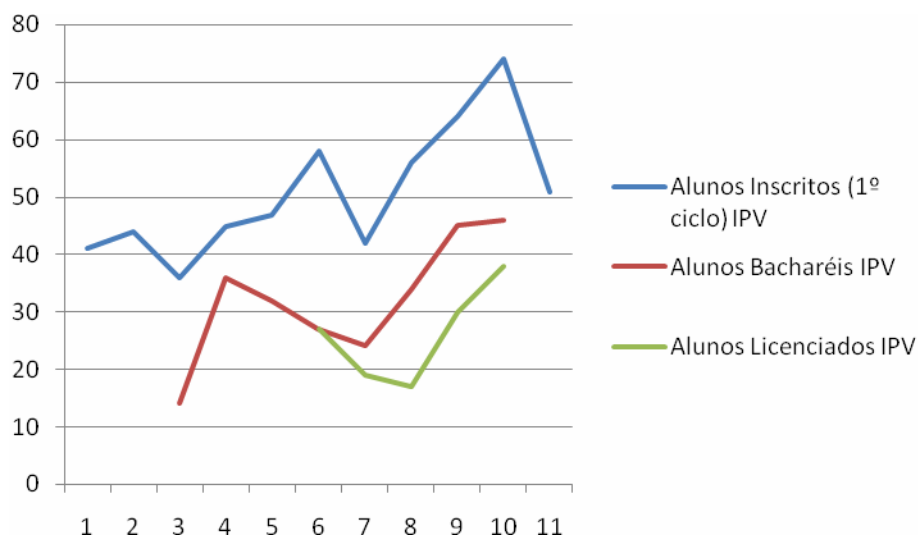


Gráfico IV – Alunos de Tecnologias da Informação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela (ESTGM) do Instituto Politécnico de Bragança

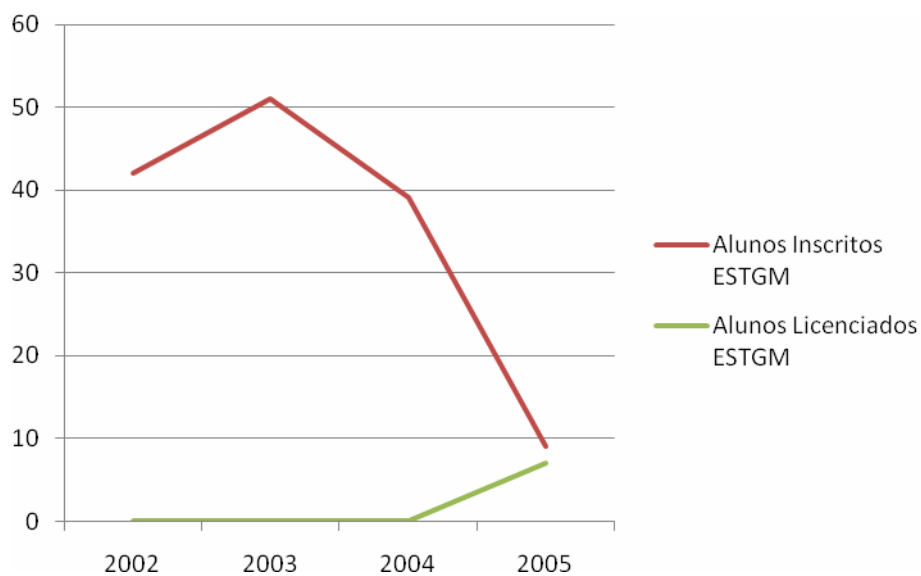




Gráfico V – Alunos de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

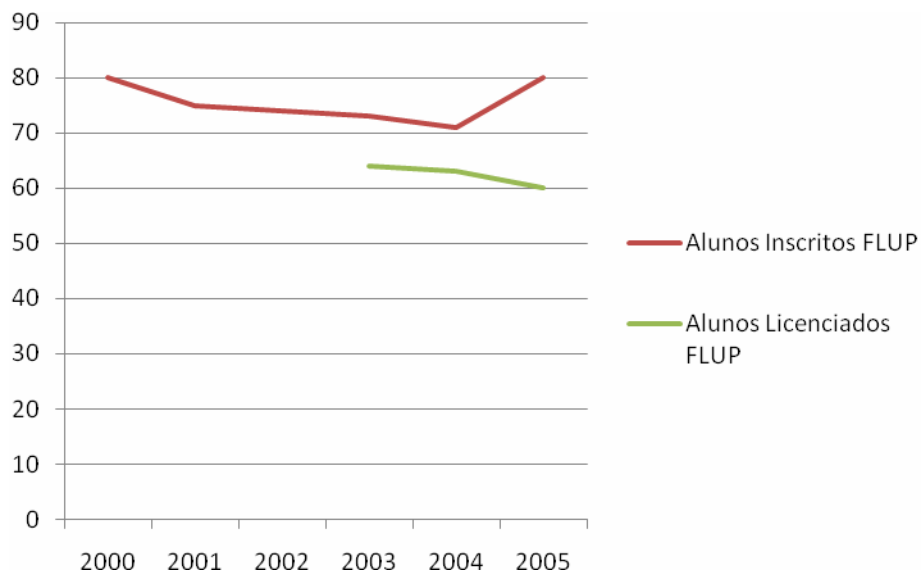


Gráfico VI – Alunos de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)

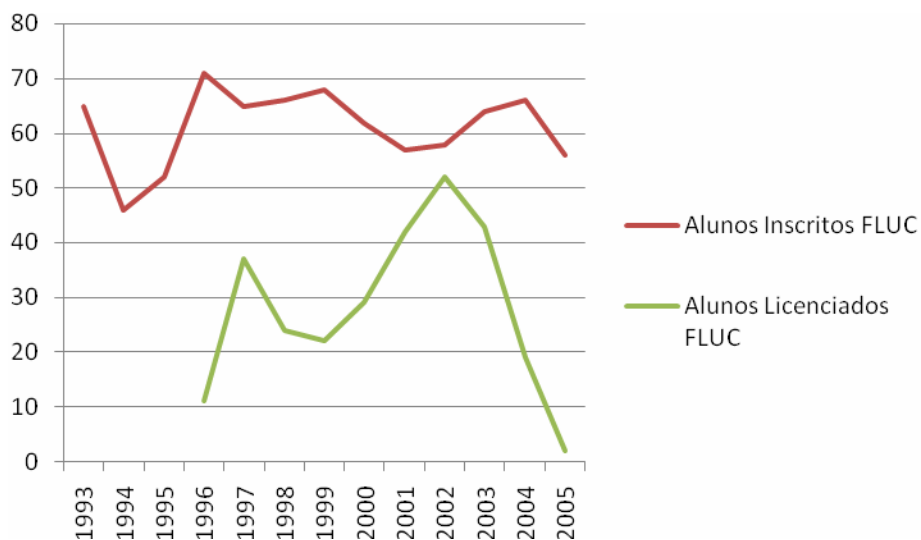




Gráfico VII – Alunos de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL)

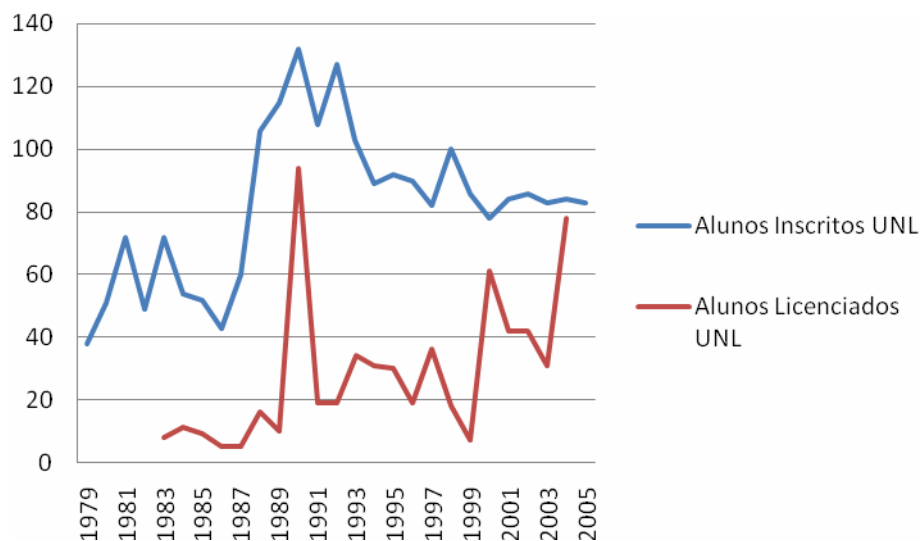
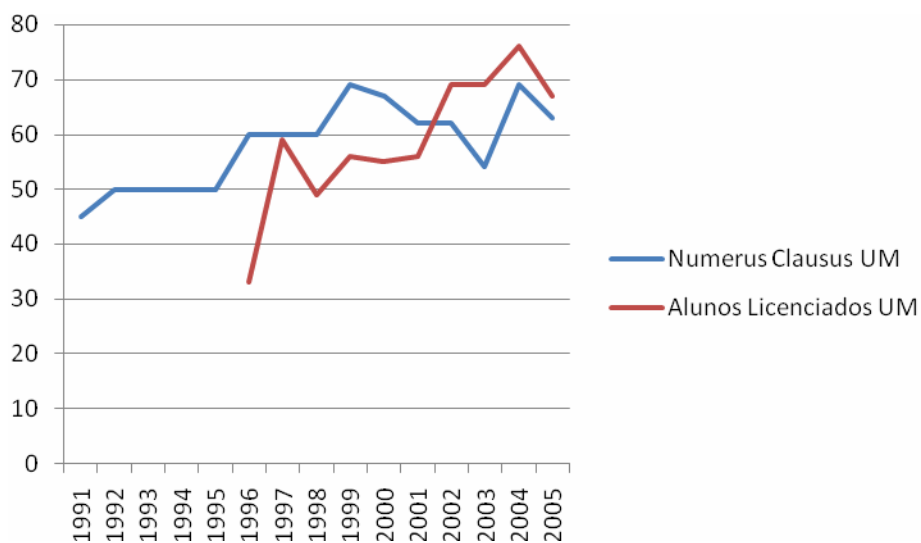


Gráfico VIII – Alunos de Comunicação Social da Universidade do Minho (UM)





Anexo 3 – Disciplinas por Áreas Temáticas

Ciências Sociais e Humanas

Antropologia

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)

Antropologia Social e Cultural

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Viseu Sem. 1º Ano

Arte Portuguesa

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)

Ciência, Cultura e Sociedade

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Setúbal Anual 1º Ano

Ciência e Teoria Política

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Setúbal Sem. 3º Ano

Ciência Política

Jornalismo e Ciências da Comunicação Faculdade de Letras da Universidade do Porto Sem. 4º Ano

(Opção, Ramo Assessoria de Comunicação)

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)

Ciência Política e Direito Constitucional

Comunicação Social Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Anual 2º Ano

Cultura Clássica

Comunicação Social e Cultura Universidade dos Açores Sem. 3º Ano

(Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)

Cultura Contemporânea

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 2º Ano

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

Cultura Humanística-Literária Portuguesa

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 1º Ano

Cultura Humanística-Científica Portuguesa

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 2º Ano

Cultura Portuguesa

Tecnologias da Comunicação Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela Sem. 1º Ano

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 2º Ano

Cultura Portuguesa I

Educação e Comunicação Multimédia Escola Superior de Educação de Beja Sem. 4º Ano

Cultura Portuguesa II

Educação e Comunicação Multimédia Escola Superior de Educação de Beja Sem. 4º Ano



Cultura Portuguesa Contemporânea

Comunicação Social (Opção, Ramo Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
Comunicação Social (Ramo Comunicação e Cultura)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
Comunicação e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	2º Ano
Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	1º Ano

Direito Comunitário

Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
--	-------------------------	------	--------------

Economia

Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	2º Ano
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	1º Ano

Economia e Desenvolvimento

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	2º Ano
Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano

Economia Europeia

Comunicação Social e Cultura (Opção)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
---	-------------------------	------	--------------

Economia Política

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	4º Ano
--------------------	---	-------	--------

Economia Portuguesa

Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
--	-------------------------	------	--------------

Epistemologia

Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	1º Ano
-------------------------	--------------------------------	------	--------

Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais

Jornalismo	Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra	Sem.	1º Ano
------------	---	------	--------

Estética

Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	1º Ano
-------------------------	--------------------------------	------	--------

Estética e Teorias da Arte

Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º Ano
---	-------------------------	------	--------

Estrutura da Sociedade Portuguesa I

Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	2º Ano
-----------------------------------	-------------------------------------	------	--------

Estruturas Sociais Contemporâneas I

Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
-----------------------------------	-------------------------------------	------	--------



<u>Estruturas da Sociedade Portuguesa II</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	2º Ano
<u>Estruturas Sociais Contemporâneas II</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
<u>Ética I</u> Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	3º Ano
<u>Ética II</u> Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	4º Ano
<u>Filosofia</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*	
<u>Filosofia Política</u> Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	4º Ano
<u>Filosofia Social e Política</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	3º Ano
<u>Filosofia Social e Política II</u> Ciências da Comunicação	Universidade dos Açores	Sem.	2º Ano
<u>Filosofia do Direito do Estado</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	4º Ano
<u>Formação do Mundo Contemporâneo</u> Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	1º Ano
<u>Fundamentos de Economia</u> Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção, Ramo Jornalismo; Ramo Assessoria de Comunicação, Ramo Comunicação Multimédia)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	3º Ano
<u>Geografia</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*	
<u>Geografia de Portugal</u> Jornalismo e Comunicação (Opção)	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	2º Ano
<u>Geografia Humana</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	2º Ano
<u>Geografia Política</u> Jornalismo e Comunicação Jornalismo	Escola Superior de Educação de Portalegre Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem. Sem.	1º Ano 1º Ano
<u>Geopolítica e Geoestratégia</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano



(Ramo de Comunicação e Cultura)

Geopolítica Internacional

Educação e Comunicação Multimédia Escola Superior de Educação de Beja Sem. 3º Ano

Grandes Problemas Contemporâneos

Comunicação Social Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Anual 4º Ano

História

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa *
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)

História Contemporânea

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	1º Ano
Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	2º Ano
Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano
Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	1º Ano
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano

História Contemporânea de Portugal

Jornalismo e Ciências da Comunicação Faculdade de Letras da Universidade do Porto Sem. 3º Ano
(Opção, Ramo Jornalismo; Ramo Assessoria de Comunicação, Ramo Comunicação Multimédia)

História Contemporânea e Desenvolvimento das Organizações

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 4º Ano
Variante: III – Assessoria de Administração, Secretariado e Atendimento

História Contemporânea: o Primeiro Século XX

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 1º Ano

História Contemporânea: do Pós-Guerra ao Presente

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 1º Ano

História da Arte

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	5º Ano
Ciências da Comunicação (Ramo Artes, Mediação e Espectáculo)	UTAD	Sem.	3º Ano
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*	

História da Arte I

Comunicação Social e Cultura Universidade dos Açores Sem. 3º e 4º Anos
(Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)

História da Arte II

Comunicação Social e Cultura Universidade dos Açores Sem. 3º e 4º Anos
(Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)

História da Escrita, Edição e Leitura

Comunicação Social e Cultura Universidade dos Açores Sem. 2º Ano

História da Europa e das Instituições Europeias

Jornalismo e Comunicação Escola Superior de Educação de Portalegre Sem. 3º Ano



<u>História da Língua</u> Jornalismo e Comunicação (Opção)	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	2º Ano
<u>História das Ideias Políticas</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	1º Ano
<u>História das Instituições</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
<u>História das Mentalidades</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	1º Ano
<u>História de Portugal</u> Comunicação Social Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem. *	1º Ano
<u>História de Portugal: Época Moderna</u> Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano
<u>História de Portugal Contemporâneo</u> Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano
<u>História Diplomática Portuguesa</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
<u>História dos Açores I</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>História dos Açores II</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>História do Século XX</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	4º Ano
<u>História dos Grandes Movimentos Culturais</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	5º Ano
<u>História Económica e Social Contemporânea I</u> Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	2º Ano
<u>História e Sistemas da Informação I</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
<u>História e Sistemas da Informação II</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
<u>História e Teoria das Ideias</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*	



<u>História Institucional e Política Contemporânea I</u> Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	1º Ano
<u>História Literária Portuguesa I</u> Ciências da Comunicação (Variante: III – Assessoria de Administração, Secretariado e Atendimento)	UTAD	Sem.	3º Ano
<u>História Literária Portuguesa II</u> Ciências da Comunicação (Variante: III – Assessoria de Administração, Secretariado e Atendimento)	UTAD	Sem.	3º Ano
<u>História Moderna</u> Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano
<u>História Regional e Local</u> Ciências da Comunicação	UTAD	Sem.	4º Ano
<u>História Universal</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	1º Ano
<u>Introdução à Economia</u> Jornalismo e Comunicação Tecnologias da Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem. Sem.	1º Ano 2º Ano
<u>Introdução à Macroeconomia</u> Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	2º Ano
<u>Introdução ao Direito</u> Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	1º Ano
<u>Introdução ao Estudo do Direito</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	2º Ano
<u>Introdução à Sociologia</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	1º Ano
<u>Língua e Cultura Portuguesa I</u> Jornalismo e Comunicação Comunicação Social Ciências da Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre Escola Superior de Educação de Viseu Universidade da Beira Interior	Anual Sem. Sem.	2º Ano 1º Ano 1º Ano
<u>Língua e Cultura Portuguesa II</u> Jornalismo e Comunicação Comunicação Social Ciências da Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre Escola Superior de Educação de Viseu Universidade da Beira Interior	Anual Sem. Sem.	3º Ano 1º Ano 1º Ano
<u>Lógica para as Humanidades</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	1º Ano
<u>Mentalidades e Cultura Portuguesa</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Sem.	5º Ano



<u>Metodologia de Investigação</u> Ciências da Comunicação	UTAD	Sem.	1º Ano
<u>Metodologias de Investigação</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	1º Ano
<u>Metodologias da Investigação II</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
<u>Metodologias de Pesquisa e Organização da Informação</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	1º Ano
<u>Métodos de Investigação I</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Sem.	1º Ano
<u>Métodos de Investigação II</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Sem.	2º Ano
<u>Métodos e Técnicas Investigação</u> Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	2º Ano
<u>Métodos e Técnicas de Investigação Social</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	3º Ano
<u>Métodos e Técnicas de Investigação Social I</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	1º Ano
<u>Métodos e Técnicas de Investigação Social II</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	1º Ano
<u>Noções Fundamentais de Direito I</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>Noções Fundamentais de Direito II</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>Noções Fundamentais do Direito</u> Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	4º Ano
<u>Noções Gerais de Direito</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano
<u>Organizações Internacionais</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	4º Ano
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano
<u>Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Sem.	4º Ano
<u>Políticas Culturais – Portugal, Europa, PALOPS</u>			



Ciências da Comunicação (Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional) (Variante: III – Assessoria de Administração, Secretariado e Atendimento)	UTAD	Sem.	4º Ano
<u>Psicologia Aplicada</u> Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	2º Ano
<u>Psicologia da Motivação</u> Comunicação Social (Ramo de Marketing)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
<u>Psicologia das Organizações</u> Comunicação Social (Ramo de Jornalismo; Ramo de Comunicação e Cultura)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
<u>Psicologia Social</u> Educação e Comunicação Multimédia Comunicação Social Ciências da Comunicação Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Escola Superior de Educação de Beja Universidade do Minho UTAD Universidade dos Açores	Sem. Anual Sem. Sem.	1º Ano 2º Ano 2º Ano 3º e 4º Anos
<u>Psicologia Social Técnicas de Dinâmica de Grupo</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	2º Ano
<u>Relações Internacionais</u> Comunicação Social Jornalismo e Ciências da Comunicação (Ramo de Assessoria de Comunicação) Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Fac. de Letras da Universidade do Porto FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Anual Sem. *	3º Ano 4º Ano
<u>Socioantropologia do Quotidiano I</u> Educação e Comunicação Multimédia <u>Socioantropologia do Quotidiano II</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja Escola Superior de Educação de Beja	Sem. Sem.	4º Ano 4º Ano
<u>Sociologia</u> Comunicação Social Ciências da Comunicação Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)	Universidade do Minho Universidade da Beira Interior FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Anual Sem. *	1º Ano 1º Ano
<u>Sociologia Geral</u> Comunicação Social Jornalismo	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem. Sem.	1º Ano 1º Ano
<u>Sociologia das Organizações</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>Sociologia Política</u> Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	2º Ano



Universidade do Minho

Sociologia Política e Opinião Pública

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Anual 4º Ano

Temas de Cultura Contemporânea

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 1º Ano

Temas do Mundo Contemporâneo

Jornalismo e Comunicação Escola Superior de Educação de Portalegre Sem. 1º Ano

Teoria e Prática das Relações Internacionais

Comunicação Social e Cultura Universidade dos Açores Sem. 3º e 4º Anos
(Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)

Teoria Política

Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior Sem. 3º Ano
(Ramo de Jornalismo)

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 4º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

Teoria Política I

Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior Sem. 3º Ano
(Ramo de Publicidade e Relações Públicas; Ramo de Audiovisual)

Teoria Política II

Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior Sem. 3º Ano
(Ramo de Jornalismo)

União Europeia

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 3º Ano

Ciências da Comunicação

Análise Social da Comunicação

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 2º Ano

Antropologia da Comunicação

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Viseu Sem. 4º Ano
(Ramo Comunicação e Cultura)

Arte e Comunicação I

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Viseu Sem. 2º Ano

Arte e Comunicação II

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Viseu Sem. 2º Ano

Arte, Imagem e Comunicação

Comunicação Social Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Anual 5º Ano

Comunicação I

Tecnologias da Comunicação Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela Sem. 3º Ano



Comunicação II

Tecnologias da Comunicação Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela Sem. 3º Ano

Comunicação e Ciências Sociais

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Anual 1º Ano

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral) Sem. 1º Ano

Comunicação e Cultura

Educação e Comunicação Multimédia Escola Superior de Educação de Beja Anual 1º Ano

Comunicação e Ética

Educação e Comunicação Multimédia Escola Superior de Educação de Beja Sem. 4º Ano

Comunicação e Expressão

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Setúbal Anual 1º Ano

Comunicação Política

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Área Opcional de Jornalismo)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

(Área Opcional de Jornalismo)

Contemporaneidade e Produção Cultural

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Anual 4º Ano

Crítica Cultural

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Opção, Área Opcional de Cinema)

(Área Opcional de Comunicação e Cultura)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

(Opção, Área Opcional de Cinema)

(Área Opcional de Comunicação e Cultura)

Estilística e Retórica

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 4º Ano

(Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional))

(Variante: II – Artes, Mediação e Espectáculo)

Ética da Comunicação

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 3º Ano

Filosofia da Comunicação

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 4º Ano

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

História da Imagem

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 2º Ano

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)



Linguística Geral

Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)		

Linguística para as Ciências Sociais e Humanas

Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	*
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais: Minores)		

Opinião Pública

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Sem.	4º Ano
(Opção, Ramo de Jornalismo)			

Pragmática da Comunicação

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	2º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			

Psico-Sociologia da Comunicação

Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	1º Ano
--------------------------	---	------	--------

Psicossociologia da Comunicação

Comunicação Social	Escola Superior da Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
Jornalismo e Ciências da Comunicação	Fac. de Letras da Universidade do Porto	Sem.	2º Ano

Retórica

Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	3º Ano
(Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)			

Retórica e Argumentação

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	3º Ano
Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	1º Ano
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	2º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			

Semiologia

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	2º Ano
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano

Semiologia do Texto

Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano
-------------------------	--------------------------------	------	--------

Semiótica

Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	1º Ano
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	1º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			

Semiótica da Comunicação

Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	2º Ano
----------------------------	---	------	--------

Semiótica da Comunicação Social

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Fac. de Letras da Universidade do Porto	Sem.	2º Ano
--------------------------------------	---	------	--------



<u>Semiótica da Imagem</u> Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	2º Ano
<u>Semiótica e Comunicação</u> Ciências da Comunicação	UTAD	Sem.	3º Ano
<u>Semiótica Geral</u> Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	1º Ano
<u>Semiótica Textual</u> Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	2º Ano
<u>Sistémica e Modelos da Informação</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	1º Ano
<u>Sociedade e Comunicação I</u> Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	3º Ano
<u>Sociedade e Comunicação II</u> Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	3º Ano
<u>Sociolinguística</u> Comunicação Social e Cultura (Opção, Ramo de Comunicação e Jornalismo; Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	3º e 4º Anos
<u>Sociologia da Comunicação</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	2º Ano
Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano
Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	1º Ano
Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	3º Ano
Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	1º Ano
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	3º Ano
<u>Sociologia da Comunicação Social</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	2º Ano
<u>Tecnologias da Comunicação Social I</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	2º Ano
<u>Tecnologias da Comunicação Social II</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
<u>Tecnologias da Comunicação Social III</u>			



Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	4º Ano
<u>Tecnologias da Informação</u>			
Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	1º Ano
Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	2º Ano
<u>Tecnologias de Informação I</u>			
Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Anual	1º Ano
<u>Tecnologias de Informação II</u>			
Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Anual	2º Ano
<u>Tecnologia dos Media</u>			
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Anual	1º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			
<u>Teoria da Comunicação</u>			
Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	1º Ano
Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	1º Ano
Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	1º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			
<u>Teoria da Imagem e da Representação</u>			
Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	3º Ano
(Ramo de Comunicação e Jornalismo)			
Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	3º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)			
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)			
<u>Teoria e Análise do Discurso</u>			
Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	3º Ano
<u>Teoria e História da Imagem</u>			
Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	2º Ano
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	3º Ano
<u>Teoria e Modelos da Comunicação</u>			
Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	2º Ano
<u>Teorias da Comunicação</u>			
Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	2º Ano
<u>Teorias da Comunicação I</u>			
Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	2º Ano
<u>Tipologia do texto</u>			
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	2º Ano



Estudos sobre os *Media*

Análise de Discursos Mediáticos

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	4º Ano
------------	---------------------------------------	-------	--------

Comunicação e Expressão

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	1º Ano
--------------------	--	-------	--------

Comunicações Digitais e Internet

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	2º Ano
--------------------------------------	--	------	--------

Deontologia da Comunicação

Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	4º Ano
--------------------	-----------------------	-------	--------

Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	2º Ano
------------------------------	-------------------------	------	--------

Direito da Comunicação Social

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
--------------------	---	-------	--------

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	3º Ano
------------	---------------------------------------	------	--------

Ciências da Comunicação	Universidade da Beira Interior	Sem.	4º Ano
-------------------------	--------------------------------	------	--------

(Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)

Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	4º Ano
------------	---	------	--------

Direito da Comunicação e Conteúdos

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	4º Ano
--------------------------------------	--	------	--------

(Opção Jornalismo; Opção Comunicação Multimédia; Opção Assessoria de Comunicação)

Direito e Deontologia da Comunicação

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	3º Ano
--------------------	--	------	--------

Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	3º Ano
----------------------------	---	------	--------

Direito e Deontologia da Comunicação Social

Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	2º Ano
-------------------------	------------------------------------	------	--------

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

Discurso dos *Media*

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	3º Ano
--------------------	--	------	--------

Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Anual	3º Ano
--------------------------	---	-------	--------

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	2º Ano
--------------------	--------------------------------------	------	--------

Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	3º Ano
-------------------------	------------------------------------	------	--------

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

Discurso dos *Media* II

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	3º Ano
--------------------	--------------------------------------	------	--------

Economia da Informação

Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	*
-------------------------	------------------------------------	------	---

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Opção, Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)

(Área Opcional de Comunicação Institucional)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

(Opção, Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)

(Área Opcional de Comunicação Institucional)



Economia dos *Media*

Jornalismo e Ciências da Comunicação Faculdade de Letras da Universidade do Porto Sem. 4º Ano
(Ramo Jornalismo)

Estética e Comunicação

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 3º Ano
(Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional)
(Variante: II – Artes, Mediação e Espectáculo)

Ética e Deontologia da Comunicação

Comunicação Social Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Anual 2º Ano

Ética e Deontologia da Informação

Comunicação Social Escola Superior de Educação de Viseu Sem. 4º Ano
(Ramo Jornalismo)

Ética e Direito da Comunicação

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 3º Ano
(Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional)

Géneros Televisivos

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. *
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)
(Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)

História da Comunicação e dos Media

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 1º Ano

História do Jornalismo

Jornalismo e Ciências da Comunicação Faculdade de Letras da Universidade do Porto Sem. 1º Ano

História dos *Media*

Ciências da Comunicação Universidade da Beira Interior Sem. 1º Ano
Jornalismo e Comunicação Escola Superior de Educação de Portalegre Sem. 2º Ano
Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Anual 3º Ano
Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 1º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

História dos Meios de Comunicação Social

Comunicação Social Escola Superior de Tecnologia de Abrantes Anual 1º Ano

História e Teoria da Televisão

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. 3º Ano
(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral) Sem. *
(Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)

Introdução ao Estudo dos Media

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 1º Ano



Media e Informação Cultural

Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação, Arte e Cultura)	Universidade dos Açores	Sem.	4º Ano
---	-------------------------	------	--------

Mercados, Públicos e Audiências

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	5º Ano
--------------------	---	-------	--------

Métodos de Investigação em Comunicação

Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção, Opção Jornalismo; Opção Comunicação Multimédia; Opção Assessoria de Comunicação)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	4º Ano
--	--	------	--------

Mutação dos Media

Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	4º Ano
--	------------------------------------	------	--------

Novas Tecnologias e Sociedade

Comunicação Social (RJ – RCC)	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	4º Ano
----------------------------------	--	------	--------

Novos Media

Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção Jornalismo; Opção Comunicação Multimédia)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	4º Ano
--	--	------	--------

Públicos e Audiências

Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas)	Universidade da Beira Interior	Sem.	4º Ano
Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção Jornalismo; Opção Comunicação Multimédia; Opção Assessoria de Comunicação)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	3º Ano

Seminário

Tecnologias da Comunicação	Escola Sup. de Tec. e Gestão de Mirandela	Sem.	4º Ano
----------------------------	---	------	--------

Seminário "Análise dos Media"

Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Anual	4º Ano
------------	---	-------	--------

Seminários

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	5º Ano

Seminário de Investigação I

Comunicação Social (Ramo de Jornalismo; Ramo de Marketing)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
---	--------------------------------------	------	--------

Seminário de Investigação II

Comunicação Social (Ramo de Jornalismo; Ramo de Marketing; Ramo de Comunicação e Cultura)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
--	--------------------------------------	------	--------

Socio-Economia dos Media

Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	3º Ano
------------	---	------	--------

Sistema dos Média

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	1º Ano
------------	---------------------------------------	------	--------



Tecnologia dos Média

Comunicação Social (Opção Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	1º Ano

Teoria Aprofundada dos Modelos da Comunicação

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	4º Ano
--------------------	--	------	--------

Teoria da Informação e Comunicação I

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	1º Ano
--------------------	--------------------------------------	------	--------

Teoria da Informação e Comunicação II

Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	1º Ano
--------------------	--------------------------------------	------	--------

Teoria e História da Comunicação Social

Ciências da Comunicação	UTAD	Sem.	1º Ano
-------------------------	------	------	--------

Teorias da Comunicação Social

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	1º Ano
--------------------------------------	--	------	--------

Teorias da Informação e da Comunicação I

Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	2º Ano
-----------------------------------	-------------------------------------	------	--------

Teorias da Informação e da Comunicação II

Educação e Comunicação Multimédia	Escola Superior de Educação de Beja	Sem.	2º Ano
-----------------------------------	-------------------------------------	------	--------

Teoria do Jornalismo

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	1º Ano
--------------------------------------	--	------	--------

Teoria do Jornalismo I

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	1º Ano
------------	---------------------------------------	------	--------

Teoria do Jornalismo II

Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	1º Ano
------------	---------------------------------------	------	--------

Teoria e História da Comunicação

Comunicação Social e Cultura	Universidade dos Açores	Sem.	1º Ano
------------------------------	-------------------------	------	--------

Jornalismo

Análise de Imprensa

Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Área Opcional de Jornalismo) (Percurso 2 – Licenciatura Integral) (Área Opcional de Jornalismo)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	*
--	------------------------------------	------	---

Atelier/Jornalismo

Comunicação Social (Ramo de Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
--	--------------------------------------	------	--------

Atelier/Televisão/Cinema



Universidade do Minho

Comunicação Social (Ramo de Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
<u>Atelier/Radiofonia</u> Comunicação Social (Ramo de Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
<u>Atelier da Comunicação I</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
<u>Atelier da Comunicação II</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	4º Ano
<u>Atelier da Comunicação III</u> Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	5º Ano
<u>Atelier de Estratégias da Imagem e da Representação</u> Comunicação Social (Ramo de Jornalismo; Opção: Ramo de Marketing)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	4º Ano
<u>Atelier de Fotojornalismo</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	3º Ano
<u>Ateliers de Jornalismo I</u> Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção Jornalismo)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	3º Ano
<u>Ateliers de Jornalismo II</u> Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção Jornalismo)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	4º Ano
<u>Atelier de Jornalismo</u> Ciências da Comunicação (Ramo de Jornalismo; Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Área Opcional de Jornalismo) (Percurso 2 – Licenciatura Integral) (Área Opcional de Jornalismo)	Universidade da Beira Interior FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem. Sem.	4º Ano *
		Anual	*
<u>Atelier de Jornalismo Escrito I</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	3º Ano
<u>Atelier de Jornalismo Escrito II</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	4º Ano
<u>Atelier de Jornalismo Radiofónico I</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	3º Ano
<u>Atelier de Jornalismo Radiofónico II</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Sem.	4º Ano
<u>Atelier de Jornalismo Televisivo</u> Ciências da Comunicação	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	*



(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Opção, Área Opcional de Jornalismo)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)
(Opção, Área Opcional de Jornalismo)

Atelier de Jornalismo Televisivo I

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Anual 3º Ano

Atelier de Jornalismo Televisivo II

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Sem. 4º Ano

Atelier de Tecnologias da Informação

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Anual 2º Ano

Atelier de Televisão

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Sem. *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)
(Área Opcional de Audiovisual e Media Interactivos)

Ciberjornalismo

Ciências da Comunicação FCSH – Universidade Nova de Lisboa Anual *

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)
(Opção, Área Opcional de Jornalismo)
(Percurso 2 – Licenciatura Integral)
(Opção, Área Opcional de Jornalismo)

Complementos de Jornalismo

Comunicação Social Universidade do Minho Sem. 5º Ano

Comunicação Radiofónica

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 3º Ano

Comunicação Televisiva

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 3º Ano

Deontologia do Jornalismo

Jornalismo e Comunicação Escola Superior de Educação de Portalegre Sem. 3º Ano

(Opção)
Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 4º Ano

Deontologia Profissional

Jornalismo e Ciências da Comunicação Faculdade de Letras da Universidade do Porto Sem. 4º Ano

(Opção Jornalismo; Opção Assessoria de Comunicação)

Ética e Deontologia do Jornalismo

Jornalismo Escola Superior de Comunicação Social Sem. 3º Ano

Escolas e Tendências do Jornalismo

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 3º Ano

(Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional)
(Variante: III – Assessoria de Administração, Secretariado e Atendimento)



Fotografia

Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	4º Ano
Comunicação Social (Opção)	Escola Superior de Educação de Viseu	Sem.	2º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Opção, Área Opcional de Audiovisual e <i>Media</i> Interactivos) (Área Opcional de Cinema; Área Opcional de Comunicação e Cultura) (Percurso 2 – Licenciatura Integral) (Área Opcional de Audiovisual e <i>Media</i> Interactivos; Área Opcional de Comunicação e Cultura) (Opção, Área Opcional de Cinema)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Anual	*

Fotojornalismo

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	3º Ano
Comunicação Social (RJ)	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	5º Ano
Jornalismo e Comunicação	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	4º Ano

Géneros Jornalísticos

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Anual	2º Ano
Ciências da Comunicação (Ramo Jornalismo; Ramo Publicidade e Relações Públicas; Ramo Audiovisual)	Universidade da Beira Interior	Sem.	3º Ano
Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação e Jornalismo)	Universidade dos Açores	Sem.	3º Ano
Jornalismo	Fac. de Letras da Universidade de Coimbra	Sem.	3º Ano
Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Percurso 2 – Licenciatura Integral) (Área Opcional de Jornalismo/ Área Opcional de Jornalismo)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	3º Ano
		Sem.	*

Informação Internacional

Comunicação Social	Universidade do Minho	Sem.	5º Ano
--------------------	-----------------------	------	--------

Jornalismo

Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	3º Ano
--------------------	-----------------------	-------	--------

Jornalismo Comparado

Jornalismo e Ciências da Comunicação	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	2º Ano
--------------------------------------	--	------	--------

Jornalismo Cultural

Comunicação Social (Opção, Ramo Jornalismo)	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Sem.	5º Ano
--	---	------	--------

Jornalismo de Imprensa, Rádio, TV e Ciberjornalismo

Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação e Jornalismo)	Universidade dos Açores	Sem.	3º Ano
--	-------------------------	------	--------

Jornalismo Desportivo

Comunicação Social (Opção, Ramo Jornalismo)	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Sem.	5º Ano
--	---	------	--------

Jornalismo Económico

Comunicação Social	Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Sem.	4º Ano
--------------------	---	------	--------



(Opção, Ramo Jornalismo)

Jornalismo em Linha

Jornalismo e Comunicação
Jornalismo

Escola Superior de Educação de Portalegre
Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano
Sem. 4º Ano

Jornalismo Escrito

Comunicação Social
(Ramo de Jornalismo)

Escola Superior de Educação de Viseu

Sem. 4º Ano

Jornalismo Escrito I

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Jornalismo Escrito II

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Jornalismo On-Line

Comunicação Social
(Opção, Ramo de Jornalismo)

Escola Superior de Educação de Viseu

Sem. 4º Ano

Jornalismo On Line

Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior

Sem. 4º Ano

Jornalismo Radiofónico

Comunicação Social

(RJ)

Escola Superior de Educação de Setúbal

Anual 4º Ano

Comunicação Social

(Ramo de Jornalismo)

Escola Superior de Educação de Viseu

Sem. 4º Ano

Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior

Sem. 4º Ano

Jornalismo Radiofónico I

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Jornalismo Radiofónico II

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Jornalismo Radiofónico e Televisivo

Ciências da Comunicação

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Área Opcional de Jornalismo)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

(Área Opcional de Jornalismo)

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Sem. *

Jornalismo Televisivo

Comunicação Social

(Ramo de Jornalismo)

Escola Superior de Educação de Viseu

Sem. 4º Ano

Jornalismo Televisivo I

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Jornalismo Televisivo II

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem. 4º Ano

Laboratório de Imprensa, Rádio, Televisão I



Universidade do Minho

Ciências da Comunicação (Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional))	UTAD	Sem.	4º Ano
<u>Laboratório de Imprensa, Rádio, Televisão II</u> Ciências da Comunicação (Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional))	UTAD	Sem.	4º Ano
<u>Laboratório de Jornalismo (módulos Imprensa/CiberJornalismo)</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	4º ano
<u>Laboratório de Jornalismo (Rádio/TV)</u> Comunicação Social	Universidade do Minho	Anual	4º ano
<u>Laboratório de Som e Imagem</u> Jornalismo e Ciências da Comunicação (Opção Jornalismo)	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Sem.	3º Ano
<u>Mét. Téc. Investig. Aplicados ao Jornalismo</u> Jornalismo	Escola Superior de Comunicação Social	Anual	2º Ano
<u>Oficinas I</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	1º Ano
<u>Oficinas II</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Sem.	2º Ano
<u>Oficinas III</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	3º Ano
<u>Oficina de Jornalismo</u> Jornalismo e Comunicação (Opção/Ramo Jornalismo)	Escola Superior de Educação de Portalegre	Sem.	3º Ano
<u>Oficina de Jornalismo I</u> Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação e Jornalismo)	Universidade dos Açores	Sem.	3º Ano
<u>Oficina de Jornalismo II</u> Comunicação Social e Cultura (Ramo de Comunicação e Jornalismo)	Universidade dos Açores	Sem.	4º Ano
<u>Produção Jornalística</u> Ciências da Comunicação (Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais) (Área Opcional de Jornalismo) (Percurso 2 – Licenciatura Integral) (Área Opcional de Jornalismo)	FCSH – Universidade Nova de Lisboa	Sem.	*
<u>Produção de Texto Jornalístico</u> Comunicação Social (RJ)	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	4º Ano
<u>Produção de Texto Jornalístico II</u> Comunicação Social	Escola Superior de Educação de Setúbal	Anual	5º Ano



(RJ)

Produção de Texto Jornalístico II

Comunicação Social

Escola Superior de Educação de Setúbal

Anual

5º Ano

(RJ)

Produção e Edição de Conteúdos para a WEB

Educação e Comunicação Multimédia

Escola Superior de Educação de Beja

Sem.

2º Ano

Produção e Edição de Conteúdos para a WEB (II)

Educação e Comunicação Multimédia

Escola Superior de Educação de Beja

Sem.

3º Ano

Questões Éticas e Deontológicas do Jornalismo

Ciências da Comunicação

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Sem.

*

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Opção, Área Opcional de Jornalismo)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

(Opção, Área Opcional de Jornalismo)

Técnicas de Expressão Jornalística I

Jornalismo e Ciências da Comunicação

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sem.

1º Ano

Técnicas de Expressão Jornalística II

Jornalismo e Ciências da Comunicação

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Sem.

2º Ano

Temas de Jornalismo

Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior

Sem.

4º Ano

Teoria da Notícia

Jornalismo e Comunicação

Escola Superior de Educação de Portalegre

Sem.

3º Ano

(Opção Jornalismo)

Ciências da Comunicação

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Sem.

1º Ano

(Percurso 1 – Maior/ Áreas Opcionais)

(Percurso 2 – Licenciatura Integral)

Teoria da Notícia I

Comunicação Social

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Sem.

4º Ano

(Opção, Opção Jornalismo)

Teoria da Notícia II

Comunicação Social

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Sem.

4º Ano

(Opção, Opção Jornalismo)

Teoria da Notícia e Géneros Jornalísticos

Jornalismo

Escola Superior de Comunicação Social

Anual

2º Ano

Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior

Sem.

3º Ano

Teoria e Prática da Redacção Televisiva

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem.

3º Ano

Teoria e Prática da Redacção Radiofónica

Jornalismo

Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

Sem.

3º Ano

Teorias da Notícia



Universidade do Minho

Jornalismo Fac. de Letras da Universidade de Coimbra Sem. 3º Ano

Texto Jornalístico I

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 3º Ano

Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional)

Texto Jornalístico II

Ciências da Comunicação UTAD Sem. 3º Ano

Variante: I – Jornalismo (Social, Cultural, Empresarial e Regional)

* Sem dados disponíveis.



Anexo 4 – Planos de Estudo: Bolonha

NOTA: As disciplinas assinaladas a negrito constituem as novidades destes planos de estudo

Jornalismo – Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico de Lisboa

1º Ano:

1º Semestre

Modelos da Comunicação

História Contemporânea

Antropologia

Análise de Dados

Laboratório de Redacção Jornalística

Língua e Expressão do Português

Seminário: Profissões de Comunicação

2º Semestre

Teorias da Comunicação

Sociologia

Análise Económica

Laboratório de Géneros Jornalísticos

Técnicas de Expressão do Português

Portugal no Século XX

Seminário: Jornalismo I

2º Ano:

1º Semestre

Semiologia

Sociologia da Comunicação

História dos Média

Inglês para Jornalismo I

Teorias dos Média

Laboratório de Investigação Jornalística

Seminário: Jornalismo II

2º Semestre

Direito da Comunicação

Inglês para Jornalismo II

Met. Investig. Aplicadas à Comunicação

Opção 1

Opção 2

Teorias do Jornalismo

Seminário: Jornalismo III

Opções:

Ateliê de Jornalismo de Imprensa I

Ateliê de Jornalismo Digital I

Ateliê de Jornalismo Radiofónico I

Ateliê de Jornalismo Televisivo I

3º Ano

1º Semestre

Análise do Discurso Jornalístico

Cultura e Média



Universidade do Minho

Ética e Deontologia do Jornalismo

Opção 3

Opção 4

Opção Livre

2.º Semestre

Contemporaneidade e Produção Cultural

Opção 5

Opção 6

Sistema dos Média

Sociologia Política e Opinião Pública

Opção Livre

Seminário: Jornalismo IV

Opções:

Ateliê de Jornalismo de Imprensa II

Ateliê de Jornalismo Digital II

Ateliê de Jornalismo Radiofónico II

Ateliê de Jornalismo Televisivo II

Ateliê de Edição Áudio

Ateliê de Edição Multimédia

Ateliê de Edição Vídeo

Ateliê de Fotojornalismo

Tecnologias da Comunicação – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela

1.º Ano

1.º Semestre

Informática

Semiótica

Inglês **Técnico**

Português **Técnico**

História Contemporânea

2.º Semestre

Algoritmia e Programação

Matemática

Cultura Portuguesa

Serviços Telemáticos

Técnicas Audiovisuais I

(Imagem)

2.º Ano

1.º Semestre

Técnicas Audiovisuais II **(Som)**

Estatística

Comunicação I

Economia

Bases de Dados

2.º Semestre

Estrutura e Comportamento Organizacional

Atelier de Comunicação

Análise **Económico**-Financeira

Multimédia I



Universidade do Minho

Comunicação II

3.º Ano

1.º Semestre

Técnicas Audiovisuais III

(Vídeo)

Ergonomia de Sistemas

Técnicas de Expressão

Comunicação Organizacional

Multimédia II

2.º Semestre

Direito e Deontologia da

Comunicação

Relações Públicas

Marketing

Projecto

Ciências da Comunicação – Universidade da Beira Interior

1º Ano

1º Semestre:

Práticas de Expressão Portuguesa

Semiótica

História dos Media

Epistemologia

História da Arte

2º Semestre:

Teoria da Linguagem

Teoria da Comunicação

Pensamento Contemporâneo

Metodologia da Investigação

Sociologia da Comunicação

2º Ano

1º Semestre:

História do Séc. XX

Semiologia da Imagem e do Discurso

Economia

Técnicas de Redacção Jornalística

Publicidade e Relações Públicas

2º Semestre:

Fotografia

Retórica

Linguagem dos Media

Teoria da Notícia, Publicidade, **Teoria da Imagem**

Géneros jornalísticos, **Relações Públicas**, Laboratório de Guionismo I

3º Ano

1º Semestre:

Teoria Política

Sociedade e Comunicação

Públicos e Audiências

Jornalismo Radiofónico, Planificação de Comunicação, Laboratório de Realização



Universidade do Minho

Webjornalismo [Jornalismo On Line], Produção de Imagem, História e Estética do Cinema

2º Semestre:

Direito e Deontologia da Comunicação

Ética

Cibercultura

Atelier Jornalismo, Atelier de Publicidade e Relações Públicas ou Laboratório de Imagem e Som I

Ciências da Comunicação – UTAD

1º Ano:

1º Semestre:

Inglês / Francês / Espanhol I

Teorias da Comunicação

Temas da Cultura **Portuguesa**

Instituições Europeias e **Comunicação Internacional**

Introdução às TIC

Opção I

A) Culturas:

a) Brasileira ou b) Africanas de Expressão Portuguesa. DL

B) Literaturas:

a) Portuguesa ou b) Brasileira ou c) Africanas de Expressão Portuguesa. DL

C) Linguística Portuguesa

2º Semestre:

Inglês / Francês / Espanhol II

História da Comunicação e dos Media

História e Geografia Políticas do Século XX

Metodologia de Investigação e **Quantificação da Informação**

Técnicas de Expressão Oral e Escrita

Opção II

A) Culturas:

a) Brasileira ou b) Africanas de Expressão Portuguesa. DL

B) Literaturas:

a) Portuguesa ou b) Brasileira ou c) Africanas de Expressão Portuguesa. DL

C) Linguística Portuguesa

2º Ano

1º Semestre:

Inglês / Francês / Espanhol III

Língua Materna e **Laboratório de Comunicação I**

Imprensa, Rádio e Televisão

Semiótica e Comunicação

Análise Social da Comunicação

Opção III

a) Culturas de Expressão Românica – Francesa e Espanhola **centradas a partir do presente** ou

b) Culturas de Expressão Anglo-Saxónica e Alemã, **centradas a partir do presente** ou

c) Linguística Portuguesa

2º Semestre:

Inglês / Francês / Espanhol IV

Língua Materna e Laboratório de Comunicação II

Publicidade e **Relações Públicas**

Ética e Direito da Comunicação

Psicologia Social



Universidade do Minho

Opção IV

- a) Culturas de Expressão Românica – Francesa e Espanhola **centradas a partir do presente** ou
- b) Culturas de Expressão Anglo-Saxónica e **Alemã, centradas a partir do presente** ou
- c) **Linguística Portuguesa**

3º Ano

1º Semestre:

Análise do Discurso e da Imagem

Estética e Comunicação

Media e Cultura Contemporânea

Atelier de Comunicação e Informação I (Jornalismo / Audiovisuais e Multimédia) ou

Atelier de Comunicação e Informação II (Publicidade / Relações Públicas / Documentação)

Estágio

Opção V

- a) **Pesquisa de Opinião;**
- b) **Educação para os Media**

2º Semestre:

Comunicação Organizacional **e Interpessoal**

Estudos da Recepção

Animação e Multimédia

Projecto **em Jornalismo** ou Projecto **em Relações Públicas e Publicidade** ou Projecto **em Informação Documentação**

Opção VI

- a) **Economia Política dos Media;**
- b) **Gestão de Empresas de Comunicação**

Ciências da Comunicação – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Disciplinas Obrigatórias

Filosofia da Comunicação

Retórica e Argumentação

Mediação dos Saberes

Sistémica e Modelos da Informação

Teoria da Comunicação

Comunicação e Ciências Sociais

Sociologia da Comunicação

Direito e Deontologia da Comunicação Social

Métodos Quantitativos

Teoria Política

Economia

Semiótica

Textualidades

Teoria da Imagem e da Representação

Teorias do Drama e do Espectáculo

Filmologia

História dos Media

Discurso dos Media

Teoria da Notícia

Mutação dos Media



Opções condicionadas¹: Área opcional de Cinema e Televisão

História da Imagem
História do Cinema
Programação Cinematográfica
História e Teoria da Televisão
Géneros televisivos
Guionismo
Produção e Realização Televisiva

Tecnologias da Imagem e do Som

Fotografia
Media Interactivos

Opções condicionadas¹: Área opcional de Comunicação, Cultura e Artes

Arte e Comunicação
Teoria da Cultura

Crítica e Leitura

Cultura Contemporânea

Cultura Visual

E-Textualidades

Filosofias do Sujeito
História da Imagem
Guionismo
Programação Cinematográfica
Fotografia

Opções condicionadas¹: Área opcional de Comunicação Estratégica

Comunicação Empresarial
Marketing
Publicidade
Relações Públicas
Economia da Informação
Comunicação Política

Análise de Campanhas Políticas

Comportamento do Consumidor

Políticas Públicas e Agendamento

1 Os alunos devem realizar cinco unidades curriculares deste grupo

Opções condicionadas¹: Área opcional de Jornalismo

Produção Jornalística
Géneros Jornalísticos
Questões Éticas e Deontológicas do Jornalismo

Jornalismo Televisivo

Análise do Jornalismo

Comunicação Política

Opções condicionadas²

Atelier de Jornalismo

Atelier de Jornalismo Radiofónico

Atelier de Jornalismo Televisivo

Atelier de Ciberjornalismo

1) O aluno escolhe quatro unidades curriculares deste conjunto.

2) O aluno escolhe uma unidade curricular deste conjunto.



Anexo 5 – Exemplar do Inquérito Aplicado

INQUÉRITO AOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

O presente inquérito insere-se no âmbito da tese de mestrado em Ciências da Comunicação (Informação e Jornalismo) da Universidade do Minho, cujo objecto de estudo se prende com a ligação entre o ensino superior público de jornalismo oferecido aos estudantes, e o perfil jornalístico requerido nas redacções dos órgãos de comunicação social. O objectivo é chegar a uma melhor compreensão da relação entre os projectos de ensino e o mundo profissional, num contexto marcado pelas alterações que constam do Processo de Bolonha, bem como pela mudança constante no campo do jornalismo.

A caracterização do ensino superior de jornalismo e comunicação será baseada nas respostas aos inquéritos, mas também de todo o material sobre os cursos que seja possível reunir, como sejam panfletos, brochuras, apresentações em congressos e outros eventos do género, entre outros, cujo envio por parte da vossa instituição de ensino permitiria uma caracterização mais fidedigna.

PARTE I

1. Instituição de ensino superior: _____

2. Morada: _____

3. Responsável no ano lectivo de 2005/06: _____

4. Tel.: _____

5. E-mail: _____

6. Designação do Curso: _____

7. Site oficial: _____

8. Data de entrada em funcionamento do curso: _____

9. Grau Académico: _____

10. Duração do Curso: _____

11. Média de entrada 2005/06: _____

12. *Numerus clausus* 2005/06: _____

13. Número de candidaturas recebidas em 2005/2006: _____



14. Alunos admitidos por transferência: _____

15. Total de alunos que frequentam actualmente o curso: _____

16. Evolução da entrada de alunos, por ano lectivo, desde o início do funcionamento do curso:

17. Evolução do número de alunos, por ano lectivo, **formados** desde a entrada em funcionamento do curso: _____

18. Evolução dos alunos que aderiram ao Programa *Erasmus*, por ano lectivo, desde o início do curso: _____

19. Total de alunos que optaram pela especificidade do jornalismo, caso o curso tenha várias opções finais (ex.: publicidade e marketing, assessoria, etc.), desde a entrada em funcionamento do curso: _____



PARTE II

20. Condições de acesso ao Curso: _____

21. Número de reestruturações do curso e motivos da reestruturação: _____

22. Orientações Profissionais do Curso: _____

23. Linhas Gerais de Concepção Curricular: _____

24. *Curriculum* 2005/06 do curso (com indicação do docente da cadeira): **colocar em anexo.**

PARTE III

25. *Curriculum* proposto para Bolonha (com indicação do docente da cadeira): **colocar em anexo.**

26. Outras alterações já implementadas no âmbito do Processo de Bolonha: _____



27. Alterações a implementar no âmbito do Processo de Bolonha e data prevista para sua aplicação: _____

PARTE IV

28. Actividades de produção dos Alunos, no âmbito curricular: _____

29. Actividades extracurriculares à disposição do aluno, com incidência na prática jornalística (ex.: *Rádio Universidade Coimbra*): _____

30. Estágio / Ano / Duração / Presente ou não no plano curricular (a cargo do aluno ou da instituição): _____

31. Trabalho final de Curso: _____

32. Empresas com as quais mantém protocolo no âmbito de estágio e outros: _____

33. Registo de saídas profissionais após a conclusão do curso: _____



PARTE V

34.

Tipo de Docentes	Quant.
Licenciados sem experiência profissional em jornalismo ou media	
Licenciados com experiência profissional em jornalismo ou media	
Mestres sem experiência profissional em jornalismo ou media	
Mestres com experiência profissional em jornalismo ou media	
Doutorados sem experiência profissional em jornalismo ou media	
Doutorados com experiência profissional em jornalismo ou media	

35. Linhas de Investigação: _____

36. Publicações: _____

37. Recursos: _____

38. Iniciativas extracurriculares da instituição (*ex.: colóquios, palestras, seminários*) regulares e não regulares: _____

39. Outras observações: _____

PARTE VI

40. Cursos de Mestrado e Doutoramento na área da Comunicação



Cursos de Mestrado	Data de criação	Número de edições	<i>Numerus clausus</i> de cada edição

Cursos de Doutoramento	Data de criação	Número de edições	<i>Numerus clausus</i> de cada edição

Muito Obrigado pela sua Colaboração!
(Luciana Moura Fernandes)